

Organizadores  
José Alves  
Karina Furini da Ponte  
Maria de Jesus Moraes

# GRUPO PET GEOGRAFIA DA UFAC: 10 ANOS DE TRAJETÓRIA E CONTRIBUIÇÕES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

UFAC  
EM DIA DA  
DA EFICÁCIA  
15/05

PET GEO  
NA  
LUTA

UNIVERSI  
MOBILIZA  
PET



PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TERRITORIAL  
**PET**



Edufac

**GRUPO PET GEOGRAFIA DA UFAC:  
10 ANOS DE TRAJETÓRIA E  
CONTRIBUIÇÕES**

**ORGANIZADORES**

JOSÉ ALVES  
KARINA FURINI DA PONTE  
MARIA DE JESUS MORAIS



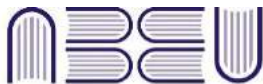
# **GRUPO PET GEOGRAFIA DA UFAC: 10 ANOS DE TRAJETÓRIA E CONTRIBUIÇÕES**

## **ORGANIZADORES**

**JOSÉ ALVES  
KARINA FURINI DA PONTE  
MARIA DE JESUS MORAIS**



Direitos exclusivos para esta edição:  
Editora da Universidade Federal do Acre (Edufac),  
Campus Rio Branco, BR 364, Km 4,  
Distrito Industrial – Rio Branco-AC, CEP 69920-900  
E-mail: [edufac.ufac@gmail.com](mailto:edufac.ufac@gmail.com) / [edufac@ufac.br](mailto:edufac@ufac.br)  
Feito Depósito Legal  
Editora Afiliada:



**Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias**

## **ORGANIZADORES**

JOSÉ ALVES  
KARINA FURINI DA PONTE  
MARIA DE JESUS MORAIS

# **GRUPO PET GEOGRAFIA DA UFAC: 10 ANOS DE TRAJETÓRIA E CONTRIBUIÇÕES**



Copyright © Edufac 2022

José Alves, Karina Furini da Ponte e Maria de Jesus Morais (Organizadores)

Editora da Universidade Federal do Acre - Edufac

Rod. BR364, Km 04 • Distrito Industrial

69920-900 • Rio Branco • Acre

**Diretor da Edufac**

Gilberto Mendes da Silveira Lobo

**Coordenador Geral da Edufac**

Ângela Maria Poças

**CONSELHO EDITORIAL**

Adelice dos Santos Souza, Ana Carolina Couto Matheus, André Ricardo Maia da Costa de Faro, Ângela Maria Poças (presidente), Antonio Gilson Gomes Mesquita, Carlos Eduardo Garçon de Carvalho, Cristieli Sérgio de Menezes Oliveira, Dennys da Silva Reis, Esperidião Fecury Pinheiro de Lima, Francisco Aquinei Timóteo Queirós, Francisco Raimundo Alves Neto, Jäder Vanderlei Muniz de Souza, José Dourado de Souza, José Roberto de Lima Murad, Maria Aldecy Rodrigues de Lima, Rafael Marques Gonçalves (vice-presidente)

**Coordenadora Comercial**

Ormifran Pessoa Cavalcante

**Diagramação**

José Alves

Karina Furini da Ponte

Carlos Frederico Silva de Oliveira

**Capa**

Carlos Frederico Silva de Oliveira

Fotografias: José Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Federal do Acre

---

G892g Grupo PET Geografia da Ufac: 10 anos de trajetória e contribuições / Organizadores José Alves, Karina Furini da Ponte, Maria de Jesus Morais. – Rio Branco: Edufac, 2022. 203 p. [e-book]

Vários autores.

ISBN: 978-65-88975-36-7

1. Geografia – Estudo e ensino. 2. Ensino superior – Universidade Federal do Acre (Ufac). 3. Ensino superior - Pesquisa. I. Alves, José (org.). II. Ponte, Karina Furini da (org.). III. Morais, Maria de Jesus (org.). IV. Título.

CDD: 378.8112

---

Bibliotecária: Alanna Santos Figueiredo - CRB 11º/1003

# SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	09
<i>José Alves, Karina Furini da Ponte e Maria de Jesus Morais</i>	
01. DEZ ANOS DO GRUPO PET GEOGRAFIA DA UFAC: TRAJETÓRIA, CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS .....	13
<i>José Alves</i>	
02. FORMAÇÃO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: O EXTRATIVISMO DA BORRACHA NO ACRE .....	47
<i>Karina Furini da Ponte</i> <i>Antonio Thomaz Junior</i>	
03. A PROBLEMÁTICA DA (IN)SEGURANÇA PÚBLICA EM RIO BRANCO .....	67
<i>Thirson Rodrigues de Medina</i> <i>José Alves</i>	
04. PLANEJAMENTO E EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DE RIO BRANCO-AC .....	87
<i>Dhuliani Cristina Bonfanti</i> <i>Maria de Jesus Morais</i>	
05. CENTRALIDADE E VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA NA CIDADE DE RIO BRANCO: A VIA VERDE ENQUANTO NOVA EXPRESSÃO DE CENTRALIDADE .....	101
<i>Janete Farias Mendonça</i>	
06. O PARQUE TUCUMÃ COMO PRODUTO DA VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA EM RIO BRANCO .....	119
<i>Rondesson de Oliveira Vasconcelos</i> <i>Victor Régio da Silva Bento</i> <i>José Alves</i>	



07. CLIMA URBANO: ANÁLISE DO COMPORTAMENTO TERMO HIGROMÉTRICO EM ÁREAS DA CIDADE DE RIO BRANCO-AC .....	137
<i>Eric da Silva França</i>	
<i>Anderson Azevedo Mesquita</i>	
08. CULTIVANDO ALIMENTOS E COLHENDO DESAFIOS: UM ESTUDO SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS NOS POLOS AGROFLORESTAIS DE RIO BRANCO-AC .....	149
<i>Lucas Gabriel da Silva Moraes</i>	
<i>Karina Furini da Ponte</i>	
09. A LUTA PELA TERRA NO ESTADO DO ACRE: CONFLITOS E RESISTÊNCIA .....	167
<i>Daniela Dias de Souza</i>	
<i>José Alves</i>	
10. POVO MANCHINERI E OS “TEMPOS” .....	177
<i>Alessandra Severino da Silva Manchinery</i>	
<i>Maria de Jesus Morais</i>	
11. MOBILIDADE TERRITORIAL NO ACRE: A TRAJETÓRIA DE DOIS MIGRANTES NORDESTINOS .....	189
<i>Maria Liziane Souza Silva</i>	
<i>Maria de Jesus Morais</i>	

## **PREFÁCIO**

O presente livro é resultado de um processo de defesa da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e com responsabilidade e compromisso social. Uma luta que se materializa neste livro e deve ser entendida no contexto da defesa e pelo fortalecimento, expansão e resistência contra os cortes de recursos do Programa Especial de Treinamento / Programa de Educação Tutorial.

É através do resultado desta luta pela educação pública e pela manutenção do PET, que comemoramos os dez anos do grupo PET dos Cursos de Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre, apresentando sua trajetória e contribuições para o ensino e a formação dos futuros profissionais em geografia.

O Programa de Educação Tutorial (PET) constituiu-se na materialidade de uma luta global em prol da educação superior pública brasileira que alinha a formação de excelência com o compromisso social e se fundamenta na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

É nesse contexto que nossas trajetórias se juntam à do PET. Nossa formação superior foi garantida pelo acesso à universidade pública, com poucas bolsas para alunos da classe trabalhadora se dedicarem ao curso de graduação. O atual tutor do grupo PET Geografia da Ufac foi petiano egresso do curso de graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), no qual foi bolsista entre os anos de 1999 a 2001, sob a tutoria da Profa. Dra. Alice Yatiyo Asari. Naquele momento, o PET (ainda chamado de Programa Especial de Treinamento) sofreu cortes importantes de recursos, atrasos de quase um ano no pagamento das bolsas de alunos, professores tutores e até chegou a ser decretada a sua extinção durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O programa só resistiu, pois teve a mobilização da comunidade universitária, da sociedade, de políticos e dos bolsistas e tutores em sua defesa e por demonstrarem as ações positivas que ele trazia e trouxe para a universidade brasileira.

Este livro tem como objetivo apresentar uma coletânea de capítulos de petianos em diferentes trajetórias no Programa, permitindo divulgar os resultados de pesquisas e reflexões realizadas durante essa década de existência do grupo. Para além desse anseio, o grupo também comemora a conquista de permitir que seus egressos tenham concluído seu curso de graduação em Geografia na Universidade Pública, seja na formação em bacharelado, seja na licenciatura, com uma formação de excelência e compromissados em serem sujeitos transformadores das suas realidades sociais e profissionais por onde atuam.

Como pode ser visto, em cada capítulo há o registro de petianos que estão cursando o doutorado na área, outros são mestres, mestrandos e estão realizando seus sonhos de seguirem a carreira acadêmica, tendo na Pós-Graduação uma etapa fundamental para retribuírem à sociedade os investimentos no seu processo de formação no ensino superior. Outros foram para o mercado de trabalho e lá atuam com os compromissos filosóficos, éticos e de trabalho coletivo e emancipador aprendidos e/ou reforçados durante o período de vivência no grupo PET.

No capítulo 01, intitulado “Dez anos do grupo PET Geografia da Ufac: Trajetória, contribuições e desafios”, o tutor do grupo, Prof. Dr. José Alves, demonstra a trajetória e a institucionalização do PET, destacando a filosofia e os objetivos do programa, bem como, traz uma reflexão sobre a trajetória do grupo PET Geografia da Ufac, suas contribuições para o curso e para a sociedade a partir da educação tutorial, na busca pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O capítulo 02, intitulado “Formação territorial e políticas públicas: O extrativismo da borracha no Acre”, de autoria da Professora colaboradora Karina Furini da Ponte e do Professor Antonio Thomaz Júnior, analisa o papel do extrativismo da borracha para o processo de formação territorial da região amazônica, principalmente para o estado do Acre. Assim, a reflexão caminha no tema das dinâmicas territoriais, políticas públicas e ações para os trabalhadores da floresta. Os autores apresentam os principais elementos do desenvolvimento da atividade da borracha no Estado, mostrando não somente os aspectos econômicos dessas atividades, mas sua dinâmica social e territorial. O papel do Estado, as relações entre seringalistas e seringueiros, as estratégias dos trabalhadores sob a opressão da produção gumífera são pontos de reflexão no capítulo em tela.

O capítulo 03 “A problemática da (in)segurança pública em Rio Branco”, de autoria de Thirson Rodrigues de Medina e José Alves, aborda a problemática da territorialização de grupos criminosos nas cinco regionais de segurança pública da cidade de Rio Branco, capital do estado do Acre. As medidas de segurança pública são apresentadas no contexto do estado do Acre e da região amazônica, bem como, os marcos regulatórios e os impactos decorrentes das ações da violência urbana, como: mortes violentas intencionais, roubos absolutos e total de apreensões do tráfico de drogas.

O capítulo 04, de Dhuliani Cristina Bonfanti e Maria de Jesus Morais, é resultado da pesquisa desenvolvida no âmbito do Grupo PET Geografia e aprofundado no trabalho monográfico para a obtenção do título de Bacharel em Geografia. Com o tema “Planejamento e expansão urbana da cidade de Rio Branco

- AC", as autoras analisam o processo de expansão e o direcionamento do sítio urbano da cidade a partir dos agentes produtores do espaço urbano.

O Capítulo 05 "Centralidade e valorização imobiliária na cidade de Rio Branco: A Via Verde enquanto nova expressão de centralidade", de autoria de Janete Farias Mendonça, foi uma pesquisa desenvolvida durante o período como bolsista no Programa de Educação Tutorial - Grupo Geografia Ufac, que resultou na monografia apresentada em março de 2015 para a obtenção do grau de Bacharel em Geografia. Este capítulo analisa o desenvolvimento urbano na cidade de Rio Branco, abordando o processo de descentralização e (re)centralização das atividades de comércio e serviços, bem como, a valorização imobiliária no entorno da Via Verde.

O capítulo 06 "O Parque do Tucumã como produto da valorização imobiliária em Rio Branco", de autoria de Rondesson de Oliveira Vasconcelos, Victor Régio da Silva Bento e José Alves, foi desenvolvido no Grupo PET Geografia e, posteriormente, constituiu-se como trabalho monográfico no curso de Bacharelado em Geografia da Ufac, em 2018. O estudo buscou analisar a valorização do solo urbano do Conjunto Tucumã, na cidade de Rio Branco (AC), mediante a implantação de infraestruturas feitas pelo governo estadual.

O capítulo 07, intitulado "O clima urbano: análise do comportamento higrométrico em áreas da cidade de Rio Branco", de autoria de Eric da Silva Franca e Anderson Azevedo Mesquita, é resultado de pesquisa que iniciou-se no grupo PET Geografia e, posteriormente, foi desenvolvida como trabalho monográfico apresentado no curso de Bacharelado em Geografia da Ufac, em setembro de 2018. O objetivo do texto é identificar as variabilidades da temperatura e umidade do ar, decorrentes de mudanças geradas por fatores antrópicos na cidade de Rio Branco.

O capítulo 08 "Cultivando alimentos e colhendo desafios: um estudo sobre agricultura familiar e políticas públicas nos Polos Agroflorestais de Rio Branco-AC", de autoria de Lucas Gabriel da Silva Moraes e da Professora Doutora Karina Furini da Ponte, constitui-se em resultado da pesquisa desenvolvida no Grupo PET Geografia e apresentada como trabalho monográfico, em 2018. O objetivo deste capítulo é analisar os desafios enfrentados pelos agricultores familiares para cultivar alimentos dentro dos Polos Agroflorestais Geraldo Fleming e Hélio Pimenta, situados no município de Rio Branco-AC. A intenção dos autores é compreender como esses desafios ou dificuldades interferem diretamente no funcionamento das políticas públicas e, conseqüentemente, na produção agrícola das famílias pesquisadas.

O capítulo 09, intitulado “A luta pela terra no estado do Acre: conflitos e resistência”, de autoria de Daniela Dias de Souza e José Alves, é resultado de pesquisa de conclusão do curso de Bacharelado em Geografia da Ufac, apresentada em 2017. Nesse sentido, o texto objetiva caracterizar a lógica da questão agrária acreana, que de um lado apresenta concentração de terras e a violência no campo, e de outro, a luta e a resistência camponesa pela terra no estado do Acre.

O penúltimo texto, capítulo 10, intitulado "Povo Manchineri e os "Tempos", de autoria de Alessandra Severino da Silva Manchineri e da Professora Doutora Maria de Jesus Morais, foi resultado da monografia submetida ao Curso de Bacharelado em Geografia da Ufac, intitulada “Territorialidade do Povo Manchineri”, apresentada em outubro de 2014. O presente capítulo tem como objetivo discutir os “tempos” do povo Manchineri, com a perspectiva de entender a trajetória deste povo na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia, com destaque no estado do Acre.

O último capítulo deste livro, intitulado "Mobilidade territorial no Acre: a trajetória de dois migrantes nordestinos", de autoria de Maria Liziane Souza Silva e Maria de Jesus Morais, foi fruto do processo e aprendizagem que a bolsista egressa teve durante a participação como petiana no curso de Geografia da Ufac. O texto apresenta reflexões sobre o processo de migrações de trabalhadores nordestinos para o atual estado do Acre. O texto aborda a trajetória de dois migrantes nordestinos que viveram na Amazônia acreana enquanto trabalhadores no corte da seringa.

É com prazer que convidamos a comunidade petiana, acadêmica e a sociedade para a leitura e a reflexão das ações realizadas no âmbito do coletivo dos 10 anos do Grupo PET Geografia, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Ufac.

*José Alves  
Karina Furini da Ponte  
Maria de Jesus Morais*

# **DEZ ANOS DO GRUPO PET GEOGRAFIA DA UFAC: TRAJETÓRIA, CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS**

*José Alves<sup>1</sup>*

## **Introdução**

No ano de 2019, o Grupo PET Geografia completou dez anos de criação. Com base nessa trajetória, o grupo organizou um livro para comemorar e divulgar os resultados das pesquisas e ações desenvolvidas, apresentar sua trajetória, seus objetivos e suas ações no tripé ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos na Ufac por seus bolsistas, tutor e professores colaboradores.

O Grupo PET dos cursos de Graduação em Licenciatura e Bacharelado de Geografia da Universidade Federal do Acre (Ufac) tem contribuído para a formação acadêmica de excelência e cidadã dos estudantes. A tutoria atua para a aproximação e o diálogo entre o tutor e os petianos em diferentes níveis de formação, oportunizando práticas coletivas articuladas em atividades de ensino, pesquisa e extensão direcionadas para a competência, responsabilidade acadêmica e compromisso social. Isso gera resultados positivos com a troca de experiência entre os acadêmicos, a redução da evasão, além de práticas articuladoras tanto teórico-metodológicas da ciência geográfica, quanto na introdução às pesquisas, refletindo no contato com a comunidade pela extensão e na busca emancipatória dos alunos.

Apesar de ser criado em 1979, somente no ano de 2005, com a Lei nº 11.180, de 23 de setembro, a Presidência da República, no governo do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com Fernando Haddad como Ministro da Educação, instituíram oficialmente o Programa de Educação Tutorial (PET), que passou a ser regulamentado pela Portaria nº 3.385/2005 e subsequentes.

Em seus 41 anos de existência, o programa apresentou forte impacto no ensino superior brasileiro, em particular nos cursos que têm grupos implantados,

---

<sup>1</sup> Tutor do grupo PET Geografia e docente dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação (Mestrado) em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da Universidade Federal do Acre. [bairrao@hotmail.com](mailto:bairro@hotmail.com)

mas também na formação continuada, na Pós-Graduação e no acesso ao mercado de trabalho, tendo em vista a excelência na formação.

Para os cursos que têm um grupo PET instalado, os impactos positivos são sentidos imediatamente após a implementação da proposta filosófica do programa, como é o caso do Grupo PET Geografia da Ufac, aprovado no ano de 2008.

Este texto apresenta reflexões sobre a implementação deste grupo na Ufac e, em especial, as atividades desenvolvidas para que possa ser mantida a indissociabilidade da tríade ensino, pesquisa e extensão. Com isso, busca-se alcançar o objetivo de permitir uma formação de excelência e cidadã para os bolsistas envolvidos e na melhoria do curso na graduação.

### **Trajetória e institucionalização do PET**

O Programa Especial de Treinamento (PET) foi criado no ano de 1979 pelo Diretor da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, Cláudio de Moura Castro, ficando sob a responsabilidade desse órgão por 21 anos, quando no ano de 1999 passou a ser gerido pela Secretaria de Educação Superior (SESu), do Ministério da Educação (MEC). A partir de 2004, este passou a se chamar Programa de Educação Tutorial (PET), quando superou uma fase importante de luta para a sua manutenção, mesmo estando consolidado há 24 anos como programa.

Segundo a Professora Iguatemy Martins (2006, p. 01), no período em que o PET esteve sob gestão da Capes, ainda enquanto Programa Especial de Treinamento, "foi importante e suficiente para, entre outros aspectos, revelar a qualidade acadêmica do programa e demonstrar a unidade dos seus integrantes, estudantes e professores, na mobilização nacional para evitar a sua enunciada extinção".

Todavia, a manutenção do programa só foi possível com a luta e mobilização, pois como afirma Martin (2005), desde 1997, o PET vem sofrendo ameaças de extinção por parte do MEC, primeiro na Capes e depois na SESu, com tentativa de desarticulação, via atraso no pagamento de bolsas aos alunos e não pagamento de bolsas de tutores.

Martins (2006) faz uma caracterização da trajetória do PET até 2006, pois foi Coordenadora de Relações Acadêmicas de Graduação do Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior, bem como da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação - Depem/SESu/MEC, entre 2003 a 2008. A autora supracitada afirma que no período entre 1999 a 2004, sob a gestão

da SESu/MEC, no Departamento de Modernização e Programa de Educação Superior - Depem, o PET enfrentou diferentes problemas na sua manutenção e até na sua acomodação nesse ambiente da SESu, e mesmo sendo administrado de modo a garantir sua continuidade, as iniciativas para mantê-lo como política pública de valorização e dinamização do ensino superior era incipiente.

Conforme Martin (2005), o programa iniciou com três grupos, totalizando 15 alunos bolsistas e após 17 anos, em 1996, chegou a 325 grupos, com 3.452 alunos bolsistas, o que ocorreu em virtude da divulgação do programa pela Capes em 1988. Em 2004, existia 298 grupos, sendo 19 na região Norte, 64 na região Nordeste, 78 no Região Sul, 117 no Sudeste e 20 no Centro-Oeste. O programa se vincula aos cursos de graduação em Universidades federais, estaduais, municipais e particulares.

Conforme o Ministério da Educação, o Programa de Educação Tutorial, após ter sido instituído pela Lei nº 11.180/2005, foi regulamentado por portarias, como a nº 3.385, de 2005, bem como as que estão em vigor. "Estes instrumentos normativos imprimiram um novo formato ao programa ao tempo em que lhe deram um caráter institucional" (MARTINS, 2006).

Para entender o contexto de institucionalização e consolidação do programa, Martin (2005) apresenta, com base em Dessen (1995), o histórico do PET em quatro fases a partir de 1979 até 1994, e com base em Muller (2003) acrescenta duas fases a partir de 1995 até a constituição do PET no MEC, em 2006.

Assim se apresentam estas fases para Dessen (*Apud* MARTIN, 2005), conforme indicadas a seguir.

a) Fase Experimental, (1979 a 1985). A Capes escolhia a Universidade com centros de pesquisa e pós-graduação em desenvolvimento e convidava para formar grupos. Nesta fase, a Capes não avaliava e acompanhava o programa de modo sistemático, mas havia um documento com indicativo de temas ligados à filosofia, metodologia e objetivos do PET. Devido as questões como não acompanhamento dos relatórios dos grupos, falta de orientação por parte da Capes em relação as normas de funcionamento, a direção deste órgão propôs desativar o programa. Em 1984 foi realizada a primeira avaliação interna do PET e os resultados positivos constatados, como o aumento do desempenho acadêmico dos bolsistas por parte dos tutores, subsidiou a proposta de reformulação do programa. (MARTIN, 2005, p. 10).

b) Fase da Institucionalização do PET (1986 a 1989). Nesta fase, o Programa Especial de Treinamento passou a ser gerenciado pela Coordenadoria de Bolsas no País da Capes. A institucionalização do PET foi oficializada com o Documento Orientações Básicas do PET-1988, momento em que teve a expansão formal do programa com número de 12 alunos, a elaboração semestral de relatório



e o plano de atividades de cada grupo que seria enviado à pró-reitoria das IES e à Capes. Houve também as Coordenações de área, conforme as áreas de conhecimento definidas pelo CNPq, sendo os professores destas áreas de conhecimento convidados pela Capes para desempenharem a função de Consultores do Programa. (MARTIN, 2005, p. 10).

c) Fase da Expansão Desordenada (1990 a 1992). Fase com crescimento no número de grupos, de 77 em 1990 para 237 em 1992, mas sem o acompanhamento material e de infraestrutura proporcionada pela agência. Em 1990 e 1991 não teve avaliação por parte da Capes, processo que retornou em 1992. A Capes confeccionou o Manual de Orientações Básicas PET 1991/1992, que trouxe algumas modificações como idade máxima de 22 anos para ingresso no programa, e limite entre dois a quatro anos para permanência como bolsista. Também foi implementada uma bolsa de mestrado para bolsista que se graduasse com destaque no seu grupo.

d) Fase de Consolidação (1993 a 1994). Nesta fase ocorreu a reorganização do programa, reativação das coordenações de área, desativação dos grupos considerados pela Capes de desempenho insuficiente e implementação de novos grupos, além da elaboração do Manual de Orientações Básicas (MOB) para 1995.

e) Fase de Desestruturação Interna (1995 a 1997). Nesta fase foi lançada o MOB 1995, pois o então diretor da Capes considerou o Manual vigente insatisfatório. Em 1997, a Capes encomendou uma avaliação do PET para o Núcleo de Pesquisa do Ensino Superior da USP, uma avaliação externa sob a coordenação da Professora Elizabeth Balbachevsky. Apesar da avaliação positiva do programa, a Capes considerou insatisfatória e constituiu outra comissão externa para nova avaliação, em 1998.

Conforme Melo Filho (2019), no período de 1995 a 1997, o PET passou por uma fase de desestruturação durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, período em que 50% no número de bolsas foram cortas, exclusão da bolsa de pós-graduação para aluno egresso, corte da bolsa de tutores e corte de pagamento de professores visitantes, conforme ofício Circular DPR020/97. Essa investida contra o programa gerou um movimento de luta e resistência pela sua manutenção, como o ocorrido entre os anos de 1999 – 2000, mas isso não eliminou a sombra que pairava para a extinção do PET vindas do governo federal.

f) Fase Movimento de Defesa do PET (1998 a 2004). Este momento marcou a determinação da Capes para o encerramento do Programa a partir de 31 de dezembro de 1999, via Ofício nº 30/99/PR/CAPEL. (MARTIN, 2005 *Apud* MÜLLER, 2003)

No contexto de tentativas de acabar com o PET, no período do governo Fernando Henrique Cardoso, constataram-se mudanças propostas para o programa como o Ofício Circular n.º 56/2001/GAB/SESu/MEC. Este documento trazia, em anexo, o manual Programas de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior

para abertura de novos grupos, com as seguintes modificações: cada grupo seria composto de 7 bolsistas, as atividades não englobariam o ensino, a pesquisa e a extensão; o objetivo seria melhorar a graduação, cobrindo apenas as licenciaturas e o tempo de permanência do bolsista seria apenas 01 ano. A comunidade petiana se mobilizou e a proposta de mudança do programa não teve êxito, sendo rejeitado pelas universidades e mantendo o formato atual (MARTIN, 2005).

Na fase de resistência e luta pela manutenção do programa destacam-se, em 2001, as mobilizações nacionais em defesa do PET, o que gerou a apresentação do Projeto de Lei n. 4.628/2001 instituindo o PET e sua estabilidade. Martin (2005) relata que em novembro daquele ano foi realizado pela SESu e pela Executiva do PET o I Seminário Nacional do Programa Especial de Treinamento, quando o MOB foi o ponto principal debatido no encontro. Como resultado teve a Carta de Curitiba assinada pela Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), Forgras (Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras), Abruem (Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais, UNE (União Nacional de Estudantes) e Executiva do PET.

Em 2004 foi publicada a Portaria n.º 19 de 01 de junho pela qual o PET passava a se denominar Programa de Educação Tutorial e não mais Programa Especial de Treinamento, sendo aprovado também o Regimento da Comissão Nacional e Acompanhamento e Avaliação do Programa – CNAA-PET (MARTIN, 2005).

No ano de 2005, o PET foi instituído pela Lei n.º 11.180/2005 e regulamentado pela Portaria n.º 3.385/2005.

Com a institucionalização do programa, segundo a SESu/MEC, houve a dinamização do vínculo acadêmico-administrativo com as IES, via Pró-Reitorias de Graduação, que assentou o PET no meio universitário como programa próprio e indissociável da graduação. Além disso, o envolvimento da comunidade universitária com o PET, permitiu a criação do Conselho Superior do PET (gestão do programa) e a Comissão de Avaliação.

Com a institucionalização do programa ocorreu a ampliação do número máximo de 12 alunos remunerados por grupo, o aumento e a atualização do pagamento de bolsas de alunos, o pagamento de bolsa de tutores, além de estudos sobre os egressos.

g) Fase da expansão (2006). No ano de 2006, via o Edital MEC/SESu nº 03/2006, ocorreu a expansão do programa com processo público de seleção de trinta novos grupos, com inscrição de mais de 300 propostas que fora definida no planejamento das ações do Depem para o ano de 2006. Buscou-se a expansão do

PET aos estados que não contavam com o programa, inovando também na possibilidade de inscrição de propostas por áreas temáticas e relacionadas às políticas públicas, quando o programa chegou a 328 grupos.

A SESu publicou relatório do balanço das principais políticas e programas que possibilitaram o avanço para a democratização e expansão da Educação Superior no Brasil intitulado “A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014” (BRASIL, 2014). Neste relatório há o panorama da educação superior, com destaque para o tratamento de dados e informações sobre a expansão, inclusão e qualidade, bem como, das políticas, programas e ações realizadas para a ampliação da rede de universidades federais. É neste contexto que o relatório apresenta um balanço de programas especiais como o PET.

O relatório da SESu (BRASIL, 2014) considera que se tomarmos como base o formato e as metas contidas na Lei nº 13.005/2014 que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, os dados apresentados no referido documento permite identificar avanços importantes para o enfrentamento dos desafios da educação superior brasileira, como a manutenção das políticas de expansão de vagas e a promoção da qualidade.

A respeito, destacam-se os seguintes objetivos: democratização do acesso e da permanência; formação com qualidade; inclusão social; fortalecimento e estímulo às licenciaturas; relevância social dos programas oferecidos; estímulo à pesquisa científica e tecnológica. (BRASIL, SESu/MEC, 2014, p. 89).

Portanto, o PET tem um papel importante no contexto nacional da melhoria da educação no ensino superior brasileiro, em especial o público. E para entendermos como isso se evidencia, o aumento do número de grupos é um dado importante.

O relatório da SESu (BRASIL/SESu/MEC, 2014) demonstra a evolução do PET no período de 2003 a 2014, sendo que no primeiro ano da série, o programa possuía 295 grupos, o que se manteve até 2005, em 2006 eram 324 grupos, 368 em 2007, 398 em 2008 e 428 em 2009. No ano de 2010 teve um salto significativo no número de grupos no País, total de 780, que se manteve em 2011, chegando a 843 em 2012 e assim se mantendo até o ano de 2014 quando o estudo se encerra.

O avanço no número de grupos veio acompanhado do desafio colocado para a comunidade petiana e a SESu/Depem, na gestão da Professora Martins (2006, p. 02) que era a

realização da avaliação nacional de grupos e tutores do PET, o início do debate sobre a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão no âmbito do programa, a perspectivas de analisar e sistematizar experiências

desenvolvidas pelos grupos PET, além de tratar de aprofundar a discussão acadêmica sobre a Educação Tutorial [...].

Como já dito, o PET foi instituído pela Lei nº 11.180/2005, e progressivamente foi sendo regulamentado pelas Portarias nº 3.385/2005, nº 1.632/2006, nº 1.046/2007. Segundo informações na página eletrônica do PET/SESu/MEC<sup>2</sup>, a Portaria nº 976/2010<sup>3</sup>, de 27 de julho de 2010, trouxe mudanças como a maior flexibilização e dinâmica na estrutura dos grupos; a união do PET com o Conexões de Saberes; maior aproximação com a estrutura acadêmica da universidade, via os Projetos Pedagógicos Curriculares; além da definição da estrutura interna de gestão do PET como os Comitês de Acompanhamento e Avaliação (CLAA); e a mudança de definição de tempo máximo de exercício da tutoria de 6 anos.

Ainda no campo de regulamentação do PET, o MEC instituiu a Resolução nº 36, de 24 de setembro de 2013, que estabelece os procedimentos para creditar os valores destinados ao custeio das atividades dos grupos aos respectivos tutores, bem como a Resolução/CD/FNDE nº 42, de 4 de setembro de 2013, que estabelece as orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas a estudantes de graduação e professores tutores no âmbito do PET.

Para além da legislação do PET, segundo Melo Filho (2019), na fase de institucionalização do programa, entre 1986 a 1989, ocorreu o lançamento do Manual de Orientações Básica (MOB), que estabeleceu o número máximo de 12 alunos bolsistas (remunerados) por grupo. O MOB também previa a elaboração semestral do planejamento e do relatório de atividades de cada grupo para a avaliação pela IES e Capes. Já a versão de 2006, vigente até o momento (2020), foi elaborado para apresentar o programa quanto aos objetivos, procedimentos, atividades, avaliações e benefícios. Portanto, o MOB é um importante documento para a comunidade petiana, para as Pró-Reitorias e os CLAAs.

Como já dito, a luta pela manutenção do PET levou a sua institucionalização e, entre 2005 a 2010, ocorreu a expansão e o fortalecimento desta política pública para a educação superior no País. De 2010 até o presente momento, o PET tem passado por “reestruturação” que também tem impactado negativamente o programa, como exemplo, via a redução das verbas de custeio, a falta de uma

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet>>, acesso em 20/04/2020.

<sup>3</sup> A Portaria nº 976 foi atualizada pela Portaria nº 343, de 24 de abril de 2013, que alterou alguns dispositivos da 976 que dispõem sobre o PET.

política de avaliação geral do programa pelo MEC e o corte sumário de tutores após 6 anos à frente dos grupos.

### **Filosofia e objetivos do PET**

Segundo o MOB (BRASIL/MEC/SESu, 2006), o PET é destinado a alunos e professores que demonstram potencial, interesse e habilidades destacadas em formações de nível de graduação das IES. Para os alunos, o apoio pode ser concedido como bolsista até a conclusão do curso de graduação e para o professor tutor por três anos, podendo ser prorrogável por igual período. O MEC custeia as atividades dos grupos com o pagamento, semestral, de uma bolsa por alunos participante na condição de bolsista remunerado.

O programa é composto por grupos tutoriais de aprendizagem, no qual um professor exerce a função de tutor e busca propiciar aos alunos bolsistas, até 12 remunerados e até seis participantes na condição de voluntários, “condições para a realização de atividades extracurriculares, que complementem a sua formação acadêmica, procurando atender mais plenamente às necessidades do próprio curso de graduação e/ou ampliar e aprofundar os objetivos e os conteúdos programáticos que integram sua grade curricular” (BRASIL/MEC/SESu, 2006, p. 04).

O MOB apresenta as atividades extracurriculares com o objetivo de garantir aos alunos petianos oportunidades de vivenciar experiências não presentes em estruturas curriculares convencionais, ou seja, que os acadêmicos participantes do PET possam avançar para além da memorização de conteúdos e ser um sujeito ativo no processo de formação. Assim, o programa também visa a formação social e cidadã do aluno bolsista, favorecendo a formação acadêmica, tanto para a integração no mercado profissional como para o desenvolvimento de estudos em programas de pós-graduação.

Ainda segundo o MOB o PET constitui-se em uma modalidade de investimento acadêmico nos cursos de graduação que têm “compromissos epistemológicos, pedagógicos, éticos e sociais”. Objetiva uma formação global do aluno, tanto nos aspectos da qualificação profissional, mas também da pessoa humana como membro da sociedade.

A médio e longo prazo, a SESu/MEC espera fomentar a formação de profissionais de nível superior, nas diversas áreas do conhecimento, dotados de elevados padrões científicos, técnicos, éticos e com responsabilidade social, nas diversas áreas do conhecimento, que sejam capazes de uma atuação no sentido da transformação da realidade nacional, em especial

como docentes e pesquisadores pós-graduados em áreas profissionais. (BRASIL/MEC/SESu, 2006, p. 05).

Conforme o MOB (BRASIL, MEC-MOB, 2006), o PET tem como concepção filosófica a constituição de um grupo de alunos vinculados a um curso de graduação para desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão sob a orientação de um professor tutor, visando oportunizar aos discentes que estes ampliem a gama de experiências em sua formação acadêmica e cidadã.

Portanto, o PET tem como objetivo geral “promover a formação ampla e de qualidade acadêmica dos alunos de graduação envolvidos direta ou indiretamente com o programa, estimulando a fixação de valores que reforcem a cidadania e a consciência social de todos os participantes e a melhoria dos cursos de graduação”. (BRASIL/MEC/SESu, 2006, p. 07).

Os objetivos específicos do PET, em síntese, são assim apresentados no MOB-2006:

a) Formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país;

b) Estimular a melhoria do ensino de graduação, com novas práticas e experiências no âmbito do curso, com ações que integrem o ensino, a pesquisa e a extensão; que os bolsistas sejam agentes multiplicadores ao disseminar novas práticas e ideias ao conjunto dos alunos do curso de graduação e participando em ações da pós-graduação, bem como que desenvolva atividades que coloquem o bolsista e demais alunos do curso com a realidade social do curso, grupo e da IES;

c) Oferecer uma formação acadêmica de excelente nível, visando a formação de um profissional crítico e atuante, orientado pela cidadania e pela função social da educação superior, o que deve ser alcançado com ações coletivas e capacidade de trabalhar em grupo, facilitando o domínio dos processos e métodos de investigação, análise e atuação da área de conhecimento acadêmico-profissional; o bolsista deve se envolver em atividade que permitam o aprender fazendo e refletindo sobre; que o grupo propicie discussões de temas éticos, sócio-políticos, científicos e culturais, tanto relevantes para a formação profissional, para o país e para a formação cidadã. Esta formação de excelência precisa ter participação com igual ênfase no ensino, pesquisa e na extensão.

Além dos objetivos elencados, uma característica importante do programa é que no desenvolvimento das ações coletivas do grupo seja destacada a importância da interdisciplinaridade, em especial com cursos de graduação que tenham interface com outras áreas do conhecimento científico. Para isso, precisa-

se ir além da relação cotidiana com o tutor, mas envolver o corpo docente e discente do curso de graduação.

Além da formação calcada na excelência, formação cidadã e ética, esta precisa primar pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão de modo que a formação acadêmica do aluno petiano seja ampla e com conteúdos programáticos que evitem a especialização precoce ou aprofundamento em certas disciplinas ou subáreas da graduação.

Com base nesta filosofia do PET, um grupo tutorial se caracteriza pela presença de um tutor com a missão de estimular a aprendizagem ativa dos membros do grupo pelas vivências, reflexões e discussões, permitindo o desenvolvimento de habilidades de resoluções de problemas e o pensamento crítico entre os bolsistas. Ele deve desenvolver no grupo ações de ensino, pesquisa e extensão, articuladas, rompendo a memorização e desconexão social dos conteúdos ensinados de modo tradicional.

Outro ponto importante do MOB refere-se à ação em grupo e a dedicação do tutor e alunos petianos ao curso de graduação no qual estão inseridos. Assim, desenvolve-se o trabalho em equipe, com percepção da responsabilidade coletiva e do compromisso social dos petianos, o que não significa que as características e dinâmicas individuais do aluno deve ser desconsiderada, mas trabalhada neste coletivo.

Essa ação da tutoria entre professor e alunos expande para além do grupo, pois permite que o trabalho coletivo se dissemine para os alunos em geral, buscando modificar a dinâmica do curso de graduação, o que gerará uma interação com o projeto pedagógico do curso.

O MOB considera ainda o tutor como o responsável, perante a IES e a SESu, pelo planejamento, execução e supervisão das atividades bem como pelo desempenho do grupo sob sua orientação, e para isso deve contar com a contribuição de outros docentes do curso, os professores colaboradores do grupo. “Cabe a ele orientar os bolsistas no caminho de uma aprendizagem segura, relevante, ativa, planejada e adequada às necessidades do grupo e do curso como um todo”. (BRASIL/MEC/SESu, 2006, p. 07).

Para Asari (2005, p. 17):

O tutor, então, é alguém que desempenha o papel de facilitador, de interlocutor, de interface com o grupo de acadêmicos em que seus alunos estão inseridos, requerendo discussões e encaminhamentos fundamentados em visões sobre a educação, o ser humano, os valores, o sentido da aprendizagem e o percurso de formação profissional. [...]

Tutoria é a ação orientadora global, peça chave para articular a instrução dos alunos. O sistema compreende, assim, um conjunto de ações educativas que contribuem para desenvolver e potencializar as capacidades básicas dos alunos, orientando-os a tomar decisões em vista de seu desempenho e sua participação.

Com base na Portaria MEC nº 976, de 27 de julho de 2010 (alterada pela Portaria nº 343, de 24 de abril de 2013), que rege o PET atualmente, além do MOB e das normas para o custeio, conforme apresentados anteriormente, há também o destaque nos objetivos específicos do programa com a contribuição para as políticas de diversidade nas IES, por meio de ações afirmativas visando a equidade socioeconômica, étnico-racial e de gênero.

Conforme a Portaria nº 976, o PET está organizado administrativamente por meio de um Conselho Superior, de Comitês Locais de Acompanhamento e Avaliação (CLAA) e de uma Comissão de Avaliação

Como já enfocado, para a filosofia da tutoria, o professor tutor deve ter um perfil que permita atuar no ensino, na pesquisa e na extensão, com excelência, compromisso social e ético, além de estar atento para que as ações do grupo reflitam não só na formação dos alunos diretamente envolvidos, mas do curso como um todo. Portanto, para ser tutor de grupo PET, o docente deve atender aos seguintes requisitos: pertencer ao quadro permanente da IES, com regime de tempo integral e dedicação exclusiva; ter título de doutor e excepcionalmente de mestre, com justificativa pelo CLAA; não acumular qualquer outro tipo de bolsa; comprovar atuação efetiva em cursos e atividades na graduação por três anos anteriores; o professor para ser tutor terá que ser aprovado em processo de seleção, com participação de alunos na banca avaliadora, e conduzido pela Pró-Reitoria da IES ou órgão equivalente.

O tutor do grupo PET tem como atribuições as seguintes funções: planejar e supervisionar as atividades do grupo; orientar os integrantes discentes; coordenar a seleção dos bolsistas; submeter a proposta de trabalho do grupo para a Pró-Reitoria de graduação; elaborar o relatório de atividades e de prestação de contas do grupo e submeter à Pró-Reitoria de graduação e ao CLAA; ter dedicação mínima de dez horas semanais para orientar os integrantes do grupo; acompanhar a frequência e participação dos estudantes; cumprir as exigências do termo de compromisso de tutor.

Caso não sejam cumpridas essas obrigações, o tutor poderá ser desligado do PET, quando tiver avaliação negativa pelo CLAA, considerando os dispositivos legais do PET; por decisão da Pró-reitoria, conforme os dispositivos legais do PET;



após o exercício de seis anos no grupo, podendo concorrer a nova seleção pública para a tutoria do grupo PET.

Já para o aluno ser bolsista do grupo PET, conforme a Portaria nº 976, ele deve atender aos seguintes requisitos: estar regularmente matriculado como estudante de graduação; apresentar bom rendimento acadêmico conforme parâmetros fixados na IES; ter a disponibilidade de dedicação de 20 horas semanais para atividades do grupo PET.

A Portaria determina como deveres do estudante bolsista do grupo PET: zelar pela qualidade acadêmica do PET; participar de todas as atividades programadas pelo tutor; participar durante a sua permanência no PET em diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão; manter bom rendimento no curso de graduação; contribuir com o processo de formação dos seus colegas estudantes da IES; publicar ou apresentar em eventos de natureza científica um trabalho acadêmico por ano, individualmente ou em grupo; fazer referência da sua condição de bolsista do PET em suas publicações e trabalhos apresentados e cumprir as exigências do seu termo de compromisso. O bolsista recebe, mensalmente, uma bolsa no valor de R\$ 400,00.

O discente bolsista será desligado do grupo em decorrência dos seguintes casos: conclusão do curso, trancamento de matrícula institucional ou abandono do curso de graduação; desistência; rendimento escolar insuficiente; acumular duas reprovações em disciplinas após seu ingresso no PET; descumprimento das suas obrigações junto a Pró-Reitoria de graduação; descumprimento dos deveres indicados anteriormente e por prática ou envolvimento em ações não condizentes com os objetivos do PET.

Além dos doze bolsistas remunerados, o PET permite a inserção de alunos não bolsistas em até a metade do número de bolsista do grupo.

A ação ativa do aluno no PET tem como base o trabalho coletivo, no âmbito do grupo e extra, que articula o bolsista em ações não só individuais, mas que exige seu trabalho em grupo, com responsabilidade e compromisso social. As ações do grupo são articuladas ao Projeto Pedagógico Curricular do curso e deste com as ações da universidade e da sociedade de modo geral. Deste modo, em termos metodológicos, o PET mantém uma legislação e uma filosofia que devem ser seguidas pela prática da tutoria, com princípios filosóficos, éticos, sociais, além da legislação do programa.

Por fim, a Portaria 967 estabelece os elementos da avaliação do grupo e dos tutores do PET, tendo os seguintes objetivos: promover as ações do programa; consolidar o programa com ação de desenvolvimento da qualidade e do sucesso

acadêmico de modo a inovar a educação superior; deve ser identificadas as potencialidades e limitações dos grupos na execução dos objetivos do programa; e, contribuir para uma cultura de avaliação na graduação.

Os grupos são avaliados através dos seguintes itens: relatório anual; sucesso acadêmico do grupo; participação dos estudantes do grupo em atividades, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do PET; desenvolvimento de inovação e práticas educativas na graduação; as atividades do grupo devem estar alinhadas ao PPC do curso, e com as ações para a redução da evasão e insucesso nas formação em nível de graduação; publicação e participação em eventos de tutores e estudantes.

Seguindo tais diretrizes, nos propomos a refletir a respeito das ações realizadas durante os dez anos do grupo PET Geografia da Ufac, avaliando os desafios na formação de excelência e cidadã dos alunos, via prática tutorial, que constitui-se no aprofundamento do estudo e nas discussões conceituais da ciência geográfica e da sociedade atual.

### **A trajetória do grupo PET Geografia Ufac**

Como já dito, a luta pela manutenção do PET levou a sua institucionalização, e entre os anos de 2005 a 2010 ocorreram a expansão e o fortalecimento desta política pública para a educação superior no País. De 2010 até o presente momento, 2020, o PET tem passado por “reestruturação”, e que também tem impactado negativamente o programa, como exemplo, via a redução das verbas de custeio, a falta de uma política de avaliação global do programa pelo MEC e o corte sumário de tutores após 6 anos à frente dos grupos.

O relatório da SESu (BRASIL, 2014), demonstra a evolução do PET no período de 2003 a 2014, sendo que no primeiro ano da série, o programa possuía 295 grupos, o que se manteve até 2005; em 2006 eram 324 grupos; 368 em 2007; 398 em 2008, ano em que o grupo PET Geografia foi aprovado no edital de seleção de novos grupos. Em 2009 eram 428. No ano de 2010 teve um salto significativo no número de grupos no País, chegando ao total de 780, que se manteve em 2011, passando para 843 em 2012 e assim se mantendo até o ano de 2014 quando o estudo se encerra.

Segundo o levantamento realizado pela Cenapet – Comissão Executiva Nacional do PET, o histórico de editais MEC/SESu para a criação de novos grupos PET, demonstra os seguintes números:

**Quadro 01: Histórico de Editais MEC/SESu para Novos Grupos PET**

<b>Edital nº/ano</b>	<b>Novos grupos do Edital</b>	<b>Total de grupos PET</b>
Criação do PET 1979	03	03
Ano de 1996	325	325
Edital nº 3/2006	30	323
Edital nº 4/2007	44	367
Edital nº 5/2008	30	397
Edital nº 5/2009	30	427
Edital nº 9/2010	352	779
Edital nº 11/2012	63	842

**Fonte:** CENAPET, 2016. Org.: O autor.

Foi nesse contexto que a proposta para a criação do grupo PET Geografia da Ufac foi aprovada no ano de 2008, via o Edital nº 05/MEC/SESu/DIPES, lançado em 11/06/2008, com início das atividades para o ano de 2009.

O referido Edital tinha como objetivo a criação de 30 novos grupos PET destinados às IES, sendo distribuídos nos seguintes lotes: Lote 01 destinados às IES com no máximo 3 grupos PET; Lote 02 destinados até 10 novos grupos de IES com propostas envolvendo temas como meio ambiente e uso sustentável dos recursos naturais, políticas públicas em saúde, novos materiais e tecnologias, recursos energéticos e biodiesel, ciências genômicas e biotecnologia, desenvolvimento de *software*; Lote 03 pelo menos 10 novos grupos destinados à Instituições Federais de Ensino Superior que possuam quatro ou mais grupos PET.

A proposta para o grupo continha os seguintes elementos: identificação da Instituição, do curso e do professor candidato a tutor; lote da proposta, sendo que concorreremos no lote 01; justificativa para a formação do grupo, para a qual foi caracterizado o curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia da Ufac; iniciativa para formar o grupo; envolvimento institucional com o desenvolvimento da proposta; circunstâncias que favoreceriam a execução das ações propostas; relação da proposta do grupo PET Geografia da Ufac com o Projeto Pedagógico do Curso de graduação; apresentação das atividades de ensino, pesquisa e extensão; descrição dos resultados esperados para o primeiro ano do grupo; sistemática geral de acompanhamento e avaliação das ações e atividades propostas para o primeiro ano do grupo.

A trajetória do curso de Geografia da Ufac pode ser resumida com o início na década de 1970 como Estudos Sociais e, a partir de 1978, como Curso de Licenciatura Plena em Geografia, que se manteve até o ano de 1990 quando houve também a criação do Curso de Bacharelado em Geografia, via a modalidade de

Tronco Comum para ambas as modalidades nos quatro primeiros semestres. Nos outros quatro, o aluno seguia para os Troncos Diversificados das respectivas modalidades, licenciatura ou bacharelado.

Conforme abordado no projeto de seleção do Grupo PET Geografia, para o Edital nº 05/MEC/SESu/Dipes, intitulado “Por uma Geografia da e na sociedade: uma proposta de ensino, pesquisa e extensão”, a iniciativa da proposta em formar um grupo PET Geografia Ufac se deu pelo atual tutor e outros professores do Curso de Geografia, em especial a Professora Karina Furini da Ponte, ambos interessados em buscar melhor formação profissional aos discentes. Além disso, a proposta previa: melhorar a avaliação no Enade, já que em 2005 recebeu conceito 3; reduzir a disparidade entre a entrada de alunos, via vestibular (naquela época), com o número de formandos tanto na Licenciatura como no Bacharelado; maior interdisciplinaridade entre os professores e suas áreas de pesquisa e de ensino; possibilitar que os alunos se envolvessem no processo de ensino, pesquisa e extensão almejando uma formação mais sólida, com perspectiva de engajar na pós-graduação e no mercado de trabalho; e, permitir um maior intercâmbio do curso com a Universidade e com a sociedade.

Naquele momento, o Curso de Graduação em Geografia Licenciatura teve uma entrada anual de 50 alunos (ampliação de 40 para 50 com o Reuni), contava com 174 acadêmicos matriculados (julho de 2008) e formou 26 graduados em 2007. Na modalidade Bacharelado teve entrada de 20 alunos, totalizando 83 discentes matriculados com conclusão de curso de apenas oito, em 2007.

Assim, o candidato a tutoria foi o Professor Me. José Alves, indicado entre os professores do Curso com base nos critérios do Edital e pelo fato do mesmo ter sido bolsista do PET do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina (PR), no período de 1999 a 2001, além de ter se colocado à disposição para elaborar a proposta para a seleção de um novo Grupo PET na Ufac.

O projeto foi então submetido ao edital SESu/MEC nº 05/2008, e entre os 30 projetos aprovados para novos grupos PET no País, o PET Geografia da Ufac foi contemplado no Lote 01, com 10 novos grupos, sendo o único na área de Geografia deste lote.

O objetivo geral da proposta do grupo é de proporcionar aos alunos do Curso de Graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) da Ufac o aprimoramento na formação acadêmica a partir do ensino, da pesquisa e da extensão, possibilitando a formação de um profissional mais qualificado para exercer suas funções, bem como, gerar condições para a continuidade da capacitação profissional na Pós-Graduação.

Os objetivos específicos do grupo PET Geografia são:

a) Proporcionar o aprofundamento na formação teórico-acadêmica com relação à ciência geográfica a partir de seminários, colóquios, minicursos entre outras atividades;

b) Possibilitar aos discentes o conhecimento das etapas do processo de pesquisa, bem como a sua realização através da orientação, instigando-o a esta prática como pesquisador e à Pós-graduação, permitindo que o resultado dessa atividade forneça melhorias para o Curso de Geografia;

c) Incentivar o intercâmbio entre os acadêmicos de diferentes períodos no Grupo PET, destes com o tutor e professores colaboradores, assim como com os demais discentes e docentes do curso de Geografia;

d) Construir, no cotidiano do PET, o processo de trabalho coletivo, de parceria entre seus membros (discentes e docentes), tendo como base o saber pensar e o saber fazer respaldados em ações éticas, no comprometimento com a cidadania e na formação básica e profissional;

e) Desenvolver atividades de extensão, de modo que os conhecimentos decorrentes do processo de ensino e pesquisa possam chegar ao cidadão, estreitando a relação do Curso com a universidade e a sociedade, gerando um efeito multiplicador;

f) Estimular os acadêmicos a relacionar teoria e prática a partir do trabalho de campo e das atividades de extensão;

g) Aprimorar o uso da linguagem escrita e oral a partir das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

h) Incentivar o estudo de língua estrangeira, tão cara aos alunos do Curso, para que eles tenham acesso a literatura em língua estrangeira e se preparem para o processo de seleção na Pós-Graduação;

i) Estimular a participação dos membros do grupo em encontros, congressos, simpósios, seminários e eventos da ciência geográfica, do PET e de áreas afins;

j) Permitir aos petianos e demais acadêmicos o acesso à linguagem do cinema por meio do Cinegeo;

k) Estimular o intercâmbio entre grupos PET da Ufac e as demais IES, por meio das parcerias, de modo que possibilite além da interdisciplinaridade, o intercâmbio de bolsistas PET do país;

l) Permitir o acesso às tecnologias da informação (computador e Internet), de modo que se possam desenvolver o sítio do PET na Internet, que permitirá a todos os interessados acompanhar as atividades desenvolvidas pelo grupo.

Com a aprovação do novo grupo PET para o Curso de Geografia da Ufac, iniciado no ano de 2009, as quatro primeiras bolsistas aprovadas no processo de seleção foram: Michele Marazzi de Oliveira, Gabrielle Medeiros de Amaral, Eliane de Lima Fernandes e Meysa Ribeiro Mesquista. Como bolsista não remunerada, tivemos a participação de Mariete de Souza Espíndola (*in memoriam*).

Durante o ano de 2009, o Professor Me. José Alves foi o tutor do grupo PET Geografia da Ufac, juntamente com a contribuição de outros colaboradores, em especial a Professora Karina Furini da Ponte, quando implementamos a primeira turma do grupo e desenvolvemos o planejamento para o ano de 2009.

No ano de 2010, o referido tutor se ausentou para cursar o doutoramento em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente (SP). Com a sua saída, o Grupo PET passou a ser tutoriado pela Professora Doutora Maria de Jesus Moraes, que já atuava no grupo como professora colaboradora durante o ano de 2009.

A Professora Maria de Jesus se manteve à frente do grupo até o ano de 2014, quando do retorno do Professor José Alves que reassumiu o grupo. Ele se manterá como tutor até novembro de 2020 quando completa seis anos junto à direção do grupo, quando o CLAA deverá realizar novo processo de seleção de tutoria para se adequar a legislação do Programa.

Assim, de 2009 a 2012, o grupo se consolidou no tocante ao número total de bolsistas permitidos pela legislação, sendo que em 2009 iniciou com 4 bolsistas, em 2010 teve processo de seleção para mais 4, totalizando 8 bolsistas, e em 2011 mais 4 novos foram selecionados, chegando ao número permitido de 12 bolsistas remunerados.

A seguir apresentaremos algumas reflexões a respeito das ações realizadas nesses 10 anos do grupo PET Geografia da Ufac.

### **Contribuições do Grupo PET Geografia**

Ao longo de 10 anos, o grupo PET Geografia Ufac buscou desenvolver um conjunto de atividades relacionadas ao ensino, a pesquisa e a extensão que permitiram fortalecer o Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Geografia (conforme apresentado anteriormente), bem como aproximar o curso da sociedade via os pilares básicos da formação acadêmica.

De modo geral, as atividades foram metodologicamente divididas nos eixos de ensino, pesquisa e extensão.

### **Atividades de ensino**

- a) Colóquios e seminários sobre conceitos e categorias geográficas, temas da atualidade e obras selecionadas;
- b) Cinegeo, com exibição e discussão de filmes e documentários com temáticas geográficas e contemporâneas;
- c) Palestras sobre temas pertinentes à realidade brasileira, especialmente à região Amazônica e a produção do espaço do estado do Acre, com professores e profissionais convidados;
- d) Realização de minicursos ministrados pelo tutor, por professores do Curso de Geografia e convidados;
- e) Trabalhos de campos - “Rotas Geográficas” - realizados na região da Amazônia Sul Ocidental, em diversas localidades do estado do Acre, especialmente no âmbito da fronteira trinacional, visando conhecer e refletir sobre essa realidade;
- f) Estudo de língua estrangeira (inglês e/ou espanhol);
- g) Participação na organização de eventos acadêmicos da área, como semanas de geografia, o encontro acreano de geografia e demais eventos do curso.

### **Atividades de Pesquisa**

- a) Minicurso sobre metodologia do trabalho científico em geografia;
- b) Desde o primeiro ano do grupo, os alunos bolsistas se inseriram na pesquisa a partir da elaboração e execução de projetos a serem realizados durante sua permanência PET Geografia. Na primeira avaliação do grupo, recebemos a orientação para que construíssemos um projeto de pesquisa coletivo, envolvendo todos os bolsistas, tutor, professores colaboradores, além de inserir alunos não bolsistas (voluntários) do Curso de Geografia;
- c) Os resultados das pesquisas foram submetidos e apresentados em eventos científicos, publicados em Anais de eventos e encontros locais, regionais e nacionais do PET, além da revista acadêmica do Grupo – Arigó: Revista do Grupo PET e Acadêmicos da Geografia / Ufac, publicada inicialmente em 2018.

### **Atividades de extensão**

- a) Planejamento e execução de projetos de extensão buscando envolver os petianos e professores com o curso, a comunidade universitária e a sociedade, via oficinas, minicursos, palestra/comunicação e exposição de pôster. O projeto de extensão inicial, para o primeiro ano do grupo, teve como tema a mudança de horário (fuso horário) no estado do Acre realizado nas escolas públicas;

b) Elaboração da página do Grupo PET Geografia Ufac na Internet como forma de aproximá-lo da sociedade e dos demais grupos na área de todo o Brasil: Facebook: <<https://www.facebook.com/paginapetgeoufac>> e página na *web*: <<https://wordpress.com/view/petgeografiaufac.wordpress.com>>.

Embora essas atividades de ensino, pesquisa e extensão tenham sido apresentadas separadamente para facilitar a exposição metodológica, na prática elas se interconectam, estão relacionadas e uma alimenta a outra. Os estudos dos seminários, dos colóquios, dos temas e conceitos geográficos pelos bolsistas permitem aprofundar o conhecimento geográfico a respeito da própria ciência que estão em formação e, com isso, refletir sobre sua prática de aprendiz na pesquisa e no fazer extensão.

Para melhor compreendermos a práxis do grupo, apresentaremos algumas das atividades realizadas na tríade ensino, pesquisa e extensão.

Desde o primeiro ano do grupo, as atividades de ensino têm priorizado a formação de excelência no curso de graduação de modo que os acadêmicos bolsistas possam aprofundar seus conhecimentos não só na grade curricular do PPC, mas também avançar na compreensão da aquisição de novos conhecimentos e desenvolver a criticidade.

As atividades envolvem seminários temáticos para a fundamentação teórico-metodológica via estudo de conceitos e categorias geográficas como paisagem, lugar, território, região, espaço, natureza e sociedade. Além dos seminários, também são desenvolvidos os colóquios de estudos de obras selecionadas que podem indicar estudos epistemológicos da geografia, de tema como a globalização e divisão internacional do trabalho, migração, estudos sobre o Programa de Educação Tutorial, por exemplo. A escolha das obras é indicada nas reuniões de planejamento entre os petianos e a tutoria.

Como a aquisição do conhecimento não ocorre somente pelos meios formais de veiculação do saber, a atividade Cinegeo é uma ação importante, pois explora o uso da linguagem cinematográfica, via exibição de filmes e documentários não só com conteúdo geográfico, mas para instigar a reflexão sobre temas envolvendo as desigualdades sociais e regionais; questão de gênero; racismo; minorias LGBT; territorialidades indígenas, rurais e urbanas. Nos 10 anos de grupo, esta atividade permitiu com que os bolsistas pudessem ter acesso a esta linguagem, pois em 2009, quando o grupo iniciou suas atividades, a capital acreana só tinha uma sala de cinema e não havia as plataformas de *streaming* e a redução de custos para o acesso desses produtos. Portanto, foi possível valorizar os filmes e documentários como conteúdo metodológico para o professor de geografia ter mais uma ferramenta



didática na sua práxis docente. No ano de 2018 realizamos uma parceria com a plataforma Videocamp, que por ser *online* (<https://www.videocamp.com/pt>) e gratuita permite a licença para conectar filmes transformadores a espectadores que podem mudar seu olhar sobre sua realidade e o mundo.

As palestras oferecidas a partir da atividade PET Recebe é outra atividade realizada que permitiu aos alunos diretamente envolvidos no grupo e aos demais acadêmicos dos cursos de geografia, o contato com professores de outros cursos, instituições e da própria geografia que recém chegados da pós-graduação, tanto do mestrado, doutorado e pós-doutorado expusessem seus trabalhos para conhecimento e debate.

Para a ciência geográfica, as ações de ensino não se restringem ao espaço da sala de aula e aos laboratórios, pois contamos com o trabalho de campo que é uma ferramenta metodológica para a prática de ensino, de pesquisa e de extensão importante para o trabalho do geógrafo e do professor pesquisador. Para exemplificar a importância da atividade no grupo e no curso de Geografia da Ufac, relataremos a primeira ação do grupo com a rota geográfica, ocorrida no ano de 2009.

O trabalho de campo ocorreu na área de fronteira entre Brasil e Bolívia, trajeto Rio Branco – Brasília (Acre) – Cobija (Bolívia), envolvendo 30 alunos, tanto do Grupo PET como do curso de Geografia Licenciatura e Bacharelado, que cursavam as disciplinas: Geografia das Indústrias II, ministrada pela Profa. Ma. Karina Furini da Ponte; Geografia da Amazônia II, ministrada pela Profa. Dra. Maria de Jesus Moraes; e, Regionalizações e Regiões do Brasil, sob a responsabilidade do Prof. Me. José Alves. A parceria entre os professores do curso e PET permitiu retomar uma prática pedagógica para o curso de graduação em geografia da referida IES. Assim, a atividade teve como objetivo permitir aos alunos compreender, a partir da atividade do trabalho de campo, as dinâmicas territoriais na faixa de fronteira da Amazônia Sul-Occidental, bem como, desenvolver metodologia que articule teoria e prática. Também foram coletados dados nos locais visitados que embasaram o mini-curso de Geoprocessamento, tendo a participação de outros dois professores colaboradores do Grupo. Para tanto, os professores elaboraram o projeto da atividade, realizaram contatos e agendamento de entrevistas (agroindústria Álcool Verde, Fábrica de Preservativos Natex, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, lideranças de movimentos sociais em Brasília e Cobija). Os bolsistas contribuíram para este planejamento, além de ao participarem da atividade, tiveram demandas específicas como registro fotográfico, gravação das entrevistas e coleta de dados em campo para a produção de um relatório da atividade desenvolvida. (RELATÓRIO DE ATIVIDADE DO GRUPO PET GEOGRAFIA, 2009, p. 11).

Outra atividade de formação complementar que permanece no planejamento anual do grupo é o estudo de língua estrangeira. Nesta, os bolsistas do grupo PET Geografia são estimulados a realizarem cursos de língua estrangeira com o objetivo de ampliarem seus conhecimentos de nova língua, mas também para que possam acessar obras em idioma estrangeiro e se prepararem para o mercado de trabalho e o processo de seleção na pós-graduação. De modo geral, a renda dos alunos do curso não lhes permitem que se matriculem em uma escola de idiomas, mesmo com a bolsa remunerada, o que exige que encontremos outras possibilidades como as plataformas digitais para estudo, o Inglês Sem Fronteiras, o projeto *MyEnglish Online* fornecido pela Capes, minicursos nos cursos de línguas na Ufac, são algumas das ações indicadas.

O tutor e os acadêmicos envolvidos diretamente no grupo PET Geografia priorizam participar de encontros locais, regionais e nacional do Programa de Educação Tutorial. No ano de 2009, ainda quando o grupo era composto por quatro bolsistas e uma voluntária, participamos do IV Encontro Nacional de Grupos PET, intitulado “Os paradigmas da Geografia: (re)pensando o território e o ambiente no ensino, pesquisa e extensão”, realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), na cidade de Três Lagoas, entre os dias 27 a 30 de outubro de 2009.

Naquele mesmo ano de 2009, o grupo PET Geografia participou da organização do “1º Encontro InterPET da Ufac”, que objetivou ser um espaço de diálogos e trocas de experiências entre os grupos PET da instituição. Nesse primeiro encontro participaram os Grupos de Agronomia, Educação Física, Geografia e Letras. As atividades foram: abertura; apresentação dos grupos e seus respectivos membros; principais ações desenvolvidas pelos Grupos PET da IES no ensino, pesquisa e extensão. A iniciativa permitiu fortalecer os grupos, desenvolver parcerias e ter um momento para dialogar sobre as práticas realizadas.

O PET Geografia também participou da organização dos InterPET Ufac subsequentes, de modo que em 2020 consta no planejamento dos grupos da Instituição o V InterPET Ufac, o que reforça o programa na instituição que começou em 1998, com a criação do PET Agronomia, no campus de Rio Branco. Em 2008 foram aprovados junto ao MEC os grupos PET Letras, PET Geografia e PET Educação Física. Em 2010 foram implementados os grupos PET Agronomia, no campus de Cruzeiro do Sul, PET Economia, PET Conexões de Saberes Matemática, PET Conexões de Saberes Comunidade Quilombola e Comunidade do Campo e PET Conexões de Saberes Comunidade Indígena, no campus sede.

Além dos encontros locais do programa, o grupo PET Geografia também participou de eventos nacionais e na organização Enapet 2016 e do regional de 2019.

O ano de 2016 marcou de modo positivo os grupos PET da Ufac, em especial o PET Geografia. Nesse ano, a Ufac realizou o XXI Enapet - Ensino, Pesquisa e Extensão: Indissociabilidade, que ocorreu entre os dias 01 a 05 de agosto. O grupo teve atuação ativa em todas as atividades, participando das mais variadas comissões (infraestrutura, monitoria, científica, alojamento, alimentação, cultural), apresentando trabalhos na forma oral e em banners e ofertando minicurso. O evento contou com mais de 300 participantes e foi realizada a organização e publicação dos Anais do XXI Enapet UFAC, que contou com a publicação de todos os resumos e artigos completos aprovados no evento. Os Anais foi uma conquista para a comissão científica tendo em vista que nos Enapets anteriores não foram publicados. Este foi intitulado: **Anais do Encontro Nacional dos Grupos PET – Enapet “XXI Enapet: Ensino, Pesquisa E Extensão: Indissociabilidade.**

Em escala regional, o grupo participou da organização do VI Encontro dos Grupos do Programa de Educação Tutorial da Região Norte - VI Nortepet - Ufac - 2019, intitulado "PET 40 Anos de Integração e Resistência: fortalecimento dos Grupos PET da Região Norte", que ocorreu entre os dias 25 e 26 de abril de 2019, na Universidade Federal do Acre. O encontro foi realizado em parceria com os grupos PET da Ufac e fomentado pela Pró-Reitoria de Graduação da Instituição. Foram 91 inscritos, sendo 79 alunos de graduação, 3 de pós-graduação e 10 professores tutores, oriundos dos estados do Acre, Rondônia, Tocantins, Amazonas e Pará. Foram submetidos 41 trabalhos, dos quais 40 foram aceitos.

No ano de 2018, o grupo contribuiu, com a Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia, para a organização da XXV Semana de Geografia da Ufac que ocorreu entre os dias 24 a 26 de setembro de 2018 e teve como meta proporcionar aos alunos e demais interessados conhecimentos e ações acadêmicas que pudessem fortalecer a prática estudantil e profissional. Para isto, o tema norteador do evento "O Brasil em tempo de crise: Uma contribuição crítica da ciência geográfica", foi discutido em conferência de abertura, mesas redondas, diálogos temáticos, além da mediação com o espaço de diálogo, no qual os participantes tiveram a possibilidade de apresentar e debater suas experiências, pesquisas e ações no ensino e na extensão. Foram 151 inscritos que participaram de minicursos e apresentação de trabalhos. O grupo também participou da organização dos Encontros Acreanos de Geografia (Eageo), nos anos de 2017, 2018 e 2019.

Durante sua trajetória, o grupo PET Geografia tem desenvolvida a atividade Abril Indígena, que visa refletir sobre o “dia do índio”, de modo a estimular o espírito crítico dos graduandos, criar mecanismos de preparar o futuro profissional para uma atuação pautada na cidadania e pela função social da educação superior, como defendido nas diretrizes do programa. Além disso, buscamos também fortalecer uma política de diversidade na instituição de ensino superior, a partir de ações afirmativas em defesa da equidade socioeconômica, étnico-racial e de gênero.

Essas atividades do Abril Indígena contaram, desde a primeira edição, com a realização da Ana Patrícia Chaves Ferreira do Conselho de Missão entre Povos Indígenas - Comin Sul do Amazonas e Acre, tanto nas palestras, exposição fotográfica e com o lançamento das cartilhas anuais em comemoração e reflexão sobre as semanas dos povos indígenas.

Ainda no campo da extensão, o primeiro projeto do grupo foi a oficina denominada “A Mudança de horário no estado do Acre: elementos para o debate a partir da extensão”. A motivação em realizar uma oficina sobre a mudança de horário ocorrida em junho de 2008, no estado do Acre, permitiu desenvolver esse projeto de extensão que visou compreender as implicações decorrentes da alteração do horário no cotidiano do acreano, tendo como foco os alunos do 6º ano (5ª série) da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Senador Adalberto Sena, localizada no município de Rio Branco/AC.

Ainda na articulação entre atividades de ensino e extensão, o grupo tem oferecido minicursos para os bolsistas e não bolsistas, bem como para os discentes dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia.

O minicurso “O uso de técnicas de geoprocessamento na apresentação do espaço e nos estudos ambientais” foi oferecido desde o primeiro ano do grupo e em anos subsequentes. O curso de 40 horas foi oferecido pelo Prof. Me. Cláudio Roberto da Silva Cavalcante, e teve como objetivo difundir o uso e as aplicações das técnicas cartográficas no processo de representação e análise espacial, sendo abordado conceitos, aplicações e práticas que compõem os instrumentos e as principais técnicas do geoprocessamento. Esse curso permitiu aos futuros profissionais da geografia uma ferramenta importante para a análise espacial e para o ensino da Geografia.

Outros dois minicursos recorrentes no grupo buscam capacitar os petianos para a compreensão da filosofia, normas e legislação do PET, bem como, a introdução aos conhecimentos metodológicos da pesquisa científica.

O minicurso “Filosofia, Legislação e Normas do Programa de Educação Tutorial” visa contribuir para as ações de integração dos PETs da Instituição, de modo que os bolsistas aprofundem o conhecimento sobre o Programa de Educação Tutorial<sup>4</sup>, sua filosófica, legislação, práxis petiana e ter acesso ao recém elaborado Regimento do Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação (CLAA) da Ufac.

O outro minicurso coordenado pelo tutor do grupo, intitulado “Introdução à Metodologia da Pesquisa Científica”, busca articular as ações de extensão com a pesquisa, de modo que os petianos e demais alunos do curso possam compreender os elementos centrais da metodologia do trabalho acadêmicos e como elaborar um pré-projeto de pesquisa. Portanto, essa ação tem permitido demonstrar a importância do conhecimento científico; os tipos de pesquisa; as formas de leitura de um texto; sua sistematização via fichamentos, resenhas, resumos; além da normatização da ABNT para o trabalho acadêmico. Por fim, consideramos fundamental que o petiano possa elaborar seu pré-projeto de pesquisa com tema de sua escolha, permitindo a diversificação de objetos de investigação.

A partir desse minicurso, os bolsistas do grupo PET Geografia conseguem dar o primeiro passo no desenvolvimento da pesquisa, pois ao concluírem a atividade, já têm em mãos um pré-projeto que será desenvolvido no âmbito do grupo e que poderá se desmembrar em monografias, no caso de discentes do bacharelado.

A pesquisa no grupo PET Geografia é abordada em duas perspectivas: as pesquisas individuais e a pesquisa coletiva.

As pesquisas individuais dos bolsistas ocorrem desde o ano de 2009, quando o grupo foi fundado, pois as ações na pesquisa buscam inserir os alunos bolsistas e não bolsistas no processo de produção de conhecimento, via orientação permanente do professor tutor e auxílio dos professores colaboradores, de modo que cada bolsista escolha em que tema quer pesquisar.

Com essa orientação construímos uma iniciação à pesquisa por parte dos alunos envolvidos no PET, de modo que ocorresse de forma gradual, sem o risco de especialização em uma determinada área da ciência geográfica, e de acordo com o interesse dos discentes sobre o tema, podendo com isso, aprofundar determinadas temáticas estudadas no curso de Geografia.

---

<sup>4</sup> Ementa do curso: História do PET - Programa de Educação Tutorial; concepções filosóficas e objetivos do PET; trajetória do Programa; Lei 11.180, de 23 de setembro de 2005; Portaria MEC Nº 976, de 27 de julho de 2010; Portaria MEC nº 343, de 24 de abril de 2013. Análise de conjuntura. Regimento do Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação (CLAA) do Programa de Educação Tutorial da Universidade Federal do Acre – Ufac.

Na primeira formação do grupo PET Geografia/Ufac, as pesquisas realizadas versaram sobre: 1) “A atividade industrial no Segundo Distrito da cidade de Rio Branco/AC: o Parque Industrial”, realizada pela discente Eliane de Lima Fernandes; 2) “A nova modelagem da urbanização na cidade de Rio Branco durante o mandato do Governo da Floresta (1999-2010)”, de autoria de Gabrielle Medeiros de Amaral; 3) “O discurso identitário da acreanidade materializado nos seus monumentos – o Novo Mercado Velho da cidade de Rio Branco”, da discente Meysa Ribeiro de Mesquita; 4) “A contribuição dos conhecimentos geográficos nos projetos desenvolvidos pela Escola Alcimar Nunes Leitão, do município de Rio Branco (AC), para abordar a temática ambiental no terceiro e quarto ciclos”, da bolsista Michele Marazzi de Oliveira Coelho; 5) “Trajetórias de famílias camponesas na fronteira do Acre com a Bolívia”, da bolsista voluntária Mariette de Souza Espíndola (*in memoriam*).

As pesquisas individuais apresentam temas escolhidos pelo(a)s petiano(a)s para o desenvolvimento ao longo da sua permanência no PET. Entre as demais pesquisas realizadas, destacamos:

a) “Atlas do município de Rio Branco-Acre”, desenvolvida pelo bolsista Renato da Silva Ferreira. O objetivo do trabalho é de elaborar o Atlas Geográfico do município de Rio Branco/AC com a finalidade de quantificar, analisar e interpretar diversos fenômenos físicos e sociais e sua distribuição no espaço. A pesquisa também resultou em seu Trabalho de Conclusão de Curso apresentada em 2019;

b) “A dinâmica territorial de ocupação e produção no estado do Acre: do antigo Seringal Catuaba a uma comunidade rural no município de Rio Branco (AC)”, foi a pesquisa desenvolvida no grupo PET Geografia e apresentada, em 2020, como trabalho monográfico de conclusão de curso pelo bolsista Isaías de Souza Durans. A pesquisa teve como objetivo compreender a dinâmica territorial na comunidade do Seringal Catuaba, inserindo-a no contexto de ocupação do estado do Acre, bem como, identificar as transformações territoriais ocorridas naquele espaço onde se localiza a referida comunidade;

c) “O estado do Acre como corredor internacional de mobilidade humana: o caso dos indígenas venezuelanos Warao na cidade de Rio Branco (AC)”, foi a pesquisa realizada por Dival Vieira de Araújo Neto enquanto voluntário do grupo PET Geografia e apresentada como trabalho monográfico neste ano de 2020. A pesquisa teve como objetivo analisar a mobilidade espacial e as condições de vida dos indígenas venezuelanos Warao na capital acreana, destacando a contextualização histórica, a compreensão do percurso escolhido, as condições de

moradia, o acompanhamento realizado e a legislação referente a eles. Como objetivo específicos, buscou-se compreender o estudo de caso no contexto do fluxo migratório internacional no estado do Acre no período de 2010 a 2019;

d) “A Faixa de Fronteira Acreana no Contexto da Segurança Nacional”, pesquisa desenvolvida pelo bolsista Thirson Rodrigues de Medina. O objetivo foi compreender qualitativamente a dinâmica da segurança no contexto da região da faixa de fronteira acreana, transformando em Trabalho de Conclusão do Curso de bacharelado em geografia apresentada em 2019. Esse tema foi revisado e apresentado no pré-projeto de pesquisa para a seleção no Mestrado em Geografia da Ufac, sendo o bolsista aprovado para a primeira turma deste Curso de Pós-graduação;

e) A “Juventude carcerária do Município de Rio Branco/ AC”, desenvolvida pela bolsista Rita de Cássia Gomes Lopes. A pesquisa em desenvolvimento busca traçar o perfil na juventude carcerária e identificar se existe seletividade no sistema penal para com um determinado grupo de juventude, sobretudo se essas variáveis podem condicionar ou ser condicionantes no encarceramento;

f) “Mobilidade territorial para o Acre: trajetórias de famílias migrantes”, foi o tema da pesquisa da bolsista Maria Liziane Souza Silva desenvolvida no grupo PET Geografia e apresentada no ano de 2012 como Monografia de conclusão do Curso de Bacharelado em Geografia. O estudo objetivou refletir sobre a migração de nordestinos para a região Amazônica, mais especificamente no estado do Acre, destacando as dificuldades encontradas pelos migrantes, os sonhos e as considerações que esses migrantes fazem de sua trajetória;

g) “Eventos acadêmicos científicos na construção do conhecimento do graduando em Geografia”, do bolsista Mario Gustavo Alves da Silva. O objetivo foi identificar a participação dos estudantes do curso de geografia nos eventos acadêmicos e científicos e os possíveis impactos desses eventos no decorrer da formação acadêmica do profissional em geografia;

h) “Alteração no microclima urbano em decorrência do crescimento das cidades médias”, do bolsista Eric da Silva França. A pesquisa, que resultou no trabalho monográfico de conclusão de curso apresentada em 2018, teve como questão norteadora a relação entre o crescimento da cidade e os impactos no seu microclima e sobre a sociedade local;

i) “Produção do espaço urbano: a questão da valorização do solo no Bairro Tucumã, na cidade de Rio Branco (AC)”, do bolsista Rondesson Vasconcelos. O estudo, que também foi ampliado para a Monografia apresentada em 2018, evidenciou os fatores que contribuíram para as mudanças espaciais no bairro

citado, bem como as características e vantagens a respeito das cidades médias, em especial, como se estrutura a produção do espaço urbano na escala local;

j) “O Complexo agroindustrial acreano e a utopia comunitária na Indústria Dom Porquito S/A: modernização ou exploração do trabalho?” A abordagem realizada pelo bolsista Lucas Gabriel da Silva Moraes teve o objetivo de analisar o complexo agroindustrial no estado do Acre, com ênfase na Dom Porquito Agroindustrial S/A (Brasiléia-AC), compreendendo como funciona a parceria comunitária entre indústria e camponês. A pesquisa foi apresentada como trabalho monográfico no curso de Bacharelado em Geografia em 2018. O petiano foi aprovado no seu último ano no PET no processo de seleção do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA), pelo Instituto de Agriculturas Familiares (Ineaf) da Universidade Federal do Pará;

k) “Inclusão no Ensino de Geografia”, pesquisa realizada pelo bolsista Pablo Nascimento da Silva. O objetivo central foi compreender o processo de inclusão no ensino regular no Brasil, tendo como enfoque as políticas e projetos de ensino e aprendizagem de geografia que atendam às necessidades dos alunos com deficiência visual, localizados em áreas periféricas da cidade de Rio Branco- Acre;

l) “A Área de Proteção Raimundo Irineu Serra – Aparis: de território de manifestações culturais à território de proteção ambiental”, foi a pesquisa desenvolvida pela bolsista Diana de Souza Bezerra, que resultou em seu Trabalho de Conclusão de Curso;

m) “Crescimento urbano e migrações intraurbana na cidade de Rio Branco”, foi a pesquisa desenvolvida pela bolsista Bárbara Uane Maia de Araújo e que resultou no trabalho monográfico de conclusão do Curso de Bacharelado em Geografia no ano de 2015;

n) “O Governo da Frente Popular e a valorização do solo urbano na cidade de Rio Branco – a questão do residencial Ecoville Rio Branco”, foi a pesquisa da bolsista Francisca das Chagas de Oliveira Cruz e que em 2015 originou em seu trabalho monográfico;

o) “Preconceitos Contra o Origem Geográfica: Imigrantes indocumentados na fronteira do Acre”, pesquisa realizada pela bolsista Luzanira da Silva Melo e apresentada como trabalho monográfico do curso de bacharelado em Geografia no ano de 2015;

p) “A Questão da luta por moradia na Cidade de Rio Branco: formação do Bairro João Eduardo”, foi a pesquisa realizada no grupo PET Geografia e que resultou em 2015 na conclusão de curso apresentada pela bolsista Maria Evanilce Gomes da Silva.



As pesquisas individuais são importantes, pois devido a heterogeneidade do grupo, temos alunos em diferentes momentos do curso e de vivência no PET. Isso permitiu pesquisas em estágios diversos, como aqueles autores com o primeiro contato sobre o tema de investigação, bem como o caso de discentes que concluíram a graduação com apresentação de pesquisas desenvolvidas no âmbito do PET. Tais pesquisas, de modo geral, são aprofundadas e apresentadas como Trabalhos de Conclusão de Curso de bacharel em Geografia.

Nas pesquisas os alunos bolsistas têm a oportunidade de orientação permanente do tutor e dos professores colaboradores, de modo a vivenciar práticas diferenciadas na construção do conhecimento, com acesso à linguagem científica, ao planejamento, ao desenvolvimento e a divulgação dos resultados.

Já as pesquisas coletivas, realizadas nessa trajetória do PET Geografia, tem focado nos temas e questões apresentadas a seguir.

A primeira pesquisa buscou compreender a dinâmica do agronegócio no estado do Acre, tendo como foco a análise da territorialização do capital sucroalcooleiro no contexto da política oficial de desenvolvimento regional dita sustentável, bem como, seus reflexos quanto às questões socioeconômicas e ambientais, decorrentes da ação do capital sobre o trabalho, apropriação e uso da terra. O referencial teórico-metodológico primou pela análise da produção do espaço levando em conta as contradições na relação capital—trabalho e ambiente, o que só pode ser feita a partir de uma leitura dialética dos fenômenos estudados e a articulações entre as diferentes escalas geográficas, como possibilidade de apreensão da totalidade se realizando nas singularidades locais e particular—idades regionais amazônicas. Os instrumentos de pesquisa se fundamentaram em elementos quantitativos como qualitativos, embasamento teórico e trabalho de campo para melhor compreensão da realidade estuda.

Apesar de todas as ações do grupo, que sempre foram avaliadas satisfatoriamente pelo CLAA e pelos planejamentos e relatórios apresentados à SESu, constatamos que desde o ano de 2014, o Programa tem sofrido com os cortes orçamentários para a educação superior, afetando diretamente 50% das verbas de custeio, além do atraso do repasse pelo FNDE. Isso tem gerado impactos negativos do custeio, atividades importantes não puderam ser realizadas continuamente nos grupos e o que tem impactado as pesquisas coletivas.

No caso do PET Geografia, a atividade denominada Expedição Geográfica foi afetada e com ela os trabalhos de campo com visitas técnicas fundamentais para a pesquisa coletiva realizada a partir de 2014 intitulada “Mundo do Trabalho e dinâmicas territoriais na faixa de fronteira da Amazônia Brasileira (Acre e

Rondônia) com o Peru e Bolívia”, deixou de ser realizada desde 2015. Desse modo, esta pesquisa foi realizada parcialmente com revisão bibliográfica e algumas atividades que não exigiram recursos do custeio, pois só conseguimos manter uma visita técnica na área de investigação no ano de 2014, quando os grupos receberam, pela última vez, a verba de custeio de modo integral.

A pesquisa coletiva ganhou estímulo, em 2018, com a investigação em rede da imigração internacional e o estado do Acre como rota de imigrantes haitianos, senegaleses, cubanos e venezuelanos. Esta pesquisa está sendo desenvolvida em parceria com as pesquisadoras do Curso de Geografia, organizadoras deste livro, e da Universidade de *Strathclyde* (Reino Unido), na qual o PET é parceiro. A articulação da pesquisa coletiva do PET Geografia com a pesquisa internacional está sendo fundamental para a continuidade de pesquisa de petianos bolsistas, não-bolsistas e de dois egressos que foram aprovados na primeira turma do Curso de Pós-Graduação Mestrado em Geografia da Ufac, dando seguimento as pesquisas iniciadas na graduação.

O grupo lançou no ano de 2018, a revista Arigó - Revista do Grupo PET e Acadêmicos de Geografia da Ufac. A publicação da revista do PET tem como objetivo permitir com que os bolsistas e alunos dos cursos da área possam ter um canal para divulgar e publicar os seus trabalhos acadêmicos, de pesquisa, de extensão, práticas de campo, experiências de estágio de ensino e demais reflexões geográficas. No ano de 2018 foi publicado o v. 1, n. 01 (2018) e, em 2019, o n. 2, v. 01, obtendo o ISSN: 2675-0724 da revista. Este último contém os trabalhos apresentados no VI Nortepet 2019 - Integrar para Resistir - fortalecimento dos grupos PET da região Norte.

No ano de 2020 (maio), o grupo está com ações para atualizar a publicação do volume 2, n. 2 (2019) e o volume 3, n. 1 e 2 (2020), de modo que a Arigó possa manter sua periodicidade semestral. Além do ISSN, a revista conta com programa de prevenção de plágio e com os seguintes indexadores: Sumários – Sumários de Revistas Brasileiras, Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras – Diadorim e Google Acadêmico. A revista está disponível na plataforma livre *Platform & Workflow by OJS / PKP*, disponível na página de Periódicos da Editora da Ufac – Edufac, via o endereço eletrônico:

<<https://periodicos.ufac.br/index.php/arigoufac/issue/view/153>>.

As atividades de caráter integrador possibilitaram as reuniões periódicas dos bolsistas e tutor, intensificando a integração do grupo e deste com o curso de Geografia. Nessas reuniões semanais ocorrem as atividades integradoras no âmbito do grupo.

## **Considerações finais**

As atividades realizadas nessa década pelo Grupo PET Geografia da Ufac permitiram manter a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão de modo a almejar a formação de qualidade dos alunos, com responsabilidade acadêmica e compromisso social.

O compromisso tem sido fortalecer a vivência em grupo entre alunos, professor tutor e professores colaboradores, e que esse espírito possa ser também exercitado com os alunos da graduação, tanto da Licenciatura quanto do Bacharelado em Geografia.

Com isso, almejou-se o fortalecimento do ensino público, laico, gratuito e socialmente referenciado, buscando a formação de excelência e com compromisso emancipatório. Com base na metodologia de tutoria, refletimos sobre as ações e as atividades desenvolvidas no grupo PET Geografia em questão, de modo a permitir a formação de excelência dos alunos, calcada no tripé ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista que o grupo completou 10 anos de funcionamento.

Como buscamos apresentar, as ações na tríade que sustentam a Universidade pública brasileira apresentam uma série de desafios e o exercício da indissociabilidade não pode ser responsabilidade exclusiva do PET, pois a própria Universidade tem obstáculos diários para manter o desafio da indissociabilidade.

No que tange ao PET, o exercício cotidiano na mediação das atividades visando a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão tem sido e continuará a ser um desafio permanente. Portanto, por mais que busquemos desenvolver essa prática, os grupos PET não podem assumir sozinhos este desafio como sendo só seu. O PET, por mais que tenha entre um dos seus objetivos a tríade, só pode contribuir para uma educação superior dialética, emancipada e compreendida nas contradições sociais, se tiver não somente a dedicação de tutores, alunos, professores colaboradores, coordenadores de curso e de centro, mas também das Pró-Reitorias de Graduação e fóruns de organização das IES, dos sindicatos de docentes, e também, principalmente, das políticas educacionais do governo federal perante às Universidades. A defesa da educação superior pública, de qualidade e socialmente referenciada passa por toda a comunidade acadêmica e sociedade, pois o desmonte da educação atinge frontalmente a Universidade e os programas dedicados a sua melhoria.

Assim, o PET tem passado por desafios constantes para a sua manutenção, com o corte de recursos, o atraso no pagamento das bolsas de alunos e tutores, a não reposição do valor da bolsa que está defasada à anos, o corte sumário de tutores

de grupos bem avaliados após seis anos à frente do grupo e o não repasse integral e com atraso das verbas de custeio.

Essas medidas impactam diretamente no planejamento dos grupos, mas apesar disso, as ações planejadas devem ser realizadas anualmente, os relatórios devem ser apresentados e com eles as ações devem permitir a formação de excelência dos bolsistas e seu compromisso social. Ou seja, mesmo com a precarização do programa por meio das políticas de desmonte do governo federal, as ações e atividades devem ser mantidas dentro da sua filosofia.

O programa também tem passado pela indiferença das instâncias superiores quando não realizam a avaliação do programa, quando não reúne a Comissão de Avaliação para permitir que os grupos sejam acompanhados e que possam expor suas dificuldades junto à SESu e às IES, pois muitos não receberam as contrapartidas necessárias para exercer suas atividades, como sala própria, equipamentos como computadores, impressoras, climatização de espaços, armários, mesas, enfim, uma infraestrutura que deveria ser de responsabilidades das IES.

Apesar das dificuldades relatadas, o grupo PET Geografia na Ufac tem conseguido, nessa década, resultados positivos não só para os alunos participantes, mas para o curso e coletivo envolvido. Portanto, as ações do grupo tem permitido alunos mais envolvidos no curso, participando de Colegiados de Curso, de representação em Assembleia de Centro, se mobilizando para a organização e participação em eventos acadêmicos como as Semanas de Geografia, os Encontros Acreanos de Geografia, os Encontros Internos dos Grupos PET da Ufac – InterPET, da organização do Encontro Nacional e Regional do PET sediados pela Ufac – Enapet e Nortepet.

A oportunidade de realizarem pesquisas no grupo tem contribuído para que os alunos construam seus conhecimentos com mais autonomia, participando de eventos acadêmicos do curso e do PET não só como ouvintes, mas como expositores e sujeitos mais ativos.

A experiência da participação do grupo PET Geografia Ufac também permitiu que egressos do curso de geografia tivessem a oportunidade de ingressar em cursos de pós-graduação em mestrado na Universidade Federal do Acre, na Universidade Federal de Rondônia e na Universidade Federal do Pará. Como também a atuação como professores de Geografia em várias escolas de ensino fundamental e médio, tanto públicas como privadas de Rio Branco e demais municípios do estado do Acre. Há egressos do PET atuando como docentes nos

Institutos Federais do Acre e na Universidade Federal do Acre, além de órgãos públicos nos governos estadual e municipal.

Assim, o grupo permitiu aos alunos petianos a conclusão do curso, com apresentação dos seus trabalhos monográficos do bacharelado, o que tem impacto na redução da evasão. A possibilidade de bolsa, o acompanhamento direto do tutor e professores colaboradores e o trabalho em grupo tem permitido mais apoio, não só financeiro, mas pedagógico e pessoal para que os discentes não desistam do curso diante das dificuldades de ordem acadêmica e pessoal que possam enfrentar durante a jornada na graduação.

## **Referências**

ASARI, Alice Yatiyo (Org.). **Contribuições geográficas: 10 anos de PET**. Londrina (Pr): Edições Humanidades, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014**. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação (Brasília). Portaria nº 976, de 27 de julho de 2010 - Atualizada pela Portaria nº 343/2013. Dispõe sobre o Programa de Educação Tutorial – PET. **Diário Oficial da União**: seção 01. Poder Executivo, Brasília, nº 212, p. 40-42, 31 de out. 2013a.

BRASIL. Ministério da Educação (Brasília). Portaria nº 343, de 24 de abril de 2010. Altera dispositivos da Portaria MEC no 976, de 27 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa de Educação Tutorial - P E T. **Diário Oficial da União**: seção 01. Poder Executivo, Brasília, nº 79, p. 24-25, 25 de abr. 2013b.

BRASIL. Ministério da Educação (Brasília). **Portaria nº 36**, de 24 de set. de 2013. Estabelece os procedimentos para creditar os valores destinados ao custeio das atividades dos grupos PET aos respectivos tutores. Brasília: FNDE, 2013. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4911-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-36,-de-24-de-setembro-de-2013>> . Acesso em: 12/05/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de Orientações Básicas do Programa de Educação Tutorial**. Brasília: Sesu, 2006a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Relatório Geral de Avaliação Nacional - ano 2006**. Brasília: MEC, 2006b.

MARTIN, Maria da Graça Moraes Braga. **O Programa de Educação Tutorial-PET: formação ampla na graduação**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba (Pr), 2005.

MARTINS, Iguatemy Lucena. **Educação Tutorial no Ensino Presencial** — uma análise sobre o PET. Brasília: SESu/MEC, 2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/PET/pet\\_texto\\_iv.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/PET/pet_texto_iv.pdf)>. Acesso em: 14 de abril de 2020.

MELO FILHO, José Fernandes. Programa de Educação Tutorial: Trajetória, desafios e articulações. **Revista Eletrônica do Programa de Educação Tutorial**, Três Lagoas/MS, v. 1, n. 1, p. 33-56, out. 2019.



# FORMAÇÃO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: O EXTRATIVISMO DA BORRACHA NO ACRE<sup>1</sup>

*Karina Furini da Ponte<sup>2</sup>  
Antonio Thomaz Junior<sup>3</sup>*

## **Introdução**

O capítulo tem como objetivo analisar o papel do extrativismo da borracha para a formação territorial da região amazônica, mais especificamente, do estado do Acre, durante o final do século XIX até início do XXI.

Para isso, tomou-se como ponto de partida a produção da borracha em escala comercial a partir do final do século XIX devido sua importância para a Amazônia tanto em termos de vinculação internacional diante do abastecimento das indústrias nascentes oriundas da Revolução Industrial, quanto internamente pelo resultado no processo de “ocupação” populacional da região.

A economia da borracha perdurou até o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) com o abastecimento dos EUA e após, o retorno para a produção asiática, a Amazônia viu um declínio considerável na produção internacional do látex. Desde então, mesmo com ações do governo federal e estadual, se mantém como uma atividade tradicional na região e vinculada mais ao caráter social do que necessariamente comercial, já que a produção local não apresenta uma escala

---

<sup>1</sup> O capítulo é resultado das discussões oriundas da tese de doutorado intitulada “O desenvolvimento sustentável e o controle social da natureza e do trabalho: um estudo a partir da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri (AC)” defendida em outubro de 2014 pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (Unesp - campus de Presidente Prudente) sob orientação do Prof. Dr. Antônio Thomaz Junior.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós Graduação em Geografia e dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Acre (Ufac). E-mail: karinaponte211@hotmail.com

<sup>3</sup> Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação da FCT//Unesp/Presidente Prudente; Pesquisador PQ/CNPq; Coordenador do CEGeT. Email: thomazjr@gmail.com



de grande produção e preços competitivos, assim, a produção nacional se concentra no abastecimento regional e nacional.

As discussões e análises veiculadas neste capítulo são oriundas de leituras de obras de referência; entrevistas e conversas com seringueiros, lideranças do sindicato dos trabalhadores rurais e parlamentares do Acre; como também coleta de dados secundários no IBGE, Seaprof e Cooperacre. Assim, foi possível compreender o papel do extrativismo para a formação territorial do Acre enquanto um produto de exportação e como podemos pensar o papel da produção gumífera a partir da década de 1990, momento em que a borracha passa a ter uma abrangência mais regional e nacional de abastecimento.

### **O papel do extrativismo da borracha para a formação territorial da região amazônica**

A ocupação e a inserção do espaço amazônico à economia-mundo remontam ao período da colonização, com a invasão portuguesa nessa região. Porém, o aprofundamento desta política mercantilista de integração da Amazônia só ocorreu no início do século XVIII, com a criação da Companhia do Grão-Pará e do Maranhão pelo Marquês de Pombal.

Para Pereira (2005, p. 70), esta companhia representou “o primeiro modelo de economia organizado a fazer funcionar o extrativismo das riquezas amazônicas”, principalmente com as drogas do sertão e produtos como a castanha, a sorva, a borracha de uso artesanal e a agricultura.

Nesse sentido, Becker (2005, p. 23) reforça que “a ocupação da Amazônia ocorreu em surtos a partir da valorização de produtos extrativos no mercado internacional”, sendo que, primeiramente, foram comandados por Portugal a partir de uma economia colonial, em seguida pela Inglaterra, e depois com os Estados Unidos, ambos na passagem da mercantilização para a industrialização, inclusive no período em que a extração da borracha entra no circuito internacional da Revolução Industrial.

Então, foi somente no final do século XIX que a região viveu um período de desenvolvimento a partir da exploração da borracha. Isso primeiramente nas áreas próximas a Belém, nas ilhas do estuário (Marajó), e em rios como o Xingu e o Jarí. Como a atividade da borracha ocorreu de forma predatória nessas áreas mencionadas e com a descoberta de seringueiras mais produtivas, a atividade foi obrigada a migrar para outras regiões, e foi neste processo que alcançou as terras do atual estado do Acre, sobretudo nos altos cursos do Purus e do Juruá.

A região amazônica tem uma tradição no cultivo e na extração da borracha, pois sua ocupação está acompanhada pelo aproveitamento dos produtos da floresta, principalmente a borracha natural, tanto é que seu processo histórico se associa aos diferentes períodos de auge e crise dessa atividade econômica.

Desse modo, no final do século XIX e princípios do século XX, foi dado início ao primeiro auge da borracha na Amazônia, o que gerou transformações de grande magnitude na organização espacial da região e nas relações internas bem como internacionais.

Dentre as relações internacionais, foram as novas necessidades advindas da Revolução Industrial que provocaram a inserção da Amazônia, a partir da exportação da borracha, na economia-mundo “em função da importância da borracha como matéria-prima de componentes para as máquinas industriais e na fabricação de fios para redes elétricas e de comunicação (telégrafos, telefone, energia)” (PORTO GONÇAVES, 2001, p. 83).

Em seguida, a produção generalizada de pneumáticos amplia a utilização da borracha e aumenta a relevância da Amazônia dentro da nova divisão internacional do trabalho.

Já internamente, muitas transformações espaciais foram identificadas na região, como a migração nordestina para constituição de mão de obra na extração do látex, sendo o mais importante fluxo de povoamento na Amazônia. Isso se deve à situação de seca vivenciada pela população no nordeste brasileiro que gera, conseqüentemente, a dificuldade de vida e de trabalho e a necessidade de buscar novas áreas que permitam sua recriação.

Outra importante alteração espacial na região Amazônica e, predominantemente no território que hoje compreende o estado do Acre, devido à inserção da borracha no circuito internacional, foi a introdução do seringal empresa, como aborda Porto Gonçalves (2001), como sendo uma organização de caráter empresarial já que se destinava à produção da matéria-prima (borracha) para a fabricação de mercadorias para abastecer as novas necessidades da Revolução Industrial.

A organização desse modelo socioeconômico de extração da borracha (seringal empresa) estava estruturada sob o sistema de aviamento. A respeito, Silva (2003, p. 103) acrescenta que:

no sistema de aviamento, o capital mercantil através das casas aviadoras aviam o seringalista, que por sua vez avia o seringueiro. As casas eram financiadas pelas casas exportadoras que, ligadas ao capital monopolista internacional conformava o nó mais forte da trama.

As casas aviadoras localizadas em Belém e Manaus, que representavam uma ligação primária com o capital mercantil-industrial, eram as responsáveis pelo abastecimento de víveres e instrumentos de trabalho aos seringalistas que “vendiam” através do barracão aos seringueiros.

Por outro lado, os seringueiros participavam nessa relação baseada no sistema de aviação através de seu trabalho na extração da borracha, que fornecia ao seringalista que repassava para as casas aviadoras, e assim destinava ao capital monopolista internacional. Ao mesmo tempo, estabelecia uma relação de dependência ao ter que adquirir suas necessidades somente através da aquisição no barracão.

A base da relação de produção e de trabalho no sistema de aviação para a extração da borracha não havia mediação monetária, sendo, pois, realizada pela troca de produtos (bens de consumo e instrumentos de trabalho por borracha). Neste tipo de relação, o seringueiro ficava dependente (ou preso) por dívida, tanto pelo pagamento das despesas com o deslocamento, como pela compra de produtos de subsistência no armazém do seringal (barracão). Além disso, não lhe era permitido o cultivo de produtos para sua subsistência (PAULA, 2005; (SILVA, 2003).

Tal mecanismo constituía-se em relações representativas de controle e dominação do seringueiro, nas quais correspondem às fissuras do sistema metabólico onde o trabalhador estava submetido a consumir e a seguir normas que lhe eram impostas, e a não ter acesso à natureza, ou à terra e à água, como alternativa de autossustento.

Essa relação de dependência do seringueiro ao seringalista, e conseqüentemente às Casas Aviadoras, proibia o seringueiro de praticar a agricultura, pois impedi-los de:

plantar para sua sobrevivência e obrigá-los a só produzir borracha era viabilizar as casas aviadoras que não só compravam borracha, mas também vendiam alimentos, utensílios e outros supérfluos [...] para que, aumentando as suas dívidas, aumentasse sua dependência de maior produção de borracha (PORTO GONÇALVES, 2001, p. 86).

A não permissão da prática da agricultura de subsistência controla/coíbe o trabalhador ao especializá-lo somente na extração da borracha, ao mesmo tempo em que retira a possibilidade de sua autonomia de vida, ao fazê-lo depender da compra de produtos para sua sobrevivência e impedir sua realização própria através de uma agricultura camponesa.

O ápice da retirada da autonomia do seringueiro não ocorreu somente com o impedimento da produção de gêneros de necessidade básica por eles próprios, mas também com a impossibilidade de constituir família, já que no período áureo da borracha esse tipo de laço social era proibido tanto que prostitutas faziam parte do abastecimento oferecido pelos seringalistas (PORTO GONÇALVES, 2001).

A família significava um desvio do seringueiro do seu trabalho, pois o foco do sistema de aviação nos seringais era a produção de borracha para abastecer o mercado internacional das indústrias nascentes, principalmente as automobilísticas. Assim, o seringueiro deveria somente entrar com seu trabalho na extração, sempre crescente, de borracha a fim de alimentar este circuito.

Já a agricultura de subsistência, ou roçado<sup>4</sup>, representa um instrumento de independência do seringueiro, significa a construção de um processo de autonomia interna em sua colocação<sup>5</sup>, por mais que fora dela as relações sejam baseadas na exploração e no controle do seringueiro pelo seringalista.

Segundo Silva (2008, p. 142), “o roçado tinha uma significância fundamental. Era a condição de ter mais autonomia e menos dependência no âmbito da produção e circulação de mercadorias e pessoas na região”, tanto é que após a primeira crise da produção da borracha para abastecer o capital monopolista internacional, por volta de 1910 a 1920, houve a retomada, principalmente nos seringais acreanos, da produção de pequenos roçados e criação de animais como autossustentação familiar.

Assim, no período de crise da borracha verificou-se uma diversificação produtiva e, por conseguinte, levou à melhora da alimentação e qualidade de vida dos seringueiros na região da Amazônia Sul-Occidental (PORTO GONÇALVES, 2001).

Portanto, o primeiro auge da borracha na Amazônia, ocorrido no final do século XIX e início do século XX, representou um modelo econômico, político e social que não privilegiou o desenvolvimento da região e de sua população. Primeiro, porque os recursos econômicos vindos da extração do látex acabaram não sendo utilizados para o desenvolvimento da região, pois foram drenados para

---

<sup>4</sup> Roçado: área destinada ao cultivo de lavoura branca pelos seringueiros em suas colocações, geralmente utilizada para a manutenção de sua família, e quando há excedente, podem comercializar.

<sup>5</sup> Colocação: representa a unidade produtiva e social do seringueiro no seringal. Ela é composta pela casa do seringueiro, barraco de serviços (defumador e outros), área de roçado, área de criação de pequenos animais e de pastagens com gado, e onde se encontram as estradas de seringa por meio das quais realizam o trabalho de extração e coleta da borracha.

o Centro-Sul do país; segundo, que era um produto destinado exclusivamente para a exportação, com vista a suprir a demanda industrial internacional; e, terceiro, a organização do espaço amazônico era comandada por poucas firmas estrangeiras, sendo assim, quando houve a queda da produção, o capital estrangeiro também migrou.

E o motivo dessa queda na produção gumífera da Amazônia, do início do século XX, se justifica pela concorrência com a produção asiática que, segundo Porto Gonçalves (2001, p. 91), se apresentava no circuito internacional com um preço menor do que a borracha amazônica. Além disso, a relevância da borracha para o complexo industrial fez com que os países importadores estabelecessem um controle político das áreas produtoras dessa matéria-prima. Assim, a extração da borracha na região amazônica, apesar de ser controlada por esses importadores europeus, tinha como intermediação as Casas Aviadoras, o que obrigava a dividir parte dos lucros. Já na região asiática, o controle se estendia por todas as fases da produção desde a comercialização, a distribuição e o consumo, estabelecendo uma dominação mais acentuada e vantajosa do ponto de vista político e econômico.

Deste modo, a fim de recuperar a economia da borracha nacional, os produtores da Amazônia buscaram apoio do governo federal, resultando no 1º Plano de Defesa da Borracha em 1912, e através dele criou-se a Superintendência de Defesa da Borracha (SDB) para coordenar ações voltadas para a produção regional da borracha e melhorias sociais.

Segundo Monteiro e Coelho (2004, p. 06), a ação de criação da SDB:

previa a concessão de remuneração aos que efetivassem a implantação de seringais ou instalações para o beneficiamento do látex. Passou também a oferecer bonificações em dinheiro a quem edificasse instalações portuárias e estradas de ferro, dentre outras obras. Além disso, o governo reduziu as alíquotas dos impostos cobrados sobre a borracha, sob a alegação de torná-la mais competitiva no mercado internacional.

Nesse contexto, tais medidas, baseadas em remunerações, bonificações e redução de impostos, correspondiam a metas ambiciosas, e assim, eram incompatíveis com a estrutura governamental da época. Por isso, já em 1914, o Plano foi finalizado sem cumprir seus objetivos.

Com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Amazônia retoma o auge da borracha e volta a ter importância no contexto internacional, pois “o Japão impede o acesso do Ocidente às fontes produtoras da borracha asiática e os aliados se voltam para a antiga fonte”, ou seja, à região amazônica (PEREIRA,

2005, p. 86). Com isso, houve um investimento muito grande principalmente por parte de empreendedores norte-americanos a partir da assinatura dos Acordos de Washington, em 1942, buscando o aumento da produção gumífera.

Estes acordos foram estabelecidos entre as autoridades norte-americanas e brasileiras nos quais os primeiros ficaram responsáveis pelo financiamento da produção da borracha na Amazônia, e ao governo brasileiro caberia encaminhar grandes contingentes de trabalhadores para os seringais, a fim de aumentar a extração da matéria-prima que seria fornecida aos EUA.

Assim, o governo federal organizou estruturas de recrutamento de força de trabalho tendo como origem o Nordeste do Brasil, aproveitando-se da situação de seca que flagelava a população local. Com isso, a migração passa a ser a saída para a busca da sobrevivência de muitas famílias que se destinam à região amazônica.

Nesse contexto, em 1942, houve o primeiro movimento migratório denominado de “batalha da borracha”, pois devido ao declínio da produção gumífera na década de 1920, muitos seringueiros foram “libertos” para outras atividades e, por fim, não havia força de trabalho suficiente para aumentar a produção. Assim, houve o direcionamento de um acentuado fluxo migratório para constituir um conjunto de mão de obra para “extrair no mínimo 70.000 toneladas de borracha, cota que pensava possível produzir na Amazônia durante o esforço de guerra” (MARTINELLO, 1988, p.86; COSTA SOBRINHO, 1992).

Em 1943 foi destinado outro fluxo migratório para a Amazônia, mas diferente do primeiro, já que agora a origem não foi somente o Nordeste, mas populações de outras áreas do país (Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais), e também divergente pelas aspirações dos migrantes, pois neste momento a busca não tinha como interesse primordial a sobrevivência, mas a oportunidade de conhecer novas áreas para trabalhadores precarizados e explorados pelas indústrias e ciente de seus direitos. Por esse diferencial os denominavam de arigó, pelo caráter “hostil e desordeiro”, já que não aceitavam de forma pacífica as condições postas e assim, questionavam a realidade da produção gumífera amazônica.

Diante desse panorama de reativação da economia da borracha através do Acordo de Washington, em 1942, o Banco de Crédito da Borracha teve um papel extremamente relevante, tanto no sentido de fomentar a produção como no controle do comércio e na fixação de preços. Vale lembrar que esta instituição contava com 40% de capital norte-americano (PEREIRA, 2005).

O fim da Segunda Guerra Mundial marca a segunda crise da borracha na Amazônia e o retorno ao mercado asiático, juntamente com a introdução da produção sintética. Deste modo, novamente os seringueiros retornam à produção agrícola e criação de animais de pequeno porte juntamente com a remanescente produção extrativista da borracha.

É nesse cenário que a intervenção estatal se torna a saída para os obstáculos da produção da borracha na referida região, pois o período de 1947 a 1967 foi marcado pelo monopólio da compra do produto pelo governo brasileiro.

Para regulamentar a atuação do Estado junto aos produtores de borracha a partir da instauração do monopólio da compra da borracha, o governo instituiu a Lei nº 86, de 08 de setembro de 1947, e com ela a Comissão Executiva de Defesa da Borracha com o propósito de “manter estoques de borracha, controlar a importação, fixar preços de compra e venda da borracha sintética, regulamentar a instalação de novas fábricas, fiscalizar o emprego de sucedâneos de borracha nos produtos finais, dentre outras atribuições” (ALLEGRETTY, 2002, p. 130).

Nesse contexto ainda, o Banco de Crédito da Borracha, criado em 1942 para financiar a produção gumífera através do Acordo de Washington, foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia (1947) que, juntamente com a Comissão Executiva de Defesa da Borracha, deveriam manter o monopólio da compra do produto e não permitir seu colapso.

Tais ações do Estado junto aos produtores de borracha na Amazônia ocasionaram debates entre o setor industrial nacional e o governo federal, já que as medidas praticadas através do monopólio da borracha refletiram no aumento substancial de seu preço, o que protegia o extrativista, mas não tornava seu produto competitivo internacionalmente, pois a borracha asiática chegava ao Brasil com um preço menor.

Neste contexto, além do embate mencionado anteriormente e da crescente demanda por borracha para atender as prioridades do governo militar de 1964, que correspondem à construção de estradas e, conseqüentemente, do transporte rodoviário e das indústrias automobilísticas e pneumáticas, extinguiu-se a lei do monopólio de comercialização da borracha e instaurou-se uma nova política para o setor no Brasil.

Com isso, surge a Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, que criou a Superintendência da Borracha (Sudhevea) sob a jurisdição do Ministério da Indústria e do Comércio, instaurando novos parâmetros de auxílio à produção interna de borracha de modo a não alimentar a aquisição do produto importado, considerado mais vantajoso economicamente do que o preço do produto nacional.

De forma geral, a Sudhevea “permitiu um preço de garantia para a borracha vegetal nacional; determinou a formação de estoques de reserva e a equiparação dos preços das borrachas vegetais e sintéticas de produção nacional aos vigentes no mercado internacional” (ALLEGRETTY, 2002, p. 133).

Além disso, outra condição estava ligada à intervenção estatal sobre os preços da borracha, como afirma a Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, na alínea 1 do artigo 12, de que “o ajustamento de preços previsto neste artigo somente será efetuado na medida em que se cumprir um programa de diversificação das atividades econômicas das áreas de produção extrativista de borracha e de aumento da produtividade dos seus seringais” (BRASIL, 2014).

Tal medida buscou assegurar que a Amazônia não dependesse apenas de um único produto para gerar emprego e renda e para “substituir a produção extrativa pelo cultivo da seringueira como forma de abastecer o mercado interno e não gerar uma crise social na região” (ALLEGRETTY, 2002, p. 139).

A Sudhevea também tinha como função administrar os programas do Probor, pois segundo Allegretty (2002, p. 134), “o volume de recursos que a SUDHEVEA passou a administrar era crescente e deu origem ao Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal - PROBOR I, em 1972, e ao PROBOR II, em outubro de 1977”, e ao Probor III, em 1982.

Os objetivos do Probor eram “aumentar a produção e a produtividade do setor de borracha vegetal e criar as condições para a consolidação da expansão da heveicultura no país, com a gradativa substituição do seringal nativo pelo de cultivo racional” (SOUZA, 2010, p.16).

Dentre as três fases do Programa previa-se o plantio de 388 mil hectares de seringueiras, sendo grande parte na Amazônia, embora calcula-se que apenas 116 mil hectares tenham sido implantados na região nos 10 anos de vigência do Probor (1972 a 1982). No estado do Acre, estimou-se que tenha sido pouco mais de 800 hectares de áreas de seringais cultivados provenientes deste programa (LIMA, 2011).

Como os objetivos do Probor não foram realizados, a Sudhevea foi extinta através da Lei nº 7.732, de 14 de fevereiro de 1989, juntamente com o PROBOR. Assim, “suas atribuições, na época já bastante esvaziada, foram transferidas ao recém-criado Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)” (SOUZA, 2010, p.11).

O Probor não gerou a autossuficiência da produção de borracha nacional como havia propagado e não conseguiu tirar o setor da estagnação. Além disso, seus ínfimos resultados representaram uma conjugação de fatores que foram



desde problemas técnicos, com a impossibilidade de conter o fungo causador do “mal das folhas”, como principalmente de ordem administrativa e de planejamento, já que se estimava que muitos dos recursos para a produção da borracha cultivada eram desviados para outros empreendimentos. Como ressalta Lima (2011, p.02), de que é “comum se ouvir que o estabelecimento de milhares de hectares de pastagens na região Leste do Acre foi viabilizado de forma indireta com recursos dos financiamentos do Probor”.

E diante desse cenário de poucos avanços na economia da borracha que o governo federal foi retirando suas ações e imprimindo novos horizontes com relação às atividades econômicas para a Amazônia, o que intensificou a participação do governo estadual como forma de manter ativa a extração/produção da borracha, como será discutido a seguir.

### **As políticas estaduais para a extração / produção da borracha no Acre a partir da década de 1990**

Diante da desagregação da produção da borracha na região amazônica, não foi somente o governo federal que interviu para incentivar a recuperação da economia gumífera com medidas que garantissem a produção, o preço e o mercado, mas também houve uma atuação dos governos estaduais com programas e ações no sentido de restaurar tal atividade.

Assim, no contexto local cada unidade da federação apresenta respostas à sua realidade. No estado do Acre, após as fracassadas políticas federais indicadas anteriormente, o auxílio à produção da borracha e aos seringueiros veio com um reforço no seu preço.

Em 1999 foi lançado o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva da Borracha Natural pelo ex-governador do Acre, Jorge Viana, que teve como objetivo “o fortalecimento dos processos de extração, beneficiamento e comercialização da borracha natural bruta” (ACRE. SEAPROF, 2010, p. 02).

Como apoio a essa iniciativa, surge o Programa de Remuneração e Serviços Ambientais (Lei Chico Mendes), na forma de um subsídio pago para o seringueiro, juntamente ao valor comercial do quilo extraído da borracha. No início, o subsídio era de R\$ 0,40/kg de borracha produzida aos produtores de borracha natural bruta no estado do Acre. Em 2002, esse valor passou para R\$ 0,60/kg, e no período de 2003-2010, o subsídio pago ao seringueiro foi de R\$ 0,70/kg.

A Lei Chico Mendes (Lei Estadual nº 1.277/99) abrange 18 dos 22 municípios do estado do Acre e atende a 1.460 famílias produtoras de borracha que, no ano de 2010, produziram uma quantidade de borracha equivalente a R\$ 800.500,00 de produção subsidiada para o estado.

Assim, podemos apreender a situação da produção da borracha no Acre e os impactos das ações do governo estadual para com os seringueiros que se dedicam à extração das seringueiras, já que não se devem associar tais iniciativas governamentais a um retorno à economia da borracha na região amazônica, conforme os tempos áureos.

Seria muita pretensão diante da ineficiência do quadro da produção gumífera nacional, tanto no sentido do baixo volume de produção, que não consegue atender à demanda interna, quanto aos preços da borracha nacional, que são baixos para o produtor e altos para o comprador. Assim, mesmo com áreas produtoras de borracha no Brasil, a produção nacional recorre à importação do produto devido a melhor oferta de preço, o que equivale a 60% de borracha vinda do sudeste asiático necessária para atender às demandas das indústrias brasileiras. Com isso, mesmo com os incentivos do governo estadual e federal, não há uma economia da borracha consolidada, apenas ações sociais para atender aos sujeitos que historicamente se dedicam a este tipo de atividade.

No início da implantação da Lei Chico Mendes houve um aumento na participação de famílias e da produção subsidiada, apesar de algumas oscilações. Todavia, a partir de 2005 e 2006 houve um declínio da resposta dos produtores à política do subsídio com a diminuição tanto da quantidade de famílias quanto no volume da produção subsidiada.

Nesse contexto, várias justificativas podem ser esboçadas para entender os momentos de ascensão e declínio da produção da borracha por meio da subvenção estadual.

No início do atendimento da Lei Chico Mendes (1999), verifica-se um interesse maior na participação das famílias, pois o subsídio surgiu como uma saída para a extração da borracha e assim, um aumento de renda para as famílias. Juntamente com esta iniciativa estadual, o governo federal lança a subvenção econômica aos produtores nacionais de borracha natural através da Lei nº 9.479, de 12 de agosto de 1997, com o objetivo de incentivar a comercialização da produção nacional através do aumento do preço da borracha com a inclusão de um auxílio que cobre a diferença entre os preços do mercado interno e o valor do produto importado.

Desta forma, à borracha acreana somava o preço mínimo do produto, mais a subvenção estadual (de R\$ 0,40 por quilo de 1999 a 2002), mais a subvenção federal (de até R\$ 0,90 por quilo)<sup>6</sup>.

Apesar deste aumento no preço pago à borracha, a ascensão não perdurou por muito tempo, pois embora tenha ocorrido a anexação dos subsídios ao preço mínimo, este preço não apresentava uma cotação elevada. De 1999 até 2004, o preço da borracha estava em torno de R\$ 0,50 a 1,00, e segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2014), a partir deste período houve um aumento que girava entre R\$ 1,00 a R\$ 1,73. Assim, o preço da borracha nacional mesmo com os subsídios continua pouco atrativo e não compensador para os seringueiros.

Ao tratar dos subsídios, a Mídia Ninja (2019), denuncia que “desde janeiro [2019], famílias de seringueiros estão sem receber pelo pagamento de subsídios que o governo oferece como forma de garantir maior valor ao látex”, o que tem dificultado mais a produção extrativista da borracha no Acre.

Deve-se ressaltar que essa falta de estímulo para a produção da borracha veio acompanhada da inserção de outras atividades em suas colocações como o manejo madeireiro e a criação de gado, como instrumento de obtenção de renda para garantir a sobrevivência de sua família, já que o preço do quilo da borracha não assegura uma renda mensal suficiente.

Assim, o declínio da participação das famílias na extração da borracha a partir de 2005 e 2006 ocorreu pelo baixo preço, como mencionado anteriormente, mas ocorre também concomitante com a retirada da subvenção federal Lei nº 9.479, de 12 de agosto de 1997, que previa em suas normas de regularização no Art. 2º de que a subvenção econômica de que trata o artigo terá a duração de oito anos, ou seja, partindo de 1997 sua validação irá até 2005, momento de queda da participação das famílias na produção de borracha (BRASIL, 1997).

Assim, mesmo que os subsídios tanto federal como estadual estejam contemplando os produtores de borracha, estas iniciativas não garantiram que seu mercado crescesse e conseguisse atender a demanda nacional e também que as famílias de produtores se beneficiassem com um incremento em sua renda, tendo

---

<sup>6</sup> Não há como definir o valor do subsídio federal, pois constantemente havia alterações, tanto pela necessidade de adequar à tabela da cotação nacional/internacional da borracha como há diferenciação por tipo de beneficiamento da borracha. Portanto, esta estimativa de até R\$ 0,90 por quilo é a definição estabelecida pela Lei nº 9.479, de 12 de agosto de 1997 (BRASIL, 1997).

que recorrer a outras atividades em sua colocação para auferir a renda necessária para sua autossustentação.

Nesse contexto, a produção/extração de látex no Acre não representa uma atividade relevante para a economia local nem garante a renda necessária para as famílias seringueiras, mas continua representando uma atividade extrativista desenvolvida em muitas colocações.

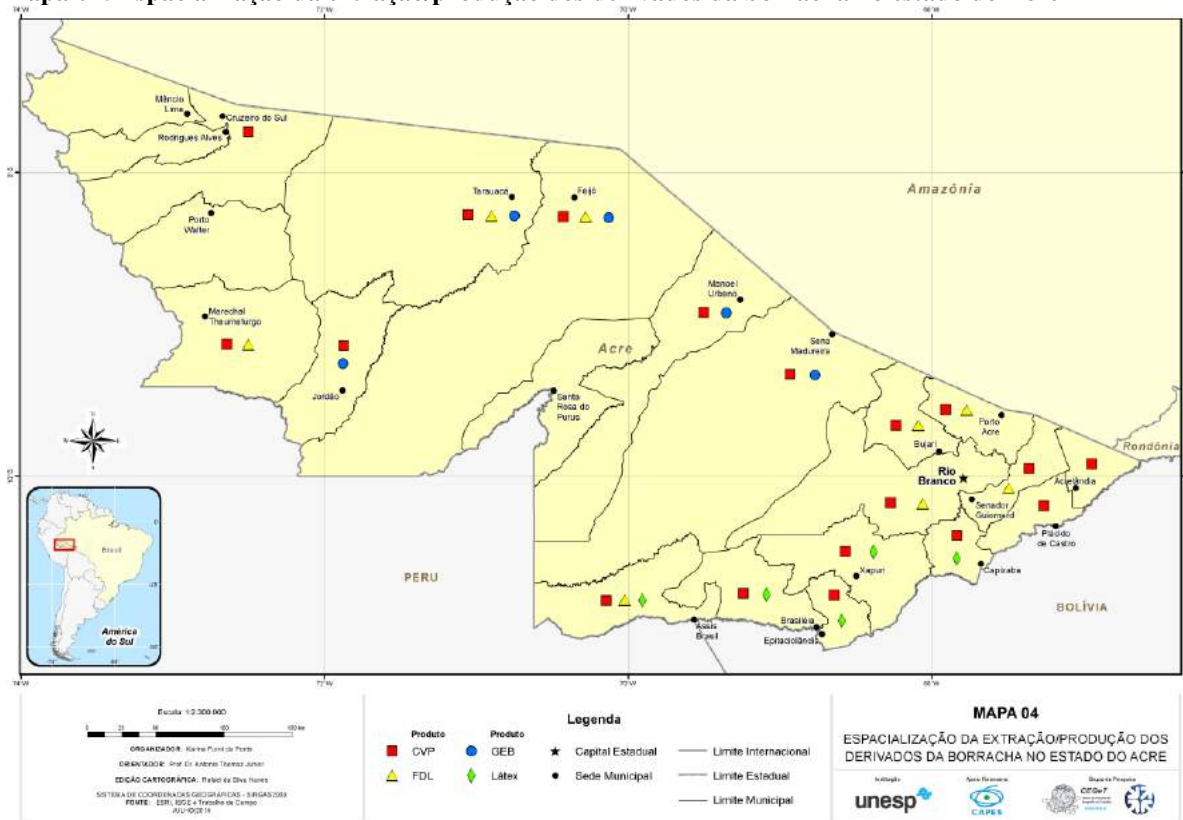
Com isso, atualmente, o Acre apresenta quatro linhas de ação que envolve a cadeia produtiva da borracha: 1) a produção do Cernambi Virgem Prensado (CVP); 2) a instalação de uma unidade de beneficiamento de Granulado Escuro Brasileiro (GEB) como alternativa de agregar valor ao antigo CVP; 3) a produção da Folha Defumada Líquida (FDL), destinada à fabricação de solado de sapato; 4) a extração do látex líquido, destinado à fabricação de preservativos masculinos. Dessa forma, cada produto derivado da borracha acaba apresentando uma concentração espacial no Acre e assim, em sua totalidade, a extração/produção de borracha acaba espacializando por todo o território estadual, e demonstrando a abrangência da atividade gumífera no Acre (Mapa 01).

Dentre as formas de beneficiamento no Acre, mencionadas anteriormente, a mais antiga e tradicional utilizada pelos seringueiros é o Cernambi Virgem Prensado (CVP). Ele representa um dos principais seguimentos dentro da atividade extrativa da borracha no Acre, conforme se observa o mapa 1 através de sua espacialidade pelo estado, pois a produção do CVP se encontra em 18 dos 22 municípios do Acre, sendo que este tipo de produto é realizado por todas as localidades onde se encontra a extração da borracha.

O CVP consiste em uma borracha crua e bruta que é destinada às indústrias pneumáticas. Neste caso, o processamento ocorre internamente na colocação de cada seringueiro que ao extrair o leite da seringueira mistura com um produto para que a borracha solidifique e assim se transforme em borracha coagulada. Através deste produto semibeneficiado, os seringueiros vendem à Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (Cooperacre), que repassa às indústrias no estado de São Paulo.

O CVP representa uma primeira versão da matéria-prima para a produção de mercadorias, já que necessita de outro processo de beneficiamento antes da fase final do processo produtivo. Esse outro estágio seria sua transformação em Granulado Escuro Brasileiro (GEB) e, como resulta em um produto mais elaborado, conseqüentemente, recebe um maior valor agregado.

Mapa 01: Espacialização da extração/produção dos derivados da borracha no estado do Acre



Diante deste contexto, em 2013, o então governador do estado do Acre, Tião Viana, lançou a proposta de instalação de uma Indústria de Beneficiamento de GEB, em Sena Madureira (AC).

Segundo Campos (2013), a indústria seria gerenciada pela Cooperacre e teria capacidade de empregar cerca de 180 pessoas e envolver aproximadamente 4.000 seringueiros da regional de Tarauacá/Envira e da regional do Purus, abrangendo assim os municípios de: Feijó, Jordão, Tarauacá, Sena Madureira e Manoel Urbano.

O GEB é um produto industrializado e resultado do beneficiamento da borracha natural extraída das seringueiras. A seringa após ser lavada, é triturada, secada em estufa, prensada e embalada em fardos de 25 quilos.

Sua principal utilização é nas indústrias pneumáticas e automotivas, responsáveis por consumir 90% de toda a produção brasileira, mas pode ser utilizada também para a confecção de materiais esportivos, elétricos, calçados, na construção civil, etc.

Apesar de sua inauguração em 2014, as instalações da indústria de GEB de Sena Madureira estão sem funcionamento, o que inviabiliza pensá-la enquanto uma proposta de semibeneficiamento e agregação de valor ao látex extraído no Acre. Dessa forma, o estado continua a comercializar a borracha na forma de CVP, assim, obtendo um valor menor pelo produto.

Ainda dentro do processo de beneficiamento da borracha no estado do Acre, há também a Folha Defumada Líquida (FDL) como uma nova forma de agregar valor à borracha. Inicialmente, houve uma capacitação com os seringueiros, já que é uma forma recente de beneficiamento. Assim, envolveu os seringueiros da Resex Chico Mendes, em Assis Brasil; posteriormente se estendeu para outras localidades do Acre como: Senador Guiomard, Bujari, Rio Branco, Porto Acre, Feijó, Tarauacá e Marechal Thaumaturgo.

O FDL é um produto semibeneficiado pelos próprios seringueiros em suas colocações através de um sistema de coagulação do látex extraído das seringueiras com o uso de ácido pirolenhoso. Após esta mistura há a secagem em temperatura ambiente a fim de produzir folhas de borracha.

Toda a produção de FDL tem mercado garantido através de um contrato estabelecido entre a Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista de Assis Brasil (Amopreab) e a Vert, uma indústria de calçados europeia que produz tênis em que o solado é feito com as folhas defumadas líquidas originárias do Acre. Assim, os seringueiros vendem o FDL para a cooperativa, que por sua vez vende para a Vert, mas que, por intermédio de uma

empresa localizada em Nova Friburgo, no Rio Grande do Sul, produz tênis e, posteriormente, essa mercadoria é enviada para a Europa, principalmente à França, onde são comercializados em lojas especializadas com rótulo de produto orgânico.

Estas formas atuais de beneficiamento da borracha no estado do Acre, tanto o CVP quanto o FDL, ainda ocorrem via procedimentos “artesaniais” por não existir indústrias ligadas a esse processamento, o que acaba tornando o produto final com baixo valor agregado.

Outra alternativa do governo estadual para a cadeia produtiva da borracha no Acre foi a inauguração da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri Preservativos Natex, em 2008, como uma alternativa de beneficiamento do látex no estado. Essa unidade industrial recebe o látex líquido dos seringueiros que é destinado à produção de preservativos masculinos, e assim tem como função o abastecimento dos Postos de Saúde da região Norte do Brasil, como também para o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A gênese da fábrica de preservativos masculinos surgiu como uma iniciativa estatal do governo do Acre que, através de um convênio com o Ministério da Saúde, desde então recebe toda a produção. Assim, não há venda comercial para empresas ligadas ao setor.

Segundo Acre (2009), a previsão de produção da Preservativos Natex era de cerca de 100 milhões de preservativos/ano, produzidos a partir do látex extraído pelas 700 famílias que participavam do programa e que moravam predominantemente na região do Alto Acre, compreendendo os municípios de Xapuri, Brasiléia, Capixaba, Epitaciolândia e Assis Brasil.

Embora, desde 2016, a Preservativos Natex venha passando por um processo de desagregação de sua estrutura operacional. A falta de látex, tanto nativo quanto de cultivo, para a confecção dos preservativos fizeram com que não atingisse o quantitativo da produção, posteriormente, a dificuldade de pagamento dos salários dos trabalhadores da unidade e dos produtores culminou no fechamento do empreendimento.

Assim, o então governador do Acre, em 2016, Tião Viana aprovou, na Assembleia Legislativa, o projeto que autorizava a concessão de uso da fábrica de preservativos para o setor privado, ou seja, a empresa privada seria responsável pela produção e manutenção dos funcionários, e o governo continuaria com o domínio do espaço físico e maquinários (PONTES, 2016)

A tentativa de reativar a fábrica de Preservativos Natex não se concretizou devido a falta de interesse do setor privado. Desse modo, em 2018, elaboraram

nova estratégia a partir do modelo público-privado que seria gerido por um Conselho Gestor com participação de seus sócios. Assim, criou a Indústria de Produtos de Látex da Amazônia, o que possibilitou a reativação da unidade industrial no final de 2019 (MELO, 2018; CARDOSO, 2019).

Contudo, apesar das iniciativas do governo do estado para “reativar” a economia gumífera ou possibilitar alternativas para os seringueiros que ainda se dedicam a esta atividade gerando trabalho e renda, pouco resultado tem alcançado já que a economia da borracha continua sendo um acessório de renda para os seringueiros acreanos e apresenta baixa rentabilidade, principalmente para os seringais nativos. Além disso, seus produtos têm pouco alcance nacional, quem dirá internacional, certamente devido à competitividade com os baixos preços da borracha asiática, como também a sintética.

Assim, a atividade gumífera sobrevive devido à atuação do Estado que não consegue torná-la competitiva economicamente e se torna, desse modo, uma política social de amparo às populações extrativistas, conforme esclarece Ademir Batista de Almeida, ex-Chefe de Divisão e antigo responsável pelo trabalho com a cadeia produtiva da borracha no Acre. Ao tratar da questão da subvenção estadual que o estado acresce ao preço da borracha a fim de gerar uma melhor remuneração do produto, pondera:

a borracha é uma questão social, é uma forma de mantê-los no campo sem provocar uma instalação ainda maior para a periferia. O estado não tem como absorvê-los, não tem emprego pra todo mundo [...] então esse pagamento [subvenção estadual] é um benefício social, que a gente encara assim, ele não tem retorno para o estado.

Assim, verifica-se a dificuldade da produção extrativista da borracha no estado do Acre, que mesmo com as ações governamentais não consegue alcançar os níveis vivenciados em seus momentos de auge do final do século XIX e início do século XX, restringindo-se a uma política de cunho social e que pouco tem contribuído para a garantia de renda das famílias.

### **Considerações finais**

O processo histórico de ocupação da Amazônia, via produção da borracha, pode ser dividido em dois momentos. O primeiro momento, final do século XIX e 1ª metade do século XX, foi marcado pela construção de um processo de articulação internacional da atividade gumífera a fim de suprir a demanda do



desenvolvimento industrial da Inglaterra. Era a inserção da Amazônia na divisão internacional do trabalho através da exportação da borracha.

Já o segundo momento da produção da borracha na Amazônia veio no período da Segunda Guerra Mundial, no qual o Japão impediu o acesso dos EUA à produção asiática, mas com o fim da guerra houve o retorno à antiga fonte de abastecimento.

Desde então, a produção da borracha da Amazônia está restrita em nível nacional e ainda com uma baixa articulação, já que o estado que mais produz borracha é São Paulo. Assim, por mais que haja políticas com intervenções federais para com esta atividade, seus resultados têm sido sempre aquém dos objetivos propostos.

Esse é o quadro da produção da borracha na Amazônia, que após a década de 1980 pouco se tem articulado em termos nacionais, mantém-se apenas em nível estadual com políticas e ações que visam dar assistência a esta realidade da extração da borracha, que mesmo deficitária em termos econômicos, continua presente no território amazônico.

Portanto, apesar da atividade extrativista da borracha ser responsável pelo processo de ocupação do estado do Acre e de inserir o território acreano na divisão internacional do trabalho como fornecedora de borracha, atualmente esta atividade perdeu seu espaço para os produtos que apresentam alta lucratividade no mercado externo, as *commodities* da Amazônia como a mineração, a madeira, a pecuária e a venda do crédito de carbono.

## **Referências**

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Preservativos Natex**: indústria de Xapuri muda perfil do seringueiro tradicional. Disponível em: <[www.ac.gov.br](http://www.ac.gov.br)>. Acesso em: maio de 2009.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Relatório da SEAPROF**. 2010 (mimeo). ALLEGRETTY, Mary. **A construção social de políticas ambientais**. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. 2002. 826f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável Gestão e Política Ambiental). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

BECKER, Berta. Amazônia: nova geografia, nova política regional e nova escala de ação. In: COY, Martin; KOHLHEPP, Gerd. **Amazônia sustentável**. Desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e

experiências locais. Rio de Janeiro: Garamond; Tübinger, Alemanha: Geographischen Instituts der Universität Tübinger, 2005, p.23-44.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). **Preço mínimo da borracha natural no Acre**. Disponível em: <[www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br)>. Acesso em: abril de 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.479, de 12 de agosto de 1997**. Regulamento que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica a produtores de borracha natural e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: abril de 2014.

CAMPO, Tatiana. **Tião assina ordem de serviço para indústria de borracha em Sena Madureira**. 25/05/2013. Disponível em: <[www.agenciadenoticias.com.br](http://www.agenciadenoticias.com.br)>. Acesso em: abril de 2014.

CARDOSO, Raimari. **Natex volta a fornecer preservativos para o Ministério da Saúde**. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/natex-volta-a-fornecer-preservativos-para-o-ministerio-da-saude/>. Acesso em: outubro de 2019.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Capital e trabalho na Amazônia Ocidental**. Contribuições à história social e das lutas sindicais no Acre. São Paulo: Cortez; Rio Branco, AC:Universidade Federal do Acre, 1992.

LIMA, Raimundo Barros; FERREIRA, Evandro José Linhares. **Passado, presente e futuro do cultivo de seringueira no Acre**. Disponível em: <<http://ambienteacreato.blogspot.com.br>>. Acesso em: abril de 2011.

MARTINELLO, Pedro. **A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o Vale Amazônico**. Rio Branco/AC: UFAC, 1988.

MELO, Ray. **Governo apresenta projeto e tenta mais uma vez “privatizar” a fábrica de preservativos Natex**. Disponível em: <https://www.ac24horas.com/2018/11/03/governo-apresenta-projeto-e-tenta-mais-uma-vez-privatizar-a-fabrica-de-preservativos-natex/>. Acesso em: novembro de 2018.

MIDIA NINJA. **Calote do governo contra seringueiros sepulta extrativismo e aumenta desmatamento no Acre**. Disponível em: <http://midianinja.org/news/calote-do-governo-contra-seringueiros-sepulta-extrativismo-e-aumenta-desmatamento-no-acre/>. Acesso em: novembro de 2019.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**. v.7, n1, p.91-122, junho de 2004.

PEREIRA, Deusamir. **Amazônia insustentável**. Zona Franca de Manaus — estudo e análise. Manaus: Editora Valer, 2005.

PAULA, Elder Andrade de. **(Des) envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental**. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

PONTES, Fábio. **Governo do Acre vai privatizar gestão de estatal pioneira de preservativos**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/07/1794756-governo-do-acre-vai-privatizar-gestao-de-estatal-pioneira-de-preservativos.shtml>. Acesso em: julho de 2016.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

SILVA, Sílvio Simione da. **Na fronteira agropecuária acreana**. Rio Branco: UFAC, 2003.

SILVA, Sílvio Simione da. Produção do espaço agrário acreano: “o homem, a terra e a floresta”. In: \_\_\_\_\_. (Org). **Acre: uma visão temática de sua geografia**. Rio Branco: EDUFAC, 2008. p.127-174.

SOUZA, Marcelo Ângelo de. **Superintendência da Borracha: um estudo institucional**. 24f. Monografia (Graduação em Engenharia Florestal). Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica/RJ, 2010.

# **A PROBLEMÁTICA DA (IN)SEGURANÇA PÚBLICA EM RIO BRANCO (AC)<sup>1</sup>**

*Thirson Rodrigues de Medina<sup>2</sup>  
José Alves<sup>3</sup>*

## **Introdução**

Esta pesquisa analisou a problemática da regionalização de territórios de grupos criminosos nas cinco regionais de segurança pública no espaço geográfico da cidade de Rio Branco, capital do estado do Acre, mediante apreensão das atividades infracionais como: mortes violentas intencionais, roubos absolutos e total de apreensões do tráfico de drogas.

A tipificação dos grupos delinqüências ou grupos criminosos é apresentada quanto a normalização indistinta das facções acreanas, como organizações criminosas (Orcrim), muito embora assim especificadas, verificasse a subserviência desses grupos criminosos ao poder paralelo de verdadeiras organizações criminosas internacionais como vetores de ingerência com economia subterrânea, em detrimento da sensação de segurança na faixa de fronteira brasileira na capital do estado do Acre, cidade de Rio Branco.

As medidas de segurança pública no contexto do estado e da região Amazônica são apresentadas, bem como, os marcos regulatórios.

A metodologia adotada partiu da análise e compilação do banco de dados disponibilizado pelos Anuários do Fórum de Segurança Pública e em âmbito institucional, coligado com os dados apresentados pelo Ministério Público do Estado do Acre, por meio do Observatório da Criminalidade; além de

---

<sup>1</sup> Este capítulo é parte resultante da monografia apresentada, em 2019, no curso de Bacharelado em Geografia intitulada: “A territorialidade da violência na cidade de Rio Branco, capital do estado do Acre”.

<sup>2</sup> Geógrafo formado pela Universidade Federal do Acre, mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre e bolsista egresso do Programa de Educação Tutorial (PET) de Geografia da Ufac. E-mail: thirsonac@gmail.com

<sup>3</sup> Professor do Programa de Pós Graduação em Geografia e dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Acre (Ufac). Tutor do Grupo PET Geografia. E-mail: bairral@hotmail.com

contribuições conceituais de diversos autores como Araújo (2018), Balestreri (2010), Haesbaert (2006; 2012) e Escudero (2004).

### **Crime e violência nas Regionais de Segurança Pública rio-branquense**

Esta análise acessa escalas diversificadas da natureza territorial da criminalidade e violência, bem como apresenta a espacialização dessa dupla problemática na cidade de Rio Branco.

Para isso, o agente com prerrogativa de defensor da segurança pública, o estado do Acre, conforme regulado nos Art. 129 e 131, inciso I e II, da Constituição do Estado, especifica:

**Art. 129.** A Defesa Social, dever do Estado e responsabilidade de todos, organiza-se de forma sistêmica, visando a:

I- garantir a segurança pública, mediante a manutenção da ordem, com a finalidade de proteger o cidadão, a sociedade e os bens públicos e particulares, coibindo os ilícitos penais e as infrações administrativas;

II- prestar a defesa civil, por meio de atividades de socorro e assistência, em casos de calamidade pública, sinistros e outros flagelos; e

III- promover a integração social, com a finalidade de prevenir a violência e a criminalidade.

(...)

**Art. 131.** A segurança pública é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I- Polícia Civil; e

II- Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado.

Conforme a Constituição do estado do Acre, as forças auxiliares de segurança pública, Polícia Militar do estado do Acre (PMAC) e Polícia Civil do estado do Acre (PC), integrantes do SISP, atuam no âmbito das prerrogativas da PC com a presença das Delegacias de Polícias instaladas na convenção da Divisão Regional de Segurança Pública, em número de cinco regionais.

Para além da logística de abrangência da territorialização das cinco regionais de segurança pública na cidade de Rio Branco, os dados registrados e disponibilizados nos Anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), especificamente entre as séries dos anos de 2005 a 2018, apresentam o avanço da escalada da violência no estado do Acre e como o aumento se configurou de maneira exponencial.

Dentre os vetores disponíveis, destacam-se os dados exclusivos à problemática das(os): a) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), aqui

estabelecidos como: homicídio doloso, homicídio culposo de trânsito, mortes acidentais no trânsito (exceto homicídio culposo), latrocínio, lesão corporal seguida de morte, outras mortes acidentais (exceto homicídios culposos), outros crimes resultantes em morte, outros homicídios culposos, suicídio e mortes a esclarecer; b) Roubos: a instituição financeira, a/de veículo de transporte de valores, transeunte, restrição de liberdade da vítima (sequestro relâmpago), carga, veículo, estabelecimento comercial ou de serviço, residências, transporte coletivo e outros roubos; c) Delitos envolvendo drogas: entorpecentes (tráfico) e entorpecentes (posse e uso).

A genealogia supracitada alinha-se a dos Anuários ao disponibilizar fatores diversificados no âmbito da tipificação da violência, categorias, atributos e especificidades.

Os dados relativos aos registros de roubos no estado do Acre, conforme os Anuários\FBSP, que realizam a mensuração das vinte e sete Unidades da Federação (UF), englobam as incidências dos seguintes roubos: às instituições financeiras, a veículo de transporte de valores, a transeuntes, com restrição de liberdade da vítima (sequestro relâmpago), de carga, de veículo, em estabelecimento comercial ou de serviço, em residência, em transporte coletivo e outros roubos.

Nesse contexto de crimes e violências na cidade de Rio Branco, partiremos para a análise elegendo as cinco regionais de segurança pública, conforme o Sistema Integrado de Segurança Pública do Acre (Sisp).

### **Primeira Regional de Segurança Pública de Rio Branco**

A 1ª Regional de Segurança Pública da cidade de Rio Branco, engloba o perímetro urbano e rural, conforme o Sistema Integrado de Segurança Pública do Acre (SISP). Essa regional reúne em seu conjunto vinte e três bairros, destes, conforme o MPAC (2017), dez se destacam com as maiores frequências de registros de roubos, conforme Quadro 1.

Os roubos absolutos (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ACRE, 2017; 2019), são tipificados por regionais de segurança pública em seus índices de registros por meio de boletins de ocorrência (BO) e em sua maioria representam ações de crimes praticados por integrantes de grupos criminosos rio-branquense, os denominados faccionados.

**Quadro 01: Bairros que compõem a 1ª Regional de Segurança Pública de Rio Branco, Acre - Ocorrência de roubos registrados em 2017.**

Ord.	Nome do Bairro	Ocorrência	Ord.	Nome do Bairro	Ocorrência
1	Adalberto Aragão		13	Conjunto Jardim Tropical	
2	Aviário	<b>42</b>	14	Conjunto São Francisco	
3	Baixa da Cadeia Velha		15	Conjuntos Guiomard Santos	<b>20</b>
4	Baixa da Colina		16	Dom Giocondo	<b>22</b>
5	Baixa da Habitasa		17	Habitasa	
6	Base	<b>18</b>	18	Ipase	
7	Bosque	<b>299</b>	19	José Augusto	
8	Cadeia Velha	<b>59</b>	20	Loteamento São José	
9	Capoeira	<b>51</b>	21	Morada do Sol	<b>37</b>
10	Centro	<b>188</b>	22	V. W. Maciel	
11	Cerâmica		23	Vila Ivonete/PROCOM SOLAR	<b>73</b>
12	Conjunto Eletra				
<b>Total</b>					<b>809</b>

**Fonte:** Polícia Civil do Estado do Acre, MPAC, 2017. (Organizado pelo autor).

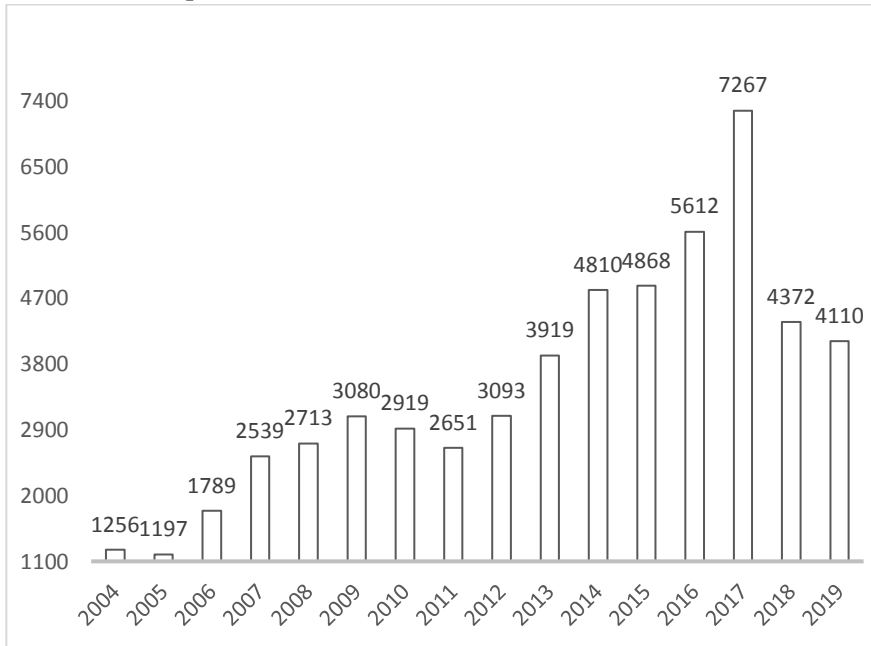
Conforme a Quadro 1, a frequência de roubos registrados em 2017, de acordo com MPAC (2017, p. 55), tem entre os dez bairros com as maiores incidências de roubos os que compõem a 1ª Regional de Segurança Pública de Rio Branco, Acre, totalizaram 809 registros.

Já os dados de roubos absolutos medidos na capital Rio Branco, conforme Gráfico 1, estão apresentados pelas frequências dos registros entre os anos de 2004 a 2019. E são acompanhados pelo Núcleo de Apoio Técnico – Observatório de Análise Criminal do Ministério Público do Estado do Acre (NAT/MPAC), com os registros até o mês de julho de 2019.

Essa série histórica, conforme o MPAC (2017, p. 50), apresenta o “*modus operandi*” dos criminosos e a natureza territorial da criminalidade no período de 2004 a 2019.

Ao observarmos os registros de roubos entre os meses de janeiro a julho nos anos de 2018 e 2019, conforme o Gráfico 2, verifica-se a diminuição de 37,19%.

**Gráfico 01: Frequência de Roubos Absolutos em Rio Branco, Acre**



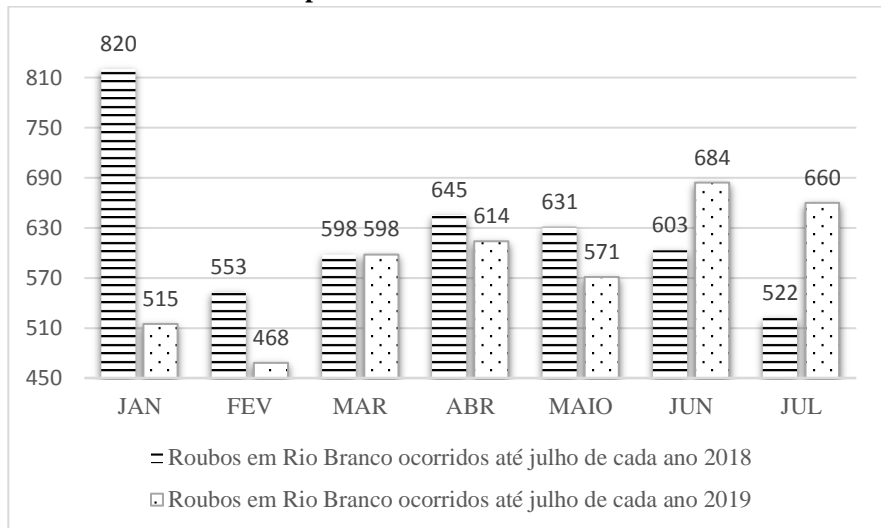
**Fonte:** Núcleo de Apoio Técnico – NAT Observatório de Análise Criminal/MPAC.

A modulação na variável do roubo revela enfraquecimento das ações dos grupos criminosos, resultado das políticas de segurança pública. Com isto, a cartografia da criminalidade auxilia à elucidação das ocorrências dos roubos pelas forças de segurança pública, com a representação espacial dos crimes. Assim, os atributos da análise geográfica dos fenômenos violência e criminalidade se materializam em âmbito espaço-temporal.

Para além dessa espacialização, os grupos criminosos estabelecidos na cidade de Rio Branco, constituem sua escala de atuação em verdadeira conurbação do poder paralelo, em detrimento da sensação de segurança pública. Uma capital de Estado, no contexto da região amazônica, integrada à faixa de fronteira, conforme Mapa 1, permeada por cenário de flagrante ataque ao direito constitucional de segurança pública.



**Gráfico 02: Roubos na Capital em 2018 e 2019.**

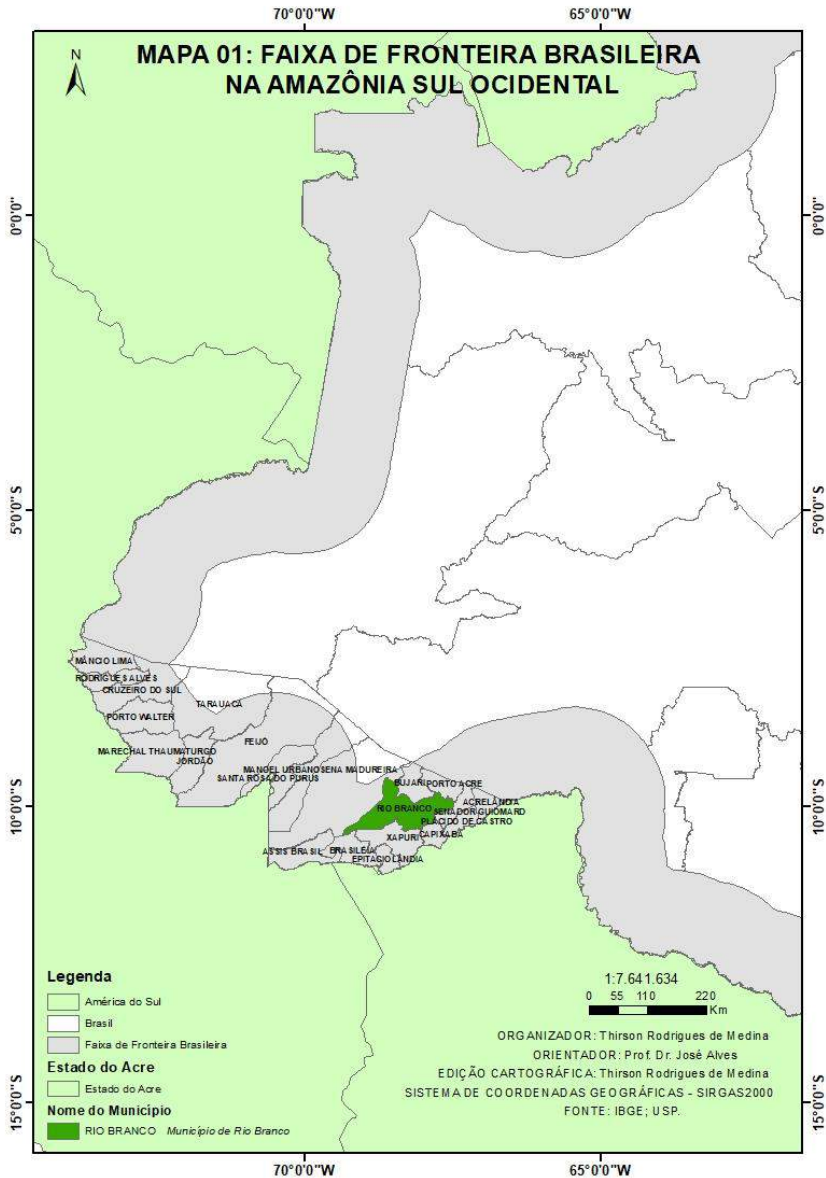


**Fonte:** Observatório de Análise Criminal, NAT/MPAC, 2019. (Organizado pelo autor).

De acordo, com o Observatório da Criminalidade do Núcleo de Apoio Técnico do MPAC (2017, p. 71), as Orccrim atuantes no Acre são quatro: Bonde dos 13, CV – Comando Vermelho, Ifara – Irmandade Força Ativa Responsabilidade Acreana e PCC – Primeiro Comando da Capital.

A conurbação dos territórios da criminalidade e violência nas cinco regionais de segurança pública expõe a gentrificação entrópica da atuação desses grupos criminosos, com sucessivos efeitos prejudiciais socioeconômico como disputas pela supremacia territorial de poder nos espaços do crime.

O sentido literal e etimológico do termo gentrificar representa a materialização de suportes em equipamentos e reconfiguração da dinâmica da ocupação das regiões urbanas, no âmbito da superposição econômica que sobrepõe classes sociais em vulnerabilidade e pauperismo social. O que implica nessa análise, para além da conurbação territorial criminosa, fronteiras espaciais determinadas pela territorialização e desterritorialização de grupos criminosos.



A citação a seguir demonstra ações deflagradas pelo MPAC com as forças de segurança pública para desmobilizar os grupos criminosos acreanos, como veiculado pelo MPAC:

O Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), por intermédio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), deflagrou nesta terça-feira, 4, a Operação *Blackout* com o objetivo de desarticular uma célula do Primeiro Comando da Capital (PCC), responsável pela cooptação e cadastro de novos integrantes da facção. Segundo o Gaeco, a investigação, que durou cerca de três meses, conseguiu identificar ações de interiorização da facção criminosa PCC com a migração de lideranças para a região de Tarauacá – Envira, buscando a consolidação de rotas para o tráfico de drogas. A partir de Tarauacá, a célula identificada era responsável por realizar os cadastros de novos e antigos membros da facção, bem como por distribuir, entre os quadros, as informações relativas a mudança de codinomes e de responsabilidades. [...] A operação também ocorreu em Rio Branco. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE, 2018).

A gentrificação citada nessa análise, por um lado, na presença do Estado e sua ação legal mediante políticas públicas e, por outro lado, a instalação da presença de grupos criminosos, com ações ilegais em regiões, aonde o domínio público é considerado de “fraca presença”, representa contravenções da ordem pública, em diuturna disputa por espaços de poder.

Como enfrentamento às Orccrim, há implantado o programa de política pública contra a escalda da violência no estado do Acre denominado de Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd). Tal programa é instituído pela Constituição do Estado do Acre, no Parágrafo único do Art. 210, que diz,

Parágrafo único. O direito à proteção especial, conforme a lei, abrangerá, dentre outros aspectos, a criação de programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependentes (sic) de entorpecentes e drogas afins (ACRE, 2000, p. 93).

Conforme a Polícia Militar do Estado do Acre,

No estado do Acre, o Proerd foi implantado no ano de 1999. Desde esse tempo, a PMAC tem seu programa de prevenção reconhecido e prestigiado, seja através de premiações ou de menções públicas. O Proerd-Acre foi regulamentado pela Diretriz nº 001/3ª EM/PM/01, conforme Portaria nº 023/3ª EM/PM/01, publicado no BG nº 209 de 19/11/2001, tendo como referências legais a Constituição da República Federativa do Brasil – 1988; a Constituição do Estado do Acre – 1989; Lei Federal nº

11.343/06, regulamentado pelo Decreto n.º 5.912/06.

O Proerd está estabelecido dentre as ações e diretrizes do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, regulamentado pela Lei nº 1.972 de 27 de dezembro de 2007, “na consecução dos objetivos estratégicos” e realização de seus programas, voltados às políticas prioritárias voltadas às crianças e aos adolescentes.

Destacamos a confluência de fatores para a territorialização dos “espaços do poder paralelo” na faixa de fronteira, devido ao desguarnecimento de projetos de mitigação da violência e do crime em fomento a equidade e justiça social, superado com o fortalecimento e intensificação do Proerd.

### **Segunda Regional de Segurança Pública de Rio Branco, Acre**

A 2ª Regional de Segurança Pública de Rio Branco está formada por vinte e seis bairros e cento e setenta e nove vias rurais situadas dentro da 2ª Regional Rural (ACRE; PC), conforme Quadro 02.

Conforme MPAC (2017, p. 54), nos dez bairros nesta regional com maior incidência de ocorrência de roubos no ano de 2017, somados representou mil oitocentos e oitenta e um (1881) roubos.

#### **Quadro 02: Bairros que compõem a 2ª Regional de Segurança Pública de Rio Branco, Acre. Ocorrência de roubos em 2017.**

<b>Ord.</b>	<b>Nome do Bairro</b>	<b>Ocorrência</b>	<b>Ord.</b>	<b>Nome do Bairro</b>	<b>Ocorrência</b>
1	6 de Agosto	<b>133</b>	15	Mauri Sérgio	
2	Albert Sampaio		16	Quinze	
3	Areal	<b>240</b>	17	Residencial Rosa Linda	
4	Belo Jardim I	<b>564</b>	18	Santa Inês	<b>124</b>
5	Belo Jardim II		19	Santa Maria	
6	Cidade Nova	<b>57</b>	20	Santa Maria	
7	Comara	<b>81</b>	21	Santa Terezinha	
8	Dom Moacir		22	Taquari	<b>148</b>
9	Loteamento Bom Jesus		23	Triangulo Novo	
10	Loteamento Praia do Amapá		24	Triangulo Velho	<b>108</b>
11	Loteamento Saad Farhat		25	Vila Acre	

12	Loteamento Santa Helena		26	Vila Bem Fica	
13	Loteamento Santo Afonso	<b>94</b>	27	Vila da Amizade	
14	Maj. Mendonça Lima		28	Vila do DNER	
			29	Zona Rural Sul	<b>332</b>
<b>Total</b>					<b>1881</b>

**Fonte:** Polícia Civil do Estado do Acre, MPAC, 2017. (Organizado pelo autor). O asterisco representa a soma do registro representar a ocorrências nos dois bairros.

A área da 2ª Regional de Segurança Pública é uma das maiores em extensão territorial e cobertura em segurança pública dentre as demais regionais com a maior amplitude de presença de vias rurais, o que, conforme registrado, a zona rural Sul está entre os maiores registros de roubos.

### Terceira Regional de Segurança Pública de Rio Branco

A 3ª Regional Urbana de Segurança Pública de Rio Branco está formada por vinte e seis bairros e cento e seis vias rurais, conforme Quadro 3, com os dez bairros com maior ocorrência de roubos com registro, em 2017, de setecentos e duas ocorrências.

#### Quadro 03: Bairros que compõem a 3ª Regional de Segurança Pública de Rio Branco, Acre. Ocorrência de roubos em 2017.

Ord.	Bairro	Ocorrência	Ord.	Bairro	Ocorrência
1	Aeroporto Velho	<b>137</b>	14	Loteamento Popular	
2	Ayrton Senna	<b>29</b>	15	Loteamento Santo Antônio	
3	Bahia Nova		16	Loteamento São Sebastião	
4	Bahia Velha	<b>27</b>	17	Loteamento Via Mariana	
5	Boa União	<b>46</b>	18	Palheral	
6	Boa Vista	<b>63</b>	19	Papoco	
7	Edson Cadaxo		20	Pista	<b>64</b>
8	Floresta Sul	<b>112</b>	21	Plácido de Castro	
9	Invasão da Sanacre		22	Preventório	
10	João Eduardo I	<b>89</b>	23	Residencial Santa Cruz	
11	João Eduardo II		24	Sobral	<b>78</b>

12	João Paulo II	57	25	Volta Seca	
13	Juarez Távora				
<b>Total</b>					<b>702</b>

**Fonte:** Polícia Civil do Estado do Acre, MPAC, 2017. (Organizado pelo autor).

Conforme Araújo (2018, p. 126),

A 3ª regional faz parte de uma área que tem um potencial de independência, principalmente na área comercial. [...] parte localizada na linha limite do rio e a segunda área que concentra a formação de bairros mais antigos da capital. É nessa parte mais antiga, no bairro Aeroporto Velho, que tem a maior concentração de roubos.

### **Quarta Regional de Segurança Pública de Rio Branco, Acre**

A 4ª Regional de Segurança Pública engloba sessenta e cinco bairros e trinta e uma vias rurais, conforme Quadro 4, com a ocorrência de mil cento e vinte (1.120) registros de roubos absolutos nos dez bairros mais perigosos desta regional.

#### **Quadro 04: Bairros que compõem a 4ª Regional de Segurança Pública de Rio Branco, Acre. Ocorrência de roubos em 2017.**

Ord	Nome do Bairro	Ocorrência	Ord	Nome do Bairro	Ocorrência
1	7º BEC	95	33	Ivete Vargas	
2	Abraão Alab	115	34	Jardim América	
3	Barro Vermelho		35	Jardim Brasil	
4	Boa Esperança		36	Jardim de Alah	
5	Calafate		37	Jardim Europa	
6	Campus da UFAC		38	Jardim Manoel Julião	
7	Chácara Ipê		39	Jardim Nazle	
8	Conjunto Bela Vista		40	Jardim Primavera	
9	Conjunto Castelo Branco		41	Loteamento Flora	
10	Conjunto Esperança		42	Loteamento Isaura Parente	
11	Conjunto Habitar Brasil		43	Loteamento Joaфра	
12	Conjunto Jardim Universitário		44	Loteamento Vila Maria	

13	Conjunto Laélia Alcântara	<b>89</b>	45	Mauro Bittar – LBA Vila Betel	
14	Conjunto Manoel Julião		46	Mocinha Magalhães	
15	Conjunto Mariana		47	Nova Esperança	<b>86</b>
16	Conjunto Nova Morada		48	Nova Esperança (Fragmento)	
17	Conjunto Paulo C. de Oliveira		49	Nova Estação	<b>101</b>
18	Conjunto Rui Lino		50	Novo Horizonte	
19	Conjunto Tangará		51	Parque das Palmeiras	
20	Conjunto Tucumã	<b>113</b>	52	Paz	
21	Conjunto Universitário		53	Pedro Roseno	
22	Distrito Industrial	<b>88</b>	54	Portal da Amazônia	<b>186</b>
23	Doca Furtado		55	Residencial Iolanda	
24	Dom Giocondo		56	Residencial José Furtado	
25	Estação Experimental	<b>129</b>	57	Residencial Maria Íris	
26	Flor de Maio		58	Residencial Petrópolis	
27	Geraldo Fleming		59	Santa Quitéria	
28	Hélio Melo		60	Santa Terezinha	
29	Horto Florestal		61	Vila Aquiles Peret	
30	Horto Florestal		62	Vila São Miguel	
31	Ilson Alves Ribeiro		63	Vilage Tiradentes	
32	Isaura Parente		64	Waldemar Maciel	
			65	Zona Rural Norte	<b>118</b>
<b>Total</b>					<b>1.120</b>

**Fonte:** Polícia Civil do Estado do Acre, MPAC, 2017. (Organizado pelo autor).

Nesta regional, a característica de sua zona rural norte com altas incidências de ocorrência de roubos, de maneira similar ao contexto urbano, caracteriza a espacialização dos grupos criminosos, conforme Araújo (2018, p. 126).

A 4ª regional faz parte do quadro estatístico das três regionais com maior incidência de roubos, os dois bairros com maior incidência de roubos não são tão próximos, o que nos leva a confirmar que o território do crime tem características peculiares que fornecem elementos para prática criminosa. O Conjunto Tucumã configurou um potencial local da prática de roubo,

porque, nessa localidade, tem o “Parque do Tucumã com as mesmas características do Parque da Maternidade, localizado na parte central da cidade, que compreende a 1ª regional.

### **Quinta Regional de Segurança Pública de Rio Branco, Acre**

A 5ª Regional de Segurança Pública compreende trinta e três bairros e sessenta e duas vias rurais, conforme territorialização realizada pela Polícia Civil do estado do Acre. A ocorrência em 2017, nessa regional, representou setecentos e vinte e quatro registros, conforme Quadro 5.

#### **Quadro 05: Bairros que compõem a 5ª Regional de Segurança Pública de Rio Branco, Acre. Ocorrência de roubos em 2017.**

<b>Ord</b>	<b>Nome do Bairro</b>	<b>Ocorrência</b>	<b>Ord</b>	<b>Nome do Bairro</b>	<b>Ocorrência</b>
1	Alto Alegre	<b>81</b>	17	Loteamento Popular	
2	Apolônio Sales		18	Loteamento Santa Luzia	
3	Chico Mendes		19	Loteamento Santo Antônio	
4	Conjunto Adalberto Sena	<b>60</b>	20	Loteamento São Francisco	
5	Conjunto Nova Morada		21	Loteamento Vila Mariana	
6	Conjunto Oscar Passos		22	Montanhês	<b>81</b>
7	Conjunto Ouricuri		23	Parque dos Sabiás	
8	Conjunto Xavier Maia		24	Placas	<b>81</b>
9	Defesa Civil		25	Raimundo Melo	
10	Edson Cadaxo		26	Residencial Maria Íris	
11	Eldorado	<b>60</b>	27	Residencial Santa Cruz	
12	Ibson Alves Ribeiro		28	São Francisco	
13	Jorge Lavocat	<b>60</b>	29	Tancredo Neves	<b>82</b>
14	Juarez Távora		30	Vila Nova	
15	Loteamento Jaguar	<b>86</b>	31	Vila São Miguel	
16	Loteamento Novo Horizonte		32	Vitória	<b>68</b>
			33	Wanderley Dantas	<b>65</b>
<b>Total</b>					<b>724</b>

**Fonte:** Polícia Civil do Estado do Acre, MPAC, 2017. (Organizado pelo autor).



O perímetro da 5ª Regional de Segurança Pública, no âmbito urbano e rural, conforme demonstra o quadro 5 apresenta 724 registros de roubos em 2017, ano com acentuado crescimento da criminalidade na cidade de Rio Branco. Isto permite compreender a conurbação da mancha de ação dos grupos criminosos, no sentido dos dez bairros com a frequência histórica manterem a recorrência cíclica dos ilícitos.

### **O papel da Divisão Regional em Segurança Pública na cidade de Rio Branco**

Conforme o MPAC (2017, p. 56), no recorte histórico de 2006 a 2017, dentre os locais com maior incidência de ocorrência de roubos, destacam-se: as vias públicas representaram o local líder em ocorrências de roubos em todas as frequências, seguida das residências particulares, estabelecimentos comerciais, postos de combustíveis e o Parque da Maternidade. E em 2017, teve início a presença crescente do registro de roubos nos coletivos urbanos na capital acreana.

As cinco divisões regionais em segurança pública, adotadas no âmbito do planejamento estratégico pelos gestores das forças de segurança pública, objetiva empreender uma gestão para o controle da ação dos grupos criminosos na capital.

Nesse aspecto, a população rio-branquense em exposição à vulnerabilidade da defesa social, conforme os dados de homicídios e roubos apresentados, eleva o sinal de alerta à sociedade bem como, aos gestores públicos, quanto a categorização do estado do Acre e sua capital como uma das regiões mais violentas do Brasil.

### **Delitos envolvendo drogas**

Conforme dados de apreensão de drogas ilícitas como a cocaína e a maconha no período dos anos de 2010 a 2019, disponível no site institucional do Departamento da Polícia Federal (DPF), apresentados no quadro 06, a média anual apreendida em toneladas de cocaína nas operações de fiscalização correspondeu a 38,23 toneladas, em um total apreendido de 382, 3 toneladas. A maconha, no mesmo período, representou em média 204,89 toneladas/ano e um total de 2.049 toneladas apreendidas.

No âmbito do estado do Acre, conforme apreensões deflagradas pela DPF, no período de 2001 a 2007, ocorreram registros de apreensões de cocaína, crack, pasta base e maconha em quilos (kg), conforme quadro 7.

Diante dos dados apresentados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre

Drogas (Senad), por meio de operações desencadeadas pelo Departamento da Polícia Federal (DPF),

A análise da evolução das apreensões no tempo mostrou que, no Brasil como um todo, há tendência de aumento das apreensões de cocaína. Nota-se que, com exceção da Região Sudeste, as apreensões apresentaram aumento no período, em particular nas Regiões Norte e Centro-Oeste. As apreensões de pasta base ocorreram predominantemente na Região Norte, nos estados do Acre, Amazonas e Pará (SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS, 2009, p. 303).

**Quadro 06: Brasil - Drogas apreendidas nas Unidades da Federação (tonelada).**

ANO	COCAÍNA	MACONHA
2010	27,1	154,2
2011	24,5	174,2
2012	19,9	111,4
2013	41,7	222,2
2014	33,9	208,5
2015	27,2	271,4
2016	41,5	236,2
2017	48	354
2018	79,2	268,1
2019	39,3	48,7
<b>Média</b>	<b>38,23</b>	<b>204,89</b>
<b>Total</b>	<b>382,3</b>	<b>2.049</b>

Fonte: Departamento de Polícia Federal – DPF. (Organizado pelo autor).

**Quadro 07: Drogas apreendidas no estado do Acre em quilos (kg).**

ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Média	Total
<b>Cocaína</b>	10	15	166	47	386	332	599	222	<b>1.557</b>
<b>Crack</b>	20								<b>20</b>
<b>Pasta Base</b>	145	72	93	97	81	28	127	92	<b>645</b>
<b>Maconha</b>	0	54	20	6	0,2	0,1	59	20	<b>140</b>

Fonte: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD. (Organizado pelo autor).

Muito embora apresentamos os dados secundários das apreensões realizadas pela DPF, entre os anos de 2001 a 2007, há dificuldade de pesquisas

para elucidar a fonte distribuidora ao considerarmos o estado do Acre, vizinho territorial com fronteira com os maiores produtores de cocaína do mundo. Com o Peru, de acordo com o *Sistema Integral de Monitoreo de Cultivos Ilícitos*, no ano de 2015 foram registrados uma área de cultivo de coca compreendendo 40.300 hectares (UNODC, 2016, p. 22).

Nesse cenário, no ano de 2018, mais de uma tonelada e trezentos quilos de entorpecentes de maconha e cocaína foram incinerados, a partir das apreensões da Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE). De acordo com o Secretário de Segurança Pública e de Polícia Civil, Carlos Flávio Portela,

A droga é um mal que desagrega famílias. O furto, o roubo, o homicídio e a tentativa de homicídio são crimes fomentados pelo tráfico de drogas, e essa incineração é o resultado de um duro golpe dado ao tráfico de droga pelas forças de segurança do Estado, em especial a Polícia Civil, [...]. Comparado com o mesmo período do ano passado, a Polícia Civil obteve um acréscimo de 84,5% por cento na quantidade de entorpecente apreendido. Ano passado, por exemplo, as apreensões somaram pouco mais de 500 quilos de drogas, já este ano, já somam mais de uma tonelada e meia (ACRE: SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO; AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE, 2018).

Com isso, a geopolítica das drogas estabelecida na faixa de fronteira acreana com a nação boliviana, posiciona a cidade de Rio Branco como rota dos entrepostos produtores internacionais e rota de escoamento das drogas ilícitas pelas rodovias, redes fluviais e sistemas aéreos regulares e ilegais.

O aspecto primordial desta análise está em permitir evidenciarmos se as forças de segurança e persuasão pública contra grupos criminosos alcança o objetivo de inibir a expansão de suas ações criminosas e evidenciar a territorialidade desses grupos na faixa de fronteira.

Muito embora consideramos ser o carro chefe das ações dos grupos criminosos o narcotráfico no âmbito local, interestadual e internacional, esta apreensão requer aprofundamento pormenorizado e por si só, como cerne dessa pesquisa, compreendemos que a temática merece a devida dedicação em pesquisas futuras.

Diante disso, os dados dos crimes transfronteiriços constantes nos Anuários do FBSP, permitem pormenorizar dentro do recorte espaço temporal adotado a refutação ou confirmação do inventário teórico e em análise criminal consultado.

## **Papel do Estado e articulação multilateral institucional**

Por meio das variáveis mortes violentas intencionais, roubos absolutos e apreensões de drogas ilícitas, fica evidenciado a regionalização no contexto do território da cidade de Rio Branco da rede logística de organizações criminosas com atores representados por grupos criminosos locais, regionais e nacional em antagonismo pela rota de acesso e escoamento de drogas ilícitas e em efeito colateral, o estabelecimento de verdadeiro círculo vicioso: crime/violência/medo, junto à população.

O flagelo da insegurança pública, ao custo de centenas de vidas humanas, incita a reflexão política à revisão das propostas de políticas públicas efetivas e reguladas por legislações sobre o tema, em uma tendência em efetivar políticas públicas para além de programas de governo ou de partidos políticos em situação de poder legislativo e executivo.

Nesse contexto, há consonância na necessidade do papel articulador da União em desencadear ações com os demais entes federados, de maneira transversal e multilateral. Proposta essa, ao considerarmos a complexidade das ações e mecanismos operacionais para coibir o fluxo da rede internacional do narcotráfico na região amazônica, com o estado do Acre como rota de escoamento e a cidade de Rio Branco, como território de grupos criminosos.

## **Considerações finais**

Na cidade de Rio Branco constatou-se a materialização da territorialidade da criminalidade violenta representada pela espacialização de grupos criminosos em bairros da zona urbana da capital, convertidos em microterritórios da violência. Mesmo com a execução do planejamento governamental, em suas distintas formas e programas de governo na esfera da realidade do estado do Acre, e em sua capital, no segmento segurança pública, existe a exposição da sociedade rio-branquense aos problemas da insegurança pública.

Com isto, o espaço urbano da cidade de Rio Branco demanda ações institucionais para o tema da segurança pública, como a aplicação de recursos públicos em materiais e efetivo humano.

Diante do planejamento estratégico e situacional adotados pela administração pública direta, com aplicação orçamentária e em dispositivos humanos e suporte estrutural às forças de segurança pública, a dissensão dentre os objetivos projetados, como a sensação de segurança pública, e o resultado

vivienciado, com o crescimento das taxas de homicídios, frequência de roubos e apreensões de produtos do narcotráfico, evidencia-se a desconexão institucional em determinada fase da operacionalização das medidas de segurança pública.

Diante da abrangência do flagelo social e a crise detectada na segurança pública municipal, o prognóstico apreendido nessa pesquisa evidenciou os efeitos paliativos das cooperações multilaterais das agências reguladoras de intervenção federal, forças de segurança estaduais e coligados à dinâmica das fronteiras.

Apesar disso, mesmo por meio de operações de combate às organizações criminosas e à prática da economia do crime, após operações de intervenção *in loco* nas fronteiras, reincide a instabilidade estrutural da conjuntura geoeconômica, social e em insegurança pública nos microterritórios urbanos da cidade de Rio Branco, com efeito colateral ao município ligado de maneira transversal com a ocorrência da tríade mortes, roubos e drogas.

Dessa maneira, para a gestão da natureza territorial da criminalidade nos rincões da Amazônia passa a ser necessário considerar a presença de mais um atributo no contexto da análise geográfica em prospecção executiva de fomento ao crescimento econômico e desenvolvimento social na região, representada por sua predisposição ao risco, perigo e vulnerabilidade transfronteiriça com a ação de redes internacionais do narcotráfico consorciado ao poder paralelo dos grupos criminosos brasileiros, como operadores de instabilidade social em confronto direto ao sistema de segurança pública em âmbito nacional e regional.

Nesse aspecto, a crise da escalada da violência e criminalidade nas cinco regionais de segurança pública urbana na cidade de Rio Branco, Acre, com o flagelo das variáveis de homicídios, roubos e narcotráfico, em ação diuturna sobre a sociedade, atuam de maneira associada. Principalmente como demonstrado no ano de 2017 com as taxas e índices regionais elevando o estado do Acre e sua capital para a categoria de mais violenta e perigosa do Brasil.

Com o retrospecto dos elevados índices detectados na análise quantitativa das ocorrências de mortes violentas intencionais, roubos e apreensão do tráfico de drogas, como parâmetro os anos de 2016 e 2017, constatou que a capital rio-branquense está entre os municípios mais perigosos da região Norte, e dentre as mais violentas em relação as capitais nacionais.

Contudo, projetos de persuasão com objetivo de inibir a escalada da violência na capital acreana e, em extensão aos municípios do interior, são implementados em específico para acompanhar a educação e orientação de crianças e jovens escolares sobre o flagelo social das drogas e a entropia social produzida pela conexão e aliciamento dos grupos criminosos, o consumo de

narcóticos e entorpecentes. Além disso, observou-se a operacionalização de ações das forças de segurança pública para o enfrentamento direto contra os grupos criminosos.

Assim sendo, essa pesquisa proporcionou a decodificação e a espacialização da conjuntura da insegurança pública na área urbana da cidade de Rio Branco, bem como, a gestão pública de metodologias conceituais aplicadas por meio de políticas de governo com objetivo de coibir a violência generalizada.

## **Referências**

ACRE (Estado). **Constituição do Estado do Acre**. Assembleia Legislativa do Estado do Acre. Documentos. Disponível em: [http://www.al.ac.leg.br/wp-content/uploads/2014/10/constitui%C3%A7%C3%A3o\\_atualizada.pdf](http://www.al.ac.leg.br/wp-content/uploads/2014/10/constitui%C3%A7%C3%A3o_atualizada.pdf). Acesso em: 12 maio 2017.

ACRE (Estado). **Lei nº 1.972 de 27 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011. Disponível em: <http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/Lei1972.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

ACRE (Estado). Ministério Público do Estado do Acre. **Relatório de Informações de Indicadores Prioritários de Violência e Criminalidade:** demonstrativo histórico de indicadores de violência e criminalidade no estado do Acre, período 2004 a 2015. Observatório de Análise Criminal. Núcleo de Apoio Técnico. 1 ed. Disponível em: [http://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/Anuario\\_MPE\\_2015\\_PRONTO.pdf](http://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/Anuario_MPE_2015_PRONTO.pdf). Acesso em: 12 jun. 2016. Rio Branco: MPAC, 2016. 62p.

ACRE (Estado). Ministério Público do Estado do Acre. **Relatório de Informações de Indicadores Prioritários de Violência e Criminalidade:** demonstrativo histórico de indicadores de violência e criminalidade no estado do Acre, período 2006 a 2017. Observatório de Análise Criminal. Núcleo de Apoio Técnico. 1 ed. Disponível em: [https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/Anuario\\_MPAC\\_2017.pdf](https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/Anuario_MPAC_2017.pdf). Acesso em: 10 dez. 2018. Rio Branco: MPAC, 2018. 110p.

ARAÚJO, Jaqueline Sousa de. **Geografia do crime:** espacialização de homicídios e roubos ocorridos no município de Rio Branco como instrumento analítico de prevenção da criminalidade. Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2018. Disponível em: <http://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/2609>. Acesso em: 01 jul. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Relatório Brasileiro sobre Drogas**. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas; IME USP; Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, Vladimir de Andrade Stempluk e Lúcia Pereira Barroso (Org). Brasília: SENAD, 2009. 364 p. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/politicas-sobre-drogas/relatorios-politicas-sobre-drogas/relatoriobrasileirosobredrogas-2010.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2018.

# **PLANEJAMENTO E EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DE RIO BRANCO-AC<sup>1</sup>**

*Dhuliani Cristina Bonfanti<sup>2</sup>  
Maria de Jesus Morais<sup>3</sup>*

## **Introdução**

Neste trabalho é discutido o processo de expansão de Rio Branco, capital do Acre, analisando a cidade não pelo que vemos hoje, mais através do processo histórico pelo qual a cidade foi direcionada através de suas construções e reconstruções, produzidas pelas transformações econômicas, sociais e políticas ao longo das décadas. Desta forma, será apresentado o processo de expansão da cidade regulado através do planejamento urbano.

Segundo o IBGE, Rio Branco localiza-se no estado do Acre-Brasil, tem extensão de 8.835,541 km<sup>2</sup> com população de 336.038 no ano de 2010 das quais permanecem no perímetro urbano cerca de 308.345, obtendo uma densidade demográfica de 38,03 hab./km<sup>2</sup>.

Ao longo dos anos, a população urbana foi intensificada principalmente pelo processo de migração, esta movimentação populacional ocorreu ao longo das décadas, um dos fatores fundamentais para o crescimento de sua mancha urbana. O desenvolvimento não é aleatório, sua dinâmica é direcionada por agentes produtores do espaço, que torna a cidade um espaço fragmentado, direcionado pelas ações do capital.

---

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida durante o período como bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET Geografia) e resultado da monografia intitulada “Planejamento e expansão urbana em Rio Branco/AC” apresentada em 2014.

<sup>2</sup> Graduação em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal do Acre (Ufac) e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (Unir). E-mail: dhuli\_cris@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós doutora em Geografia Humana pela USP. Professora dos Programas de Pós Graduação em Geografia e de Letras: Linguagem e Identidade. Líder do grupo de Estudos em Produção do Espaço Amazônico. E-mail: mjmorais@hotmail.com



Desta forma esta pesquisa objetivou analisar o processo de expansão e o direcionamento da mancha urbana da cidade através da ação dos agentes produtores do espaço. Para que estas questões viessem a ser desenvolvidas ao longo deste trabalho, este foi dividido em dois momentos, o primeiro diz respeito à leitura de diversas obras, que abrangem os temas de urbanização, planejamento urbano e a cidade de Rio Branco. No segundo momento foi realizado o mapeamento da expansão da cidade, utilizando arquivos vetoriais e raster a partir da ferramenta ArcGis 10. Este processo resultou na construção de uma base de dados da cidade, a partir da espacialização intraurbana ao longo das décadas, sendo foi possível relacionar os dados mapeados às legislações aplicadas através dos planos diretores, possibilitando compreender os processos pela qual a cidade expandiu.

Ao longo desta pesquisa é discutida a produção do espaço urbano identificando como ocorre a urbanização e o planejamento das cidades sob o modo de produção capitalista, possibilitando a compreensão das relações entre o crescimento desordenado e as ações desenvolvidas pelo poder público através dos Planos Diretores de 1986 e de 2006. Compreendemos que a cidade de Rio Branco é produzida por meio do planejamento, formada através do processo de produção e reprodução do espaço, com a ação dos agentes produtores e as iniciativas do Estado.

### **Discutindo a produção do espaço urbano**

Para compreendermos o processo de urbanização de uma cidade, devemos considerar as características regionais locais, uma vez que a formação e o desenvolvimento das cidades agregam características locais, esta transformação desenvolve-se em diferentes níveis, tendo como ponto principal o processo de produção capitalista, ao qual transforma a produção e desenvolvimento da cidade em mercadoria, uma vez que a terra é necessária para a realização da vida. Carlos (2012) destaca que esta produção tem uma constituição através da sociedade, mas a sua apropriação e dominação é privada, considerando que o solo é mediado pelo mercado imobiliário, o qual é remediado pela lógica de valor de troca sobre o valor de uso.

O processo de produção do espaço é acima de tudo um espaço produzido pelas ações humanas. Estas ações surgem devido às necessidades e/ou interesse de produzir e reproduzir o espaço, essa reprodução é recriada constantemente através de condições que se realizam através do processo de reprodução do

capital, da vida e da sociedade como um todo. “A reprodução do espaço (urbano) enquanto produto social é produto histórico, ao mesmo tempo em que a realidade presente imediata”. (CARLOS, 1992, p. 30).

A produção espacial estabelece a localização dentro do urbano, produzindo a cidade, estas mudanças ocorrem conforme se desenvolvem as forças produtivas, que é subordinada segundo as exigências da sociedade que a produz. A expansão das cidades ocorre por inúmeros agentes, estando a população participante deste grupo, com isso, as favelas revelam-se como uma forma de fuga da população, que sem ter para onde morar, transfere-se para áreas a periferia da cidade.

Podemos observar as interações ao qual a cidade é produzida, com seus inúmeros jogos de interesses. Carlos (1992, p. 40) coloca que “a produção do espaço urbano se fundamenta num processo desigual; logo o espaço deverá, necessariamente, refletir essa contradição.” Assim, o processo de produção, segundo Stein (2008, p. 148), a apropriação e o consumo do espaço urbano ocorrem de forma desigual, como consequência da falta de acesso aos diferentes segmentos das diferentes formas espaciais, como à propriedade privada, ao uso da terra, bem como às diferentes formas ou mecanismos de ocupação desse espaço.

Segundo Morais (2000, p. 87), a terra apresenta-se em diferentes perspectivas para os agentes sociais, usufruindo e transformando o espaço urbano, segundo seus interesses. Segundo a autora, “para o capital industrial, bancário e comercial, a terra urbana tem o papel de permitir o acesso aos efeitos úteis da aglomeração, que são produzidos pelos meios de circulação e de consumo concentrados na cidade”.

É importante colocar ainda que, as atuações pelos agentes sociais ocorrem dentro das leis do estado e do plano diretor das cidades, como coloca Corrêa (1995, p. 12) de que “a ação se faz dentro de um marco jurídico que regula a atuação deles. Este marco não é neutro, refletindo o interesse dominante de um dos agentes, [...] permiti que haja transgressões de acordo com interesses dos agentes dominantes”. A expansão da cidade tem outro fator de importância para o crescimento urbano, que se constitui no crescimento da população, esta nova população é registrada na cidade, seja através do crescimento vegetativo, seja pela migração, processo encontrado por todo o país.

Para Chaves (2013, p. 3):

À medida que o contingente demográfico das cidades é ampliado, novos espaços vão sendo requisitados, o que muitas vezes resulta na expansão e

na alteração da estrutura urbana. Neste processo, é revelada a transformação qualitativa e quantitativa do espaço.

A necessidade de morar, aliado ao fato da terra não estar disponível a todos, estando em poder privado, leva com que a população, venha a buscar moradias em locais periféricos, ocupando espaços ilegalmente, dando origem as favelas formadas através de autoconstruções. As áreas periféricas da cidade vão cada vez mais expandindo, tomando novas formas no espaço da cidade, e é através destes jogos de interesses que a expansão da cidade ocorre.

Nesse sentido, Carlos (1992, p. 76) reforça de que “[...] o urbano é fruto da dinâmica das forças produtivas plenamente desenvolvidas ali, e mais especificamente da grande aglomeração”.

### **O processo de planejamento da cidade**

A cidade é palco de intensa expansão da mancha urbana, como forma de controlar o crescimento da cidade, surge o planejamento urbano. O planejamento das cidades resulta da necessidade de organizar o espaço urbano. Souza (2002) descreve o planejamento como um seguimento de estratégias para evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra. Já a gestão é a efetivação, ao menos em parte do planejamento.

O planejamento é uma ferramenta importante para o futuro da cidade, estabelecendo uma organização social, regido através de leis que direcionam o crescimento urbano, além de aperfeiçoar o espaço para que haja a melhor forma de reprodução do capital.

É imposto questões sobre o planejamento, ao se pensar em como se planejar a cidade de forma flexível, quando temos uma mistura de determinações e indeterminações, onde os interesses de alguns sobressaem às necessidades da maioria, tornando o planejamento, qualquer que seja um projeto arriscado, porém de extrema necessidade.

Souza (2002) coloca que o planejamento não deve ser visto como uma máquina perfeitamente controlada pelo Estado, ou por agentes modeladores do espaço, mais sim como um fenômeno gerado pela interação complexa, estando o Estado apresentando-se como um dos condicionantes.

As estratégias estabelecidas devem ser traçadas de forma justa, buscando contemplar as necessidades de toda a sociedade, para isso, estes procedimentos devem ser configurados com a participação de vários segmentos da sociedade, obtendo um planejamento democrático.

O Estado, portanto, deve ter como principal objeto de ação na formulação do planejamento as necessidades indicadas pela população e não se limita aos interesses de uma parcela populacional. Através destas ações podemos entender o porquê da participação popular no planejamento urbano apresentar-se de forma restrita.

À medida que a expansão urbana ocorre é possível observar espaços contínuos e descontínuos, formando as áreas habitadas e os vazios urbanos, este processo ocorre com a participação do poder público e do privado que gera a valorização rápida de alguns espaços. Os vazios urbanos são o meio principal pelo qual os agentes imobiliários atuam, de modo que é através da valorização de áreas, com infraestrutura e serviços que aos redores dos vazios, que o setor imobiliário tem a valorização de suas áreas.

Com auxílio do Estado, a cidade vai sendo planejada e (re)construída, retirando a população de baixa renda e obrigando-a a se alocar nas periferias da cidade. Fornecendo as cidades espaços muito diferenciados, se formando a partir do processo de produção do espaço urbano capitalista, separando os distintos grupos, com distintas diferenças sociais no espaço da cidade. Com a presente dinâmica capitalista, Souza (2002) coloca que enquanto não forem ultrapassados o marco do modelo civilizatório capitalista, os ganhos de autonomia possíveis, ainda que não sejam sempre desprezíveis, serão, necessariamente, muito insuficientes.

### **A cidade de Rio Branco e os Planos Diretores**

Rio Branco é uma cidade que surge a partir dos interesses capitalistas, com as transformações estabelecidas pela economia da exploração da borracha. Segundo Almeida Neto (2004), o povoamento que deu origem a cidade de Rio Branco teve início em 1882 através do surgimento do seringal Empresa, localizado as margens direitas do Rio Acre, por Neutel Newton Maia.

Em 1904, com a institucionalização da primeira organização política/administrativa, ocorreu a divisão das terras do território acreano em três departamentos: Alto Juruá, Alto Purus e Alto Acre. Nestes departamentos foram estabelecidas prefeituras, a prefeitura do Alto Acre foi implantada no seringal Empresa, este foi elevado à categoria de vila, e em setembro do ano de 1904, o povoado foi elevado à cidade e continuou com o mesmo nome até o ano de 1909 quando mudou para Rio Branco.

Apenas em 1920, Rio Branco foi escolhida para tornar-se a capital do território acreano, passando a ser oficialmente capital do estado em 1962. A evolução das construções das habitações na cidade de Rio Branco ocorreu de forma lenta e desordenada. Nesse sentido, Almeida Neto (2004) coloca que as construções ocorreram de forma desordenada, uma vez que não se tinha a existência de qualquer planejamento. O início do povoamento e das construções foram sendo realizadas às margens do rio Acre, estas ocorriam pelo fato de que Rio Branco, assim como os demais seringais do Acre, tinham suas instalações às margens dos rios, para facilitar o escoamento da produção e o recebimento de mercadorias.

Segundo Almeida Neto (2004), em 1942, inicia-se uma disputa pelas terras do seringal empresa, entre o Governo local (Oscar Passos), e os proprietários das terras. O Governo tinha como interesse alocar os seringueiros que vinham dos seringais falidos. Uma das medidas da época foi a criação das colônias agrícolas, para que os seringueiros pudessem se alocar nestas e sobreviver de seu trabalho no campo, onde com suas produções ajudaria a abastecer o mercado da cidade.

Para Leite (2007) no que diz respeito à população, a mesma passou em 1940 de 4.945 para 9.707 habitantes uma década depois, estas medidas de “planejamento” que estava sendo configurada, foram essenciais para alocar a população que vinha dos seringais em busca de moradia e emprego devido à primeira queda da borracha.

Na década de 1970, com o governo de Wanderley Dantas, foi implantado na Amazônia e, conseqüentemente, no estado do Acre políticas de modernização econômica da região, com investimentos voltados para a agropecuária modernizada. O Acre, porém, devido às condições locais do solo, recebeu os seus investimentos voltados para a agropecuária. Com a inserção da agropecuária, que substituiu o extrativismo da castanha e da borracha, onde as terras foram apropriadas por migrantes sulistas, que ao chegarem nas regiões expulsaram os seringueiros que viviam nos seringais abandonados. Com a expulsão dos seringueiros houve uma nova leva de migrantes ex-seringueiros que se dirigiam para a cidade de Rio Branco, estes sem alternativas, vieram sem nenhuma perspectiva em busca de trabalho e de moradia.

As ocupações foram sendo estabelecidas conforme as populações iam ocupando as áreas periféricas da cidade de forma desordenada, pelo processo de ocupação ou de invasão, os migrantes passaram a se instalar em espaços dentro do centro urbano, provocando os inchaços nos bairros já existentes. Os bairros foram sendo formados através das autoconstruções nas áreas ocupadas dos

loteamentos clandestinos, sem infraestrutura e em condições precárias. “O cotidiano da população dos bairros periféricos é de carências e de lutas para conseguir permanecer e sobreviver na cidade.” (MORAIS, 2000, p. 100).

Estes bairros como processo de invasão, apresentam o mínimo ou nenhuma infraestrutura local, processo ao qual vai sendo adquirido no decorrer do tempo, através de reivindicações.

A partir da década de 1980, teve início os conjuntos habitacionais. Estes eram implantados recebendo infraestrutura e serviços em áreas com poucas ou nenhuma habitação, com a presença destes, as áreas tornavam-se atrativas. Assim, estes conjuntos foram responsáveis pela formação de inúmeros bairros. Outro fator que deve ser ressaltado é a valorização das terras aos redores, os conjuntos habitacionais estão localizados em distintos pontos da cidade, com o objetivo de ocupar as proximidades, para que seja servido de infraestrutura e valoriza as demais regiões.

A partir de 2000, o governo do Acre surge com a proposta de loteamentos para famílias de baixa renda através de programas de habitação. Estes apresentam infraestrutura necessária, porém ocasionam diferentes problemas para as populações que ali são alocadas, como por exemplo, a escassez de serviços. É através da formação destes conjuntos habitacionais e de loteamentos que a cidade vai sendo projetada.

Os planos diretores apresentam-se como uma forma de ordenar a cidade. Em Rio Branco, através dos planos de 1986 e de 2006, vê-se um ordenamento territorial, orientando as zonas de crescimento da cidade expandindo a área urbana. As intervenções do poder público têm como propósito modificar o ordenamento territorial estipulado em ambos planos diretores.

O Plano Diretor de 1986 apresenta-se como o primeiro da cidade de Rio Branco, apesar das experiências anteriores. Neste é também estabelecido o Código de Obras e a Lei de Parcelamento e Uso do Solo. Este plano foi elaborado buscando gerar um planejamento físico territorial da cidade, estabelecendo limites de ocupação e projeção da população e da expansão da cidade até o ano de 2015. Este projeto apresenta diretrizes que teve como objetivo regular as formas de ocupação do solo dentro do perímetro urbano da cidade, uma vez que a cidade apresentava uma malha urbana dispersa e irregular.

O plano diretor é um projeto do município formulado pela prefeitura com apoio do Estado, que dá a população o direito de participar do ordenamento da cidade a curto e longo prazo. Observa-se com facilidade que boa parte da população não tem conhecimento algum sobre o plano diretor, ocasionando a

mínima participação. Apesar da metodologia dos planos apresentarem como proposta a participação da população, os maiores interessados em participar da formulação do plano são os agentes do espaço que buscam estarem presentes, como uma forma de defender aos seus interesses. Apresentando-se estes aliados ao Estado para:

na produção do espaço se faz no sentido de criar as condições gerais de desenvolvimento, isto é, criar a infraestrutura requerida pelos investidores, como construção de estradas, rede de energia, de telefones e políticas fiscais, visando com isto atrair empreendimentos nacionais e internacionais. (MORAIS, 2000, p. 50).

Propostas com base nas necessidades da região deveriam vir a atuar na área física por meio do zoneamento de usos, sistema viário, densidade demográfica, perímetro urbano, loteamentos, meio ambiente e áreas verdes, estabelecendo objetivos a serem atendidos como metas do planejamento. Com o forte crescimento da cidade a partir da década de 1980, onde a população urbana passou a ser maior que a rural, a cidade expandiu-se rapidamente, remodelando os interesses dos agentes, ocasionando a quebra das diretrizes implantadas pelo plano de 1986. Esta é uma forma do Estado delimitar, também os setores que vem a receber investimentos, uma vez que as áreas ocupadas irregularmente, não irão, segundo o plano, estar dentro de possíveis projetos desenvolvidos pela Prefeitura, excluindo assim as populações de baixa renda que estão localizadas em sua maioria em áreas de ocupação irregular.

A zona AD – Zona Administrativa dever-se-ia estar caracterizada pelo uso da administração pública, bibliotecas, museus, jardins. Esta, porém é uma área nobre da cidade, como previsto pelo plano, voltada para uso residencial, uma vez que alguns conjuntos foram sendo formados ainda na década de 1970 e 1980, como é o caso do Conjunto Procon e Solar, mas a mesma não se concretizou. A Zona C – Comercial da cidade não só foi concretizada como obteve a expansão de sua área, conforme a cidade recebia novas vias. Na zona R- Residencial, não só foi consolidada, como obteve sua expansão, para além do planejado. A área da zona residencial abrange bairros que estão dentro da área alagada da cidade as margens do Rio Acre e Igarapé São Francisco. Estas áreas estão sendo desocupadas e serão transformadas em áreas verdes e parques. A Zona V – Verde abrange a área do Horto Florestal, porém alguns outros parques foram implantados, como é o caso do Parque Zoobotânico localizado na Universidade Federal do Acre — Ufac.

De acordo com Morais (2000, p. 116):

Com relação às áreas **verdes**, as margens dos rios, porém, estão totalmente ocupadas pela população de baixa renda, não assegurando, portanto, áreas verdes. Mas novas áreas foram criadas, independentemente do Plano como o Parque Capitão Ciríaco no centro do 2º Distrito (1996) e o Parque Chico Mendes (1996) na Ac 40. Estes dois parques foram criados na gestão popular do Prefeito Engenheiro Florestal Jorge Viana, do Partido dos Trabalhadores. (Grifo do autor).

A Zona RA - de Ruídos do Aeroporto foi alterada, uma vez que o Aeroporto foi transferido para o primeiro distrito na área rural da cidade de Rio Branco, BR – 364. A Zona E- Especial é a área mais propícia a alagamento da região, porém esta área faz parte das áreas habitadas da cidade denominada como bairro Cidade Nova. Segundo Morais (2000, p. 117), “a **Zona de Serviços** às margens da BR 364 não foi concluída, e conseqüentemente os serviços classificados foram se localizar às margens da Ac 40.” (Grifo do autor).

Com o crescimento da mancha urbana da cidade, principalmente após a década de 1990 quando tem início no estado o Governo da Frente Popular, com perspectivas de investimentos na estrutura da cidade, houve a necessidade de ser formulado um novo Plano Diretor que ocorreu em 27 de outubro de 2006 através da Lei nº 1.611.

O Plano Diretor de Rio Branco foi estipulado sob a Lei Nº. 1.611 de 27 de outubro de 2006 em consonância com a o dispositivo na Constituição da República, na Lei federal n.10.257, e 10 de junho de 2001. Este plano de cunho estratégico apresenta o zoneamento da cidade e as disciplinas de uso, ocupação e parcelamento do solo. Apresenta suas diretrizes buscando assegurar a igualdade entre os vários setores da sociedade.

O Plano Diretor de 1986, o primeiro plano diretor da cidade, veio como forma de organizar e delimitar a expansão da mancha urbana, através deste identificamos futuras projeções para Rio Branco. Nas projeções da mancha urbana, a cidade é projetada até o ano de 2015, quando identificado às zonas das cidades e o planejamento que é idealizado para cada, podemos identificar que a cidade vem sendo projetada, buscando acompanhar uma hierarquia.

A zona residencial não só atingiu rapidamente a sua área de ocupação, como foi além das áreas de expansão, voltando a direcionar-se para as áreas do segundo distrito da cidade, este ocorreu principalmente após 1990, quando no estado tem-se a presença de um novo partido. Para se entender como ocorreu o rápido crescimento da cidade de Rio Branco, Morais (2000, p. 95), diz que “até 1970 havia cerca de 23 bairros e uma população de 34.474 habitantes e em 1996 a



cidade já possui 133 bairros e 201.347 habitantes.” Desta forma é possível perceber o quanto a cidade de Rio Branco expandiu sua área urbana.

Com o partido da Frente Popular atuando na cidade de Rio Branco, após a década de 1990, implantam na cidade projetos de infraestrutura e outros serviços. Como forma de se planejar a cidade, o Plano Diretor de 2006 é estabelecido. No início dos anos de 1990, é realizado na cidade várias obras e revitalizações, estas obras vem proporcionando uma nova paisagem para a cidade, inserindo características urbanas.

Obras como Parque da Maternidade, Parque do Tucumã, fazem parte de obras de infraestrutura e embelezamento da cidade, onde causam forte valorização do local. Quando obras como estas são instaladas a população ou é retirada ou permanece por pouco tempo, uma vez que não atendem as novas características. Outras obras de revitalização, como do Palácio Rio Branco, Mercado Novo Velho, Praça Povos da Floresta, transformam o espaço e as funções que nele ocorrem. De forma que a população que trabalhava nestes locais foi retirada, pelo tipo de serviço não fazer parte daquele espaço.

Morais e Venturato (2010) discutem ainda o fato de as populações serem indenizadas de forma diferenciada, levando-se em conta o local e a moradia, o que forneceu a parcela da população a receberem indenização, podendo procurar nova moradia, porém a população de baixa renda não obteve as mesmas vantagens. Com a valorização do lugar conjuntos e condomínios fechados começam a surgir nestas áreas.

Estes investimentos aparecem voltados para uma determinada classe, uma vez que quando foi inserido alguns projetos rapidamente áreas próximas a eles passam a surgir.

No caso do poder público, este geralmente, escolhe, para seus investimentos em equipamentos e em serviços coletivos, exatamente os lugares da cidade ocupados pelo segmento social de maior poder aquisitivo, ou que poderão ser ocupados por este segmento. Enquanto isso, os lugares da ‘pobreza’, os mais distantes, aqueles que, na maioria das vezes, são os mais densamente ocupados, ficam em situação de ‘abandono’. (BRITO, 2008, p. 201)

A construção da Via Verde ocorreu e rapidamente as áreas ao entorno foram valorizadas. Em pouco tempo pode-se observar a construção de loteamentos e condomínios fechados, em seguida, deu-se início a construção do Shopping Via Verde que valorizou ainda mais o solo ao entorno. As construções que vem ocorrendo na cidade, não só agem com o intuito de direcionar a mancha

urbana, como atuam de forma a valorizar áreas privilegiadas, como é o caso dos vazios urbanos, este processo segue a lógica do capital do solo urbano.

Como pode ser observado, apesar do aumento populacional ocasionando a expansão da mancha urbana, Rio Branco é composto por inúmeras áreas de vazios urbanos, que estão espalhados dentro do perímetro urbano. Podemos observar, ainda que estes lotes estão próximos a áreas aonde o governo vem investindo em obras públicas, como é o caso do bairro Cidade do Povo, que vem ultrapassar o perímetro urbano da cidade.

A cidade apresenta um enorme número de vazios urbanos, alguns com áreas consideráveis, mesmo com estes fatores, obras do governo estão sendo estabelecidas em áreas exterior ao perímetro urbano e que atingem áreas que deveriam ser de proteção ambiental. É através destes jogos de interesses que a cidade de Rio Branco vem apresentando a expansão de sua mancha urbana ao modo que o planejamento da cidade ocorre de forma ordenada e desordenada.

A mancha urbanizada da cidade apresenta áreas descontínuas por entre o perímetro urbano da cidade, nestas áreas estão localizados os vazios, pode ser observado também que em alguns pontos a mancha atinge áreas exterior a do perímetro.

Através deste, podemos identificar que a cidade de Rio Branco ampliou sua extensão nas últimas décadas, ocorrendo através de loteamentos, conjuntos habitacionais, áreas ocupadas irregularmente, e/ou obras de intervenção do Estado. É certo que através destes fatores as populações se deslocam rapidamente para novas áreas, formando novos bairros e expandindo cada vez mais a mancha da cidade.

### **Considerações finais**

Rio Branco surge como todas as outras cidades do estado, porém ao tornar-se capital do estado do Acre, a cidade passa a receber inúmeros investimentos, buscando adequar-se as normas dos padrões urbanos, através das construções de alvenaria e o traçado das ruas. Tem início assim uma preparação para que Rio Branco viesse se tornar uma cidade com paisagens urbanísticas, porém através do primeiro surto da borracha, está recebe uma grande quantidade de migrantes ex-seringueiros, que vem para a região em busca de moradia e emprego, a cidade sofre seu primeiro processo de expansão, mesmo de forma pequena.

Com a implantação dos projetos de colônias agrícolas a cidade passa a não se direcionar seguindo os meandros dos rios, passam a seguir as estradas que são direcionadas cada vez mais, adentrando o município. Com o segundo surto da borracha, a cidade sofre um novo choque, ao modo que não tem estrutura para suportar os migrantes. É a partir da década de 1970 que a cidade passa a conceber de forma clara, a produção do espaço urbano, através do planejamento, seja este de cunho orientado ou não.

Neste momento as relações de produção do espaço afloram na cidade, gerando rapidamente loteamentos clandestinos, programas de habitações, habitações irregulares, um emaranhado de relações que vão se contornando e formando a cidade. Rio Branco passa de 30 bairros para 130 na década de 1990, em pouco tempo a cidade tem a sua malha urbana formada de forma irregular e descontínua. Desta forma na cidade era produzida a riqueza e a pobreza, se de um lado apresentava-se belas construções em outro as invasões sem qualquer infraestrutura.

A cidade passou a expandir com o crescimento populacional vegetativo e migratório da população, os planos de ocupação do governo federal, tornou esse crescimento cada vez mais intenso. A expansão da cidade que em primeiro momento ocorreu de forma desordenada, deu início a produção do espaço por meios de agentes produtores do espaço. A ocupação desta população de baixa renda ao entorno da cidade transformou o espaço, expandindo a mancha urbana. Em Rio Branco os problemas imediatos com a forte migração para o estado surgiram com os loteamentos clandestinos na periferia da cidade, estes não possuíam infraestrutura adequada. O não planejar a cidade passa a ser uma forma de planejamento. A cidade passa a ser um processo de produção e reprodução do espaço, sendo definido segundo os interesses do diversos agente modificador do espaço, entre eles a população de baixa renda.

Com a ampliação da cidade e a atuação dos agentes a área recebe a reestruturação do espaço urbano que ocorre procurando acompanhar o crescimento imposto pela sociedade e os agentes produtores. O tamanho da cidade aparece com uma expressão de desenvolvimento, e o desenvolvimento está vinculado aos interesses do planejamento em sua dimensão espacial. O desenvolvimento, não é para todos, pois como pode ser observado é a tendência de privilegiar os interesses dos segmentos das classes dominantes, que estão no poder, assim mostra no núcleo urbano de Rio Branco, onde os espaços são diferenciados mais coexistentes.

Temos de um lado a população que cresce e necessita de um lugar para morar, e de outro os agentes que estão a todo o momento direcionando está população. Cabe então entender como ocorre a ação destes agentes — entre eles o Estado e a população de baixa renda — na produção do espaço urbano. Conforme entendemos como ocorre os jogos de interesses da produção capitalista do espaço, é fácil a percepção de como os investimentos e grandes obras públicas vem a beneficiar parcelas da população. Desta forma é possível notar que a cidade de Rio Branco está sofrendo o processo de expansão de sua área urbana, expansão esta que segundo o mapeamento de 2010, ultrapassa o limite do perímetro urbano em vários pontos.

É possível identificar também, através do mapeamento da mancha que a cidade apresenta uma forte atuação dos agentes imobiliários através principalmente dos vazios urbanos, e que estas áreas estão sendo valorizadas por obras realizadas pelo Estado. Define-se por tanto que a cidade de Rio Branco, com os seus caminhos iniciais traçados pelo rio Acre, apresenta hoje o total de 61 bairros e com uma população de 336.038 habitantes, que a cidade expandiu sua malha urbana, que este processo de expansão é fruto de um direcionamento, mesmo que não seja diretamente planejado e que tende a expandir-se cada vez mais, levando em consideração os novos investimentos aos qual a cidade vem recebendo.

## **Referências**

- ALMEIDA NETO, Domingos Jose de. “**Aos trancos e barrancos**”. Identidade cultural e residencial de ex-seringueiros na periferia da cidade de Rio Branco-Acre (1970-1980). 2004
- CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. Os desdobramentos socioespaciais do processo de expansão territorial Urbana. CALIXTO, Maria José Martinelli Silva (org.) **O espaço urbano em redefinição: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008. p. 240
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992 (Coleção Repensando a Geografia).
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço urbano: Novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ed. Ática, 3ª edição, 1995, nº: 175.

CORRÊA, Roberto Lobato. Perspectivas da urbanização brasileira – uma visão geográfica para o futuro próximo. In: PEREIRA, Elson Manoel; DIAS, Leila Christina Duarte (Orgs.). **As Cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro**, Florianópolis: Insular, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012.

FARIAS, Carlos Eugênio de. **Os eventos geográficos e a expansão urbana de Caicó**. Natal: IFRN, 2011. 177p.

LEITE, Ary Pinheiro. **De Seringal a Capital: a evolução urbana de Rio Branco – Acre no Período dos ciclos da Borracha do século XIX e XX**. Florianópolis/SC, 2007, 49 p.

MORAIS, Maria de Jesus. **Rio Branco – AC, uma cidade de fronteira: o processo de urbanização e o mercado de trabalho, a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais**. Dissertação de Mestrado em Geografia, UFSC, 2000.

MORAIS, Maria de Jesus; VENTURATO, Raquel Duarte. **Reforma urbana nas cidades de Manaus (AM) e Rio Branco (AC): entre o “deslocamento” forçado e a “desposseção” de bens materiais e simbólicos**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 89-110.

RIO BRANCO, Ac. Prefeitura Municipal. 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, 1986.

MORAIS, Maria de Jesus. ACRE. Prefeitura Municipal. **Plano diretor da cidade de Rio Branco**. Rio Branco, 2006.

MORAIS, Maria de Jesus. ACRE. Prefeitura Municipal. **A Rio Branco em que vivemos, registro histórico dos 100 anos de Prefeitura**. 2013.

RODRIGUES, Arlete M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 560 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. (a) **ABC do Desenvolvimento Urbano**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, 192 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. (b). **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espaical nas metrópoles brasileiras**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, 368 p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão Sposito. **A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012.

# **CENTRALIDADE E VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA NA CIDADE DE RIO BRANCO: A VIA VERDE ENQUANTO NOVA EXPRESSÃO DE CENTRALIDADE<sup>1</sup>**

*Janete Farias Mendonça<sup>2</sup>*

## **Introdução**

A crescente evidência dos mais diversos problemas das/nas cidades modernas tem elevado o interesse da cidade como objeto de pesquisa de várias ciências, o que confere ampla possibilidade de enfoques nos estudos. Dentre as ciências que se dedicam às temáticas e problemas da cidade, a Geografia possui relevantes contribuições pela capacidade de fazer uma leitura espacializada dos fenômenos sociais, fornecendo dados e aportes relevantes capazes de esclarecer e/ou subsidiar os movimentos de problematização da cidade no qual as demais áreas do conhecimento não conseguem elucidar.

Em toda cidade tem-se intrínseca a ocorrência de vários processos de natureza socioespacial responsáveis por (re)produzir o espaço urbano. Estes processos além de dinamizar o espaço urbano, possibilitam novas configurações espaciais, pois criam formas e funções, isto é, novas atividades e suas materializações. Essas novas espacializações constituem-se na própria organização da cidade e, em certos casos, fazem parte do processo de descentralização e (re)centralização urbana.

A ocorrência destes processos por sua vez, reforça a fragmentação do espaço urbano — que passa a ser transformado, destruído e reconstruído ao longo do tempo — e fortalece o surgimento de novas expressões de centralidade, geralmente, em áreas mais afastadas do centro principal, mas que tais atividades

---

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida durante o período como bolsista no Programa de Educação Tutorial — PET Geografia Ufac, que resultou no projeto de monografia apresentada em março de 2015 sob orientação do Prof. Dr. Gilberto Alves de Oliveira Júnior.

<sup>2</sup> Graduação em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal do Acre (Ufac) e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (Unir). E-mail: janetefarias12@gamil.com

ao se estabelecerem se intensificam e geram novas dinâmicas entre os fluxos e fixos.

Deste modo, a cidade apresenta-se como o lugar da divisão econômica, social e espacial, o lugar de concentração do capital e sua materialização, isto é, equipamentos, atividades e serviços de modo que as relações econômicas e sociais possam conquistar maior dinamicidade. Nesse sentido, a cidade passa a ser (re)produzida sob novas lógicas capitalistas, gerando novas dinâmicas, e a inserir-se em um novo processo de (re)produção e acumulação do capital.

Essa nova (re)produção do capital, por si só não se realizaria se não fossem impulsionadas e/ou incentivadas pelos grandes capitalistas, isto é, pelos principais agentes produtores e consumidores do espaço urbano. O Estado, os agentes imobiliários, os proprietários fundiários tiveram que buscar inovação e principalmente agir sob uma nova lógica capitalista, repleta de interesses e contradições.

Essa (re)produção e acumulação do capital no Acre têm sido mais expressivas nos últimos anos devido o estado ter apresentado algumas mudanças significativas na economia local, tanto que teve a economia integrada nacionalmente. Uma prova disso são os investimentos que os empresários locais e nacionais estão materializando na cidade de Rio Branco como o Shopping Center Via Verde, por exemplo.

À medida que o Estado vem apresentando melhorias à cidade de Rio Branco também vem se destacando ao materializar estes investimentos e esta tem acontecido a priori com o processo de descentralização e (re)centralização das atividades de comércio e serviços ao entorno da Via Verde.

O processo de descentralização na cidade de Rio Branco tem acontecido de maneira lenta, quando comparado às outras cidades médias de regiões econômicas mais dinâmicas no país. No entanto, não deixa de ser um processo relevante na produção do espaço urbano, na medida em que essas transformações têm tendenciado à cidade para um novo processo de organização e estruturação das atividades.

Neste contexto, a pesquisa procurou analisar o desenvolvimento urbano na cidade de Rio Branco, tomando como referencial o processo de descentralização e (re)centralização das atividades de comércio e serviço e a valorização imobiliária ao entorno da Via Verde, entre os anos de 2004 a 2014.

Nesse período essa parte da cidade passou por várias transformações estruturais ocasionados pela materialização de investimentos públicos e privados, além disso, destaca-se o revigoração econômico nessa área proporcionado pela

construção da Terceira Ponte que favoreceu o escoamento dos fluxos intraurbanos e interurbanos. O que possibilitou mudança na mobilidade urbana e transformação espacial de Rio Branco, pois acelerou o desenvolvimento da cidade na direção oeste e, conseqüentemente, ocasionou impactos sociais e econômicos.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa seguiu os seguintes passos: revisão bibliográfica, pesquisa de campo, levantamento de informações nos principais jornais locais, entrevistas (semiestruturada) com corretores de imóveis e levantamento de dados obtidos na Prefeitura de Rio Branco.

### **Novas expressões de centralidade em cidade médias**

As cidades são transformadas a partir da (re)produção e acumulação de capital de forma diferenciada. Assim com o tempo tanto as cidades quanto o território são (re) estruturados, modificando as formas e atribuindo novos usos e ocupações às áreas. De acordo com Oliveira Jr. (2010, p. 88), “essas modificações caracterizam-se por uma tendência à desconcentração de investimentos na rede urbana com novas estratégias locais do capital, direcionadas aos territórios não-metropolitanos”.

É através da movimentação econômico-territorial, em âmbito interurbano, que os novos equipamentos se materializam na rede urbana e é nesse momento que o espaço urbano passa a ser (re)organizado. E essa (re)organização, por sua vez, não acontece por acaso, mas a partir de determinações (políticas, econômicas e sociais) e conflitos de interesse entre os agentes produtores do espaço. Essa dinâmica no âmbito intraurbano são as novas estratégias locais do capital que ao organizar espaço, possibilita a criação de novas expressões de centralidade.

Essas mudanças são perceptíveis em vários setores intraurbanos e fazem com que o espaço urbano ganhe complexidade, pois à medida que ocorre um crescimento espacialmente descentralizado há também uma (re)centralização das atividades em outro setor, portanto, o processo de descentralização relaciona-se aos movimentos e as tendências.

Historicamente, o processo de descentralização surgiu desde o segundo quartel do século XX, logo após a Segunda Guerra Mundial. No entanto, este processo tem tornado o espaço urbano mais complexo, tendo em vista que tem suscitado uma seletividade nas atividades atribuindo novos usos e ocupações às áreas, no que se refere aos diferentes tipos, funções, processos e formas espaciais.



No Brasil, o processo de descentralização das atividades comerciais se intensificou a partir da década de 1940. A priori, a descentralização se incidiu no bairro de Copacabana devido este bairro apresentar maior índice populacional. O desenvolvimento do comércio e serviços favoreceu, portanto, a intensificação desse processo no bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro (RIBEIRO FILHO, 2004, p.162).

Há vários conceitos para explicar o fenômeno nas cidades e a centralização urbana, pois a cidade é o “agregado” dos fenômenos tanto naturais quanto sociais, porém não se deve desconsiderar uma correlação muito importante que é a estruturação e reestruturação urbana. Soja (1993), citado por Silva (2003), reforça esse conceito de reestruturação urbana, pois na cidade têm constantemente este processo de mudança estrutural, devido à dinâmica e (re) arranjos espaço-temporais. A partir dessa disseminação estrutural a nova tendência do espaço urbano é o processo de descentralização que aparecem dentro de novas escalas e estas de âmbito intraurbano e interurbano.

O processo de descentralização é bastante amplo e seu significado não condiz apenas à dispersão das atividades de comércio e serviços para áreas mais longínquas, mas também à criação de novas expressões de centralidade. Spósito (2001) destaca algumas das principais transformações para ocorrer o processo de descentralização e (re)centralização: “interesses dos imobiliários; crescimento demográfico; ampliação da diferenciação sócio espacial; melhoria nos transportes tanto públicos quanto individual etc.” Corrêa (1989) aponta fatores como: “aumento do preço da terra, impostos, aluguéis, dentre outros”, ou seja, processos sociais que fragmentam o espaço urbano.

Nesse sentido, o processo de descentralização tem se destinado a cumprir funções específicas que variam segundo as necessidades das organizações sociais responsáveis por (re)produzir o espaço urbano, fato que gera uma verdadeira fragmentação espacial. Deste modo, o espaço urbano vira “a condição essencial à realização de qualquer atividade produtiva e humana, tornando-se fonte de poder e dominação para quem o detém” (BESSA et al., 1996, p. 164).

À medida que a cidade cresce tem-se a imposição de (novos) tempos e atores hegemônicos e o processo de descentralização é um exemplo claro dessas realizações, pois o espaço urbano ao ser fragmentado para a instalação de novas atividades, além de dinamizar um “novo espaço” na cidade — com formas e funções diferenciadas — suscita as novas expressões de centralidade.

Nesses espaços até então “vazios” são implantadas atividades comerciais e de serviços, geralmente de grande porte, que já “surgem” territorialmente

descentralizados e satisfazendo a lógica do capital. Nesse sentido, segundo Oliveira Jr (2008, p. 210)

estes equipamentos que insurgem territorialmente descentralizados são capazes de gerar e manter fluxos que, ao se estabelecerem e se intensificarem, consolidam a criação de uma nova expressão de centralidade, o que redefine a própria noção de centralidade no espaço urbano.

De acordo com Ribeiro Filho (2004) um dos primeiros geógrafos a identificar e estudar o processo de descentralização das atividades do comércio varejista nas cidades norte-americanas foi Charles Colby, na década de 1930, no qual identificou dois tipos de forças e vários aspetos sócios espaciais mais atuantes no processo de “modelagem” do espaço urbano: a força centrífuga ou repulsão e a força centrípeta ou de atração.

A primeira trata-se dos fatores de repulsão, isto é, dos aspectos que favorecem a “expulsão” das atividades comerciais para os espaços mais longínquos da cidade, dentre os quais podemos destacar:

- a) a constante valorização do solo e os aumentos dos impostos de alugueis;
- b) o congestionamento do tráfego e o alto custo do sistema de transporte;
- c) a dificuldade de obtenção de espaços para a expansão das atividades,
- d) restrição legais implicando a ausência de espaço e, e) ausência ou perda de amenidades (RIBEIRO FILHO, 2004, p. 161).

A segunda refere-se aos fatores de atração das atividades para fora da área central, trata-se da força centrípeta, tais como: “grandes parcelas de terras desocupadas a baixo custo de impostos; infraestrutura implantada; facilidades de transportes” (RIBEIRO FILHO, 2004). Como por exemplo, a ocupação do lote 02 da BR-364 por órgãos da Administração Pública<sup>3</sup> ao entorno da Via Verde.

Nesse sentido, Ribeiro Filho (2004) destaca os estudos de Proudfoot ao abordar as transformações ocorridas na estrutura comercial das cidades norte-americana. Estas cidades por serem mais populosas e em amplo processo de desenvolvimento, foram as primeiras a apresentar “sinais” ao processo de descentralização e (re)centralização das atividades terciária. Através dessas

---

<sup>3</sup> Tribunal de Justiça do Acre – TJ/AC; Sede da Polícia Federal – PF/AC; Tribunal Regional Eleitoral – TRE/AC; Justiça Federal – JF/AC; Ministério Público da União – MPU/AC; Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Acre - OAB/AC, Tribunal de Contas da União- TCU/AC; Cartório e o Fórum Eleitoral, ambos anexos do TRE.

análises o autor classificou e caracterizou as atividades varejistas, criando uma tipologia quanto à localização e distribuição dessas atividades no espaço urbano, fato que contribuiu e contribui até hoje para a identificação e compreensão do processo de descentralização das estruturas comerciais das cidades.

Através da consolidação do processo de descentralização, o núcleo central passou a lidar com constantes transformações devido ao desdobramento das atividades para as áreas mais distantes. Essas mudanças no espaço intraurbano não fazem com que o centro perca sua função, mas contribui diretamente para uma redefinição funcional, ou seja, a área central deixa de monopolizar as atividades outrora conexas como indústrias, comércio, serviços que passa a ser exercido também nas novas centralidades. Essa nova centralidade é acompanhada por processos de descentralização e (re)centralização e movimentam os fixos e fluxos, o que contribui para dinamizar o espaço urbano.

Atualmente, nos grandes centros urbanos as conformações sócio espaciais são comuns, fato que gera novos padrões de centralidade ou centralidade poli(multi)cêntrica<sup>4</sup>. Essa centralidade, de acordo com Silva (2008), foi sentida a priori nas metrópoles, por estas apresentarem melhores condições para a reprodução do capital, e posteriormente (esse processo) foi sentido nas cidades médias, inclusive as cidades do Brasil a partir da década de 1990. A centralidade poli(multi)cêntrica é um processo amplo e ao mesmo tempo complexo. Essa complexidade advém porque todo espaço urbano evoca e provoca à concentração e dispersão de atividades, capital, etc. Desse modo, o espaço urbano demonstra que sempre tem estado, está e estará concentrado e poli(multi)cêntrico.

A ideia de uma centralidade única com poucos subcentros verificado nas cidades até a década de 1970 há muito tempo não faz parte da maioria das grandes e médias cidades brasileiras, devido à existência dos vários eixos de desdobramentos (vias de fácil circulação, hipermercados, shoppings centers) capaz de induzir as atividades para fora do centro principal. Essa tendência já é vista em vários centros urbanos como no estado de São Paulo onde se tem uma diversidade de centros (financeiro, lazer, comercial) encontrados não apenas na área metropolitana, mas também nas cidades do interior.

Dentre as atividades comerciais que podem dinamizar tanto o espaço quanto a economia de uma cidade estão: os hipermercados, shopping centers, galerias dentre outros. Para Spósito (2001), os shoppings centers reforçam o papel

---

<sup>4</sup> Termo usado para caracterizar a capacidade de reprodução do capital em espaços diferenciados, onde “policêntrica” é usado como diferenciação social e funcional das áreas descentralizadas e “multicêntrica” para caracterizar as várias centralidades.

regional das cidades onde se instalam, pois ao se instalarem propiciam novas formas de lazer e consumo, principalmente através das lojas de franquias das grifes restritas à metrópole.

O advento do shopping center nas grandes e médias cidades tem contribuído de forma significativa para a transformação e (re)estruturação espacial das atividades, uma vez que este passou a ser a nova forma de (re)organizar as atividades de comércio e serviços nas áreas descentralizadas.

O processo de descentralização contribui para a própria valorização e (re)utilização de novas áreas, o que traz de certa forma a ideia de constante (re)criação de determinada área da/na cidade. Estes novos empreendimentos geralmente são construídos em locais mais distantes da área central, no entanto eles geram valorização tanto do solo quanto dos equipamentos ao entorno. Portanto, as novas expressões de centralidade estão inseridas na tendência à desconcentração de investimentos na rede urbana sendo, portanto, uma nova estratégia locacional do capital em cidades grandes e médias.

### **Via Verde: nova expressão de centralidade**

O crescimento da cidade de Rio Branco remonta principalmente o segundo ciclo da borracha, no qual milhares de migrantes nordestinos, expulsos de suas terras pela chegada da frente agropecuária na década de 1970, vieram para a capital em busca de melhores condições de vida, dando início aos primeiros núcleos urbanos (MORAIS, 2000).

O crescimento da cidade conduz à transformação da sua estrutura e uma reorganização do espaço. A área central por ser o lugar de maior concentração comercial da cidade, onde o fluxo de pessoas, dinheiro e mercadorias é a primeira parte da cidade que passa por mudança. Entre essas transformações estão a relação à revitalização de praças ou prédios públicos, alargamento de avenidas ou até mesmo na descentralização de serviços para fora da área central. Em Rio Branco a gestão estadual usou de vários motivos para reunir parte das repartições públicas em um só lugar. Tais ensejos vão desde a necessidade de novas construções, prédios e ampliação dos serviços, à diminuição das despesas com aluguel, mobilidade urbana e a falta de estacionamento na área central.

Desse modo, a alternativa adotada foi descentralizar as estruturas, isto é, alguns serviços públicos para um novo centro administrativo. Essa reorganização segue, portanto, a tendência dos modernos centros urbanos em concentrar espacialmente as atividades comerciais e os serviços públicos para melhorar a

ocupação e organização da cidade. Estes empreendimentos, por sua vez, foram sendo materializados na Via Verde.

A Via Verde é um anel viário que faz parte da BR-364 (Figura 1). Esta via inicia no Instituto de Traumatologia e Ortopedia – Into indo até a Corrente na saída da cidade para o Segundo Distrito. Inaugurada em 16 de junho de 2006 a mesma foi construída para facilitar e/ou desafogar o fluxo de veículos, principalmente, veículos de grande porte que obrigatoriamente passavam pelas principais vias da área central. Além disso, a Via Verde contribuiu também para facilitar a entrada e saída de veículos tanto para o interior do Acre quanto para outros estados.

**Figura 01: Via Verde vista próximo ao Into**



**Fonte:** Farias, Janete (2014).

No total são mais de 13 quilômetros de estrada totalmente asfaltada ligando desde a entrada da cidade no 2º Distrito ao Aeroporto Plácido de Castro pela BR-364. A Via Verde teve um investimento de cerca R\$ 28 milhões para aos cofres públicos e possui uma boa sinalização, iluminação, ciclo faixas e acostamento sendo, portanto, considerada uma das obras mais importantes do governo do estado, na época, na gestão do governador Jorge Viana.

O direcionamento que tem sido dado para a Via Verde ocorre tanto pelo estado levar infraestrutura, quanto pelos próprios empresários em materializar os empreendimentos nesta área. Dentre os vários empreendimentos que existem ou que estão em fase de construção na Via Verde, destaca-se o Via Verde Shopping, hipermercados Makro e Atacadão, Lojas Havan, Uninorte, Ecoville Rio Branco, Contax (atual LIQ) dentre outros. Ao fazer um levantamento sobre esses grandes investimentos implementados na cidade destacamos o setor atacadista, que já em

2009 investiu cerca de R\$ 21 milhões para abrir uma filial do Makro em Rio Branco. O Makro ocupa uma área de 7 mil m<sup>2</sup> e gerou mais de 250 empregos diretos, ou seja, contribuiu para promover a economia. Além disso, empreendimentos como esses geram dinamização entre fluxos, pois ao direcionar essa grande quantidade de trabalhadores, consumidores para a Via, esses ao se deslocarem, seja de transporte público ou privado, acabam movimentando essa parte da cidade.

Para o presidente do grupo Makro, Rubens Batista Júnior, “a abertura de mais uma filial na Amazônia faz parte de uma política de apostas nos mercados do Norte e Nordeste, as regiões em franco crescimento do país” (Informação verbal). Esse discurso, portanto, demonstra a inserção do Acre num novo contexto econômico e que novos empreendimentos podem ser implantados. Porém, cabe ressaltar que para a concretização dessas apostas no mercado acreano, muitos investidores chegaram a ultrapassar as leis ambientais, como no caso do Makro, que teve o início da obra embargada pela prefeitura e pelo Ministério Público Estadual, mas como se trata de “desenvolvimento” para a Amazônia esses problemas tornam-se “irrelevante” perante a força do capital.

Outro empreendimento que merece destaque é o Via Verde Shopping. Construído em 2011, o shopping é um dos maiores empreendimentos privados do Acre apontado como um marco de desenvolvimento para a região que trouxe um sinônimo de modernidade igual aos grandes centros urbanos. A justificativa para trazer o Shopping para Rio Branco, como foi apontado nas pesquisas, é “à demanda pelo empreendimento, o perfil do consumidor e o aumento médio do poder aquisitivo do acreano” (A Gazeta do Acre, agosto de 2014).

O Via Verde Shopping tem uma área de 42,4 mil m<sup>2</sup> de área construída, ou seja, um grande centro comercial que gerou 2.200 empregos diretos e cerca de 5.000 indiretos de acordo com a Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), passando a ser o maior empregador privado do Acre. No ano da inauguração, a expectativa era receber um público diário de 12 mil a 15 mil pessoas<sup>5</sup>. E para que essa frequência de público e trabalhadores, realmente, acontecesse, o Governo Estadual e a Prefeitura de Rio Branco se encarregaram de criar toda infraestrutura no entorno do empreendimento, além de facilitar o acesso das pessoas disponibilizando novas linhas de ônibus com uma frequência de 15 em 15 minutos.

---

<sup>5</sup> Notícia acessada em 12/08/014. Disponível em:  
<<http://www.contilnetnoticias.com.br/Conteudo.aspx?ConteudoID=14333>>

Essa concentração de lojas, num ambiente amplo, climatizado e cheio de novidades chamou a atenção do consumidor e logo passou a ser o novo ponto de compras e de encontro das pessoas, enfraquecendo o comércio do centro tradicional. Nesse sentido, de acordo com Corrêa (2004, p. 158)

O shopping center é uma mercadoria onde de modo planejado, racional em termos de vendas, mercadorias diversas destinadas a grupos sociais com renda, são vendidas. Mais do que isso, os shopping centers são, e cada vez mais, centros de inúmeros serviços para a população em geral. Constitui um pseudo-espço público, controlado, onde o comportamento humano é direcionado.

Assim, a instalação do Via Verde Shopping trouxe uma “impressão” de modernidade na cidade e tornando-se mais um ponto de encontro e entretenimento para as pessoas. Além disso, a instalação do Via Verde Shopping e de todos os equipamentos na Via Verde, no decorrer destes anos, vem consolidando a Via como a área com maior concentração econômica da cidade, maior até mesmo que o centro tradicional.

Ainda sobre a materialização de investimentos, em 2011 foi anunciado mais um empreendimento na Via Verde, a Cidade da Justiça. A Cidade da Justiça é um complexo arquitetônico que irá centralizar todos os serviços da Justiça em um mesmo espaço físico, como forma de otimizar os serviços e organizar a cidade tal como nos grandes centros urbanos. No total serão seis grandes blocos que a princípio teve um investimento R\$8 milhões provenientes de empréstimos do Governo Estadual junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), empréstimo este que “ficaria por conta” do Judiciário. Em um de seus pronunciamentos o governador Sebastião Viana afirmou: “aquilo que o Governo puder fazer para colaborar, ele o fará” (TJAC, outubro, 2014).

A obra está sendo construída em uma área de terra de 6 hectares, avaliada em mais de R\$ 5 milhões, doada pela empresa Ipê Empreendimentos Imobiliários ao Governo do Estado e está orçada em R\$ 9.871,229. Em seu discurso, José Eduardo proprietário da Imobiliária Ipê fez questão de frisar que “a doação independe de qualquer retribuição ou interesse; o interesse, na verdade, é de contribuir com o crescimento de nossa cidade e de nosso Estado” (TJAC, outubro, 2014). Nota-se, portanto, a articulação entre estes agentes em centralizar os órgãos públicos e direcionar o crescimento da cidade para essa área e acima de tudo, valorizar ainda mais os lotes da Ipê ao entorno do empreendimento.

A Prefeitura de Rio Branco também se prontificou a colaborar com a instalação da Cidade da Justiça nessa área. Desse modo, o prefeito reforçou o

compromisso de contribuir com a urbanização do entorno do complexo arquitetônico, com investimentos de mais de três milhões de reais aos cofres públicos. O prefeito, na época, Marcus Alexandre ressaltou “estar tomando o cuidado de trazer materiais de qualidade para a estrutura do pavimento. Estamos fazendo alguns ajustes. Investir um pouco mais agora é economizar na manutenção no futuro” (TJAC, outubro, 2014).

**Figura 02: Maquete da Cidade da Justiça**



**Fonte:** Folder de lançamento (2014)

No momento, a obra está movimentando mais de 300 trabalhadores e somente o primeiro bloco terá 150 funcionários públicos, entre servidores e magistrados e com a conclusão dos outros cinco blocos a movimentação de pessoas e veículos, nessa área, vai ser bastante intensa, por isso, a importância da prefeitura entrar como parceira para fazer a urbanização e facilitar o acesso tanto da população quanto dos servidores. Portanto, essa tríplice parceria Ipê, Estado e Prefeitura está direcionando o crescimento administrativo, econômico e social da cidade para o entorno da Via Verde.

Em 2012 é a vez do Grupo Carrefour Brasil expandir sua marca no Norte do país, trazendo para Rio Branco mais um empreendimento de autosserviço de grande porte na Via Verde, o hipermercado Atacadão. Este empreendimento, além de aquecer a economia local, foi responsável pela geração de mais de 250 empregos diretos e 600 indiretos, ou seja, um dos poucos setores privados que gerou emprego na cidade.

As expectativas dos investidores, na época da inauguração, era que o Atacadão atendesse, mensalmente, cerca de 120 mil clientes, que contarão com



uma loja espaçosa, com área total igual ao seu principal concorrente de 7 mil m<sup>2</sup>, e um amplo estacionamento com 563 vagas, esse número dá uma ideia da dinamicidade que um equipamento deste porte gerou na Via Verde. Para o empresário Adem Araújo “A vinda do Atacadão ao Acre é reflexo de uma condição: mercado aquecido” (Informação verbal)<sup>6</sup>, isto é, o consumo regional do setor supermercadista está aumentando.

Destaca-se também a instalação da primeira central de atendimento no Acre e a primeira da Amazônia, a Contax que, posteriormente passou a ser LIQ, a principal empresa de Customer Experience do Brasil. A obra dessa central de atendimento faz parte do incentivo do governador Sebastião Viana, o principal interessado na concretização do empreendimento, além do empresário Aldenor Araújo que está investindo mais R\$ 20 milhões<sup>7</sup>. A empresa gerará mais 2,5 mil empregos com salários iniciais de R\$ 1,2 mil assim como o shopping, será um dos poucos setores privados com maior vínculo empregatício, concentrados, em Rio Branco.

Há também em construção na Via Verde o *Via Towers Corporate Buildings* que é um grande centro empresarial com duas torres de 16 andares e que está sendo construído em um terreno de 10.000m<sup>2</sup>. O empreendimento oferece 10 salas comerciais por andar e também 329 vagas de garagem além do subsolo<sup>8</sup>. Assim, ao observamos as imagens do folder de lançamento percebemos que a obra chama a atenção tanto pelo seu estilo moderno quanto pela inovação arquitetônica existente na parte interna e externa. Portanto, é mais um grande empreendimento e muito bem localizado, isto é, próximo a várias vias de acesso, que quando estiver funcionamento vai gerar uma dinamização de pessoas, veículos e capital, diferenciado, tendo em vista o padrão do empreendimento.

A implementação de um empreendimento deste porte em Rio Branco vem, portanto, comprovar o que tratamos no início, isto é, que o crescimento econômico da cidade de Rio Branco tem aumentado e isso provoca a exigência de artefatos que atendam a necessidade de determinado público o que suscitou na cidade uma “sensação” de modernidade tal como nos grandes centros urbanos e a Via Verde é uma nova expressão de centralidade.

---

<sup>6</sup> Notícia acessada em 01/10/2014. Disponível em: <<http://agazetadoacre.com/noticias/grupo-carrefour-traz-atacaao-para-o-acre-ate-o-fim-de-novembro/>>

<sup>7</sup> Notícia acessada em 06/10/2014. Disponível em: <<http://www.ac24horas.com/2014/08/27/promessa-petista-de-call-center-sera->>

<sup>8</sup> Acesso em 29/01/2015. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/pages/Albuquerque-Engenharia/104250799649536>>

No início de 2015 saiu o anúncio de outro lançamento a ser instalado na Via Verde (esquina com a estrada do Calafate) que é a rede de loja de departamento Havan. A instalação teve um investimento de R\$ 40 milhões em 16 mil m<sup>2</sup> de área construída com 500 vagas para estacionamento. A expectativa dos empresários é gerar 200 empregos diretos na cidade e região<sup>9</sup>.

Assim, a movimentação desse grande número de trabalhadores e consumidores tem provocado uma dinamização ainda maior nessa parte da cidade. Além dos condomínios verticais de alto status que já tem na Via, há também o EcoVille Rio Branco ao lado do Via Verde Shopping. Ambos os empreendimentos possuem uma localização privilegiada, uma vez que ficam próximo a diversos serviços como os hipermercados Makro e Atacadão, o Centro Administrativo, a União Educacional do Norte - Uninorte, dentre outros.

Tais serviços públicos e privados fazem com que ocorresse uma forte presença da especulação imobiliária, construções essas que trouxeram o aumento do valor dos imóveis tanto os materializados na própria Via Verde quanto nos bairros ao seu entorno, pois um empreendimento construído ao lado do outro contribui diretamente para o processo de especulação imobiliária e valorização do solo de toda área ao entorno.

Como pode ser observado o direcionamento que tem sido dado para a Via Verde ocorre tanto pelo Estado, ao oferecer concessões tais como terras, infraestrutura, quanto pelos próprios empresários ao concentrar as materializações. Essa movimentação entre os fluxos e fixos na Via Verde, nos últimos anos, fez dessa porção da cidade o novo vetor de valorização de Rio Branco, contribuindo tanto para aquecer o setor imobiliário da região quanto para aumentar a articulação entre os empresários locais e nacionais. Destaca-se também o apoio dado pelos representantes do Executivo Estadual e Municipal como fator preponderante para estimular os empresários a investir na economia local e de forma otimista, como foi possível observar no discurso de alguns, decidirem investir na cidade.

Portanto, a Via Verde é uma nova centralidade não apenas por ter empreendimentos novos, mas porque, no momento, nenhum outro espaço na cidade, fora a área central, tem essa mesma dinamização entre os fluxos e fixos, muito menos a mesma concentração de trabalhadores e consumidores se deslocando, diariamente, para o mesmo local.

---

<sup>9</sup> Notícia acessada em 09/01/2015. Disponível em:  
<<http://www.lojashavan.com.br/noticia/1105/havan-anuncia-loja-em-rio-branco,-no-acre>>

E ainda, nenhum outro espaço na cidade tem recebido tantos investimentos e materializações, seja por parte dos empresários seja pelo próprio governo que também tem contribuído para o direcionamento da cidade para a Via Verde. Portanto, tudo o que é novo está na Via Verde e isso atrai tanto o mercado imobiliário quanto as pessoas e com a inauguração dos novos empreendimentos, essa dinamização só tende a aumentar e tudo isso contribui para a valorização do solo ao entorno da área.

### **Valorização imobiliária ao entorno da Via Verde**

Para evidenciar a valorização imobiliária do entorno da Via Verde foram feitas várias visitas em alguns Departamentos da Prefeitura Municipal de Rio Branco, mais precisamente na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana – SMDGU, no Departamento de Tecnologia da Informação – DTI que faz parte da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – SMAGP.

Dentre os resultados esperados com essa metodologia pretendia-se conseguir o valor dos terrenos ao entorno da Via. Na SMAGP descobriu-se que o valor de cada terreno, na cidade, é dividido pelo valor do imposto que é 2% e, que o valor do Imposto de Transmissão de Bens e Imóveis - ITBI<sup>10</sup> da cidade de Rio Branco e multiplicado por 100%.

O imposto, isto é, ITBI é calculado por uma estimativa de quanto vale o bem (no caso, o terreno ou área construída), mas há terrenos maiores e terrenos menores, porém o ITBI da cidade de Rio Branco é de 2% independentemente do tamanho do terreno ou da área construída o que vai mudar é apenas se a transação for financiada ou não, como supracitado. Todavia, existe uma série de outros fatores que também contribui para essa estimativa no preço dos terrenos urbanos, fatores que segundo Botelho (2005, p. 27) estão ligados às:

condições do ambiente (natural ou construído) com o qual se articula o terreno (fatores físicos, acessibilidade aos serviços locais, meio ambiente natural, vizinhança etc.); os fatores que atuam no conjunto da zona homogênea onde o terreno estaria localizado, responsáveis pela formação do preço da terra em cada zona da cidade (posição da zona em relação aos diversos centros da cidade, ligação com o sistema de transporte, regulamentação urbanística determinando tipos e formas de uso do solo); e fatores mais gerais, que influenciariam a formação dos preços fundiários

---

<sup>10</sup> O ITBI é um imposto brasileiro, de competência municipal, ou seja, somente os municípios têm competência para instituí-lo.

no conjunto da sociedade (ritmo de crescimento da população, conjuntura econômica, estrutura de propriedade etc.)

Neste contexto, analisamos alguns terrenos no Bairro Floresta (Tabela 01), na Via Verde, relacionando os anos com o valor do terreno e, este com a porcentagem apresentada pelos corretores durante as entrevistas.

Analisando o quadro 01 é possível verificar que a oscilação nos preços dos terrenos está relacionada com o tamanho do terreno, por isso não tem uma sequência gradativa nos valores. Porém, ao se comparar dois terrenos no mesmo bairro, em 2007 e outro terreno em 2014, com aproximadamente o mesmo tamanho percebe-se o quanto teve de valorização em apenas oito anos.

A partir de 2011, os terrenos vêm aumentando o preço que é quando se intensifica o desdobramento das atividades comerciais e de serviço. No quadro 01 é possível observar que, a partir de 2009, o preço do metro quadrado teve um aumento significativo em relação aos anos anteriores comprovando que, realmente, essa área vem passando por um intenso processo de valorização imobiliária, como está claro no relato do corretor José Morais Sales da Imobiliária Fortaleza.

se fizer um paralelo da Via Verde em 1994, 2004 e 2014, os terrenos valorizaram-se mais de 1000% e entre 2004 a 2014 valorizam-se mais de 500% isso em decorrência, principalmente, da construção da 3ª ponte que trouxe acessibilidade no trânsito ao ligar vários eixos da cidade. vai ter que fazer ruas, pôr iluminação, ou seja, fazer investimentos que depois tornarão mais caro do que se tivesse comprado no centro. (Informação verbal)<sup>11</sup>.

Assim, para quem possui algum lote ao entorno da Via Verde, atualmente, está auferindo um lucro excedente tendo em vista que são os lotes mais “caros” do momento em Rio Branco. E tudo isso aconteceu por causa do direcionamento que foi dado para essa área, isto é, devido à materialização de investimentos que os agentes sociais produtores do espaço urbano têm implementado nesta parte da cidade.

Portanto, podemos constatar que as entrevistas contribuíram para comprovar que fora a área central os terrenos na Via Verde são os que mais têm se valorizado nos últimos anos em Rio Branco e o que mais tem impulsionado esse desdobramento para a Via Verde é a valorização e a disponibilidade de terreno, isto é, “espaços vazios” para atividades de grande porte e a

---

<sup>11</sup> Entrevista gravada na Imobiliária Fortaleza, dia 28 jan. 2015.

acessibilidade, pois os empreendimentos precisam se localizar em vias de fácil acesso ao consumidor.

**Quadro 01: Valor do solo ao entorno da Via Verde**

<b>Valor do imposto (2 %)</b>	<b>Tamanho do terreno</b>	<b>Valor do terreno R\$</b>	<b>Valor do terreno m² R\$</b>
256,58	612,75	12.829,00	20,93
100,00	300,00	5.000,00	16,66
6.425,79	16.877,39	321.289,00	19,03
42.000,00	25.000,00	2.100,00	84,00
8.715,91	5.947,33	435.795,00	73,27
180.000,00	40.919,12	900,00	21,99
60.100,00	4.939,51	3.005,00	608,36
35.000,00	15.0003,63	1.750,00	11,66
1.538,75	719,58	76.937,00	106,92
44.808,08	17.081,77	2.240,404	131,15
1.368,58	704,88	68.429,00	97,07

**Fonte:** Departamento de Tecnologia da Informação – DTI na SMAGP, 2014.  
Organizado por: Janete Farias (2015).

**Considerações finais**

O estado do Acre, nos últimos anos, apresentou mudanças significativas nas condições econômicas, uma prova disso são os investimentos que os empresários locais, nacionais e do Poder Público estão materializando na cidade de Rio Branco, mais precisamente na Via Verde, tendo em vista que até alguns anos atrás ninguém pensava em investir no Acre, devido a diversos fatores como: falta de acessibilidade, distância dos centros urbanos, pouco potencial econômico, dentre outros.

Ao analisar o debate teórico acerca das novas expressões de centralidade foi verificado que a cidade de Rio Branco vem passando por uma organização estrutural que tem se materializado na Via Verde. Nesse sentido, a Via Verde depois da instalação dos empreendimentos públicos e privados, isto é, depois da materialização de investimentos, tem sido a área que mais se valorizou nos últimos anos e a mais nova expressão de centralidade de Rio Branco, tal como

ocorre nos grandes centros urbanos quando há o interesse em direcionar o crescimento da cidade para áreas que até então não indicava uma possível centralidade e, um bom exemplo disso é a instalação de Shopping Centers e hipermercados em áreas longínquas do centro como ocorreu no interior de São Paulo e como tem ocorrido em Rio Branco na Via Verde.

Sendo assim, os conceitos que mais se adequaram para a problematização do tema no recorte espacial são uma (re)estruturação e uma (re)centralização, ou seja, essa área ao ser direcionada para a implementação das atividades tornou-se nova expressão de centralidade da cidade. Essa nova expressão centralidade, não é nova apenas por ter empreendimentos novos, mas também por ter a maior concentração investimentos e trabalhadores do setor privado da cidade.

Um dos fatores que contribuiu para (re)estruturação dessas atividades foi à “falta de espaço” no centro tradicional tanto para edificações de grande porte quanto para as áreas de estacionamentos. Outro ponto foi à falta de acessibilidade nas vias do centro o que acabava prejudicando a agilidade nas atividades, pois a maioria dos serviços públicos se encontrava no centro e, portanto, o direcionamento dos fluxos era no sentido centro. É relevante também destacar a construção da Via Verde em 2006 e da 3ª ponte interligando os dois Distritos direcionando o crescimento da cidade para essa área.

A instalação destes equipamentos ano após ano na Via Verde contribuiu tanto para a valorização do solo quanto para a valorização dos próprios empreendimentos, uma vez que uma construção vai valorizando outra, como por exemplo, a construção do EcoVille em 2014 ao lado do Via Verde Shopping, ocorrendo a chamada valorização da valorização ou até mesmo como vimos nas notícias as concessões e doações como no caso da Ipê Empreendimentos que doou uma grande área para o Estado construir a Cidade da Justiça. Por fim, o estudo da temática é amplo e abre caminhos para o prosseguimento dos estudos sobre o tema.

## **Referências**

A GAZETA DO ACRE. Rio Branco: [2011]. Recuperado em 5 de junho de 2014. Disponível: <<http://agazetadoacre.com/noticias/tudo-pronto-para-a-inauguracao-do-via-verde-shopping-na-capital>>. Acesso em : junho de 2014

BESSA, K. SILVA E.; SOARES B. “Vazios” urbanos e especulação imobiliária em Uberlândia-MG. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 3, n.16, p.163-169,1996.

BOTELHO, A. **A renda fundiária urbana**: uma categoria de análise ainda válida. São Paulo, 2005.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. Inovações espaciais urbanas — algumas reflexões. **Cidades**: Revista científica. Grupo de estudos urbanos. vol.1, n.1, 2004 - Presidente Prudente.

OLIVEIRA JR., G. A. de. Redefinição da centralidade urbana em cidades médias. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, n. 1, p. 205-220, 2008.

OLIVEIRA JR., G. A. de. Espacialidades e temporalidades: expressões de centralidade em cidade médias. **Mercator**, Fortaleza, v. 09, n. 19, p. 87-100, 2010.

RIBEIRO FILHO, V. A área central e sua dinâmica: uma discussão. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.16, 2004.

SILVA, W. R.: A redefinição da centralidade em cidades médias. Londrina e Maringá no contexto da reestruturação urbana e regional. **X Colóquio Internacional de Geocrítica**. Diez años de cambios en el mundo, em la geografía y en las ciencias sociales, 1999 - 2008. Universidad de Barcelona. Tribunal de Justiça do Acre- TJAC. Disponível em: <<http://www.tjac.jus.br/noticias/noticia.jsp?texto=20292>>. Acesso em: outubro de 2014.

SPOSITO, M. E. B. **Novas formas comerciais e a redefinição da centralidade intra-urbana**. Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média. Presidente Prudente: Pós-graduação em geografia da FCT/UNESP, 2001.

# **O PARQUE DO TUCUMÃ COMO PRODUTO DA VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA EM RIO BRANCO<sup>1</sup>**

*Rondesson de Oliveira Vasconcelos<sup>2</sup>  
Victor Régio da Silva Bento<sup>3</sup>  
José Alves<sup>4</sup>*

## **Introdução**

O estudo tem como base fazer uma análise relacionada à valorização do solo urbano do conjunto Tucumã, na cidade de Rio Branco (AC) mediante a implantação de infraestrutura, sendo esta feita pelo Estado ou iniciativa privada. Dessa forma, buscou-se destacar algumas abordagens acerca da produção do espaço urbano considerando o processo de valorização imobiliária; o uso da natureza, seus benefícios, usos e o importante papel que desenvolve no meio urbano e, por fim, o Parque do Tucumã como reflexo da modernização em Rio Branco, sendo este impulsionador do valor imobiliário do conjunto.

Nesse sentido, pudemos entender a construção do Parque do Tucumã com reflexo da valorização imobiliária e da produção do espaço urbano de Rio Branco. São analisadas as áreas verdes e como estas vêm sendo usadas pelos especuladores imobiliários como objeto de valorização do espaço urbano; como os agentes produtores do espaço agem na transformação do solo da cidade de Rio Branco como mercadoria; e quais são as transformações perceptíveis na paisagem do conjunto Tucumã antes e depois da construção do parque.

---

<sup>1</sup> O artigo é resultado da monografia apresentada no curso de Bacharelado em Geografia da Ufac intitulada “O Parque do Tucumã como produto da valorização imobiliária em Rio Branco” apresentada em agosto de 2018, tendo como orientador o Prof. Dr. Victor Régio da Silva Bento.

<sup>2</sup> Geógrafo formado pela Universidade Federal do Acre e bolsista egresso do Programa de Educação Tutorial (PET) de Geografia da Ufac. E-mail: chookito.oliveira@gmail.com

<sup>3</sup> Professor do curso de Geografia da Universidade Federal do Acre (Ufac). E-mail: victorbento@live.com

<sup>4</sup> Professor do Programa de Pós Graduação em Geografia e dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Acre (Ufac). Tutor do Grupo PET Geografia. E-mail: bairral@hotmail.com



Parte-se da hipótese que as obras de infraestrutura como os parques, praças e áreas verdes trazem grande valorização às localidades onde são impostas e em seus entornos, mas em contrapartida acabam causando a segregação por parte da população mais pobre, devido ao alto custo de vida.

Abordaremos o espaço produzido e o desenvolvimento da sociedade através do processo de trabalho, elencando como esse processo vem fazendo com que a paisagem deixe de ser cada vez mais natural para se tornar mais humana. Como o modo de ocupação de cada lugar vai depender da finalidade para qual o homem deseja realizar uma ação, seja de habitar, comercializar, produzir ou consumir.

Sobre o uso da natureza e a valorização do espaço, nota-se o meio natural como atributo para valorização do solo. Mostraremos como os espaços urbanos tomaram conta das áreas verdes, inserindo o tema meio ambiente no contexto da sociedade. No decorrer dos anos, o processo de urbanização intensificou o distanciamento entre sociedade e natureza, o que acarretou em uma menor qualidade de vida para a população.

Os parques urbanos são uma alternativa para aqueles que desejam se reaproximar da natureza, para quem deseja sair do caos e da verticalização das cidades e da grande aglomeração de pessoas. As áreas verdes proporcionam interação social e coletiva entre os habitantes, ajudam na manutenção da qualidade de vida, proporcionam diversos benefícios para aqueles que fazem o seu uso e integram culturas distintas entre as comunidades. As áreas verdes são um importante elemento de infraestrutura e valorização urbana.

Estudar a valorização imobiliária justifica-se para entender que em uma sociedade capitalista observam-se as desigualdades na produção igualitária do espaço urbano, no qual a prioridade pelo lucro exclui parte significativa da população do direito à cidade enquanto construção coletiva. A transformação do valor do uso do solo em valor de troca promove disparidades na produção da moradia e provimento dos serviços públicos sendo um fator para a atribuição diferenciada do valor do solo na estrutura interna das cidades.

O trabalho foi fundamentado nos conceitos acerca da produção do espaço urbano e o uso da natureza para a valorização do solo. Assim, temos como base metodológica a pesquisa bibliográfica, em jornais, revista acadêmica e outras fontes documentais; pesquisas em sites imobiliários e trabalho de campo, onde se fez necessário a obtenção de endereço, preço e metragem de algumas residências localizadas em pontos distintos que estavam disponíveis para venda ou aluguel.

Dentre os recursos metodológicos utilizados, recorreu-se a verificação de imagens do Google Earth com a ferramenta Linha do Tempo, para observar as transformações espaciais da área de estudo. Foi feita a análise de dados censitários do IBGE, referente aos Censos Demográficos de 2000 e 2010, para obter indicadores sobre o número de domicílios, total de população e condição da residência.

A pesquisa de campo foi fundamental para entender empiricamente a transformações do conjunto Tucumã dada as modificações promovidas pelo parque, além de fornecer o registro fotográfico. Por último, foi feita uma investigação do valor do metro quadrado no conjunto habitacional, através de anúncios referentes à venda de imóveis.

### **A produção do espaço urbano e seus agentes produtores**

O homem, ao produzir sua história, também produz o espaço, possuindo uma relação de *feedback* com o meio em que vive. O espaço produzido com o desenvolvimento da sociedade através do processo de trabalho reflete a capacidade humana de reproduzir o meio em que vive, atendendo suas demandas e questões sociais, políticas e culturais. A relação homem-natureza faz com que seja possível a modificação da paisagem, permitindo que o espaço se desenvolva no decorrer do tempo (CARLOS, 1992).

O espaço é produto, condição e meio do processo de produção da sociedade em todos os seus aspectos. O espaço é entendido em função do processo de trabalho que o produz e reproduz a partir da relação do homem com a natureza. Assim, o espaço se cria a partir da natureza que é totalmente transformado no curso de gerações (CARLOS, 1992, p. 50).

Como fruto do espaço socialmente produzido, o urbano é um reflexo das ações da sociedade em decorrência das transformações realizadas tanto no presente, quanto no passado. Consequentemente, a mutabilidade do ambiente urbano realizado pela ação humana dá origem as mais diversas formas espaciais e estas estão materializadas na cidade como testemunho concreto da ação social ao longo da história. Tal assertiva corrobora com o pensamento de Corrêa (1989) quando este afirma que o espaço urbano é mutável e passível de constantes modificações, tendo a cidade como a forma material onde se encontram as mais diversas classes sociais, onde vivem e se reproduzem e que variam de acordo com sua classe, faixa etária etc.

Para Correa (1989), o espaço urbano pode ser entendido como um conjunto de diferentes usos da terra, justapostos entre si. Esse espaço produzido pelo homem é diversificado quanto ao uso e a ocupação, definindo áreas industriais, residenciais, comerciais e institucionais. Assim, a forma espacial urbana é fragmentada para a organização das atividades e cada uma das partes são articuladas, indicando fluxos de mercadorias, pessoas, capital e investimento.

Ao se constatar que o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, e que esta divisão articulada é a expressão espacial dos processos sociais, introduz-se um terceiro momento de apreensão do espaço urbano: é um reflexo da sociedade. Assim, o espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes (CORRÊA, 1989, p. 08).

Ao analisar a produção do espaço urbano na cidade capitalista, Carlos (1992) faz críticas sobre a relação da sociedade com o meio em que vive, considerando que o homem passa a ser uma espécie de “ferramenta”, que perde suas referências sociais e espaciais. O mundo do homem contemporâneo torna-se o mundo das mercadorias e transformação diária da cidade passa muitas vezes despercebida. A mecanização da sociedade e da cidade ocorre de forma acelerada que a percepção dos habitantes sobre as mudanças ocorridas.

O espaço urbano capitalista possui grande desigualdade, é produto social, faz-se de um resultado de ações que são feitas através do tempo, causa segregação de áreas residenciais, pois os donos da terra visam apenas o lucro, ou seja, a maior renda. Os agentes produtores do espaço, na figura dos promotores imobiliários, dos grandes proprietários industriais, proprietários fundiários, Estado e grupos excluídos, têm um papel fundamental e importante na transformação do espaço urbano (CORREA, 1989).

Merece destaque a consonância que existe entre os grupos dominantes, detentores dos meios de produção e da terra urbana. Estes promovem parcelamento, retenção e definição dos usos do solo, valorizando e especulando. Na outra extremidade estão os grupos marginalizados, os quais ocupam os fragmentos não absorvidos o mercado fundiário, ocupando áreas vulneráveis e insalubres. O Estado aparece como mediador dos interesses e conflitos desses dois grupos de agentes. No entanto, a esfera governamental não é neutra e prioriza os ditames dos detentores de capital. O somatório das intervenções dos diversos agentes promove uma constante reorganização do espaço urbano.

O espaço capitalista nas mãos dos grupos dominantes opera de forma a excluir cada vez mais a camada mais pobre da sociedade, aumentando

significativamente a segregação espacial e a valorização diferencial do solo, com objetivo de agregar renda cada vez maior. O espaço urbano, sendo produzido como mercadoria na mão dos especuladores, tem o valor do solo elevado a níveis insuportáveis, excluindo parcela significativa da população. Entende-se que a produção de moradias para as classes mais pobres, não é interesse primordial do capital, mas sim para as classes com maior poder aquisitivo e para os grupos empresariais economicamente fortalecidos.

A desigualdade e a escassez no provimento dos serviços públicos por parte do Estado gera um diferencial na valorização das diversas localizações, gerando uma disputa pelas empresas e por parte da população. Nesse embate por acesso as áreas mais acessíveis e bem servidas por infraestrutura, saem ganhando os maiores detentores de capital. Smolka (1979) entende que a valorização é baseada no domínio dos proprietários fundiários sobre o uso da terra, gerando dependência do setor produtivo pela obtenção deste meio de produção. Outra possibilidade de valorizar o solo advém do fator tempo, pois o preço do terreno irá variar e ser negociado de forma diferente em momentos distintos. Um terceiro aspecto está relacionado às modificações do ambiente construído, seja por investimentos públicos ou privados.

A valorização desigual do solo urbano está diretamente vinculada com a especulação imobiliária, ocasionada pela retenção de imóveis e terrenos até que ocorra o aumento no valor de comercialização, aproveitando-se de benefícios externos. “A especulação imobiliária, portanto, caracteriza-se pela distribuição coletiva dos custos de melhoria das localizações, ao mesmo tempo em que há uma apropriação privada dos lucros provenientes dessas melhorias” (SABOYA, 2008, p. 01). Os grupos sociais excluídos também exercem papel no ambiente urbano, estes também são produtores do espaço, estes por sua vez, ficam mais afastados e tornam-se modeladores, muitas vezes por meio de invasões, ocupam determinados espaços e transformando-os de forma significativa.

### **O uso da natureza e a valorização do espaço**

Os espaços urbanos tomaram de conta do meio natural, desta forma, o tema ambiente vem sendo cada vez mais inserido no contexto da sociedade. Os espaços verdes, apesar de seus vários benefícios e inúmeros usos ainda é uma questão prioritária quando falamos no espaço urbano como um todo. As áreas verdes incluem os espaços que possuem vegetação natural ou implantada,

podendo ser áreas de preservação permanente, parques ambientais, praças etc., sendo estas privadas ou públicas.

O processo de urbanização intensificou o distanciamento da população com o meio natural e isso acabou acarretando em uma menor qualidade de vida para a população, quando comparado com localidades que possuem áreas verdes. A criação dos parques urbanos é uma alternativa muito eficaz para quem deseja se reaproximar, se religar com a natureza, para quem deseja sair do caos urbano ocasionado pela verticalização das cidades e da grande aglomeração de pessoas. Os parques urbanos trazem consigo a alternativa de criar um ambiente propício no âmbito sustentável, do ponto de vista social e ambiental.

Para Henrique (2009, p. 118):

A natureza se insere na cidade através dos jardins e praças, lugares para reis e nobres, para a aristocracia e burguesia. Só recentemente a população urbana se encontrará com a natureza na cidade através dos jardins e parques públicos, mas ainda pouco acessíveis para todos. A disposição destes jardins e parques públicos no espaço intraurbano atende as lógicas da especulação imobiliária e da renda. Mesmo cidades brasileiras com áreas verdes consideráveis apresentam uma concentração destas áreas nos bairros nobres. Na maioria dos bairros da periferia social e de ocupação popular, altamente adensados, são inexistentes áreas públicas verdes.

O ambiente mais agradável, esteticamente melhor, mais saudável e ecologicamente sustentável, ocasiona uma nova forma de produzir o espaço urbano na lógica de obtenção de lucro com o valor da terra, e isso acaba ocasionado segregação da parte mais pobre. Logo, estes espaços tornam-se desejados pela elite urbana, afastando a camada com poder aquisitivo menor de suas proximidades.

Para Henrique (2009), alguns são os fatores que se destacam na ideologia de apropriação da natureza pelo mercado imobiliário: materiais de propaganda com uma supervalorização do meio ambiente, com o uso abusivo de tons esverdeados; utilização de símbolos naturais como folhas, sol, árvores etc. para confecção dos anúncios; aumento excessivo da área verde para induzir erroneamente a presença da natureza; artificialização da natureza, com a abundância de praças e áreas verdes dentro dos empreendimentos; privatização da natureza na cidade pela construção de parques e praças públicos; criação do meio natural como um objeto escasso, privativo, dotado de *status* e exclusividade para as classes abastadas e; comercialização da natureza em sintonia com o consumo urbano dos shopping centers.

A natureza é para todos os indivíduos, o estabelecimento da relação homem urbano e natureza não deve ser proposto por questões sociais ou de renda, acaba por se tornar mercadoria exclusiva que apenas com dinheiro se pode comprar.

## **O uso da natureza em Rio Branco**

As áreas verdes proporcionam integração coletiva entre os habitantes, ajuda na manutenção da qualidade de vida, portanto, é necessário facilitar de modo geral o acesso a elas e não o seu uso de acordo com a classe social. Além de proporcionar diversos benefícios junto à população e integrar culturas distintas entre as comunidades, as áreas verdes tornam-se um importante elemento de infraestrutura e valorização urbana.

O crescimento fragmentado da cidade de Rio Branco trouxe consigo diversos desafios para o planejamento urbano com os problemas do déficit habitacional e carência de áreas verdes. A rápida e desordenada expansão horizontal contribuiu de forma significativa para a precarização da moradia e destruição da natureza na capital acreana, devido à ocupação em locais impróprios e ambientalmente vulneráveis.

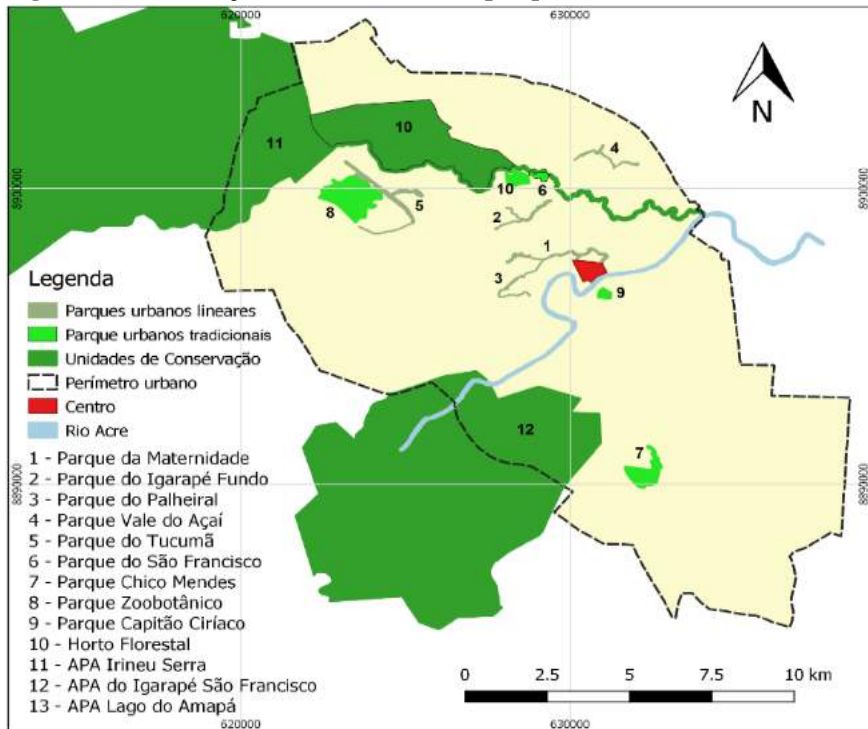
Apesar de ser uma cidade na região amazônica, Rio Branco evidencia problemas quanto a arborização urbana. A ocupação desordenada e a supressão da cobertura vegetal original contemplam o índice de 9,6 m<sup>2</sup> de áreas verdes por habitante, abaixo do limite mínimo estabelecido pela SBAU – Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, de 12 m<sup>2</sup> de área verde/habitante. A figura 1 demonstra a espacialização das principais áreas arborizadas no perímetro urbano rio-branquense. Estas se configuram como parques urbanos tradicionais, parque lineares (*parkways*) e áreas de Proteção Ambiental – APA.

Dentre as áreas verdes da capital acreana algumas merecem atenção por parte do poder público: O PZ – Parque Zoobotânico, que se localiza no campus da Universidade Federal do Acre, fundado em 1979, é um fragmento dessas extensas áreas verdes que existem na cidade e que tem inúmeras funções quando ao seu uso, seja para visitação, pesquisa e interação social por parte dos visitantes (ACRE, 2012).

O Parque Capitão Ciríaco é outra área verde que merece destaque quando o assunto é arborização urbana, é uma área de grande valor histórico para a população. Tornou-se uma área de proteção ambiental e cultural em 1994 e está enraizada na cultura da cidade e é aberta para a população de modo geral, possui

vegetação nativa, áreas de lazer e manteve sua arquitetura da época de sua criação, assim como algumas de suas construções originais (RIO BRANCO, 2008).

**Figura 01: Localização das áreas verdes e parques urbanos de Rio Branco**



**Fonte:** Elaborado por BENTO, Victor Régio (2018).

Outro parque bastante conhecido é o Horto Florestal, este por sua vez localiza-se em uma área bastante populosa e economicamente desenvolvida (ACRE, 2012). O parque recebe manutenção constantemente em sua infraestrutura, pois é diariamente visitado por muitos moradores devido possuir diversos atributos de interação social; em seu interior existem trilhas para caminhadas, áreas de esporte, lazer, pistas para exercício físico dentre outros.

O Parque Chico Mendes, fundado em 1996, onde sua criação e nome advêm como homenagem a Chico Mendes, este propõe para seus visitantes as mais variadas formas de interação social, desde zoológico até reserva ambiental,

além de diversificada vegetação e fauna o que proporciona aproximação da população à vegetação que não foi modificada pelo homem (ACRE, 2012).

O Parque da Maternidade é sem dúvida uma das áreas arborizadas mais centralizadas da cidade e de maior importância também, inaugurado em 2002 pelo governo do estado. É considerado cartão postal da cidade e causou enorme valorização no seu entorno, além de possuir forte setor econômico, o que antes era um esgoto a céu aberto hoje é um parque urbano (ainda continua com esgoto à céu aberto). Trouxe também melhoria na qualidade de vida da população e devido a seus aspectos positivos serviu de modelo para diversas outras construções que foram implantadas na cidade (SOBRINHO, 2010).

O Parque do Igarapé São Francisco é um projeto de área verde que foi bem consolidado, localiza-se próximo ao Horto Florestal, inaugurado em 2011 e recebeu infraestrutura por parte do poder público como quiosques para vendas de produtos típicos da região, áreas de descanso, passarelas, praças com iluminação o que acarretou em grande valorização dos imóveis localizados próximos (SEMA, 2012).

O Parque do Tucumã surge com uma proposta parecida com a do Parque da Maternidade, constituindo um relevante espaço de lazer e sociabilidade na capital acreana. Como é objeto de estudo desta pesquisa, será discutido no capítulo a seguir, elucidando como uma obra de infraestrutura de âmbito social, que por sua vez teria como objetivo o bem-estar social e aproximação da sociedade com o meio natural é causadora de enorme valorização imobiliária, bem como segregação e distanciamento por parte da população mais pobre.

### **O Parque do Tucumã como reflexo da Modernização em Rio Branco**

No decorrer dos anos diversos programas habitacionais, tanto no âmbito federal quanto estadual foram criados, no intuito de atender a necessidade da moradia, tais programas buscavam sanar as mazelas impostas pela má distribuição da terra. Um outro fator importante foi o exponencial crescimento demográfico da cidade junto às ações reduzidas dos programas (este que resolveriam apenas parte do problema) por parte do governo não resolveram a situação da população de baixa renda, que até nos dias atuais sofre para obter o mínimo de infraestrutura e serviços públicos.

O conjunto Tucumã foi construído com provimentos do Banco Nacional de Habitação, pelas ações da Cohab-AC, em meados da década de 1980. Situado no bairro Distrito Industrial, na margem direita da BR-364, em seu quilômetro 04



e em frente ao campus da Universidade Federal do Acre, que na época, encontrava-se fora do perímetro urbano da cidade.

A ocupação do Tucumã já havia se estabelecido no final de 1978, antes mesmo da construção das casas. A gleba foi loteada pelo governo e vendida para dezenas de famílias desabrigadas das enchentes que começaram a edificar suas moradias. Todavia, tanto a Funbesa, quanto a Cohab se negaram a receber as prestações dos lotes, alegando a construção desse conjunto residencial na área em questão. Em 1980, começou o processo de remanejamento dessas famílias sem indenização de suas benfeitorias para o Tangará, habitacional que estava sendo ocupado e em fase de conclusão. (VARADOURO, 1981, não paginado).

Segundo Penha (1996, p. 122), o perímetro do conjunto Tucumã era anteriormente uma fazenda. Com a sua finalização, em 1985, foram entregues 1.309 unidades habitacionais de 24,3 metros quadrados e lote de 275m<sup>2</sup>, destinados à moradores com renda entre três e oito salários mínimos. O modelo construtivo das casas era em formato misto com alvenaria e madeira, “padrão este, bastante rudimentar em seu acabamento, mas, permite ao mutuário, a construção posterior de um segundo módulo da casa para se completar a edificação definitiva de 48,6 m<sup>2</sup> de área construída”.

Tendo em vista a reparação dos danos ambientais executados pelas políticas públicas do Governo do Acre, em seu *slogan* de governo da Florestania (MORAIS, 2008), observa-se que a construção de parques urbanos passa a fazer parte do cotidiano rio-branquense. A exemplo do pioneirismo do modelo *parkway*, com a obra do Parque da Maternidade, ocorre uma intervenção urbanística semelhante no Parque do Tucumã.

No Parque Tucumã, inaugurado em 2005, encontra-se muitos dos conceitos utilizados no seu predecessor, como a associação de pistas de tráfego leve e um parque público nas margens de um igarapé em estado de relativa deterioração. Os elementos urbanísticos (Figura 02) também apresentam similaridades, a exemplo da utilização de pórticos na entrada, gazebos de madeira e calçadas ladrilhadas, configurando um aspecto paisagístico que alia a natureza com a modernidade.

O Parque do Tucumã está inserido entre o conjunto que o nomeia e o conjunto Universitário e tem cerca de 3,6 quilômetros de extensão. Este *parkway* possui pistas sinalizadas para veículos, ciclovias, calçadas para pedestres, playground, quadras de esportes, praças namoradeiras e quiosques para lanches (SEMA, 2012, p. 23). Abaixo, a figura 03 mostra a localização do Conjunto Tucumã e do Parque Tucumã.

Figura 02: Visualização da entrada do Parque do Tucumã



Fonte: Acre (2012).

Figura 03: Localização do Conjunto Tucumã e do Parque do Tucumã em Rio Branco



Fonte: Elaborado por BENTO, Victor Régio (2018).

Empresas privadas se beneficiam do parque como elemento de divulgação. O Hotel Ibis, do grupo Francês Accor, foi inaugurado em dezembro de 2014 e em seu sítio eletrônico, expõe as vantagens de localização dentro da cidade de Rio Branco, enfatizando a presença do Parque do Tucumã pelo seu potencial turístico. Retornando sobre as transformações espaciais promovidas pelo Parque do Tucumã, se faz necessário recorrer ao Google Earth como recurso metodológico para avaliar as principais transformações que ocorreram no conjunto habitacional Tucumã e entorno. No tópico seguinte será elucidado como o parque está relacionado com a grande valorização do solo no bairro.

### **A valorização do conjunto Tucumã e sua relação com o parque urbano**

Este tópico visa analisar o processo de valorização imobiliária do Conjunto Tucumã, verificando o papel que a construção do parque incidiu sobre seu espaço construído. Como recursos metodológicos, elencou-se a utilização de imagens do Google Earth com a ferramenta Linha do Tempo; a análise de dados censitários do IBGE, dos censos demográficos 2000 e 2010; pesquisa de campo para verificar empiricamente a transformações da área de estudo; por último, foi feita uma investigação do valor do metro quadrado no conjunto habitacional, através de anúncios referentes à venda de imóveis.

Primeiramente, recorreu-se ao Google Earth para uma verificação das mudanças na paisagem do conjunto Tucumã, antes e depois da construção do parque urbano. Com o apoio da ferramenta Linha do Tempo, foi possível realizar um resgate cronológico para o período anterior à conclusão do empreendimento governamental pesquisado.

Analisando as imagens das figuras 04 e 05, entende-se que conjunto Tucumã vive dois momentos: o antes e o depois da construção do parque homônimo. No primeiro momento, exposto em uma vista do Google Earth em abril de 2002, observa-se a grande quantidade de áreas verdes, pouco desenvolvimento urbano, falta de infraestrutura, grandes vazios urbanos.

Verifica-se na imagem do Google Earth, em outubro de 2017, algumas mudanças significativas no conjunto Tucumã e seu entorno, tanto pela construção de novas áreas destinadas à habitação, quanto pela implantação do parque urbano que recebe o nome do residencial em questão (Figura 05).

**Figura 04: Imagem aérea do Conjunto Tucumã em 2002**



**Legenda:**

1. Presença significativa de áreas verdes e vazios urbanos;
2. Infraestrutura deficiente (ruas não pavimentadas);
3. Ocupações nas margens dos recursos hídricos;
4. Loteamentos em construção

**Fonte:** Google Earth (2017).

**Figura 05: Imagem aérea do conjunto Tucumã em 2017**



**Legenda:**

1. Ocupação dos vazios urbanos circunvizinhos;
2. Implantação do conjunto habitacional Rui Lino III, do MCMV;
3. Construção do Parque do Tucumã;
4. Novos equipamentos urbanos no bairro e entorno;
5. Expansão do ambiente construído

**Fonte:** Google Earth (2017).

A construção do conjunto Rui Lino III pelo Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV promoveu um adensamento no entorno do Conjunto Tucumã, com um acréscimo de 423 unidades habitacionais. Tal residencial foi edificado em uma grande área desabitada entre os bairros Rui Lino e Mocinha Magalhães. A ocupação dos loteamentos Joafra e Jardim Primavera com a construção de novas moradias também é visível nas imediações da área analisada e contribuíram para a redução dos vazios urbanos existentes.

O potencial de transformação da paisagem pela construção do Parque do Tucumã é bastante perceptível nas imagens analisadas. Em 2002 notava-se

amplas áreas desocupadas no interior do conjunto homônimo, as quais, atualmente se configuram como um parque linear, dotado de diversos equipamentos de lazer.

Na medida em que o Parque do Tucumã foi trazendo valorização para suas imediações e com o aumento dos fluxos de moradores e turistas ocorreu uma atração de estabelecimentos comerciais e de serviços para sua vizinhança. São lojas, escritórios, mercadinhos, farmácias, lanchonetes, academia, dentre outras atividades que se beneficiam dessa localização privilegiada no espaço urbano de Rio Branco.

A melhoria do bairro é perceptível pela substituição gradativa das residências originais por moradias de médio e alto padrão. Restam poucos exemplos das tradicionais “bandinhas da Cohab”, casas feitas de forma padronizada e rápida, para atender o mais rápido possível a demanda por habitação. Essas casas simples eram circundadas por um amplo terreno que possibilitavam uma futura expansão dos cômodos (Figuras 06). Com a venda da moradia para pessoas de maior poder aquisitivo, observa-se uma presença majoritária de casas reformadas, algumas com um sofisticado acabamento, constituindo sobrados e mansões (Figura 07).

Com relação à valorização imobiliária no conjunto Tucumã, percebe-se que os limiares obtidos para o preço do solo são de R\$ 724,00 até R\$ 1.455,00. Nota-se que as localizações mais próximas do parque tendem a possuir maior valorização imobiliária, especialmente a parte do Conjunto Tucumã que está localizada entre a BR-364 e o Bairro Jardim Primavera. Esta área é próxima a segunda etapa do parque, do hotel Ibis, do campus da Ufac e da Avenida Ceará, sendo beneficiada por elementos que valorizem os imóveis para a venda. Em contraposição, as partes que possuem menor valor do metro quadrado estão situadas nas imediações do Distrito Industrial e do Conjunto Rui Lino, em áreas com predominância de habitação popular. O Parque do Tucumã está servindo como uma verdadeira barreira que divide o conjunto em duas áreas com valores diferenciados para a compra das residências.

**Figura 06: Exemplo de casa original no Conjunto Tucumã**



**Fonte:** Rondesson Oliveira, 2018.

**Figura 07: Exemplo de casa modificada no conjunto Tucumã**



**Fonte:** Rondesson Oliveira, 2018.

### **Considerações finais**

A cidade não é estática e está sempre em constante mudança. O ritmo das cidades tem aumentado no decorrer dos anos, os agentes produtores do espaço são os grandes causadores e estão diretamente envolvidos nas mudanças impostas nas cidades, os diferentes usos da terra é que dão movimento às cidades, são os causadores das grandes mudanças. O modo de ocupação de determinado lugar vai depender da finalidade para o qual o homem deseja realizar uma ação, seja ela

habitar, comercializar, produzir, consumir, tais fatores são determinantes na ocupação e uso do espaço socialmente construído.

A produção do espaço urbano se faz em razão da necessidade do homem de morar e obter suprimento para suas necessidades básicas, como abordado ao longo do presente capítulo, em uma sociedade predominantemente capitalista onde o acesso à moradia digna tem sido cada vez mais dificultado pelo valor do uso do solo urbano, que pode variar de acordo com a localização na cidade e ofertas de serviços que podem ser disponibilizados.

Foi constatado também que a cada dia mais o exponencial crescimento das cidades toma conta do meio natural, as questões ambientais a cada dia mais se inserem no contexto da sociedade, devido a isso se tornou comum a criação de parques urbanos e a manutenção e criação das áreas verdes. As áreas verdes ajudam no embelezamento das áreas onde estão situadas, amenizam as mazelas sociais, causam bem-estar para a população e servem para a integração de diferentes culturas e são grandes causadoras de valorização imobiliária; e vale ressaltar que as mesmas a cada dia mais vêm sendo usadas como objeto de tal valorização.

Podemos abordar ainda a importância dos parques urbanos que trazem para as cidades e principalmente aos habitantes do seu entorno qualidade de vida, embelezamento das cidades e também cumprem a função de integração do homem com a natureza. No decorrer do trabalho nota-se que a criação do Parque do Tucumã colaborou para o grande aumento de sua valorização imobiliária, o que antes era um esgoto a céu aberto hoje é uma área de lazer, de integração social entre diversas camadas sociais, além de fazer a ligação entre os bairros circunvizinhos.

A escassez dos parques urbanos nas cidades faz com que as localidades que os possuem sejam valorizadas e desejadas por parte da população com maior poder aquisitivo, e devido a isso os promotores imobiliários passaram a mercantilizar e usar os parques urbanos e áreas verdes como objeto de valorização, tornando-se bastante comum a criação de condomínios e residenciais com a logo do “verde”.

Para finalizar, concluiu-se que o grande crescimento do bairro Tucumã se deu devido a sua localização privilegiada, pois ele está localizado próximo a diversas faculdades, cidade da justiça, shopping e a criação do parque alavancou ainda mais essa grande valorização.



## Referências

ACRE, Governo do Estado. **Decreto Estadual N1.2310 de 2005**. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental - APA Igarapé São Francisco, localizada nos municípios de Bujari e rio Branco e dá outras providências. Rio Branco: SEMEIA, 2005. Disponível em: < [https://documentacao.socioambiental.org/ato\\_normativo/UC/44\\_20100628\\_114843.pdf](https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/44_20100628_114843.pdf)> Acesso em: 08 maio 2018.

ACRE, Governo do Estado. **Programa de arborização urbana do Estado do Acre**. Versão para consulta pública. Rio Branco: SEMA, 2012.

BENTO, Victor Régio da Silva. **Expansão Urbana e segregação socioespacial em Rio Branco – Acre**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 1992.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço urbano**. Rio de Janeiro, Contexto, 1989.

HENRIQUE, Wendel. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Beira do mar, lugar comum: valorização e valoração dos espaços litorâneos. **Revista Ambiente e Paisagem**. São Paulo, FAU/USP, 1998.

MORAIS, Maria de Jesus. **Rio Branco – AC, uma cidade de fronteira: o processo de urbanização e o mercado de trabalho, a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais**. Florianópolis: Dissertação de Mestrado em Geografia, UFSC, 2000.

RIO BRANCO. Prefeitura Municipal de Rio Branco. **Programa de Zoneamento Econômico, Ambiental, Social e Cultural de Rio Branco**. Rio Branco, AC: Governo do Estado do Acre, 2008.

SABOYA, Renato. O que é especulação imobiliária? **Urbanidades: Urbanismo, planejamento urbano e planos diretores**, [S.I.], 21 set. 2008. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2008/09/o-que-e-especulacao-imobiliaria/>. Acesso em: 15 out. 2016.

RAIMUNDO, Sidnei; SARTI, Antonio Carlos. Parques urbanos e seu papel no ambiente, no turismo e no lazer da cidade. **Revista Iberomaericana de Turismo – RITUR**. Penedo, AL, vol. 6, n.2, p. 3-24, 2016.

SMOLKA, M. O. “Preço da terra e valorização imobiliária urbana: esboço para o enquadramento conceitual da questão”. Ipea, dezembro 1979. Disponível em: < [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2054](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2054)>. Acesso em: 15 jun. 2018.

# **CLIMA URBANO: ANÁLISE DO COMPORTAMENTO TERMO HIGROMÉTRICO EM ÁREAS DA CIDADE DE RIO BRANCO-AC<sup>1</sup>**

*Eric da Silva França<sup>2</sup>  
Anderson Azevedo Mesquita<sup>3</sup>*

## **Introdução**

Considerando que a alteração da natureza pelo homem acarreta mudanças em âmbito local, pressupõe que ao desenvolver-se utilizando dela (natureza), ele interfira no “ciclo natural das coisas”, pois ao intervir no espaço ele pode danificar áreas que tem uma contribuição significativa para o balanço do equilíbrio do ecossistema local, causando perturbações nos ciclos naturais existentes, como exemplo, mudança no ciclo hidrológico, alteração na capacidade de absorção e reflexão da energia proveniente do Sol.

O objetivo deste trabalho é identificar as variabilidades da temperatura e umidade do ar, ocasionado por fatores antrópicos da organização das cidades. Sobre o tipo de uso do solo, levando em consideração o planejamento e função dada ao espaço observado e quais os efeitos decorrentes desse processo na interação do clima local e uma possível relação direta nas alterações térmico-higrométricas.

Para isso, serão analisados elementos climáticos como o comportamento da temperatura e a umidade do ar em dois pontos da cidade, sendo apurados ao mesmo tempo, no qual um destes pontos está na área central de Rio Branco

---

<sup>1</sup> Este trabalho é resultado da monografia apresentada no curso de Bacharelado em Geografia da Ufac intitulada “Clima e desenvolvimento urbano: um estudo de caso do comportamento termohigrométrico e condições microclimáticas na cidade de Rio Branco-AC” em setembro de 2018, tendo como orientador o Prof. Ms. Anderson Azevedo Mesquita.

<sup>2</sup> Geógrafo formado pela Universidade Federal do Acre e bolsista egresso do Programa de Educação Tutorial (PET) de Geografia da Ufac. E-mail: ericfracaac@gmail.com

<sup>3</sup> Professor do curso de Geografia da Universidade Federal do Acre e mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Acre. E-mail: amgeoufac@hotmail.com

rodeado de prédios, sendo este ponto a Praça da Revolução, área densamente construída, com urbanização e concentração elevada de pessoas e veículos. O outro ponto está próximo de um bosque mais afastado do centro da cidade, sendo este, o Horto Florestal, localizado no Bairro Conquista e Vila Ivonete, que é uma área bastante florestada com construções residenciais próximas, que teoricamente sofrem influência da vegetação devido a existência deste parque. Com isso, tentaremos correlacionar se os distintos padrões de urbanização e utilização do espaço, adotados para esses pontos, afetam a qualidade térmica e o conforto térmico das pessoas, inferido assim sobre a qualidade de vida urbana.

O método de abordagem segue em estudos elaborados através de bibliografias referentes ao tema, pesquisa em campo com levantamento de dados, seguindo também os mesmos métodos que autores renomados como Carlos Augusto Figueiredo Monteiro (2015) e Francisco de Assis Mendonça (2015) no estudo do clima urbano seguiram, para fundamentar suas pesquisas. Acreditando que toda interação, seja ela significativa, pode pôr em “xeque” toda a cadeia de relações que dela se parte. Assim, grandes interferências em meios complexos e interligados podem acarretar sequências de mudanças em um ambiente anteriormente equilibrado.

### **Desenvolvimento da cidade de Rio Branco**

Segundo Leite (2010), a cidade de Rio Branco-Ac teve seu início de urbanização seguindo o modelo de desenvolvimento da era militar, na década de 70, que após as falências dos seringais, buscava dar nova utilização às terras “paradas” da região norte, trazendo um novo desenvolvimento proposto pelos líderes de Estado na dinâmica do agronegócio (pecuária). Esta atividade veio para a região através do fenômeno da expansão agropecuária, que foi bastante incentivado no Acre pelo Governador Wanderley Dantas.

No princípio dos anos 70, a incidência da crise do extrativismo da borracha com os anos de chumbo da Ditadura Militar teve efeito devastador sobre o Acre e suas cidades. O governador Wanderley Dantas decidiu a modificar o eixo de desenvolvimento econômico regional estimulou a vinda de grandes empresas, fazendeiros e especuladores de terras para o Acre, em sintonia com a nova política proposta pelo regime militar. (LEITE, 2010, p. 40.)

Leite (2010) afirma que com o rápido inchaço populacional, diversos bairros da cidade de Rio Branco foram sendo formados sem nenhum tipo de planejamento, ou ordenamento. Com isso, as “marcas do passado”, ou seja, as formas de ocupação do solo no período do início da urbanização da cidade, configuram sua realidade até as datas presentes deixando “nódoas” irreversíveis no ambiente e modificando o sistema natural de diversas áreas.

Os planejamentos urbanos desenvolvidos para Rio Branco, não tem alcançado muito êxito por diversos fatores, falta de dados, pouco recurso e prazos apertados. Segundo Silva (2010) ao analisar o plano diretor de 2006 da cidade de Rio Branco, este afirma:

O grupo técnico encontrou diversos problemas para a elaboração de uma minuta do Plano Diretor, sobretudo em razão da ausência de dados de pesquisa, sendo obrigado a adotar os estudos do IBGE, por falta de informações mais precisas. [...] (SILVA, 2010, p.98).

Assim, segundo Gomes e Amorim (2013 *apud* MACEDO, 2016).

[...] a forma como acontece o uso e a ocupação do solo relacionada à disposição do relevo pode gerar significativas alterações no campo térmico urbano. Para eles, a intensificação da ação antrópica na constituição do meio urbano sem o devido planejamento acarreta problemas ambientais de várias dimensões. (MACEDO, 2016, p. 66).

As cidades, segundo Mendonça e Monteiro (2002), se integram em diferentes níveis, tanto superiores – megalópoles e metrópoles etc. – quanto em setores menores – bairros, quarteirão, ambientes internos e etc. – compreendendo uma dinâmica de elementos que constituem um complexo fenômeno urbano. Para os autores, a cidade também é um produto de uma sociedade organizada e economicamente estruturada em função dos serviços que nela dispõe.

Santos (1999 *apud* BONFANTI, 2014), diz que a cidade é a essência da evolução urbana e que o urbano não é possível sem a cidade, e que a interação destes é contínua de construção, reconstrução e desconstrução. Segundo Carlos (1992 *apud* BONFANTI, 2014), o urbano se caracteriza como:

[...] um produto do processo de produção num determinado momento histórico, não só no que se refere à determinação econômica do processo (produção, distribuição, circulação e troca, mas também as determinações sociais, políticas, ideológicas, jurídicas, que se articulam na totalidade da formação econômica e social). Desta forma, o urbano é mais do que um

modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir, enfim é um modo de vida. (BONFANTI, 2014. p. 18-19).

Ainda, segundo Corrêa (1995), o urbano é o conjunto de diferentes utilidades da terra, que caracterizam a dinâmica dos espaços, que reflete tanto as ações realizadas no presente quanto as marcas do passado, ele é fragmentado e articulado, sendo este a expressão dos processos sociais que ocorrem na cidade, ou seja, um reflexo social.

## **O clima urbano**

O estudo sobre o clima pode ser subdividido em escalas de menor análise, dependendo do objeto de investigação, como apontado por Monteiro e Mendonça (2015). Os autores conceituam o clima como perspectiva dinâmica aos ritmos de comportamento atmosféricos sobre determinada área do globo. Classificando-as em diversas ordens de grandeza do clima, desde a ordem global, até a ordem local.

Já Ayoade (1996) afirma que o clima é um conjunto de eventos na atmosfera, perceptível num período de tempo, abrangendo uma maior complexidade de dados e eventos, ou seja, o clima se compreende como um conjunto de sucessão de tempos atmosféricos, caracterizando determinada área.

Ugeda Junior (2011) compreende que o clima urbano é a modificação do clima sobre determinada área em observação, associada à atmosfera local, considerando as variantes geoambientais e físicas, do processo de urbanização das cidades. Com isso, o autor assume que o ambiente urbano é interconectado como um sistema integrado, com sequências de alterações, ou ritmo, como fora proposto por Monteiro (2002).

Para desenvolvimento deste trabalho foram estabelecidos alguns parâmetros visando o pleno cumprimento dos objetivos propostos. O primeiro deles é estabelecer e ordenar os pontos de coletas de dados, especializando-as através das coordenadas geográficas, obtidas através da ferramenta de localização do Google, conhecido como “*Google Earth*”.

O primeiro ponto é a parte interna da entrada do “Horto Florestal — Ponto B” (Figura 01) próximo à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio Branco – Semeia, localizado na Avenida Antônio da Rocha Viana, Vila Ivonete. Este ponto está georeferenciado pelas coordenadas 9°56'50.33"S; 67°49'31.45"O. O local se caracteriza por ser uma área verde, distante do centro, próximo a corpos hídricos, possui um lago interno com aproximadamente 120 metros de

comprimento por 50 metros de largura no ponto mais largo, o parque conta com 17 hectares de bosque, segundo a Secretaria Estadual de Turismo, e é um ponto de grande movimentação de pessoas que buscam fazer prática de atividades físicas e lazer.

O ponto do centro é a “Praça da Revolução – Ponto C” (Figura 02), que está georeferenciada pelas coordenadas 9°58'23.22"S; 67°48'35.11"O. Este foi escolhido pela grande área concretada, prédios ao entorno da praça, este é também um local de grande circulação de automóveis e pedestres, há ainda nesta praça um ornamento verde com algumas árvores plantadas em sua área.

**Figura 01: Horto Florestal localizado no bairro Conquista e Vila Ivonete**



**Fonte:** França (2017)

**Figura 02: Praça da Revolução localizada no centro de Rio Branco.**



**Fonte:** França (2017)

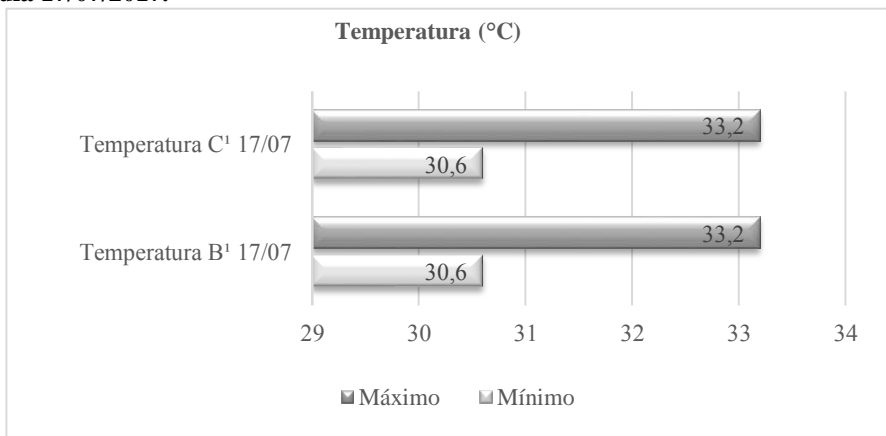
Para verificar a variação do comportamento termo higrométrico dos pontos utilizou-se análises estatísticas de tendência central, dispersão, normalidade, e correlação e regressão linear com o uso do software *Bioestat*. Os dados de temperatura e umidade foram coletados simultaneamente por dois termohigrômetros digitais, modelo “Incoterm 7666.02.0.00” com leitura de temperatura externa e interna, função máxima e mínima, umidade interna, botão seletor de unidade de medição em Celsius ou Fahrenheit. Os dados foram coletados nos mesmos dias e horários, ajustado em relógio digital iniciando sempre as 9h00m e com término às 11h00m.

## **Resultados e análises**

Em relação ao comportamento da temperatura observa-se no Gráfico 01, que para o dia de análise os dados indicam não existir variação perceptível da

temperatura em função do uso do solo e do perfil de urbanização dos dois pontos estudados, considerando que os valores médios são equivalentes e o desvio de padrão das temperaturas registradas. A amplitude térmica dos pontos coletados variou 2,6°C, da média de temperatura, que para ambos os pontos registrou 31,6°C, ou seja, as temperaturas nos dois pontos tiveram comportamentos semelhantes, mesmo tendo toda uma infraestrutura diferente.

**Gráfico 01: Temperatura dos pontos Horto florestal e Praça da Revolução no dia 17/07/2017.**



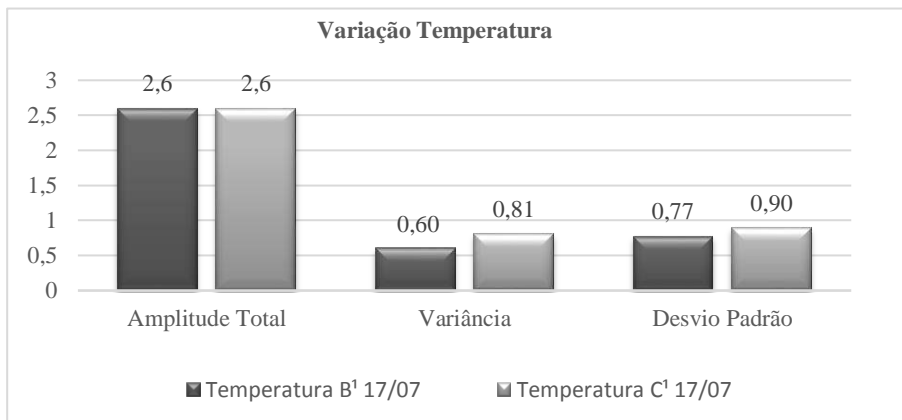
**Fonte:** França (2018).

Para a variância, uma medida de dispersão que mostra quão distantes os valores estão da média, demonstra que as temperaturas do ponto B (Horto Florestal) estão apenas 0,60 de distância da média de temperatura, enquanto que no ponto C (Praça da Revolução), essa variância já chega a 0,81. Demonstrando assim que a variância dos dados não está tão distante da média das temperaturas (Gráfico 02).

O desvio padrão é simplesmente o resultado positivo da raiz quadrada da variância. É um parâmetro muito usado na estatística que indica o grau de variação de um conjunto de elementos, que serve para dizer o quanto os valores dos quais se extraiu a média são próximos ou distantes da própria média, neste caso, o desvio padrão para o ponto B foi de 0,77 indicando um baixo desvio de padrão, enquanto que no ponto C, o desvio de padrão foi de 0,90.

E, síntese, a análise dos dados que a temperatura dos locais se comportaram de forma uniforme, bem próximas da média, demonstrando que mesmo com estruturas e circulação diferente, esses pontos têm temperaturas bem próximas com amplitudes térmicas iguais variações pequenas.

**Gráfico 02: Variação do comportamento da temperatura dos pontos Horto Florestal e Praça da Revolução no dia 17/07/2017.**



**Fonte:** França (2018).

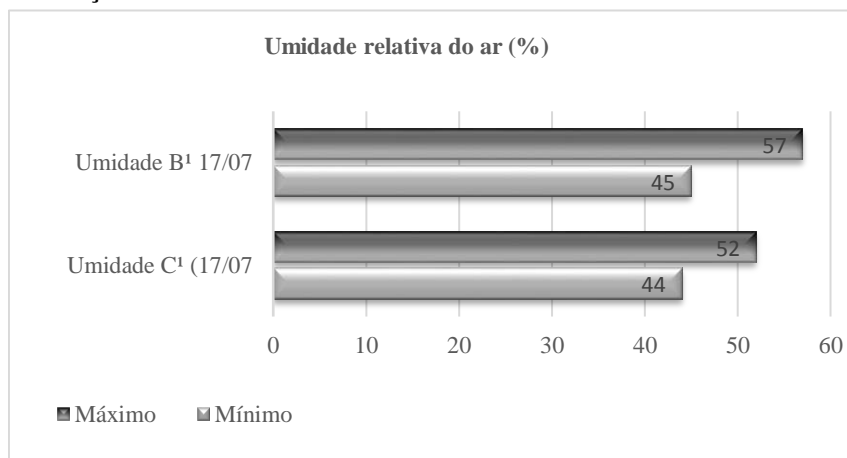
Porém, a umidade dos locais tem variações perceptíveis quando analisados e comparados os dados da umidade máximas e mínimas de ambos os pontos. Isso se deve ao tipo de ocupação que as regiões sofreram. Regiões florestadas tendem a ter um nível maior de gotículas de água em aspersão no ar, proveniente da evapotranspiração que as árvores fazem no seu ciclo natural de respiração, no qual, influenciam no equilíbrio do nível de umidade desse tipo de áreas florestadas, florestas de regiões quentes e úmidas.



O gráfico 03 demonstra as variações de umidade dos pontos, percebemos por ele que os valores de umidade do ponto B são maiores que os valores do ponto C, confirmando assim, que áreas florestadas têm maiores índices de umidade. Sendo, portanto, um fator que contribui para as diferenças na sensação térmica. Contudo, ao analisar o conforto térmico de um ambiente deve-se destacar o papel da umidade em conjunto com outros elementos climáticos, tais como a direção e a velocidade do deslocamento do ar.

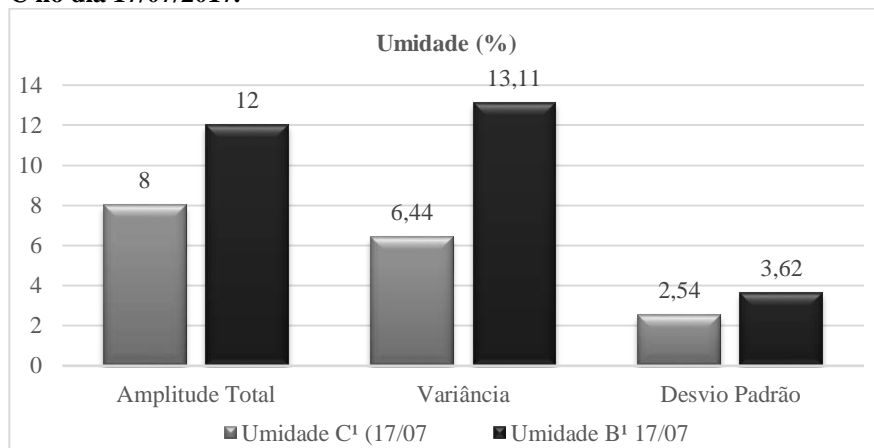
O gráfico 04 demonstra a amplitude, variância e desvio padrão da umidade nos pontos B e C. Assim, ao analisar os dados estatísticos da umidade, percebe-se que seus valores atingiram diferenças mais significativas que os valores da temperatura. A amplitude da umidade do ponto C foi de 8%, ou seja, entorno da média da umidade do ponto que foi de 49,22%, a umidade do ponto teve sua amplitude de 8% para mais e para menos, podendo chegar até a 57,22% ou 41,22%. Já a amplitude higrométrica do ponto B é maior que a do ponto C, chegando a marcar 12% de amplitude entorno da sua média que é de 49,89%.

**Gráfico 03: Umidade relativa do ar dos pontos Horto Florestal e Praça da Revolução no dia 17/07/2017.**



Fonte: França (2018).

**Gráfico 04: Amplitude, variância e desvio padrão da umidade nos pontos B e C no dia 17/07/2017.**



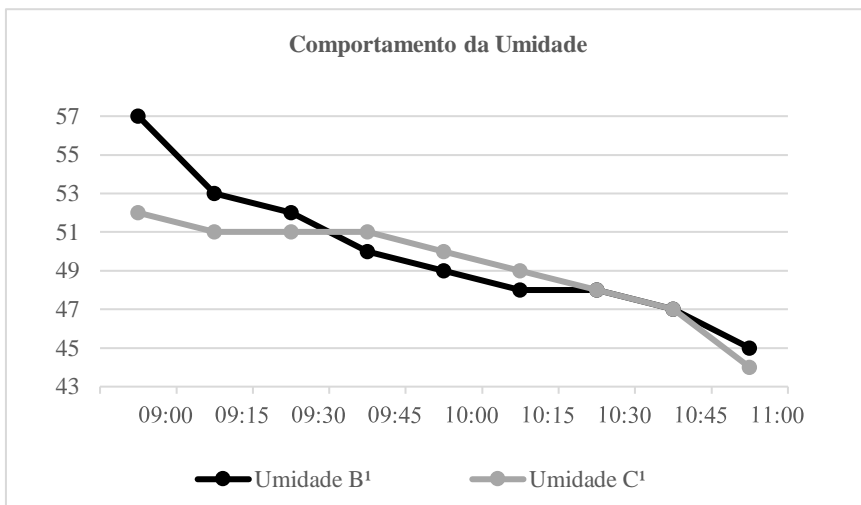
**Fonte:** França (2017)

A variância da umidade dos pontos também é um ponto a ser observado, já que estes são, bem maiores que o da temperatura. A variância dos dados da Praça da Revolução entorno de sua média, fica próximo a 6,5% um valor significativo ao analisarmos os dados de temperatura e umidade juntos, onde a variância da temperatura atinge próximo a 0,8°C. Já a umidade do Horto Florestal tem sua variância de 13,1% sendo considerada expressiva já que chega a ser superior a 10%.

O desvio padrão de ambos os pontos são relativamente pequenos quanto comparados à variância dos dados. Porém estes são superiores a 2% podendo demonstrar que os dados não são tão distantes da média de umidade, sendo dados uniformes.

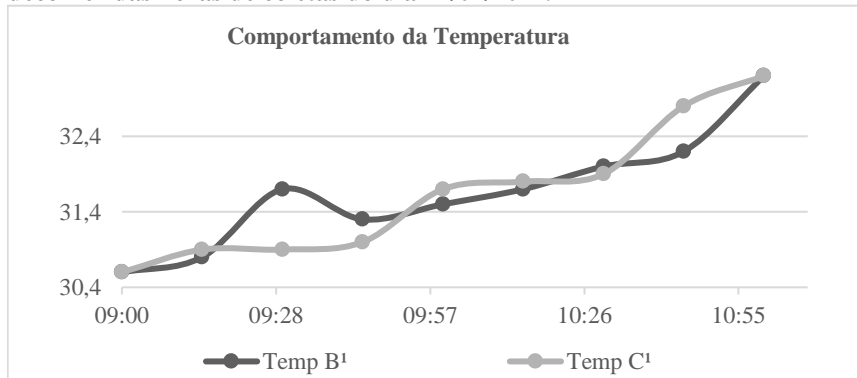
O comportamento de ambos os fatores aqui abordados indica uma função inversamente proporcional entre os dois elementos climáticos. Ou seja, de acordo com os Gráficos 05 e 06, conforme as horas do dia avançam e o sol vai atingindo seu ápice de incidência de radiação direta no solo, a temperatura dos pontos vão aumentando, enquanto sua umidade vai baixando da mesma forma.

**Gráfico 05: Comportamento da umidade relativa do ar dos pontos B e C no decorrer das horas de coletas do dia 17/07/2017.**



Fonte: França (2018)

**Gráfico 06: Comportamento das temperaturas dos pontos B e C no decorrer das horas de coletas do dia 17/07/2017.**



Fonte: França (2018)

## **Considerações finais**

Portanto, concluímos que os fatores climáticos dos dois pontos têm variações pequenas, porém perceptíveis. Percebemos que no decorrer do dia as médias de temperatura dos dois ambientes não variaram, se mantendo iguais. Porém, percebemos que as umidades dos dois ambientes são diferentes por conta do tipo de urbanização que ambos os pontos tiveram.

O Horto Florestal, por ter uma vegetação mais abundante, concentra maior níveis de umidade no ambiente que a Praça da Revolução, que tem o solo totalmente concretado com construção a sua volta e com maior movimentação de veículos, diminuindo a concentração da umidade no ambiente. Embora tenha tido uma diferença nos desvios de padrão das temperaturas essas foram muito pequenas quando comparadas uma com a outra, as amplitudes térmicas destes pontos também foram iguais, não caracterizando uma diferença de temperatura nos ambientes. O único fator que teve variações perceptíveis foi a umidade, embora seus comportamentos tenham seguido para uma convergência.

O desvio de padrão da média destes são consideráveis, tendo números um pouco mais expressivos chegando a mais de 3% no ambiente, podendo influenciar no conforto térmico do ambiente pelos níveis da umidade no ambiente. O que se pode dizer sobre este caso é que pelo fato do Horto Florestal estar rodeado pela cidade e o ponto de coleta ter sido relativamente próximo a entrada, isto pode ter influenciado nos resultados dos dados da temperatura deste ponto, ou o equipamento usado para esta aferição, não conseguiu captar variações mais sutis no ambiente de estudo. Outros estudos considerando um número maior de fatores, devem demonstrar as variações que estes dois ambientes têm, fatores como velocidade do vento, incidência de radiação podem ajudar a demonstrar se as variações que os tipos de urbanização destes espaços tiveram, influenciam no balanço energético, favorecendo assim o conforto térmico nos espaços urbanos.

## **Referências**

LEITE, Ary Pinheiro. **A evolução urbana de Rio Branco (AC):** De seringal a capital. Dissertação de Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. 2010.

UGEDA JÚNIOR, José Carlos. **Clima urbano e planejamento na cidade de Jales-SP.** Presidente Prudente: [s.n.], 2012.

AYOADE, J.O. **Introdução a climatologia para os trópicos**. Tradução de Maria Juraci Zani dos Santos; Revisão de Suely Bastos. 4º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MENDONÇA, Francisco; FIGUEIREDO, Carlos Augusto de. **Clima Urbano**. 2º Ed. São Paulo: Contexto, 2015.

BONFANTI, Dhuliani Cristina. **Planejamento e expansão urbana em Rio Branco/ AC**. Rio Branco, 2014. 86 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Acre, Rio Branco.

CORRÊA, Roberto Lobato et al. **O espaço urbano**. Rio de Janeiro. Ática, 1989.

SILVA, Wheliton Souza da. **Meio Ambiente e planejamento urbano: uma análise do Plano Diretor do município de Rio Branco**. Rio Branco, 2010. 213 f. Monografia (Graduação em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas e sociais Aplicadas. Universidade Federal do Acre, Rio Branco.

MACEDO, Kaira Cristina de, et. al. Análise do impacto dos tipos de revestimentos do solo na variação da temperatura na cidade de Cuiabá. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v. 23, n. 2, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22410/issn.1983-036X.v23i2a2016.1071>. Acessado em: 20/02/2017.

# **CULTIVANDO ALIMENTOS E COLHENDO DESAFIOS: UM ESTUDO SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS NOS POLOS AGROFLORESTAIS DE RIO BRANCO-AC<sup>1</sup>**

*Lucas Gabriel da Silva Moraes<sup>2</sup>  
Karina Furini da Ponte<sup>3</sup>*

## **Introdução**

A agricultura familiar, além de ser muito diversificada, representa uma grande parcela da economia brasileira e produz a maior parte dos alimentos. Entretanto, apesar da diversidade e da representatividade dos agricultores familiares em todo o território nacional, ainda existem muitas barreiras a serem rompidas e desafios a serem enfrentados, principalmente diante dos atuais cenários político e econômico. Nesse sentido, o Estado tem buscado criar mecanismos um tanto quanto contraditórios para fortalecer este “setor econômico” que ele mesmo instituiu como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) criado em 1996, como uma das primeiras políticas públicas destinadas a esse setor.

No mesmo contexto, porém um pouco mais tarde, o Estado cria a Lei da Agricultura Familiar instituída em julho de 2006. A denominação da agricultura familiar não deixa de ser uma tentativa do Estado de desconstruir a história de lutas e conquistas do campesinato enquanto classe social, e de definir a

---

<sup>1</sup> Este capítulo é um recorte da monografia de conclusão de curso intitulada “A agricultura familiar e os desafios da produção de alimentos: uma análise sobre o Programa de Aquisição de Alimentos nos polos agroflorestais Geraldo Fleming e Hélio Pimenta em Rio Branco/AC” apresentada em 2018.

<sup>2</sup> Geógrafo formado pela Universidade Federal do Acre, mestrando do Programa de Pós-graduação em Agriculuras Amazônicas (PPGAA) pelo Instituto de Agriculuras Familiares (Ineaf) da Universidade Federal do Pará e bolsista egresso do Programa de Educação Tutorial (PET) de Geografia da Ufac. E-mail: lucasmgeo@gmail.com

<sup>3</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia e dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Acre (Ufac). E-mail: karinaponte211@hotmail.com

modernidade produtiva para o mercado como o novo caminho a ser seguido. Desde que essa concepção de “modernidade” foi adotada o termo “camponês” é visto como em extinção e “agricultor familiar” em ascensão. Em geral isso tem ocasionado perda de autonomia sobre a terra e o trabalho, e feito com que esses sujeitos estejam cada vez mais dependentes do sistema capitalista de produção e dos próprios incentivos estatais.

Essa suposta “valorização” da agricultura familiar vista nas políticas públicas não acontece por acaso. As mazelas sociais ocasionadas pela desigualdade do modelo agrícola vigente, como a fome e a miséria, fizeram com que o governo tivesse que tomar providências. De acordo com o Relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em 2003, o Brasil estava com 28% de sua população abaixo da linha de pobreza. Foi então que no mesmo ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva definiu o combate à miséria e à fome como prioridade para seu governo criando os programas Fome Zero e Bolsa Família. Dessa forma, o governo pôde utilizar o trabalho familiar no combate a essas mazelas sociais.

A forma mais conhecida de colocar este plano em prática foi através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) criado como uma das modalidades do programa Fome Zero, em 2003. O PAA visa promover o fortalecimento da agricultura familiar e garantir a segurança alimentar e nutricional, diminuindo os índices de fome e de miséria no Brasil. Muitos autores afirmam a eficácia do programa durante certo período desde a sua criação. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o PAA movimentou cerca de R\$ 273 milhões até 2015. Em 2014, o país saiu do mapa da fome e manteve um índice de insegurança alimentar abaixo dos 5%, ou seja, a fome deixou de ser um problema estrutural também por conta da efetividade das políticas públicas (TOKARNIA, 2017).

No estado do Acre, o PAA foi adotado juntamente com a política dos Polos Agroflorestais, que combinam preservação ambiental e incentivo à agricultura familiar por meio dos Sistemas Agroflorestais (SAFs). Os polos são projetos de assentamento que beneficiam famílias em situação de vulnerabilidade social e que correspondam ao “perfil” potencial para o que o governo considera como agricultura familiar (Lei nº 11.326). Com o acesso à terra para cultivo, essas famílias podem melhorar sua renda e ainda ter um papel importante na produção de alimentos.

Diante disso, o objetivo central deste capítulo é analisar os principais desafios enfrentados pelos agricultores familiares<sup>4</sup> para cultivar alimentos dentro dos polos agroflorestais Geraldo Fleming e Hélio Pimenta, situados no município de Rio Branco-AC. A intenção aqui é compreender como esses desafios (ou dificuldades) interferem diretamente no funcionamento das políticas públicas e, conseqüentemente, na produção agrícola das famílias analisadas.

Os procedimentos metodológicos realizados foram os seguintes: a) coleta de informações durante estágio na Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar do Acre (Seaprof); b) levantamento bibliográfico sobre agricultura camponesa no Brasil e na Amazônia e a respeito das políticas públicas para a agricultura familiar (Pronaf, PAA e Polos Agroflorestais); c) pesquisa de dados de produção agrícola no Portal da Transparência Pública do PAA; e d) entrevistas semiestruturadas realizadas com 16 agricultores dos polos Geraldo Fleming e Hélio Pimenta.

Dentre as diversas questões abordadas pelo questionário de entrevista, trabalharemos neste capítulo apenas aquelas voltadas para entender a atuação de instituições governamentais nas comunidades, a organização dos agricultores, as questões referentes ao PAA e aquelas destinadas a identificar os desafios enfrentados no cultivo dos alimentos nas propriedades rurais.

### **Políticas públicas para a agricultura familiar: um breve contexto sobre o Pronaf e o PAA**

Conforme Silva (2011), a agricultura familiar ganha força e espaço no cenário nacional a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1996. Com o surgimento do programa, o agricultor tinha uma ferramenta que poderia auxiliá-lo e inseri-lo no mercado, e, no então atual contexto do desenvolvimento rural sustentável.

---

<sup>4</sup> Esta expressão será utilizada em virtude do contexto em que o trabalho foi escrito, ou seja, no âmbito das políticas públicas em conformidade com a lei da agricultura familiar que abrange diferentes tipos de sujeitos: assentados, ribeirinhos, pescadores, extrativistas etc. Não defendemos a extinção do campesinato e o surgimento da agricultura familiar, mas o contrário. Defendemos a vertente teórica que entende o camponês enquanto produto de relações contraditórias do sistema capitalista e que se reinventou no decorrer do processo de modernização produtiva no campo para continuar existindo (SHANIN, 2005; MARTINS, 1981; OLIVEIRA, 2001; SILVA, 2005; CAMACHO, 2011).



Segundo o autor, o programa surgiu após muitas reivindicações dos trabalhadores rurais e outros grupos sociais que apontaram a importância do fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. Pode-se dizer, portanto, que desde a sua criação, o Pronaf é a principal política pública de fomento a esta atividade no país.

O Pronaf foi uma política importante diante do cenário da modernização da agricultura que provocou “a intensificação do êxodo rural e o abandono de estabelecimentos agropecuários familiares, redundando na ampliação das desigualdades sociais no campo e nas cidades” (SARON e HESPANHOL, 2012, p. 658). Com isso, o programa atuou como uma política de fixação do homem no campo, oferecendo subsídios para a produção agrícola e facilitando a permanência das famílias no campo, o que amenizou o forte êxodo rural ocorrido entre as décadas de 1960 e 1980. Sem contar que a estruturação de uma vida urbana pelo Estado é mais onerosa do que nos territórios rurais.

O Pronaf foi instituído através do decreto nº 1.946 “com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares” (BRASIL, 1996). Para que esse objetivo fosse alcançado, o próprio programa atribuiu às características do agricultor familiar que pode ser beneficiado. De acordo com a lei da agricultura familiar, o agricultor para ser beneficiado pelo Pronaf deve cumprir os seguintes requisitos: a) não deter, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; b) utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; c) ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; d) dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família; e) ser silvicultor que cultiva florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; f) ser aqüicultor que explora reservatórios hídricos com superfície total de até dois hectares ou ocupem até 500m<sup>3</sup> de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; g) ser extrativista que exerça essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores; h) ou ser pescador que exerça a atividade pesqueira artesanalmente (BRASIL, 2006).

O Pronaf é dividido em linhas de crédito que podem ser acessadas/adquiridas pelos agricultores de acordo com o perfil de cada um e dependendo das exigências do programa. Conforme Brasil (2016), dentre as principais linhas de crédito do programa estão: Pronaf Mais Alimentos – Investimento, Agroindústria, Agroecologia, Mulher, Jovem, Microcrédito Rural,

etc. Para que possa acessar alguma das linhas de crédito, cada agricultor tem que estar com a sua propriedade regularizada através da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). “A DAP é o documento de identificação da agricultura familiar e pode ser obtido pelo agricultor familiar, por cooperativas, etc.” (BRASIL, 2016).

Todas as linhas de crédito vinculadas ao Pronaf são feitas através de recursos do Banco do Brasil (BB), Banco da Amazônia (Basa), Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e do Orçamento Geral da União (OGU). Dessa maneira, “por tratar-se de uma política pública que envolve altos custos e subsídios, ela deve ser avaliada constantemente para justificar a sua existência” (GUANZIROLI, 2007, p. 304). De acordo com o autor, a equalização de custos do programa é complexa devido às taxas de juros e demais encargos que precisam ser pagos aos bancos. Esses, por sua vez, são instituições pouco adequadas para liberar recursos às famílias que não têm condições de oferecer garantias, fazendo com que os créditos adquiridos por elas tenham um custo elevado para o orçamento do país.

Frente ao problema da falta de políticas que melhor se insiram na região amazônica, o Pronaf criou linhas de crédito específicas, voltadas para atividades ambientais, como: o Pronaf Agroecologia, Pronaf Floresta, Pronaf Eco e o Pronaf Produtivo Orientado. O programa tem agido de maneira positiva nessa região, dando maiores oportunidades para a agricultura familiar e a inserindo no mercado, embora os resultados não estejam sendo os esperados. Um dos principais problemas é o endividamento dos agricultores e a inadimplência perante os bancos, analisada por Martins (1981) e Oliveira (2001) como uma forma de sujeição da renda da terra ao capital.

Outro problema tem sido o desequilíbrio orçamentário entre as regiões, combatido pelo Basa através do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). O objetivo do FNO-Pronaf é auxiliar no fortalecimento da agricultura familiar com foco na região Norte, apoiando atividades agropecuárias e não agropecuárias que contribuam para o desenvolvimento do trabalho familiar. A programação financeira de 2017 do Basa previu a quantia de R\$ 5.141 milhões via repasse da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que foi dividida entre os estados da região, conforme mostra a tabela 1.

Em uma menor escala, o contexto da agricultura familiar no estado do Acre é caracterizado por sofrer bastante influência do governo através das políticas públicas. Há inclusive um caráter histórico de paternalismo no que se refere ao desenvolvimento do estado o que tem exigido esforços governamentais

que visam alavancar a economia local, e isto tem sido feito através da tentativa de fortalecer a produção agrícola nas propriedades familiares.

O Censo Agropecuário indica que no ano de 2006 havia aproximadamente 25 mil propriedades familiares no estado do Acre, sendo que apenas 2,7 mil receberam recursos provenientes de programas governamentais de crédito, e, destes, apenas 1,6 mil receberam recursos advindos do Pronaf. Este número representa menos que 0,3% da quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil que são subsidiados pelo programa.

**Tabela 1: Crédito bancário previsto para os Estados da região Norte.**

<b>UF/destinação</b>	<b>R\$ milhões</b>
Acre	335,0
Amapá	143,0
Amazonas	910,0
Pará	1.436,0
Rondônia	910,0
Roraima	143,0
Tocantins	910,0
Subtotal	4.787,0
Infraestrutura	120,0
Fies	234,0
<b>Total</b>	<b>5.141,0</b>

**Fonte:** Adaptado de Brasil (2017).

Entre 1995-1996, o IBGE indicou que havia 23,5 mil estabelecimentos rurais com um valor total de R\$ 107,2 mil de produção. Já em 2006, foram registrados 26,3 mil estabelecimentos, sendo que 86% deles pertenciam à agricultores familiares, que produziram um valor de R\$ 241 mil. Ou seja, em 2006 houve um aumento de 55,5% do valor total da produção, considerando apenas o que foi produzido pela agricultura familiar acriana.

Portanto, ficam evidentes os mecanismos que o Estado, enquanto indutor do desenvolvimento, tem utilizado para tentar minimizar o desequilíbrio socioeconômico que existe entre as regiões do Brasil. Evidencia-se também a grande importância da agricultura familiar neste contexto, pois é a principal responsável pela produção de alimentos e, conseqüentemente, garante a segurança alimentar no país.

Nessa perspectiva, visando combater os elevados índices da fome, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cria o programa Fome Zero no ano de 2003,

um programa que viria para garantir a alimentação básica para a população em situação de insegurança alimentar. Juntamente com ele surgem o Bolsa Família, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Segundo Brasil (2012,) o PAA foi criado em julho de 2003, a partir de uma articulação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), conforme o artigo 19 da lei nº 10.696. Esse programa possui duas finalidades principais: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para alcançar esses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, a preços baseados na cotação do mercado regional, e os destinam às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

O PAA constitui-se em mecanismo complementar ao Pronaf, utilizado após o processo produtivo, através da comercialização da produção promovendo, desse modo, um pagamento ao trabalho do agricultor familiar, que visa o retorno do investimento feito, como custeio de despesas com a produção e condições de vida adequada à família (CONAB, 2015). O programa é dividido em cinco modalidades específicas, propostas pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), buscando atender melhor o público alvo, tanto os que recebem os alimentos quanto os agricultores que fornecem. As modalidades são: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Formação de Estoques, PAA Leite e Compra Institucional (BRASIL, 2012).

As ações governamentais através das políticas públicas de erradicação da fome retiraram o Brasil do mapa da fome em 2014, de acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). O relatório de 2017 da FAO aponta que 3% da população brasileira ainda passa fome, mas que até 2030 a expectativa é que este índice chegue a zero, caso as políticas públicas se mantiverem, o que é difícil considerando os cortes orçamentários e a extinção do MDA. Segundo Oliveira (2017), essa nova política de cortes orçamentários beneficia a grande lavoura, de forma que o governo primeiramente acabou com o MDA e MDS e os substituiu pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (Sead), ligada a Casa Civil.

Dentro das duas comunidades analisadas, o PAA emerge como um programa complementar à renda dos agricultores. Através dele uma quantidade de alimentos é comprada de cada agricultor assegurando-lhe uma renda em pelo

menos três períodos do ano. Segundo Valnier e Ricci (2013), o PAA foi implementado no estado do Acre no ano de 2003 e foi um dos primeiros estados a aderir ao programa, recebendo investimentos de aproximadamente R\$ 24 milhões até 2008.

Em Rio Branco, os principais beneficiados com o programa são os agricultores assentados, pois são cadastrados através das associações ou cooperativas de cada comunidade. Ou seja, o recurso que chega aos polos é garantido através de um contrato assinado em nome da associação/cooperativa e, posteriormente, é dividido em contratos individuais com valores equivalentes para cada família de acordo com os alimentos que são fornecidos.

Resta então analisar os efeitos do PAA em escala local, buscando identificar, a partir das dificuldades dos agricultores familiares, os principais problemas do programa e como podem ser solucionados para que esses sujeitos possam continuar usufruindo dos recursos dentro das comunidades rurais. Pensando nisso, o próximo tópico trata dos Polos Agroflorestais como uma política pública do Governo do Estado do Acre que busca diminuir o êxodo rural e fortalecer a agricultura familiar.

### **Políticas de fixação do homem no campo: os Polos Agroflorestais Geraldo Fleming e Hélio Pimenta**

Com a derrocada do sistema extrativista da borracha que mantinha os seringueiros acreanos, o estado do Acre passou por diversas mudanças de caráter econômico que favoreciam os grandes proprietários de terra, ou seja, iniciou-se um período no qual a pecuária extensiva passou a ser muito valorizada e era praticamente a única atividade que movimentava significativamente a economia do estado por volta da década de 1970.

Conforme Souza et al. (2008), a substituição da atividade extrativista pela pecuária gerou muitos conflitos, pois os seringueiros que permaneceram na floresta decidiram lutar pela posse da terra, já que não queriam mais assistir a expulsão de seus familiares e amigos do lugar onde sempre viveram e de onde, até então, tiravam seu sustento. Dessa forma, surgiram os primeiros movimentos de resistência e luta pela terra no Acre, contra a destruição da floresta e de tudo o que ela representava para estes povos tradicionais que dela viviam.

Duarte (1987) afirma que com o aumento dos conflitos por terra e o crescimento populacional na cidade, foram instalados, em 1976, os primeiros projetos de colonização no Acre através do Instituto de Colonização e Reforma

Agrária (Incrá), que visavam assentar os ex-seringueiros que tiveram suas terras tomadas pelos fazendeiros. De acordo com o autor, os Projetos de Assentamento Dirigidos (PADs) possibilitavam o acesso à renda e à prática agrícola, assim muitos agricultores que abandonaram suas terras, tiveram uma nova oportunidade de cultivar suas lavouras e garantir o sustento de suas famílias.

Contudo, o funcionamento dos PADs não ocorreu da maneira que se esperava e os benefícios desse modelo de “reforma agrária” utilizado pelo governo para controlar o êxodo rural e fortalecer a agricultura familiar foram insuficientes. Souza et al. (2013) afirmam que houveram problemas principalmente quanto a localização dos PADs, que ficavam distantes da cidade, o que dificultava o transporte da produção e a ida e vinda dos agricultores para a cidade em busca de insumos e venda dos seus produtos no mercado. Ainda de acordo com o autor, faltava infraestrutura adequada para manter essas famílias nos assentamentos, e o problema de degradação do meio ambiente ainda existia por conta da forma como se praticava a agricultura.

Diante disso havia a necessidade de um projeto que melhorasse as condições de infraestrutura e facilitasse o crescimento produtivo das famílias, possibilitando o escoamento e venda da produção, bem como, o acesso à assistência técnica. É nesse contexto que em 1993, no governo de Jorge Viana, foi criada a proposta dos Polos Agroflorestais em Rio Branco, que tinham o objetivo de assentar as famílias de ex-seringueiros e agricultores que estivessem dispostas a voltar a produzir no meio rural, em áreas desapropriadas nas proximidades das vias de circulação com fácil trafegabilidade. A seleção das famílias foi feita de acordo com alguns critérios como: ter aptidão para o trabalho com a terra; morar em áreas de ocupação irregular ou com risco de alagamento, desbarrancamento e deslizamento (ACRE, 2008).

Os Polos Agroflorestais utilizam os Sistemas Agroflorestais (SAFs) que combinam produção agrícola com preservação dos recursos naturais, unindo o cultivo de diversos produtos agrícolas, o plantio de árvores e a criação de animais em uma mesma área, formando um sistema focado no desenvolvimento rural sustentável (CASTRO, 2009). É a partir da afirmação desses polos que as políticas de fixação do homem no campo passam a fazer parte de um contexto cada vez mais amplo de consolidação da agricultura familiar como sujeito de fundamental importância para o estado do Acre, pois a produção familiar contribui para o abastecimento do mercado local, sendo, além disso, o produto do trabalho a garantia de sustentação de sua própria família.

O polo Geraldo Fleming foi criado a partir do Decreto nº 6.075 de 03 de outubro de 2000, a nordeste do município de Rio Branco-AC, próximo ao núcleo urbano de Porto Acre, com uma área total registrada de 300 hectares, que foram divididas para 51 famílias em lotes de 4,5 a 5 hectares aproximadamente. Já o polo Hélio Pimenta foi criado a partir do decreto nº 5.268 de 1995 no quilômetro 20 da rodovia AC-10, com uma área total de 138,47 hectares que foram divididas para 35 famílias em lotes com média de 3,5 hectares (ACRE, 2009).

A localização próxima à cidade de Rio Branco faz com que os agricultores dos polos mencionados tenham um mercado consumidor mais amplo para seus produtos, que podem ser vendidos em feiras ou entregues aos supermercados por encomenda. Além disso, é importante mencionar as formas de organização destes polos, sendo que a principal é a associação. Nos respectivos polos, os agricultores estão vinculados a Associação de Produtores Rurais do Núcleo de Produção Agropecuária Geraldo Fleming e a Associação de Produtores Rurais do Polo Agroflorestral Hélio Pimenta, que são organizadas e coordenadas por eles através da escolha democrática de um(a) presidente.

A associação de produtores é a forma pela qual os agricultores se organizam para buscar melhorias para a comunidade, e, para isso, se reúnem eventualmente para discutir os problemas que devem ser resolvidos. Do mesmo modo, a associação também serve de ponte entre polo e governo, pois todas as reuniões com instituições do Estado, como por exemplo, a Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Econômico (Safrá), a Seaprof e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semeia), acontecem na sede da associação. Cabe as secretarias do governo oferecerem assistência técnica para viabilizar a produção agrícola nos polos, bem como permitir que os agricultores estejam aptos a aderirem às políticas públicas como o PAA.

Segundo a Conab (2018), os agricultores do polo Geraldo Fleming aderiram ao PAA a partir de 2012 com recursos do MDS de aproximadamente R\$ 108 mil, que foi formalizado em parcelas de R\$ 4,5 mil para cada agricultor. Em 2015 foi executada uma quantia de R\$ 336 mil e em 2017 ocorreu uma queda significativa para R\$ 99 mil. Isto se deve primeiramente a extinção do MDA no governo Temer no ano de 2016, pois foi no final desse ano que o PAA sofreu um corte de 40% no orçamento, o que afetou milhares de famílias agricultoras. No polo Hélio Pimenta, o valor executado em 2016 foi de R\$ 294,8 mil e caiu para R\$ 86,8 mil no ano de 2018. A queda nos investimentos dos dois polos representa não somente a diminuição das compras, mas também das instituições e pessoas

atendidas pelo programa que passou de 91,7 mil para 41,3 mil em todo o país (MACEDO, 2017).

Diante desses problemas, os agricultores familiares dos polos têm deixado o programa de lado, não só em função da baixa quantidade de recursos, mas por conta de outros problemas que acabam afetando a produção de alimentos nessas comunidades, como a falta de assistência técnica rural. Para identificar os principais desafios enfrentados pelos agricultores foram realizadas entrevistas em ambos os polos, as quais serão analisadas a seguir.

### **Cultivando alimentos e colhendo desafios: produção de alimentos, assistência técnica e o PAA nos Polos Agroflorestais Geraldo Fleming e Hélio Pimenta**

Este tópico trata das questões expostas pelos agricultores familiares dos polos Geraldo Fleming e Hélio Pimenta durante as entrevistas, ou seja, dos resultados da pesquisa empírica. Aqui o principal objetivo foi identificar os desafios que os próprios agricultores consideram ser a razão dos problemas que se manifestam em sua rotina de trabalho e como esses problemas influenciam no funcionamento do PAA e da atividade produtiva como um todo.

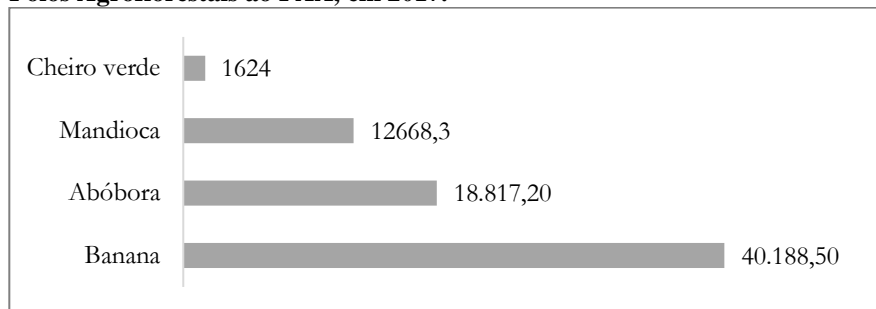
Desse modo, foram entrevistados ao todo 16 agricultores vinculados ao PAA em 2018, sendo 8 deles moradores do polo Geraldo Fleming (40% do total de 20 agricultores) e outros 8 do polo Hélio Pimenta (53% do total de 15 agricultores). Para identificar os desafios para a produção de alimentos nas propriedades rurais, realizamos perguntas a respeito da produção agrícola, da atuação das instituições governamentais nos polos, sobre a participação dos agricultores nas associações e questões referentes aos efeitos do PAA nas comunidades.

Tratando da produção agrícola, podemos destacar as frutas e hortaliças como os principais tipos de alimentos produzidos nos dois polos, dando destaque para a banana, a mandioca, a abóbora e o cheiro verde, conforme verificado no Gráfico 01.

Os alimentos são recolhidos por caminhões da prefeitura municipal e entregues às instituições beneficiadas pelo PAA. O restante da produção que não é formalizada em contrato com o programa, é destinada às feiras da agricultura familiar para comercialização. Nesse sentido, é possível afirmar que a renda dos agricultores entrevistados está dividida entre o dinheiro proveniente dos contratos do PAA, das vendas em feiras e, segundo eles, de encomendas de clientes específicos como os supermercados, por exemplo.



**Gráfico 01: Principais alimentos cultivados e entregues, por quilograma, dos Polos Agroflorestais ao PAA, em 2017.**



**Fonte:** Conab (2017).

Com relação à atuação das associações nas comunidades, os moradores enfatizaram que as atividades executadas são: as reuniões para discussão de melhorias, esclarecimento de dúvidas e reuniões com órgãos do governo foram as formas de contribuição mencionadas. Muitos agricultores desconhecem a verdadeira função da associação e acreditam que ela só serve para receber algum tipo de benefício em eventuais reuniões com o governo. Entretanto, deveria haver um caráter muito mais representativo nessas organizações, afinal é por meio delas que o coletivo se reúne para aderir a alguma política pública, para discutir os problemas da comunidade e ajudar uns aos outros. É por meio das associações que esses agricultores podem reivindicar direitos e garantir sua representatividade de forma coletiva.

Sobre as instituições governamentais que oferecem assistência técnica ao polo, a maioria dos agricultores afirmou que a Seaprof e a Safra são as mais atuantes, mas que essa atuação é pouco frequente. A mecanização, o transporte dos produtos para as feiras, apresentação de projetos, organização de reuniões e a disponibilização de equipamentos e materiais foram as atividades mais citadas pelos agricultores. É interessante mencionar que mesmo presente no polo, a assistência parece não atender às necessidades dos agricultores.

Dentre as questões referentes ao PAA, o roteiro de entrevista indagou quanto ao conhecimento dos agricultores a respeito do programa, e constatamos que a maioria dos agricultores desconhece ou pouco sabe sobre ele. A maioria disse saber o básico sobre o funcionamento e aderiram ao programa motivados pela questão financeira. Outros ainda disseram ser um programa ao qual as associações estão vinculadas e ressaltando que o mesmo fornece para escolas e creches do município, sendo um programa bom que compra alimentos da

agricultura familiar e apoia no sentido de garantir a venda desses produtos. Apesar do baixo nível de conhecimento, todos os agricultores afirmaram que o programa traz benefícios e fizeram uma avaliação positiva dessa política pública. A insatisfação dos agricultores está mesmo ligada à assistência técnica.

A respeito dos desafios encontrados durante a produção, mais de 70% dos agricultores afirmaram que a falta de assistência técnica é o principal desafio, que se manifesta principalmente em pragas na plantação, terra infértil, pobre ou irregular e na falta de água. Isso por um lado ressalta a forte dependência que os agricultores têm dos subsídios do governo, e por outro, expressa a ineficácia dos serviços prestados dentro das comunidades.

A Assistência Técnica e Extensão rural (Ater) é uma política agrícola que busca atuar no cotidiano dos agricultores, construindo com eles soluções tecnológicas e organizativas de seu trabalho e viabilizando e qualificando o acesso das políticas públicas. É também o diálogo do conhecimento dos técnicos enquanto agentes públicos de desenvolvimento com as famílias rurais em torno de projetos de desenvolvimento. A produção de alimentos com qualidade e com preços justos é um dos seus principais focos (SEAD, 2015).

De acordo com Schmitz (2010), os serviços de assistência técnica e extensão rural são considerados decisivos para o fortalecimento da economia no mundo rural e podem contribuir para a preservação do meio ambiente. A extensão rural tem um papel fundamental na melhoria das condições de vida dos agricultores familiares, que, por sua vez, são os maiores produtores de alimentos do país.

Os serviços de Ater realizados dentro das comunidades devem não só atender às necessidades dos agricultores, mas envolvê-los no processo de construção de estratégias para enfrentar os desafios que dificultam a produção de alimentos e outros problemas que afetam cotidianamente a vida desses sujeitos. Modelos trazidos de fora para dentro, que têm por base estabelecimentos e estilos de trabalho diferentes na maior parte das vezes não servem. Desse modo, a assistência deve ser pautada no diálogo entre comunidade e representantes de instituições, afinal quem sabe o que é melhor para os agricultores são os próprios agricultores e não quem está observando de fora (SCHMITZ, 2010; FONSECA, 1985).

É importante admitir que o problema de diálogo não está ligado somente à deficiência dos serviços prestados, mas também na falta de organização e mobilização dos agricultores, e isso foi evidenciado durante a pesquisa. Os agricultores dos dois polos analisados não entendem a verdadeira função das

associações deixando de participar efetivamente delas, encarando-as como uma simples ferramenta que os liga às políticas públicas e, conseqüentemente, ao Estado.

Segundo Neves (2011), no Brasil, o associativismo é estabelecido a partir da lei nº 7.449, de 9 de abril de 1945. A autora afirma que através dessa lei o governo passou a incentivar cada vez mais a criação de associações, tendo em vista que um de seus principais objetivos era promover a parceria e a solidariedade entre os agricultores no âmbito local. Esse incentivo também se deu através dos benefícios advindos dos órgãos do Estado, como os insumos, créditos e financiamento agrícolas. Conforme explica a autora, é através da criação desta lei que o Ministério da Agricultura e as Secretarias Estaduais e Municipais de Agricultura passam a atuar com mais controle e fidelidade em cada associação.

A democracia e o controle das tomadas de decisões que deveriam ser elementos fundamentais nas associações acabam prejudicados pela ação do Estado, que estabelece uma relação de poder sobre essas organizações através dos contratos estabelecidos. Além disso, muitos membros acabam obtendo altas dívidas com os bancos ao solicitarem crédito e financiamento. Ou seja, cria-se uma relação que prejudica individualmente os agricultores e a associação ao qual ele está vinculado, retirando deles a autonomia que precisariam para fazer da associação algo realmente útil.

Há um distanciamento do que deveria ser e como realmente é uma associação rural atualmente na Amazônia. Essa imposição das políticas federais de que o agricultor familiar deve ser solidário e agir em conjunto faz com que se criem muitas organizações frágeis e que não lidam com seus verdadeiros problemas, muito menos se mobilizam para reivindicar melhores condições de vida e trabalho na agricultura. Neves (2011) acredita que o fracasso e o descrédito das associações rurais ocorrem devido a impossibilidade de construção de um projeto durável. Assim como Maneschky et al. (2008), a autora propõe uma diferenciação entre associativismo e as atuais associações jurídicas, além disso confronta as ideias de cooperação voluntária e a criação de soluções para problemas precisos tidas sob a ótica do associativismo.

Maneschky et al. (2008) afirmam que um importante indutor da criação de associações formais na Amazônia é o acesso ao crédito bancário, advindo principalmente do Banco da Amazônia, Fundo Constitucional do Norte e Banco do Brasil. O crédito bancário sem dúvidas é um benefício que desperta o interesse individual dos agricultores e é sabido que muitos deles fazem parte de associações apenas para ter acesso a este benefício, não se importando em

mobilizar ações coletivas para alcançar objetivos comuns a médio e longo prazo para a comunidade ou para a própria associação como um todo.

Portanto, compreendemos que a implementação de uma Ater eficaz depende do diálogo direto entre os principais atores envolvidos e os agricultores familiares. A crítica que se faz é a inércia desses agricultores que dependem quase que totalmente dos subsídios do governo e ao atual modelo de assistência, que praticamente ignora o conhecimento prévio e as necessidades dos agricultores e se utiliza de uma perspectiva produtivista e de simples transferência de conhecimento, o que tem se mostrado extremamente ineficiente para a realidade amazônico-acreana.

As políticas públicas como o PAA não podem cumprir sua função social enquanto não houver a mobilização de ambas as partes para que haja mudanças. Que as políticas trazem resultados positivos para as comunidades e para a sociedade todos já sabem, o real problema está na aplicação dessas políticas em menor escala. É preciso entender que o desenvolvimento rural só é possível a partir do envolvimento equilibrado de todos os atores, sejam eles Estado, agricultores familiares, técnicos, pesquisadores ou extensionistas.

### **Considerações finais**

As políticas públicas para o rural brasileiro são de extrema importância, pois é a partir do surgimento delas que os agricultores familiares passaram a ser mais valorizados, recebendo oportunidades para melhorar sua condição de vida. Do mesmo modo, a criação dos polos agroflorestais como projetos de assentamento da reforma agrária, deu o acesso à terra para muitas famílias que viviam em situação vulnerável nas cidades e lhes deu a oportunidade de trabalhar na terra.

No âmbito das políticas públicas, o PAA ajuda na melhoria de vida dos produtores vinculados e dos beneficiários que recebem os alimentos. Dessa maneira, o programa dá a garantia de compra e a garantia de entrega dos produtos. Ou seja, a importância do programa foi confirmada ao longo da pesquisa, mostrando que os impactos dessa política são positivos tanto em caráter social, quanto econômico.

Por outro lado, a insatisfação dos agricultores para com o governo muito tem a ver com a forte dependência que se criou na fase de instituição da “agricultura familiar” pelo próprio Estado, que criou, por sua vez, uma forte relação de dependência com esses sujeitos. Acontece que o governo,

principalmente a nível estadual, não fornece uma Ater adequada como relatamos anteriormente. O que se identifica dentro dos polos é muito mais característico do “assistencialismo” hierarquizado, de simples transferência de conhecimento, já que os agricultores não contam com a presença de profissionais que os orientem em questões fundamentais durante a produção, muito menos existe uma troca de conhecimento horizontalizada.

Diante desse cenário, não cabe pensar em Desenvolvimento Rural Sustentável, pois os programas como o PAA, que melhoram a condição de vida dos produtores, têm cada vez menos recursos, e por trás disso, os agricultores familiares não contam com assistência eficiente. Dessa maneira, é cada vez mais difícil enxergar novos horizontes e perspectivas de crescimento para estes sujeitos, pois estão a cada ano mais dependentes do Estado e menos mobilizados coletivamente.

## **Referências**

ACRE. Prefeitura Municipal de Rio Branco – AC. **Zoneamento econômico, ambiental, social e cultural (ZEAS)** — diagnóstico socioeconômico do polo Geraldo Fleming. Rio Branco, 2008.

ACRE. Prefeitura Municipal de Rio Branco – AC. Zoneamento econômico, ambiental, social e cultural de Rio Branco – ZEAS. **Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Polos Agroflorestais de Rio Branco – Acre**. Rio Branco, 2009.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **O que é agricultura familiar**. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. 2006.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Censo Agropecuário**. 2006.

BRASIL. Banco da Amazônia. Ministério da Integração Nacional. Ministério da Fazenda. **Plano de Aplicação de Recursos Financeiros: exercício 2018**. 2017.

CAMACHO, R. S. Discutindo o paradigma da questão agrária: o movimento desigual e contraditório do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro. **Revista Entre-Lugar**. Dourados, v. 2, n. 3, p. 17-34, 2011.

CASTRO, A. P.; FRAXE, T. J. P.; SANTIAGO, J. L.; MATOS, R. B.; PINTO, I. C. **Os Sistemas Agroflorestais como alternativa de sustentabilidade em ecossistemas de várzea no Amazonas**. v. 39, p. 279-288. 2009.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Portal da Transparência Pública do PAA**. 2017.

DUARTE, E. G. **Conflitos pela terra no Acre**: a resistência dos seringueiros de Xapuri. Rio Branco: Casa da Amazônia, 1987, 134p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1987.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Panorama de segurança alimentar e nutricional para a América Latina e Caribe (Sumário Executivo)**. 2016.

FONSECA, M. T. L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

GUANZIROLI, C. E. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Rio de Janeiro. n.2, vol. 45, abr-jun, p. 301-328. 2007.

MACEDO, E. **Redução no PAA contribui para desmonte da agricultura familiar**. Instituto Humanitas Unisinos. 2017.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MANESCHY, M. C.; MAIA, M. L. S.; CONCEIÇÃO, M. F. C. Associações rurais e associativismo no nordeste amazônico: uma relação nem sempre correspondida. **Novos Cadernos Naea**, Belém, v.11, n.1, p.85-108, jun. 2008.

NEVES, D. P. O associativismo e imposição do agricultor solidário. In: BERGAMASCO, S.M.P.P.; OLIVEIRA, J.T.A; ESQUERDO, V.F. de S. (Orgs.) **Assentamentos Rurais no Século XXI**: temas recorrentes. Campinas: FEAGRI/UNICAMP /INCRA-SP, 2011, p.115-144.

OLIVEIRA, A. U de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, C. **Agricultores temem o fim do Programa de Aquisição de Alimentos**. Rede Brasil Atual. 2017.

SARON, F. A.; HESPANHOL, A. N. O Pronaf e as políticas de desenvolvimento rural no Brasil: o desafio da (re)construção das políticas de apoio à agricultura familiar. **Geo UERJ**. Rio de Janeiro. n. 23, v. 2, ago-dez, p. 656-683. 2012.

SEAD. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Assistência técnica e extensão rural**. 2015.

SILVA, S. P. Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo. n. 58, v. 16, p. 126-144. 2011.

SILVA, S. S. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana**. 496 p. Tese (Doutorado em geografia). Presidente Prudente, 2005.

SOUZA, E. F.; PINTO, N. M. A.; FIÚZA, A. L. C. Os Polos Agroflorestais em Rio Branco-AC: uma análise a partir de sua viabilidade econômica e consumo familiar. **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 24, n. 2, p. 92-112, 2013.

SOUZA, G. E. A. B.; SOUZA, E. F.; MACIEL, R. C. G. Análise econômica dos PADs Boa Esperança e Humaitá: dez anos depois. **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – Sober**. Rio Branco: 2008.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**. Presidente Prudente, v. 8, n. 7, jul-dez. pp. 1-21, 2005.

SCHMITZ, H. (Org.). **Agricultura familiar: extensão rural e pesquisa participativa**. São Paulo: Annablume, 2010.

TOKARNIA, M. **FAO recomenda que Brasil invista em segurança alimentar**. Agência Brasil. 2017.

VALNIER, A.; RICCI, F. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise comparativa nos estados de Rondônia e Acre. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 8, n. 16, p. 198-228, ago. 2013.

# **A LUTA PELA TERRA NO ESTADO DO ACRE: CONFLITOS E RESISTÊNCIA<sup>1</sup>**

*Daniela Dias de Souza<sup>2</sup>  
José Alves<sup>3</sup>*

## **Introdução**

O fim do segundo ciclo da borracha, com as crises resultantes do fim da Segunda Guerra Mundial, fez com que os sujeitos seringueiros que permaneceram na região da Amazônia Sul Ocidental Acreana passassem a desenvolver atividades de subsistência, o que lhes era negado durante os períodos de auge da borracha. A partir do rompimento da relação de dependência e opressão criadas a partir do sistema de aviação, usado para a mediação da venda da borracha, os seringueiros desenvolveram novas estratégias de sobrevivência na terra.

Mariátegui (2006), ao analisar o caráter semi-colonial dos países da América Latina no período de consolidação, afirma:

Até que ponto a situação das repúblicas latino-americanas pode ser assimilada à dos países semicoloniais? Sem dúvida, a condição econômica destas repúblicas é semicolonial, e, à medida que crescer seu capitalismo, conseqüentemente, a penetração imperialista, este caráter de sua economia tende a se acentuar. (MARIATÉGUI, 2006, não paginado).

---

<sup>1</sup> Capítulo resultante do trabalho de conclusão de curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Acre, intitulado “Conflitos pela Terra no Acre e a ação da CPT”, sob orientação do Prof. Dr. José Alves, em 2017.

<sup>2</sup> Graduação em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal do Acre (Ufac) e Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Programa Territorial. E-mail: ddias37@gmail.com

<sup>3</sup> Professor do Programa de Pós Graduação em Geografia e dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Acre (Ufac). Tutor do Grupo PET Geografia. E-mail: bairral@hotmail.com



Na necessidade de manutenção da dependência ao mercado internacional e diante do processo de intensa internacionalização econômica, o governo militar inicia um processo baseado no discurso da integração nacional enquanto fundamental para garantir a segurança nacional. As políticas então decorrentes consistiam no processo de desenvolvimento da indústria nacional e na expansão da fronteira agrícola, aprofundando a região amazônica no cenário da disputa internacional.

Enquanto território de fronteira com a Bolívia e o Peru, este com entrada para o oceano Pacífico, anteriormente explorado pela produção e exploração do látex, torna o estado do Acre um território explorado pelos planos de integração nacional, baseada nos planos de ocupação e atração das empresas nacionais e internacionais por meio dos incentivos fiscais.

O modo industrial de produzir no campo, via políticas de modernização da agricultura, intensificou o cenário da desigualdade no cenário agrário brasileiro, sendo neste âmbito, a fronteira sul amazônica um território facilitador para a reprodução ampliada de capital e a intensificação do processo de concentração da terra no estado do Acre.

Dentro de uma lógica baseada na derrubada das florestas e na expansão das pastagens para criação de gado bovino, os sujeitos da floresta, em processo de construção de sua identidade e territorialidade na região, entram em conflito com a forma de expansão capitalista no estado do Acre. Tal cenário decorre da intensificação dos conflitos pelo direito à terra e o fortalecimento do processo organizativo de luta dos trabalhadores no campo acreano.

Nesse sentido, o texto objetiva caracterizar a lógica da questão agrária acreana, que de um lado tem como característica a concentração de terras e a violência no campo, e de outro, a luta e a resistência camponesa pela terra no estado do Acre.

### **A violação de direitos territoriais em nome do desenvolvimento**

A expansão do modelo capitalista em toda Amazônia, transformou a dinâmica da produção e aprofundou a concentração da estrutura fundiária nas mãos dos latifundiários, dinâmica que se permeia até os dias de hoje. Portanto, seguiu-se o modelo de exploração do trabalhador, dos conflitos agrários e da expropriação dos camponeses de suas terras em prol do chamado desenvolvimento agropecuário.

Ademais, em vista ao Projeto de ‘desenvolvimento agrário brasileiro’, a expulsão do homem do campo e sua destituição dos seus meios de produção, tornou-se inevitável para a grande maioria e o êxodo rural intensificou-se em todo o país. Também, crescia a pressão por terras, dos ‘sem terra e dos brasiguaios’ no Centro-Sul, por exemplo, que seriam transferidos para áreas da fronteira amazônica. Paralelamente, para os novos camponeses proprietários do Centro-Sul, sob pressão dos novos modos de produzir, as ofertas para venderem suas propriedades para agricultores já capitalizados e transferirem-se para a Amazônia, torna-se cada vez mais tentadora [...] paralelo aos grandes investidores que, em geral não viriam residir na região, uma leva numerosa de pequenos produtores entrava nessa caminhada em busca da terra [...] o cerco do capital se concretizava para estes, também pelos diminutos tamanhos de seus lotes de terra em face da demanda familiar. (SILVA, 2003, p. 61).

A Tabela 01 apresenta números extraídos do livro “Conflitos no campo brasileiro de 2015”, apresentados por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, onde a área total em hectares diz respeito ao território brasileiro, e os imóveis rurais dizem respeito à quantidade de estabelecimentos rurais encontrados no país por hectares. Apresenta também o aumento porcentual de grandes propriedades, resultando, por fim, no aumento da porcentagem da retenção total de terras ao longo dos anos por parte das grandes propriedades. Os números atuais demonstram a permanência no modelo de propriedades concentradas nas mãos de grandes investidores do setor privado, como reforça a matéria do jornal O Globo, de janeiro de 2015, na qual revela que entre os anos de 2010 e 2014, foram seis milhões de hectares de terra que passaram diretamente para mãos de grandes proprietários. Afirmando ainda que no Sistema Nacional de Cadastro Rural, as propriedades privadas foram de 238 milhões, em 2010, para 244 milhões de hectares, em 2014.

Em meio ao processo de incentivo direto fornecido pelo Estado, em nome do desenvolvimento econômico, os pequenos produtores passam a sofrer com as ações de tentativa de expropriação das suas terras para atendimento da demanda do grande capital e sua reprodução no campo.

Dentro dessa dinâmica devemos esclarecer que havia um grupo de trabalhadores que permaneceram na terra após o fim do segundo ciclo da borracha, e os trabalhadores que foram incentivados, por meio de propagandas, a encontrarem na região, não somente no Acre, mas em toda Amazônia, o sonho da conquista de terra. Estes serviram de mão de obra para o desenvolvimento dos projetos de desenvolvimento e integração da Amazônia.

**Tabela 01: Concentração fundiária no território brasileiro, no período de 1967 a 1978**

<b>Período</b>	<b>Área total (hectares)</b>	<b>Imóveis Rurais (hectares)</b>	<b>Grandes propriedades</b>	<b>Retenção de Terras Total</b>
1967	360.000.000,1	3.000.000,06	51.000 (1,4%)	176.000.000 (48,9%)
1972	370.000.000,2	3.000.000,03	50.000,05 (1,5%)	193.000.000,07 (51,4%)
1978	419.000.000,9	3.000.000	56.000,5 (1,8%)	246.000.000 (57%)

**Fonte:** OLIVEIRA (2015).

Maia (2016, p. 23) afirma que os chamados “paulistas” acabavam por se apropriar da terra comprando milhões de hectares sem nunca ao menos terem visitado o local, mas, “o objetivo era assegurar a posse como reserva de valor, ou então desenvolver a pecuária extensiva”.

Os projetos que foram firmados no estado do Acre trouxeram consigo uma onda de devastação da floresta, em especial para os trabalhadores que dependiam diretamente dela para a sua sobrevivência, o que conseqüentemente resultou em conflitos e tensões por terra e pela luta da preservação da floresta e o modo de vida extrativista. O que se teve e que permeia até os dias de hoje, foi e ainda é a luta contra a concentração fundiária e contra a precarização da mão de obra no meio rural, uma luta contra o capital pelo pequeno produtor, uma luta de classes.

Os seringueiros que se mantiveram na terra, em seu processo de forjar a própria autonomia de produção e vivência, passaram a sofrer com as ações violentas dos pistoleiros como meio de intimidação e expropriação dessas populações para garantir maiores extensões de terras necessárias para o processo da fronteira agrícola.

Costa (1991, p. 98) afirma que pelas ações de incentivos fiscais “as empresas privadas interessadas em investir na região, poderiam obter isenção de até 100% do imposto de renda por 15 anos, além de outros benefícios específicos”, além de reafirmar o papel do Estado neste processo enquanto facilitador.

Dentro dessa estratégia, caberiam ao Estado os investimentos de infraestrutura regional, tais como transportes, energia, etc., criando as pré-condições materiais para a ocupação pretendida. Ao Estado caberiam também as políticas de atração populacional, através de projetos institucionais de colonização, políticas essas dirigidas preferencialmente às populações nordestinas. (COSTA, 1991, p. 68).

No processo da expansão e desenvolvimento capitalista que o Brasil viveu após o Golpe Militar de 1964, o “atraso” na região Amazônica passou a ser considerado como um obstáculo que deveria ser vencido para que a região se tornasse um espaço adequado para o investimento capitalista.

No entanto, o processo de modernização na Amazônia, incentivado pelo Estado via facilidades de acesso a crédito e incentivos fiscais, trouxe seus efeitos imediatos, como o aumento do desmatamento, intensificação da mercantilização da natureza, a expulsão das populações camponesas e de povos indígenas de seus territórios.

Brenton (2002) demonstra o equívoco que se deu nos planos de ocupação da Amazônia que resultou no cenário de conflitos, uma vez que esta “nunca esteve vazia, sempre sustentou pequenas populações espalhadas: indígenas, garimpeiros, seringueiros e povos ribeirinhos”.

Aí reside um dos fatores fundamentais para se entender o processo generalizado de expansão de conflitos sobretudo na Amazônia: o governo estimulava, com a SUDAM<sup>4</sup>, os investimentos através dos grandes projetos agropecuários, e não abria a possibilidade de acesso à terra para as grandes lavas de migrantes. E acrescenta-se a isto a grilagem de terras generalizada que passou a ocorrer em todos os estados da Amazônia Legal, área de atuação da SUDAM. (OLIVEIRA, 1999, p. 28).

Os projetos seguiam frentes específicas de acordo com as demandas de infraestrutura que empresas nacionais e internacionais necessitavam para implantação no território. Dessa forma, os focos foram voltados para a criação de facilidades de acesso a crédito, construção de usinas e termoelétricas, programas de construção de estradas. Tais ações, afirma Breton (2002), foram construídas com a intenção de chegar ao desenvolvimento, ressaltando que as estradas de “penetração da Amazônia foram precursoras de uma onda incontrolável de migração, conflitos e destruição”.

Com a implementação do Plano de Integração Nacional (PIN) e a força de trabalho resultante destes, marcou-se um novo “padrão de organização do espaço geográfico amazônico onde as estradas representam o principal eixo de estruturação do território denominado de padrão estrada-terra firme-subsolo” (PORTO GONÇALVES, 2001).

Por mais que os planos de ocupação levassem a falsa ideia de distribuição de terras, o Estado, bem como as empresas e grandes fazendeiros não possuíam a

---

<sup>4</sup> Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

intenção de uma tentativa de Reforma Agrária e efetivação do processo de distribuição da terra para os trabalhadores, uma vez que estes eram, desde o princípio, força de trabalho a ser explorada sem grandes gastos.

A ligação de regiões, antes isoladas, por meio da construção de rodovias, por meio do PIN e os subprojetos ligados a este, “serviram como instrumento de construção das bases para introdução do capital internacional no Brasil, principalmente na Amazônia” (PONTE, 2014).

O processo de ocupação da Amazônia para desenvolvimento do capital, foi construído em lógica contrária à dos povos tradicionais da região (ribeirinhos, seringueiros, indígenas). A terra, portanto, pelo lado dos empreendimentos foi considerada apenas como mercadoria com valor de troca e as árvores e as próprias comunidades, apenas como obstáculos a serem superados.

Os povos tradicionais da floresta viram suas terras e seu modo de vida se transformar e serem tratados como obstáculos a serem superados a qualquer custo para que as grandes empresas chegassem a suas metas de produção, em detrimento de suas necessidades serem tratadas como apenas problemas secundários pelo próprio governo. As principais formas de expulsão usadas pelos grandes proprietários de terra foram expostas pelo bispo da Prelazia do Acre e Purus, Dom Moacir Grechi em seu depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) aberta para tratar dos problemas do sistema fundiário no estado do Acre. A respeito, ele declarou:

- a) Não fornecimento de mercadorias para os seringueiros, obstrução de varadouros, proibição de desmatar e fazer roçados;
- b) Destruição de plantações, invasão de posses derrubadas até perto das casas dos posseiros, deixando-os sem ou quase sem terra para trabalhar;
- c) Compra de posses e benfeitorias por preços irrisórios ou, quando muito, em troca de uma área muito inferior ao módulo, que não permitirá ao posseiro e família trabalhar e progredir;
- d) Atuação de pistoleiros que amedrontam os posseiros numa guerra psicológica através de ameaças ou mesmo com espancamentos e outras violências;
- e) Ameaças feitas por policiais a serviço de proprietários; prisões de posseiros por questões de terras sem ordem judicial ou por ordem judicial sem que tenham sido movida a ação competente. (DUARTE, 1986, p. 112).

O processo de expansão da fronteira agropecuária que atingiu a região da Amazônia e, conseqüentemente, o estado do Acre trouxe consigo uma transformação na estrutura produtiva no modo de vida dos que viviam da relação

metabólica com a natureza. Houve, dessa forma, a intensificação da desvalorização da atividade extrativista, fonte de sobrevivência e subexistência das comunidades, levando a desestruturação econômica e social de muitas famílias e localidades.

Iniciou então a expulsão de seringueiros, que haviam se tornando posseiros, com direito à terra. Vários mecanismos foram utilizados. Muitas vezes através de indenizações irrisórias de suas benfeitorias, outras vezes sem qualquer indenização, usando de intimidação e mesmo de violência ou tentativas de expulsão pela violência. (DUARTE, 1986, p. 11-12).

Dessa forma, uma série de ações de violência foi desencadeada contra as comunidades, uma vez que se fazia necessário “esvaziar” as áreas ocupadas pelos seringueiros e pequenos produtores, os quais estes, em grande parte, uma vez expulsos de suas terras, foram ocupar as periferias dos centros urbanos da região.

Considerando o cenário de violação territorial e de direitos aos quais os trabalhadores do campo foram expostos, era apenas uma questão de tempo para que o Acre vivesse um de seus momentos mais violentos, o de luta pela posse da terra no campo onde as populações que foram diretamente e violentamente afetadas pelos empreendimentos se organizassem e montassem suas formas de resistência contra as atividades de especulação fundiária que estava montada no estado.

Nesse cenário, o reconhecimento dos sujeitos do campo enquanto sujeitos políticos ao serem forçados no processo organizativo de resistência constroem uma luta, especialmente intensificada com o fortalecimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e as relações entre estes. De acordo com a região, uma luta organizada pela defesa da Reforma Agrária e pelo direito à terra enquanto elemento fundamental de sua reprodução no território e da manutenção de sua identidade.

A articulação com grupos de movimentos sociais, principalmente a Igreja Católica por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e, posteriormente, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), foram de fundamental importância para o processo organizativo dos trabalhadores no processo de construção destes enquanto sujeitos políticos. Estes sujeitos tinham demandas particulares e de compreensão da reforma agrária para além da decisão governamental, mas também enquanto poder reivindicativo dos próprios trabalhadores.

No contexto de auto reconhecimento do sujeito do campo enquanto sujeito político com direitos que lhes deve ser garantido e percebendo que o processo de organização coletiva pelo direito à terra é um caminho que deve ser construído, a ação da igreja ganha significativo papel de garantir o processo de formação e segurança dos seringueiros engajados no processo de luta e resistência, bem como os sindicatos.

A resistência na permanência da terra passou a se constituir enquanto principal elemento de luta, bem como os denominados “empates”, baseados na organização de grupos de seringueiros para impedir as ações de maquinários de corte da floresta para a abertura de cultivos de pastagem e criação de gado. A devastação das florestas tornava-se uma ameaça direta ao modo de vida dos trabalhadores rurais e a sua relação metabólica de transformação da natureza mediada pelo trabalho, este enquanto processo humanizador e elemento de construção do território.

Em outras palavras, a derrubada da mata representava a eliminação das possibilidades materiais de sua sobrevivência, via destruição de suas fontes de renda baseada no extrativismo (principalmente as árvores de seringa e as castanheiras), bem como a progressiva extinção da fauna e flora que compõe a base de sua alimentação. É nessa perspectiva que deve ser compreendida a emergência de ações coletivas destinadas a impedir os desmatamentos, denominadas regionalmente como “empates”. (PAULO e SILVA, 2006, p. 112).

Concomitante com a intensificação dos conflitos, também ganhava força os movimentos de resistência gerando seus espaços de destaque, enquanto o governo mantinha suas ações voltadas para o apoio à legalização e intensificação do latifúndio. O embate entre seringueiros e fazendeiros foi tomando proporções incontroláveis e de extrema violência e que demonstrou a falha do Governo do Estado em manter a segurança de ambos os lados dos conflitos.

Resultante do cenário da violência organizada pelos latifundiários, um dos grandes líderes da resistência do STR do município de Brasília, Wilson Pinheiro, foi assassinado em 21 de julho de 1980 com três tiros nas costas, devido as suas atividades de organização dos trabalhadores para resistir ao modelo de desenvolvimento destrutivo que estava se concretizando na região.

Posteriormente, Chico Mendes tornou-se a figura de liderança em todo processo de organização da resistência no Acre, levando à luta pela terra, a denúncia das ações cometidas contra os trabalhadores do campo e a demanda pela

manutenção da floresta ao nível internacional, ficando conhecido como grande liderança seringueira e do movimento ecológico.

Chico Mendes foi assassinado em 22 de dezembro de 1988, dentro da própria casa por pistoleiros a mando de fazendeiros. Essa tragédia obrigou o Governo Federal a tratar a questão agrária de uma forma diferenciada na região da Amazônia Sul Ocidental Acreana, como demonstra Paula e Silva (2006, p. 19)

Em decorrência da gravidade dos conflitos, as políticas dos governos estadual e federal vão ser alteradas. A questão fundiária no Acre passa a ter um outro tratamento. O Incra passou a contestar a legalidade dos títulos de terra apresentados pelos fazendeiros, e assim dificultou a obtenção de incentivos e financiamentos aos projetos agropecuários junto aos órgãos públicos. Além de que, de certo modo, legitimara a ação do movimento sindical, que não aceitava a alegada propriedade dos fazendeiros.

Diante do cenário, pelas ações de resistência com os empates, acampamentos, protestos, o movimento sindical dos trabalhadores passa a ter maior atuação nas negociações e discussões da pauta política na questão dos conflitos pela terra, chamando a atenção ao nível internacional da agenda política, já em processo de consolidação do discurso do desenvolvimento sustentável.

Apesar do aumento da violência na região, a força de resistência dos trabalhadores também tomou dimensões significativas para o embate contra o sistema na disposição de questionar e denunciar o modelo produtivo de destruição da floresta e dos modos de vida dependente destas.

### **Considerações finais**

A opção pelo caminho da modernização no estado do Acre, expôs o caráter violento do sistema agrário do Sul Amazônico, seja no campo dos direitos dos camponeses da floresta, criando um modelo de desenvolvimento que não alterou, muito menos questionou o modelo fundiário concentrado e violento implementado e perpetuado em todo o Brasil.

O processo de construção da luta e resistência dos seringueiros no Acre, apesar da significativa importância, diante das ações políticas, em especial ao final dos anos 1990, passa por um intenso processo de cooptação na qual os líderes sindicais, ao entrarem em cargos governamentais, perdem o poder de mobilização, bem como os próprios sindicatos.

O que se constata foi o legado histórico presente no território diante da ofensiva capitalista na região, seja na manutenção da concentração de terras de



elites agrárias, seja nas novas formas de exploração e violação do território das comunidades seringueiras/extrativistas, como por exemplo, com o chamado desenvolvimento sustentável enquanto gestor territorial da região, especialmente no processo de reestruturação da crise capitalista dos anos 1990. O processo organizativo, apesar de enfraquecido, segue contando com o apoio de antigos parceiros, como estudiosos acadêmicos, CPT e alguns sindicatos que se mantêm fieis a luta pela terra e a valorização dos povos tradicionais da Amazônia Acreana.

## **Referências**

BRETON, Binka Le. **Vidas roubadas: a escravidão moderna na Amazônia brasileira**. São Paulo: Editora Loyola, 2002.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

DUARTE, Élio Garcia. **Conflitos pela terra no Acre: a resistência dos seringueiros de Xapuri**. Dissertação (Mestrado em história). 237 p . Campinas: UNICAMP, 1986.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Ponto de vista antiimperialista. In: LOWY, Michael (Org.). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. Cap. 3. p. 114-119.

MAIA, Maria da Conceição França. **Comissão Pastoral da Terra – Regional Acre: uma pastoral mediadora**. Dissertação (mestrado em resolução de conflitos e mediação). 91p. Rio Branco: Universidade Internacional Iberoamericana, 2016.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta. In: CANUTO, Antônio.; LUZ, Regina. S.; ANDRADE, Thiago V.P.; (Org.) **Conflitos no campo – Brasil 2015**. Goiânia: CPT Nacional, 2015.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo: conflitos e violência. Movimentos sociais e resistência; os “sem-terra” e o neoliberalismo**. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione. **Trajetórias da luta camponesa na Amazônia-Acreana**. Rio Branco: EDUFAC, 2006.

PONTE, Karina Furini da. **O desenvolvimento sustentável e o controle social da natureza e do trabalho: um estudo a partir da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri (AC)**. 360p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, 2014.

SILVA, Silvio Simione da. **Na fronteira agropecuária acreana**. Presidente Prudente: Leupag, 2003. 229 p. (1).

## **POVO MANCHINERI E OS “TEMPOS”<sup>1</sup>**

*Alessandra Severino da Silva Manchinery<sup>2</sup>  
Maria de Jesus Morais<sup>3</sup>*

### **Introdução**

A presente pesquisa teve como objetivo discutir os “tempos” do povo Manchineri, com a perspectiva de entender a trajetória deste povo na tríplice fronteira e em destaque no território brasileiro.

As territorialidades representam um conceito originário da geografia que foi incorporado pelas demais ciências sociais nas análises do território, podem ser definidas como a síntese das relações sociais que dão corpo e conferem função ao território. Numa abordagem inicial, pode-se dizer que as territorialidades são a “razão de ser” dos territórios, conferindo-lhe existência, seja material ou imaterial.

A territorialidade é um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou pelos que os definem. Também pode ser entendida como base de poder de determinado grupo sobre determinada área; uma estratégia espacial para afetar, influenciar, ou controlar recursos e pessoas (SILVA, 2002).

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2007; SACK, 1986).

---

<sup>1</sup> O artigo é resultado da monografia de bacharelado em Geografia intitulado: Territorialidade do Povo Manchineri, apresentada em outubro de 2014.

<sup>2</sup> Geógrafa pela Universidade Federal do Acre. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (Unir). Bolsista voluntária egressa do PET-Geografia da Ufac. E-mail: amanchinery@gmail.com

<sup>3</sup> Professora associada no Departamento de Geografia na Universidade Federal do Acre. E-mail: mjmorais@hotmail.com

Da mesma forma que os territórios podem ser materiais ou imateriais de acordo com as construções que os indivíduos lhe conferem, as territorialidades também podem expressar-se como materialidade, imaterialidade ou como espaço vivido, dependendo do conceito de território proposto (HAESBAERT, 2007).

A territorialidade como materialidade, como o próprio termo sugere, é aquela que se expressa nos territórios materiais. Pode-se dizer que ela tem como função a delimitação e conseqüente configuração física dos mesmos, e confere a dominação aos grupos. Neste caso, tais grupos dominantes controlam o acesso de outros grupos aos territórios, muito embora os mesmos territórios tenham funções meramente funcionais, sem marcas simbólicas e/ou culturais dos indivíduos.

Os Manchineri são sujeitos vivendo e deslocando-se entre diferentes territórios indígenas, chegando às cidades. Esses sujeitos são famílias que mantêm relações de parentescos com famílias Piro (Peru) e Yine (Bolívia). Estes convivem e vivenciam concomitantemente de múltiplas territorialidades. Os Manxineru vivem em uma época onde seus territórios estão “sob ameaças”, por projetos ditados e impostas pelo Estado-nação. O seu território e/ou terras indígenas são ligados nestes últimos anos a uma Geopolítica de oficialização judicial de suas terras, envolvendo assim seus espaços de sociabilidade, suas identidades e suas formas de territorialidade e transterritorialização.

No caso da migração dos Manchineri é possível já apontar, com base nos dados da pesquisa, dos anos de 2009 a 2013, que há um deslocamento na tríplice fronteira, principalmente das lideranças para articulação política. Do lado brasileiro se descolam para as cidades próximas como Assis Brasil, Brasileia e Rio Branco, induzidos pelas relações pessoais e por melhores condições de saúde. Do lado peruano e boliviano há a mobilidade por questões sociais como a educação e a assistência social.

### **Tempo dos contatos**

Na perspectiva de entender as redes migratórias do povo Manchineri se faz necessário uma breve descrição da história de contatos e da dinâmica econômica regional na qual estão inseridos, conforme proposição do antropólogo Terri Vale Aquino (2008).

A história de contato dos indígenas, do atual estado do Acre, com os não indígenas é narrada em diferentes “tempos históricos”, ou seja, o “tempo dos Povos Indígenas”. Tempo este que é circular ou cíclico; este tempo sem começo nem fim, o tempo cíclico é um eterno retorno, pois está guardado na memória

coletiva e individual deste povo. Uma vez que nenhum evento é absoluto, o tempo cíclico repousa na permanente sequência de ciclos repetitivos. O seu movimento circular contínuo é caracterizado pelo perpétuo retorno de momentos. Isso significa que a história não comporta nenhum fato singular. Pelo contrário, a história é marcada pela reedição de acontecimentos passados. Portanto, o tempo para os Manchineri antigos é um círculo inexorável – sem saída e sem fim. Tudo está condenado a girar eternamente na roda da história e através de sua memória coletiva. Neste sentido, memória é o processo social de reconstrução do passado vivido e experimentado por um determinado povo, grupo, comunidade ou sociedade.

Este passado vivido é distinto da história, a qual se refere mais a fatos e eventos registrados, como dados e feitos, independentemente destes terem sido sentidos e experimentados por alguém (HALBWACHS, 1991). Conforme proposição do antropólogo Txai Terri Valle de Aquino (2008), o tempo mais remoto é denominado como “de antigamente”, antes da chegada dos nordestinos. Com o início do extrativismo das *heveas* se instala o “tempo das correrias”. Concomitante a esse tempo se inicia o “tempo do cativo”, o tempo no qual o indígena trabalhou nos seringais, como seringueiros, agricultores, mateiros. Já o “tempo dos direitos” está relacionado à “descoberta” dos direitos indígenas, propiciados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e pela conquista territorial, a partir da atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai) no Acre e, o “tempo da revitalização cultural” (concomitante ao anterior) são os anos recentes, do “resgate” das tradições e da implantação de uma “educação diferenciada” que fomenta a discussão cultural. A estrutura deste item será a partir desta matriz metodológica da *história do contato* (MORAIS, 2008).

### **Tempo de antigamente — “um tempo sem começo e nem fim”**

Os povos indígenas do atual estado do Acre, antes da chegada dos migrantes nordestinos que serão responsáveis pelo corte do látex e pela “conquista do Acre”, viviam nas bacias hidrográficas dos altos rios Purus e Juruá, eram mais de 50 povos e estavam territorializados ao longo dos rios. No Purus predominava os grupos linguísticos Arawá e Aruak e no Vale do Juruá o grupo Pano (NEVES, 2004 *Apud* MORAIS, 2008).

O Povo Manchineri é citado em vários relatórios da segunda metade do século XIX, em textos do geógrafo inglês W. Clandless, do caboclo Manuel Urbano da Encarnação e do seringalista Antonio Labre. Segundo Relatório de

Manuel Urbano da Encarnação, do século XIX ao início da exploração comercial do látex, havia 18 tribos entre elas estavam os *Maneteneri*, nas redondezas do Juruá que eram mais ou menos conhecidas, e nos influentes do Purus muitas outras. Os que apareciam podem-se calcular em 5.000. As tribos até então conhecidas eram: Mura, Pamari, Catauxi, Caripuna, Cipó, Mamuri, Uapuça, Catuquina, Crupali, Tará, Paru, Ipuriná, Pamaná, Quaruná, Juberi, Jamamadi, Canamari e Maneteneri, que são os atuais Manchineri (BRASIL, 2009).

A ligação dos Manchineri com povos do rio Beni já aparece em meados do século XIX. Estes foram guias para as grandes expedições do vale do Purus e do Juruá. Questão essa comprovada pelos antigos varadouros que seriam extremamente importantes para o estabelecimento de rotas comerciais fixas entre o sul do Acre e o norte da Bolívia, já durante o período de abertura dos seringais em fins do século XIX (BRASIL, 2009). Questão esta corroborada por algumas lideranças indígenas, como podemos ler nesta de José Severino da Silva o “Zé Urias Manchineri”:

Antigamente o Povo Manchineri percorria de cabeceira em cabeceira os rios Tawahano, o Pedra e o Ucayali, e isso fica no Peru. Mais o Povo Manchineri toda vida morou aqui mesmo no Rio Iaco até o “branco” chegar. A gente tinha uma grande maloca bem em frente ao Seringal Boa Esperança até a boca do [Rio] Abismo e também era habitado pelos Manchineri. Junto com os Manchineri viviam outros povos, os Katiana e Jiwutane. Hoje me lembro que vive um Katiana no Seringal Icuriã e outro povo não existe mais, porque quando o boliviano caucheiro fez a correria com os Manchineri os Jiwutana morreram ou ganharam mata e não aparecem mais (Entrevista realizada em 03/03/2010, por Alessandra Manchineri).

### **Tempos das correrias e do cativo**

Os Manchineri foram, no final do século XIX, atingidos por duas frentes extrativas. Do lado peruano vinha à frente de extração da *Castilloa elastica*, do caucho e, do lado brasileiro, pela frente de extração da *hevea brasiliensis*, da seringa. Desse contato resultou, além da redução demográfica, a migração forçada, a desorganização sociocultural e a expropriação territorial (PICCOLI, 2006).

Se por um lado, vinham os caucheiros peruanos e bolivianos e, por outro lado, a frente extrativista de nordestinos, restou aos Manchineri à adesão ao sistema de exploração da borracha. Em entrevista aos Antropólogos Terri Aquino e Marcelo Piedrafitas, o sertanista Meireles descreveu aquela situação:

[...] Lá havia uma grande fazenda que era do Canízio Brasil e de seu irmão Antônio Brasil. O Canízio viajava mais para fazer compras para o seringal e o Antonio ficava mais permanente na sede do seringal. Logo acima da sede do Petrópolis moravam os missionários da Missão Novas Tribos. Numa das casas morava o Dimas, pastor brasileiro, e na outra vivia o Estevão, pastor norte-americano. Eles viviam ali onde, hoje em dia, é a aldeia Betel, logo depois da pista de pouso, cerca de mil metros acima da sede do Petrópolis. Ao lado das casas dos missionários havia as casas dos Jaminawa. Pois bem, lá na sede da fazenda-seringal Petrópolis observei homens e jovens Jaminawa e Manchineri trabalhando na base da diária para os irmãos Brasil. Estes tinham quatro mil hectares de campo. Usavam os índios pra bater campo, derrubar a mata e abrir novas pastagens para o gado deles. Os índios trabalhavam como peões, derrubando as matas para fazer novos campos. Alguns deles trabalhavam também como caçadores e todo tipo de serviços braçais, mas o maior contingente indígena era usado para a manutenção e abertura de novas pastagens (AQUINO; IGLESIAS, 2008).

No "tempo do cativo", os Manchineri trabalhavam nos Seringais Petrópolis, Guanabara e outros, cortando seringa, e nas fazendas “batendo campo”. As mulheres trabalhavam nos serviços domésticos. De modo geral, "os indígenas trabalhavam como peões, derrubando as matas para a abertura de novas pastagens” e assim garantir suas sobrevivências nos seringais.

Alguns deles trabalhavam também como caçadores e todo tipo de serviços braçais, mas o maior contingente indígena era usado para a manutenção e abertura de novas pastagens, como ressalta o sertanista Meireles (AQUINO; IGLESIAS, 2008). Da identificação dessa população como indígena, em meados da década de 1970, só em 1975 a Terra Indígena Mamoadate foi demarcada, após mais de uma década de reivindicação política pelo reconhecimento de seu vínculo territorial. Essa história é contada pelos próprios indígenas da seguinte forma:

Em nosso passado fomos o povo mais guerreiro e caçador de nossa região. Somos conhecidos por nossas enormes canoas que são longas e estreitas e feita de cedro por homens mais velhos e experientes. Segundo estimativas, em nosso passado, fomos mais ou menos 2.000 pessoas, ocupando desde o alto Iaco, a partir do igarapé Abismo, até o seringal Nova Olinda e seringal Petrópolis, chegando até mesmo a Sena Madureira e Assis Brasil. Os Manchineri compartilham com os Piros, no Peru, [e são do mesmo tronco linguístico o aruak — do ramo Maipure] boa parte de seu sistema sócio-cosmológico, podendo ser considerados grupos que fazem ou já fizeram parte de um mesmo povo. Em território brasileiro, a maioria dos Manchineri habita na Terra Indígena Mamoadate, havendo ainda muitas

famílias vivendo em outros seringais no Acre, sobretudo no interior da Reserva Extrativista Chico Mendes e Seringal Guanabara, hoje em processo de demarcação, que se encontra em menor número nesta área, no São Francisco e no Macauã, bem como na cidade de Assis Brasil.

Nós Manchineri antes do contato e de exploração das frentes extrativistas e dos caucheiros peruanos, éramos vários grupos divididos que formávamos os Yineri (gente) e Yine (nós), morando todos próximos e casando-se entre si. Só os antigos Piros que não viviam como um único povo, mas eram divididos em muitos grupos, ou seja, o neru. Cada grupo tinha um nome, como os Manxineru (povo da árvore), Tamamuri (mãe Lua ou mãe caiçuma), Koshichineru (povo pássaro pequeno), Nachineru (povo faminto), Getuneru (povo sapo) e Gimnuneru (povo cobra). Viajávamos acima e abaixo para confeccionarmos nossas vestimentas e outros acessórios. Além de praticar um pouco da comercialização com outros Povos. O que nunca vendíamos e nem trocávamos era nosso Poncho (roupa longa que cobre pernas e braços e é feito da colheita do algodão) pelos antigos Manchineri.

Nós Manchineri passamos a sofrer com as correrias por causa das duas frentes de pressão: do Peru para o Brasil, por caucheiros, e do Amazonas para a Bolívia, por extratores de borracha que se fixaram com suas famílias na região. No primeiro momento não fomos incorporados como mão-de-obra extrativista. Só a partir da queda da borracha é que fomos obrigados a cortar caucho e seringa e até trabalhar para os patrões em suas casas e assim homens e mulheres até crianças, começaram a servir como mão-de-obra barata, fazendo serviços para os enriquecimentos dos patrões. Uma das estratégias para tentar controlar o Povo Manchineri foi a destruição de nosso modo vida, nossos costumes, nossas línguas, tradições e crenças que ainda hoje, são preservadas. Um dos principais aspectos que levaram o povo Manchineri a servir de mão-de-obra barata foram os grandes conflitos grupais e inter-grupais de Manchineri e outros povos do tronco lingüístico aruak, pano e arauá. Tal conflito que gerou a extinção de alguns povos, assim como os Catianas que viviam no mesmo território que os Manchineri e eram menores em números.

Após a exploração gumífera, que causou grande perda territorial, cultural e um processo de dispersão de nosso povo, buscamos resgatar tudo aquilo que foi destruído. Para levar todo nosso conhecimento tradicional, cultural, social e econômico adiante, sem interferência e destruição em nosso meio; mantendo nossos aspectos cosmológicos e toda nossa ancestralidade que preservamos até a atualidade, levando em consideração e valorizando todo o conhecimento de nossos antigos caciques e pajés (Entrevista com Jaime Lhulu Prischo Manchineri, em maio de 2010, por Alessandra Manchinery).

Na primeira fase da colonização, de meados do século XIX, até a primeira década do século XX, vários grupos Manchineri foram cercados e submetidos ao

trabalho forçado e escravizados. Os grupos Manchineri foram obrigados a trabalharem para os patrões seringalistas, isso se deu pela expansão da exploração da seringa e do caucho. Trabalharam como empreiteiros, guias, caçadores, remadores e até seringueiros, as mulheres por sua vez trabalhavam nas casas dos “barões” nos afazeres domésticos, e muitas delas eram violentadas sexualmente. Em alguns momentos houveram resistências por parte dos Manchineri, eles fugiam para áreas isoladas ou mesmo se juntavam a outros povos indígenas, fugiam porque eram maltratados, suas fugas visavam à proteção de suas culturas e acima de tudo de sua estrutura social. Tais fugas para os Manchineri na época do “cativeiro” representaram recomeçar, um novo começo (VALCUENDE, 2009, p. 114).

Os Manchineri aprenderam a língua dos colonizadores e começaram o trabalho nos seringais. Ali adotaram um modo de vida formalmente não indígena, embora existissem mecanismos de resistência passiva, que lhe permitiram guardar parte de suas tradições, saberes e costumes. Muitas vezes eram pagos com mercadorias e com bebidas alcoólicas, como a famosa cachaça, potencializando o alcoolismo. Era o tempo do cativeiro, que foi se modificando à medida que desapareciam os patrões e com eles as relações de poder que os sustentava. Um sistema que desaparece gradualmente e cujas ramificações perduraram até os anos setenta do século XX, e que deixaram marcas profundas nos aspectos culturais deste Povo.

Após o contato, os Manchineri acabaram por residir em outros lugares que já vinham ocupando, fora dos limites da terra indígena Mamoadate. Algumas famílias se mantiveram em diversas colocações do Guanabara, área reivindicada por eles como terra indígena, e também na área que hoje é a reserva extrativista Chico Mendes, onde vivem alguns Manchineri e Jaminawa, e hoje nas cabeceiras do Rio Acre e na Comunidade Particular Onça Pintada no município de Xapuri.

A trajetória do povo Manchineri, em sua inserção no mercado de trabalho dos seringais e das fazendas, aparece nesse depoimento:

Eu, José Severino da Silva (Zé Urias Manchineri) da tribo Manchineri, nasci em 1942, no Seringal Petrópolis na Colocação União. Mamãe era uma seringueira desta colocação. Eu tinha nove anos quando meu pai morreu, no seringal Petrópolis, na Colocação Maloquinho. Ai minha mãe (Pretonia Maimará Manchineri), assumiu todo o trabalho cortando seringa, como éramos dois irmãos, começamos a ajudar nossa mãe a cortar seringa. Em 1954 eu já tinha 12 anos de idade e já cortava seringa por conta, eu fui trabalhar no meio de outros seringueiros ‘brancos’. Também fui madeireiro e empreiteiro para o patrão no Seringal Petrópolis. Fui caçador para os



fazendeiros de 1951 até 1975. A vida de seringueiro era uma vida muito sofrida, a gente dava duas voltas na estrada para poder dar conta. De manhã nós cortávamos as seringas e a tarde nós fazíamos a coleta. Assim era nossa vida nos seringais.

O seringalista era Alfredo Vieira Lima, ele era nosso patrão. Ele movimentava quatro seringais: São Francisco, Icuriã, Petrópolis e Guanabara. Eu como era bom seringueiro, durante um ano eu produzia 1.000 kg de borracha, eu além de seringueiro, eu era madeireiro do seringalista. E como eu era madeireiro e seringueiro do seringalista eu ensinava os que vinham da cidade que não sabiam cortar seringa. Em 1957, quando Belchil Canizio Brasil comprou o movimento do seringal Petrópolis com todos os seringueiros que tinha no seringal, continuamos a cortar seringa. Então eu somente mudei de patrão, mais continuei morando no seringal com o mesmo trabalho de seringueiro no seringal. Eu também comprava mercadoria do Belchil Canizio Brasil, ele também tinha muita confiança em mim, porque eu sempre fui considerado bom seringueiro.

Antes do Canizio eu cortei seringa no Seringal São Francisco, Icuriã e no Rio Iaco. Depois voltei para o Seringal Petrópolis quando eu fui convidado pelo patrão porque eu tinha duas profissões o de seringueiro e o de madeireiro. Muitas vezes eu tinha um saldo de 15.000.00 cruzeiros mais isso o patrão me pagava em dinheiro. Quando não se produzia a quantidade que o patrão desejava, não se vendia mercadoria de jeito nenhum para eles. Só se tivesse borracha no terreno e mostrasse para ele, aí se vendia para os Manchineri seringueiro a quantidade mínima de mercadoria. Quando outros Manchineri que também eram seringueiros produziam pouca borracha, o patrão vendia pouca mercadoria para eles e era menos de 200 kilos de borracha.

Quando eu parava de cortar seringa eu ia trabalhar como madeireiro e ensinava os seringueiros que não sabiam cortar seringa. Esse era meu trabalho para os seringalistas, os patrões gostavam de meu trabalho por isso cortei seringa até 1975, quando chegou a Funai no seringal Petrópolis, aí fui convidado para identificar a área Mamoadate como área indígena. A Funai fez várias reuniões com a comunidade indígena Manchineri para saber onde a comunidade queria sua Terra, porque a Funai queria delimitar no Seringal Petrópolis, mais os Manchineri escolheram onde nós nunca tínhamos morado. Aí me mudei para a área em 1976 e durante 19 anos fui liderança na Aldeia Extrema. A Área Manchineri foi demarcada na minha administração.

No final de 1985, meu companheiro Roberto César Kaxarari me convidou para coordenar a Organização Núcleo de Cultura Indígena. Em 1992 trabalhei na Coib – Organização Indígena da Amazônia Brasileira. Em 1997 fui eleito para trabalhar no Capoib, que é uma organização indígena que fica em Brasília e prestei serviço durante 5 anos para Saúde Indígena. Hoje sou aposentado e moro em Rio Branco (Entrevista com Zé Urias Manchineri, em maio de 2010, por Alessandra Manchinery).

Nesse depoimento percebemos a exploração a que foram submetidos os indígenas no Acre e o papel da Funai na regularização das Terras Indígenas (T.I.).

### **Tempo dos direitos – “um novo paradigma para os povos indígenas”**

Os Manchineri, na década de 1970, trabalhavam na base da diária para os irmãos Brasil, eles trabalhavam como peões, derrubando as matas para fazer novos campos. Alguns deles trabalhavam também como caçadores e todo tipo de serviços braçais, mas o maior contingente indígena era usado para a manutenção e abertura de novas pastagens (AQUINO; IGLESIAS, 2008).

Com o movimento de criação de cooperativas, nas décadas de 1970 e 1980, estas deram fôlego para os Manchineri saírem das mãos dos patrões de seringais. Esse movimento, segundo o sertanista Meireles, ajudou os indígenas a se mobilizar pela conquista de suas terras, “os índios começaram a sair dos fundos dos seringais. Vieram a Rio Branco e começaram a ir até Brasília para reivindicar os direitos às suas terras demarcadas” (AQUINO; IGLESIAS, 2008). O sertanista Meireles relata momentos da criação da T.I Mamoadate:

Os índios escolheram o local, um dia rio acima do Seringal Petrópolis, denominado Extrema para implantação do PI, de suas moradias e roças. A escolha deste local se deveu principalmente por se tratar de antiga maloca de Manchineri [...]. Iniciamos o trabalho com poucas famílias, pois muitos não acreditavam ainda na atuação da Funai [...]. Foi construído o PI, barracão, depósito, escola, campo de pouso com 700 m e desmatamento da cabeceira da pista. Paralelamente a isso, todos que lá foram trabalhar fizeram suas roças e casas. [...]. A população foi aumentando espontaneamente e vem aumentando até hoje. [...] Era um ‘parente’ que chegava hoje, trabalhava livre de pressões, fazia sua roça e casa no lugar que mais lhe agradasse, via caça e peixe com fartura, via sua roça crescer sem ser estragada por bois e voltava para buscar o resto dos ‘parentes’ mais chegados (AQUINO & IGLESIAS, 2008).

Nos primeiros relatórios da Funai/Acre é confirmada que os Manchineri e Jaminawa viviam como seringueiros nos seringais Guanabara, Petrópolis e em vários lugares do Rio Acre e do Iaco. A atuação de Meireles foi importante neste momento para os Manchineri e Jaminawa, pois dali para adiante eles sairiam totalmente das dependências dos barracões, e recomeçariam suas vidas na nova Terra Indígena Mamoadate, hoje uma das maiores áreas indígenas demarcada no estado do Acre. Essas iniciativas são lembradas pelos Manchineri da seguinte forma:

Em 26 de outubro de 1978, fizemos um projeto pela Funai, na área indígena Mamoadate, aldeia extrema, foi um projeto de produção de café, mais não conseguimos mercado para vender e fomos vendendo café em Sena Madureira, mais as vendas não foram suficientes. Fizemos outro projeto aprovado pela Oxford que é uma organização inglesa, esse projeto era sobre a criação de gado e a Funai, também financiou na época cinco cabeças de boi, esse financiamento foi em 1982. E até hoje os Manchineri criam boi, e esse projeto deu certo para os Manchineri (Entrevista com José Severino da Silva, em maio de 2010, por Alessandra Manchinery).

Além dessa terra habitam no Seringal Guanabara, que se encontra em processo de identificação, Cabeceira do Rio Acre, e Comunidade Onça Pintada na cidade de Xapuri, como ressalta Sabá Haji Manchineri.

Hoje Manchineri e outras populações Nativas, além de viverem nas terras indígenas, são encontradas também em Rio Branco, capital do Acre; em Brasília, especialmente no bairro Samaúma; cidade de Assis Brasil, Xapuri, em Bolpebra ou próximas a capital da província de Tahuamanu, Inãpari. (Presidente do Conselho de Saúde Indígena – CONDISI/2013)

No lado peruano vivem na Comunidade Nativa de Bélgica, numa área de 53.300 hectares. Autodenomina-se de Yine, embora a comunidade tenha um caráter pluriétnico. Alguns se dizem Piro. Há ali também quatro irmãos, com suas famílias, que chegaram do Rio Tahuamanu, onde viviam trabalhando em uma madeireira e que autodenominam Manchineri.

A população Manchineri está presente também na Bolívia, vivendo entre outras áreas, na “Terra Comunitária de Origem Jaminawa-Manchineri”. Os Jaminawa e Manchineri, no caso do município de San Pedro de Bolpebra, estão distribuídos em diferentes lugares, como San Miguel de Manchineri e a aldeia Jaminawa. Vivem especialmente da exploração de madeira, que é complementada por outras agriculturas de subsistências (VALCUENDE, 2009).

### **Considerações finais**

Os tempos foram para mostrar como os Manchineri sempre circularam na tríplice fronteira, motivados pelas relações pessoais, mas também induzidos pelas atividades econômicas regionais, que faz com que estes se desloquem em busca de melhores condições de vida, em uma tríplice fronteira que constitui um exemplo paradigmático que separa e une povos que atravessam e driblam as demarcações políticas estabelecidas pelos Estados-nação. Sobre as terras

indígenas vemos que é um conceito fundamental e relevante para os Manchineri, pois é neste que estão centrados suas lutas, reivindicações e suas simbologias com o mundo cósmico, é a bandeira que representa o indígena em si; a terra tem um significado totalmente diferente de território, uma vez que o termo território e um conceito do não indígena.

Ressaltando que hoje está acontecendo uma mobilidade acelerada e um aumento do número de contingentes marginalizados das periferias nas cidades. Todos têm um ponto de vista particular e que são de diferentes fluxos, intensidade e modalidades. Porém todos possuem familiaridade que interligam a aldeia e a cidade.

Resta discutir ou apresentar as conclusões sobre a preocupação inicial que motivou toda a pesquisa. O que acontece nas territorialidades dos Manchineri, visto que o ambiente continua preservado, apesar da intensa pressão sofrida pela ocupação regional e também da pressão de um território que não é o original, mas construído sobre território inimigo? Entendemos que a preservação das relações tradicionais, que mantém uma relação de continuidade entre homens e natureza, sem distinção ou privilégio de uns sobre os outros, o que estabelece regras claras na obtenção de recursos do meio, pode ser a chave da questão.

Diante dos fatos aqui apresentados reafirma-se a importância de compreender as múltiplas relações socioespaciais estabelecidas nas diferentes territorialidades do Povo Manchineri, principalmente compreender o sentido de terra e território para os Povos Indígenas. Deixamos claro ainda, que apesar de a Constituição de 1988 assegurar a demarcação das terras indígenas, as políticas fundiárias não dialogam com as categorias locais e nem mesmo os povos indígenas, negligenciando assim seus direitos constituintes.

## **Referências**

AQUINO, Txai Terri Valle de; IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. (19 de maio de 2008). **Entrevista com o Sertanista Meirelles (parte III)**. Rio Branco, Jornal Página 20.

BRASIL, República Federativa do. **O Tratado de Limites Brasil-Peru**. Brasília: Senado Federal, 2009.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, ano IX, n.17, p.19-46, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

MORAIS, Maria de Jesus. **“Acreanidade”**: invenção e reinvenção da identidade acreana. Tese de doutorado. Niterói. [s.n]. 2008. 301 f.

PICCOLI, Jacó Cesar. A “Estrada do Pacífico” contra os Manchineri e Jaminawa: Impactos e mitigações. In: DEL RIO, José M. Valcuende & CARDIA, Laís M. **Territorialização, Meio Ambiente e desenvolvimento no Brasil e na Espanha**. Rio Branco. EDUFAC, 2006.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA. J.C. O conceito de Território na Geografia e a Territorialidade da Prostituição. In: RIBEIRO, M.A. (org). **Território e Prostituição na Metrópole Carioca**. Rio de Janeiro :Ecomuseu Fluminense, 2002.

VALCUENDE, José Maria (org.). **História e Memórias das três fronteiras**: Brasil, Peru e Bolívia. São Paulo: EDUC, 2009.

### **Entrevistas**

Jaime Sebastião Luhlu Prishico Manchineri. Professor na Terra Indígena Mamoadate e Coordenador do Núcleo de Educação Escolar Indígena na cidade de Assis Brasil – Acre.

José Severino da Silva Manchineri (Zé Urias) foi cacique na T.I Mamoadate do Povo Manchineri nos 1970, e que lutou pela demarcação da terra indígena, assim com trabalhou por mais de 40 anos no Movimento Indígena.

# MOBILIDADE TERRITORIAL NO ACRE: A TRAJETÓRIA DE DOIS MIGRANTES NORDESTINOS<sup>1</sup>

*Maria Liziane Souza Silva<sup>2</sup>  
Maria de Jesus Morais<sup>3</sup>*

## **Introdução**

A história do povo brasileiro é uma história de migrações. Desde sua colonização europeia o território foi marcado por deslocamentos populacionais determinados pela expansão territorial. Semelhantemente com a do Brasil, é a história da ocupação do território acreano. Nestes movimentos estão os do final do século XIX e do século XX, feitos por levas de pessoas em sentido Norte do país. E como em toda região amazônica, as migrações para o Acre no século anterior, possibilitaram novos arranjos ao território.

Esses dois processos migratórios ocorreram em plena expansão da empresa extrativa da borracha. No caso do primeiro, tratava-se de um momento em que segundo Oliveira (1985), as condições internacionais advindas da chamada Revolução Industrial, fez com que a economia mercantil da borracha ficasse em alta tornando-se um atrativo para milhares de pessoas que vieram em busca da garantia da moradia, do trabalho e do tão sonhado “Eldorado”.

Entre milhares desses migrantes estão as famílias do Sr. Euclides Rosas e da Sra. Clara Maria Firmino. Este primeiro descendente de família cearense que

---

<sup>1</sup> Artigo resultante de monografia sob a orientação da professora Dra. Maria de Jesus Morais.

<sup>2</sup> Bolsista egressa do PET Geografia da Ufac. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia da Fundação Universidade Federal de Rondônia PPGG/Unir. Discente em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal do Acre Ufac. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero Gepgenero. E-mail: liziane.souza.silva@hotmail.com

<sup>3</sup> Dra. em Geografia pela Universidade Federal de Fluminense – UFF. Pós Doutora em Geografia Humana pela Universidade Federal de São Paulo – USP. Pesquisadora do grupo Produção do Espaço Amazônico (líder). Docente do Curso de Geografia da Universidade Federal do Acre Ufac. E-mail: mjmorais@hotmail.com

migrou para o estado do Acre no ano de 1910, chegados em navio pelo Rio Acre e já com destino certo para trabalhar na nova profissão, a de seringueiro.

Com o mesmo entusiasmo aportou em terras acreanas a Senhora Clara Firmino, durante o segundo momento da economia da borracha, no ano de 1940, com seu esposo e filhos. Chegaram de rebocador pelo Rio Tarauacá, aportando em Seabra (hoje Tarauacá) e, em seguida, direto para a colocação Baixa Verde do Seringal Redenção para serem ensinados a cortar seringa. Esta última família optou por migrar devido às difíceis condições que se encontravam: em que além de estarem vivenciando mais uma seca, também tiveram de decidir entre servir na Segunda Guerra Mundial ou cortar seringa na Amazônia. Então devido aos vários incentivos do governo brasileiro em busca da mão-de-obra para o corte da seringa na Amazônia eles decidiram tentar a sorte numa terra longínqua deixando alguns de seus filhos e parentes que nunca mais chegaram a ver ou ter notícias.

A proposta deste estudo foi refletir sobre tais migrações que aqui ocorreram, apresentando os múltiplos condicionantes postos na região Amazônica, mais especificamente no estado do Acre para a atração destes migrantes, destacando as dificuldades encontradas a cada novo lugar, as privações, os sonhos e as considerações que esses migrantes fazem de sua trajetória.

A metodologia adotada neste estudo se deu através das seguintes etapas: Primeiramente, seleção de uma base bibliográfica sobre autores que abordam a temática, com foco no conceito de migração e uma abordagem sobre o primeiro e segundo fluxos migratórios de cearenses para a Amazônia/Acre. Já em um segundo momento foram realizadas duas entrevistas com o seringueiro Euclides Rosas de Souza e com a seringueira Clara Maria Firmino de Souza.

Nesta pesquisa foram utilizadas duas técnicas: a da fonte oral, que tem se mostrado através dos séculos como uma fonte de conservação, de difusão do saber, para a ciência em geral (GONÇALVES e LISBOA, 2007) e por ser tão antiga quanto a própria História e, considerada a primeira espécie de história (THOMPSON, 1992). A outra técnica foi a de Snowball ou “bola de neve”, que utiliza cadeias de referência tornando-se muito útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados (VINUTO, 2014), neste caso, os cearenses e seus descendentes que residem no estado do Acre. A técnica se processa através da localização de um entrevistado, (neste caso, através de familiares da própria pesquisadora — que é descendente de nordestinos), e estes indicavam outras possíveis fontes de entrevistas e assim sucessivamente.

Após essa etapa e agendamento do dia, local e horário mais conveniente, respeitando as preferências de cada caso, foi realizada a visita e realização da entrevista (gravação), utilizando perguntas pré-selecionadas, mas conduzindo a conversa com cuidado, fazendo-a de modo assistemático, com o propósito de deixa-los o mais confortável possível, como numa conversa informal.

Este trabalho foi fruto do processo e aprendizagem que obtive durante a participação como petiana no curso de Geografia da Ufac. A participação ao grupo PET foi fundamental para meu amadurecimento e foi neste momento que optei por realizar este trabalho.

### **Conceituando migrações**

A temática sobre migração é discutida sobre os mais diferentes enfoques. Em uma definição mais simplória, a migração é definida como a “mobilidade espacial da população” segundo Becker (1997). Segundo a autora, os deslocamentos dessas populações muda a cada nova ordem política mundial, de acordo com a ordem econômica, pondo-se em movimento na busca da hegemonia de novos territórios, vislumbrando a possibilidade de terras e de mercado de trabalho ou simplesmente perambulam em busca de tarefas para sua subsistência.

Já Mondardo (2009), sob a ótica neoclássica, considera que a decisão de migrar do indivíduo é soberana, ou seja, o migrante busca o máximo de retorno para seu “investimento” em um dado ponto do espaço, “implica em considerar o econômico na análise das migrações, através da “vontade” do mercado de trabalho e do indivíduo em buscar melhores condições de vida através de uma melhor remuneração”. (MONDARDO, 2009, p.125).

Também Becker (1997) acredita que a migração é concebida como “mobilidade forçada pelas necessidades do capital, aquela produzida por forças socioeconômicas exógenas”. O capital pode aqui escolher a força de trabalho onde melhor lhe convier, de forma rentável devido aos grandes estoques de população excedente.

No mesmo sentido, no âmbito das migrações internas, Singer (1998), afirma que elas estão sempre historicamente condicionadas, resultantes de um processo global de mudança. Para este autor, o primeiro passo para o seu estudo é encontrar os limites da configuração histórica que dão sentido a um determinado fluxo migratório. Por isso, para que ocorra a migração, o autor relaciona dois fatores: o de expulsão e os de atração, assim aborda:



[...] Entre os fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho, entendida esta não apenas como a gerada pelas empresas industriais, mas também a que resulta da expansão dos serviços, tanto dos que são executados por empresas capitalistas como os que são prestados por repartições, governamentais, empresas públicas e por indivíduos autônomos. De uma forma geral interpreta-se esta demanda por força de trabalho como proporcionando “oportunidades econômicas” [...]. (SINGER, 1998, p. 40).

Semelhantemente com a abordagem de Singer (1998), estão as migrações internas brasileiras, mas especificamente em direção à Amazônia, ocorridas em finais dos séculos XIX e as ocorridas durante o século XX. Como exemplo, no caso da migração nordestina para a região amazônica no final do século XIX, o fator de expulsão foi a grande seca de 1877 que açoitou a região naquele período. Já a chance de terra e riqueza fácil na Amazônia foi o fator que os atraiu. A política dessa época intencionava assentar os excedentes populacionais de outras regiões, imprimindo transformações decisivas nessa região, fato este, responsável pelos vários conflitos sociais. (OLIVEIRA, 1985).

Assim, observa-se que no movimento desses grupos, o fator econômico é preponderante, pois quando se decide migrar, seja qual for o fator de expulsão, o que o migrante espera do novo local são as condições necessárias para a realização de seus anseios.

Corroborando, Peliano (1990) afirma que:

O trabalho é o ponto de partida e de chegada da análise. São as relações de trabalhos estabelecidas pelo processo social de produção que determinam a existência do trabalho e, portanto a distribuição espacial (territorial) das atividades do trabalho. Estão dados assim, os condicionantes da migração. Os trabalhadores estão condenados a trabalhar onde, como e quando quer que o processo social de produção – em uma palavra: o capital determinar. (PELIANO, 1990, p. 11).

O capital internacional, sem dúvida, foi agente motor para o chamado “ciclo da borracha” se constituir nessa região como um dos mais expressivos acontecimentos já ocorrido. Isso nos faz entender a necessidade de relacionar os fenômenos que acontecem em escala macro que interferem em escala micro, fato este bem notório neste período e nesta região.

Assim, buscaremos analisar os fatores aqui atuantes, num esforço no sentido de situar as características gerais desses fluxos migratórios que condicionaram a formação e a reprodução da força de trabalho no ciclo das atividades extrativas da Amazônia e, em especial, do Acre.

## **A Amazônia do século XX no contexto mundial**

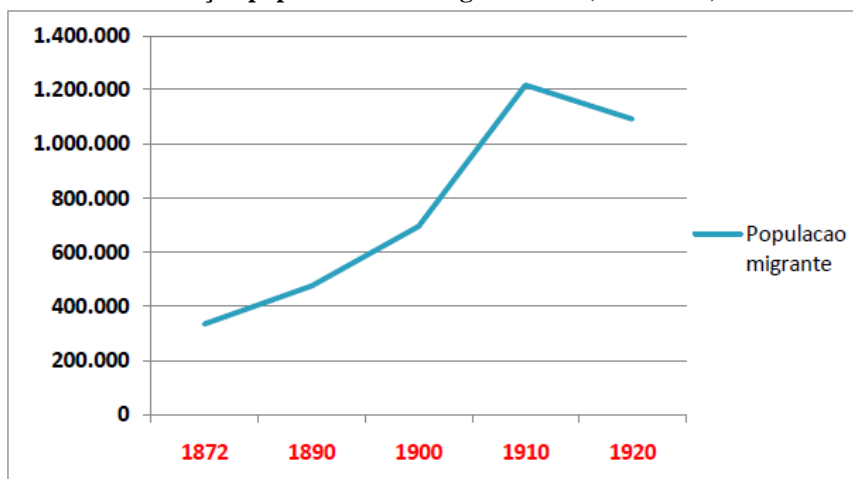
Durante muito tempo, a região amazônica foi conhecida como terras desconhecidas, que não despertava nenhum atrativo ou interesse, economicamente falando. A importância de se analisar os motivos e detalhes que fizeram esse quadro se reverter é tamanha, pois, está intimamente ligada com os fatores externos (Europa e EUA), que acontecia nesse momento fazendo com que os fatores internos (Brasil), contribuíssem ainda mais para a mudança desse quadro.

Já na segunda metade do século XIX, a borracha já era uma matéria prima indispensável à indústria de bens de consumo na Europa e nos Estados Unidos e, conseqüentemente, iniciava-se o crescimento de exportação da mesma. Mas foi a partir de seu processo de vulcanização (a borracha torna-se infensa às variações de temperatura) que houve um súbito crescimento. A quantidade exportada quintuplicou, começando então um período de interesse tanto nacional como internacional sobre a Amazônia, que continha reservas vultuosas de seringais. (OLIVEIRA, 1985). Daí se vê a emergência do neocolonialismo, que continha em seu mais íntimo objetivo: a conquista econômica dessas “zonas estratégicas” para garantir o monopólio de suas matérias primas. É neste quadro de profundas transformações estruturais que se situa a economia extrativa da borracha na Amazônia.

## **Primeiros fluxos migratórios de nordestinos para a Amazônia brasileira**

Os fatores que condicionaram a migração de nordestinos em direção a Amazônia foram vários: seu preconceito pela labuta aos cafezais; as ilusões de enriquecimento rápido exposto pelo boom da borracha; as propagandas realizadas por seringalistas para atrair essa mão de obra; os subsídios governamentais concedidos para o transporte; a facilidade do transporte de cabotagem (navegação mercante) até o porto de Belém; ruptura da resistência dos senhores de terras nordestinas à saída de homens; além da famosa seca de 1877 que assolou aquela região formando, conseqüentemente, excedentes populacionais nos locais de trabalho. E era a região da Amazônia Sul Ocidental, atual estado do Acre, uma das que mais atrairia, visto pelo potencial de riqueza em látex. Calcula-se que de 1850 a 1900, a população do vale Amazônico aumentou dez vezes. (MARTINELLO, 2004). Nesse sentido, Santos (2004) reforça essa evolução populacional da região Norte, conforme o gráfico 01.

**Gráfico 01: Evolução populacional da região Norte (1872-1920)**



Fonte: SANTOS (2004), modificado por SILVA, M. L. S. (2018).

Os dados acima revelam o tamanho que foi essa migração. Tão grande aumento se deu pelo já citado interesse econômico à extração do látex. Isso já explica a realidade econômica que se encontrava a região naquele momento perante as grandes potências, destacando-se como o principal fornecedor do látex, um incremento aí de 1872 a 1900 de 40% da população. Já depois da década de 1910, o que se tem é um importante declínio dessa população devido a queda na exportação da borracha que cessa essa migração.

Este ciclo permaneceu em alta atingindo seu clímax em 1912, mas o que parecia inimaginável, com uma riqueza “inesgotável”, aconteceu em seguida com uma ligeira queda da produção. O ano de 1912 seria o auge e o fim da hegemonia brasileira. As razões que levaram a queda da exportação foram tão somente a emergente concorrente asiática que agora possuía plantios da seringa e exportava agora em maior quantidade. (OLIVEIRA, 1985).

### **O segundo fluxo migratório para a Amazônia — os “Soldados da Borracha”**

Após um longo período de decadência da exportação da borracha brasileira onde levou muitos seringais à falência e deixando os seringueiros em total abandono, esse quadro viria a mudar justamente porque seu principal concorrente, a Ásia, tivera suas plantações arrasadas pela Segunda Guerra Mundial. Este foi um momento, mesmo que curto e simbólico, em relação à

outrora, de reavivamento da exportação da borracha no Brasil. A partir de 1942, durante o período da Segunda Guerra Mundial, o Brasil novamente se destacaria como fornecedor de matérias primas para o EUA, principalmente a borracha, ressuscitando e reativando a maioria dos seringais. Era o segundo surto da borracha na Amazônia (MARTINELLO, 2004).

Acordos internacionais foram feitos para a necessária assistência básica aos soldados da borracha. Os incentivos governamentais brasileiros começam entre eles cartazes otimistas e *slogan* como “borracha para a vitória”, mobilizando novamente extratores de diversos estados, inclusive os veteranos nordestinos, - que coincidentemente com o primeiro ciclo da borracha, passavam novamente por mais uma seca, agora no ano de 1941-1942, - reunindo cerca de 20 a 30 mil flagelados para se alistarem a trabalhar nos seringais da Amazônia. Seria um plano organizado e cauteloso com mobilização até mesmo por parte do então Presidente da República, Getúlio Vargas (MARTINELLO, 2004).

Estes métodos publicitários de “*discurso de persuasão*” eram de responsabilidades do Departamento de Propaganda e Imprensa – DIP, do Governo Getúlio Vargas, para trazer o nordestino novamente à Amazônia (SANTANA, 2012), agora como um “soldado da borracha”. Percebe-se o grande poder de influência ideológica colocando a região como terra da fartura, terra da vitória, mostrando caminhões carregando toneladas de borracha colhidas com fatura pelos trabalhadores, sem uma verdadeira conexão com a realidade que esperava estes trabalhadores. Neste sentido, muitos tiveram sua trajetória traçada nesta nova jornada rumo à Amazônia, como os que abordaremos no próximo tópico.

### **Trajetórias de seringueiros no Acre**

É necessário considerar a história das muitas famílias que aqui chegaram e refizeram suas vidas, trazendo além de seus sonhos e perspectivas- muitos destes não realizados-, costumes de lugares tão distantes. Este tópico tratará justamente da história de duas famílias que tiveram suas vidas marcadas pela migração durante o primeiro e segundo ciclo da borracha no século anterior para o Estado do Acre.

## **Migração na década de 1910**

O Sr. Euclides Rosas de Souza, ex-seringueiro, morador do Projeto de Assentamento Benfica, nascido no dia 20.12.1923 em Rio Branco, Ac, filho dos nordestinos Francisco Rosa de Souza e Marcilina Borge de Souza (Foto 01). Foi no ano de 1910, que a família de seu Euclides veio do Ceará para o Acre. O Sr. Euclides, filho de pai nordestino e mãe da região de Belém, “cabocla pega no laço”, nasceu no Acre e como tantos outros seringueiros deslocou-se de vários lugares em busca de trabalho e uma melhor condição de vida.

Ele relata que na época que seus pais migraram, vieram 10 pessoas da família deles no navio, chefiada por Joaquim Corrêa, responsável por trazer aquela gente. E logo que chegaram foram levados direto à colocação Longuím, do Seringalista Roberto Rôla, pois todos já chegavam com um destino certo de seringal para trabalhar. E a adaptação, segundo ele conta, era muito difícil. “Isto era uma escravidão. Aqui ninguém botava um roçado, cortava um pé de mato sem a autorização do patrão. Só roçava o caminho de uma seringueira pra outra, era a liberdade dele”.

Tempos depois, seu Francisco, pai do Sr. Euclides, casou-se com uma Paraense que também tinha vindo no mesmo navio, e foi morar numa colocação chamada Igarapé Fundo, do mesmo patrão de seu pai, por onde moraram por algum tempo. Depois se mudaram várias vezes em busca de melhorias. Mudaram para outra colocação do Seringal Capatará, “de uns homens valentes que vieram para essas terras. Eles matavam, acoitavam gente, fazia toda judiação. As autoridades eram eles”, disse o Sr. Euclides.

O Sr. Euclides aprendeu a ler e a escrever com um também seringueiro, maranhense chamado Honório Butão que era vizinho do seringal de seu pai. “Todo sábado ele ia ensinar agente sem cobrar nada. Aí nas madrugadas eu levantava e estudava pra no próximo sábado eu ler pra ele”. Assim, o Sr. Euclides tornou-se o guarda-livros (responsável por toda a escrituração no barracão, registrava tudo o que entrava e saía) de seu pai. Já com relação às doenças, ele relata:

Anemia, aqui dava muita cesão que acabou com muitas famílias. A pessoa murria amarela sem sangue. Outra coisa que adoecia muito era a castanha, por ser muito gordurosa. Porque não tinha banha, ninguém criava um porco, alguns criava uma galinha, porque os patrão não dava permissão dele butar o roçado pra plantar que era pra não estragar a terra. E se fosse permitido não podia nem chegar perto da seringueira. Ainda segundo seu

Euclides, quando alguém adoecia, a mata, a natureza era quem curava nós. (SOUZA, 2010).

Depois disso, Sr. Euclides casou-se várias vezes e morou em diversas colocações. Por volta da década de 1970, seu Euclides decide ficar em Rio Branco no Bairro 6 de Agosto, onde constituiu outra família e mudou de profissão, agora carpinteiro. Na nova profissão (desejada desde muito tempo), ele fez muitas casas, pois segundo ele, era muito requisitado. O Sr. Euclides revela que apesar das grandes dificuldades, dos obstáculos, sempre optou por uma vida honesta. Sem escola, assistência médica, segurança, passou por muitas privações desde criança, mas nunca perdeu a esperança de uma vida melhor. Hoje seu Euclides é viúvo aposentado, pela idade e pelo soldado da borracha, tem sua própria casa, e mora ao lado de sua filha Almira no projeto de assentamento Benfica, em Rio Branco-Acre. Apesar de todos os obstáculos encontrados, o Sr. Euclides relata as considerações que faz de sua trajetória: “a esperança, a motivação são grandes impulsos dentro de mim, e hoje aos 88 anos ainda tem o vigor de quando era criança!”.

### **Migração na década de 1940**

**Foto 01: Sr. Euclides, Projeto de Assentamento Benfica / Rio Branco**



**Foto:** Silva, Maria Liziane (2010).

**Foto 02: Sra. Clara, no lado esquerdo, e sua filha Dona Maria, bairro Mocinha Magalhães/ Rio Branco Acre.**



**Foto:** Silva, Maria Liziane (2011).

A Sra. Clara Maria Firmino de Souza, nascida no dia 15.12.1922 em Sertãozinho de Laje no Ceara é filha de primos legítimos, José Andre de Souza e Maria Firmino de Souza, que é sobrinha do tão famoso Lampião.

Segundo relato de sua filha, Maria de Souza, com quem reside (hoje dona Clara não possui mais lucidez e clareza de memória), sua mãe conheceu seu esposo, Jacinto do Nascimento, um alagoano no Sertão do Ceará, que depois de casarem resolveram vir para o Acre devido as intensas propagandas do governo que oferecia terras, fartura e dinheiro fácil aqui, ao contrário do Sertão dada as difíceis condições que se encontravam que vivenciava mais seca na década de 1940. Sobre isso, dona Maria, filha de dona Clara e também ex-seringueira relata:

Porque lá no Sertão era assim: pra lá o verão é seco, seco, seco, e acaba tudo. Eles iam (os pais) buscar água era hora e meia de légua ou duas, pra pegar uma corota d'água pra tomar banho (molhar uma roupa e passar no corpo pra tirar a sujeira, como faziam). Aí foi no tempo que fizeram os negócios da companhia pra vim pra cá. Tava incentivando que aqui era bom, cortava seringa, que aqui era tudo no fatural, aí eles se iludiram com o governo, com a companhia e vieram pra cá. (FIRMINO, 2011).

Dona Maria lembra que sua mãe sempre contava o sofrimento durante o transporte de lá até aqui:

Vieram o papai a mamãe e três filhos, e dois ficaram com os pais da mamãe lá no Sertão, um de dois anos e pouco e o outro de um ano e pouco. Um dos três que vieram com a mamãe adoeceu durante a viagem e morreu quando estavam em Belém do Pará e lá tiveram que sepultá-lo e depois seguir viagem em frente. Quando aportaram em Manaus deixaram o navio e embarcaram num rebocador que os trouxeram até aqui para um lugar do Acre chamado Seabra (hoje conhecido como Tarauacá), e em seguida foram direto para a colocação Baixa Verde do Seringal Redenção que já os aguardava, do patrão chamado Virgílio. La eles foram ensinados, pelos mateiros a cortar seringa. Mamãe contava que quando chegaram os mateiros levaram eles pro mato, pra ensinar a cortar a seringa, vinham e abriam estradas, passavam de 8 a 9 dias no mato. Mamãe também aprendeu a cortar, ela ajudava o papai a cortar, só que era numa estrada menor, porque depois tinha que voltar pra cuidar de casa e dos meninos. (FIRMINO, 2011).

E a adaptação no seringal como sempre relatado por qualquer antigo seringueiro que se converse era muito difícil, desde a chegada, o impacto ao novo lugar, ao novo clima, as doenças típicas da região e, principalmente, o acesso a saúde, algo que não existia, nem mesmo para os primeiros socorros. Nesta

situação, perderam muito dos seus familiares, que sem ajuda médica a única alternativa eram os remédios caseiros, e quando estes não davam jeito morriam e ali mesmo eram enterrados, as vezes adoeciam quando estavam na mata. A família de dona Maria também não passou imune a esse problema:

Morreram muitos filhos da mamãe com aquela doença de criança, morria e era enterrada no seringal mesmo, porque não tinha médico, nem medicação. Dos 17 filhos que mamãe teve, menos os dois que ficaram no Sertão, só 6 viveram. Uns morreram novim, já nasciam doente, outros já grande”. Muitas vezes na hora de ter o filho era as vizinhas, ou o papai quem pegava. A última que mamãe teve foi um cara do comboio que entregava as mercadorias, que ia passando e a mamãe tava sozinha sofrendo porque o papai tava numa colocação de duas horas e meia de viagem cortando, e ele foi quem pegou a criança. Hoje em dia, mamãe vive assim doente porque foi muito mal cuidada. O último que adoeceu no seringal foi nossa irmã Nena com hepatite, era bem magrinha com a barrigona e era toda amarela, aí papai teve que vender tudo o que tinha, ficamos sem nada, pra salvar a vida dela. Nesse tempo, nos anos 80 já tinha médico em Tarauacá e nós baixamos pra cidade pra cuidar dela. Pouco tempo depois foi papai que morreu aí viemos pra Rio Branco com mamãe . (FIRMINO, 2011).

Perguntado sobre a vontade de rever ou saber dos familiares que ficaram no Sertão, dona Maria declara que sua mãe sempre permaneceu com o sonho de voltar a sua terra natal, para rever os filhos e os familiares, esse sonho nunca passou:

Vontade ela tinha todo dia. Cansei de ver mamãe chorando, não foi uma vez ou duas ela chorando de joelho pedindo a Deus pra voltar pra morrer perto da mãe e dela e dos filhos, saber menos notícia dos filhos dela e nunca teve”. (FIRMINO, 2011).

Dona Clara tinha 89 anos na época da entrevista, aposentada como “Soldado da Borracha”, morava no Bairro Mocinha Magalhães, em Rio Branco AC. Ela faleceu exatamente um ano após esta data.

Observa-se nesses relatos que a fortuna fácil nunca chegou e o grande Eldorado com certeza ficou só no sonho, mas sem dúvida foi realidade para aqueles “de cima”, da classe dominante, os bem de longe, para o capital internacional, que não precisavam enfrentar as adversidades dessa região para cortar a seringa. Foram para esses, que veio a riqueza fácil, e sem dúvida saborearam do grande Eldorado.



## **Considerações finais**

O processo de ocupação do território do Acre se deu em pleno processo de exploração gumífera, totalmente motivadas por interesses e necessidades externas.

Nesta primeira economia, de natureza semi compulsória, as relações de trabalho dentro do seringal corresponderam às características da exploração da borracha. Um trabalho penoso que somente pessoas acostumadas a duras adversidades suportariam tanto sofrimento. Impedidos de escapar de tal situação pelas dívidas “forçadamente” feitas no seringal, pelo isolamento e solidão, era o seringueiro aparentemente livre, mas na verdade era um escravo econômico. Escravo este, dominado pela ditadura e pelos rígidos regulamentos impostos pelos patrões dentro do seringal. Para muitos trabalhadores, este foi um caminho sem volta. Milhares de seringueiros morreram abandonados na Amazônia, depois de terem exaurido suas forças extraindo o ouro branco.

No segundo ciclo da borracha, em época da Segunda Guerra Mundial, muitos tiveram em optar entre servir na Guerra ou cortar seringa na Amazônia, e do mesmo modo que no primeiro ciclo, houve levas de nordestinos que aqui chegaram para o mesmo trabalho e, mais uma vez houve descaso do governo brasileiro. Sabe-se que foram pouquíssimos os que conseguiram voltar ao seu local de origem, somente por duras penas e por seus próprios meios.

Na realidade, os finais abruptos do Primeiro e do Segundo Ciclo da Borracha, revela-nos a total insensibilidade das autoridades constituídas para com os migrantes aqui esquecidos e abandonados, a incapacidade empresarial dos que aqui atuavam no sentido de desenvolver economicamente a região, e sem dúvida o imenso descaso.

O conjunto desses fatores organizados foram essenciais para a mobilidade desses seringueiros dentro do estado para a construção da região e o começo de uma nova história, uma nova identidade. Como resultado de tudo isso, estes fizeram emergir um novo lugar, mostrado pelo trabalho, modo de vida, das vivências, das experiências, do sofrimento e esperanças que nunca acabaram.

A situação que estavam inseridos os migrantes dessa época, em especial a família do Sr. Euclides de Souza, e da Sra. Clara Firmino, é fruto das políticas implantadas na região, onde se vê claramente os mais fortes dominarem sobre aqueles sem condições financeiras. Jogados à própria sorte, esses são o retrato de uma região sem lei. A busca incessante de melhores condições de vida foi àqueles

que como seu Euclides e dona Clara, não perderam a esperança de um dia ganharem o tão sonhado “*paraíso perdido*”.

## **Referências**

BECKER, O. M. Schild. **Mobilidade espacial da população**: conceitos, tipologia, contextos. Rio de Janeiro: Editora Art Line, 1997.

FIRMINO, Clara. Entrevista concedida em novembro de 2011.

GONÇALVES, R. C.; LISBOA, T. R. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Rev. Katál**. Florianópolis, v.10 n. esp. P. 83-92, 2007. Disponível em: file:///C:/Users/Master%20Liziane/Downloads/1145-19097-1-PB.pdf. Acessado em 07 de setembro de 2016.

MARTINELLO, Pedro. A “**Batalha da Borracha**” na Segunda Guerra Mundial. Rio Branco: Edufac, 2004.

MONDARDO, M. Leandro. **Os períodos das migrações**: territórios e identidades em Francisco Beltrão/PR. Dourados-MS, 2009.

OLIVEIRA, L. A. Pinto de. **O sertanejo, o brabo e o posseiro**: os cem anos de andanças da população acreana. Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1985.

PELIANO, J. Carlos. **Acumulação de trabalho e mobilidade do capital**. Brasília. Ed. da UNB, 1990.

SANTANA, Marqueline. **Soldados da borracha** — a propaganda do DIP e o pintor suíço que ajudou a persuadir nordestinos a virem para a Amazônia. 2012. disponível em: <http://www.rondoniaovivo.com/noticias/soldados-da-borracha-a-propaganda-do-dip-e-o-pintor-suico-que-ajudou-a-persuadir-nordestinos-a-virem-para-a-amazonia/90534>. Acessado em julho de 2017.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo, Editora Contexto, 1998.

SOUZA, Euclides Rosas de. Entrevista concedida a Maria Liziane em outubro de 2010

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v.22, n.44, p.203-220, ago/dez. 2014.

# GRUPO PET GEOGRAFIA DA UFAC: 10 ANOS DE TRAJETÓRIA E CONTRIBUIÇÕES

O presente livro é resultado de um processo de defesa da educação pública, gratuita, laica, de qualidade, com responsabilidade e compromisso social. Apresenta uma coletânea de capítulos escritos por petianos em diferentes trajetórias no interior do Programa de Educação Tutorial (PET), permitindo divulgar os resultados de pesquisas e reflexões realizadas durante a década de existência do grupo (2010-2019). As temáticas contemplam as Ciências Humanas, levantando diferentes aspectos relacionados ao amplo leque da geografia no âmbito do Estado acreano.



PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL  
**PET**

**Ufac** 